

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

BRUNO RAFAEL DE ALBUQUERQUE GAUDÊNCIO

**A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes  
(1945-2015)**

Versão Corrigida



São Paulo  
2021

BRUNO RAFAEL DE ALBUQUERQUE GAUDÊNCIO

**A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes  
(1945-2015)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Dra. Ângela Meirelles de Oliveira

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G266p Gaudêncio, Bruno Rafael de Albuquerque  
A política da memória na construção biográfica de  
Luiz Carlos Prestes / Bruno Rafael de Albuquerque  
Gaudêncio; orientadora Ângela Meirelles de Oliveira  
- São Paulo, 2021.  
269 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de História. Área de concentração:  
História Social.

1. Operação biográfica. 2. Memória. 3.  
Historiografia. 4. Comunismo. 5. Luiz Carlos  
Prestes. I. Oliveira, Ângela Meirelles de, orient.  
II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA  
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

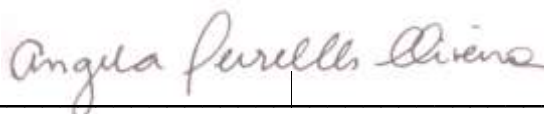
**Nome do (a) aluno (a): Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio**

**Data da defesa: 02/07/2021**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Ângela Meirelles de Oliveira**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/08/2021



---

**(Assinatura do (a) orientador (a))**

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em: 02/07/2021

Banca Examinadora

Nome: Dra. Ângela Meirelles de Oliveira

Instituição: USP/UNIOESTE

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Dra. Gabriela Pellegrino Soares

Instituição: USP

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Dr. Benito Bisso Schmidt

Instituição: UFRGS

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

Instituição: UNESP – Campus Assis

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Nas páginas seguintes, o leitor encontrará o resultado de um trabalho coletivo, de um esforço conjunto, de uma parceria de energias, produzido pelo incentivo e pela força de muitas pessoas e instituições importantes nestes últimos anos.

Primeiramente, afirmo que os defeitos encontrados neste trabalho devem ser creditados a mim, porém, os méritos que porventura existiam, devem ser atribuídos, em primeiro lugar, à professora doutora Ângela Meirelles de Oliveira (USP/UNIOESTE), que, como orientadora, nutriu desde cedo a mais completa atenção e vivo interesse pelo tema, aprendendo juntamente comigo este prazeroso e, ao mesmo tempo, tumultuoso processo de análise biográfica. Seus cortes precisos e suas sugestões contundentes foram imprescindíveis para uma formatação confortável deste trabalho. Desta forma, agradeço bastante pelo seu estímulo intelectual generoso e paciente.

Devo agradecer à banca de qualificação, em nome dos professores Gabriela Pellegrino Soares (USP) e Benito Bisso Schmidt (UFRGS), pelas observações e comentários, muitas vezes cirúrgicos –, bem como ao professor Wilton Carlos Lima da Silva (UNESP-Assis), membro da banca de defesa, como os outros dois, que através destes últimos anos me conduziu com bom humor em várias “sacadas” sobre os caminhos turbulentos do campo biográfico na historiografia.

Agradeço muitíssimo à minha esposa, Thuca Kércia, e à minha filha, Clarice Gaudêncio, companheiras das horas felizes e amargas, que foram solidárias comigo nas inúmeras dificuldades angustiantes nestes “tempos pandemônicos”. Desta maneira, agradeço pela força e o carinho despendidos em meio ao caos que foi escrever boa parte final desta tese em meio à pandemia de Covid-19, em 2020/2021.

Aos meus colegas de doutorado, em especial os amigos Robson Victor, Rosildo Brito e Janailson Macedo, pelo companheirismo e boas experiências vividas na cidade de São Paulo no primeiro semestre de 2018, cúmplices ideais nos passeios pela apaixonante capital paulista, nos sebos, teatros, livrarias, etc. Vocês foram meus irmãos no momento em que estive longe de casa.

Fora do âmbito acadêmico, gostaria de agradecer ao casal de amigos Marco Antônio Mendes e Maristela Barbara, inesquecíveis companhias em São Paulo e testemunhas sentimentais de meu rico aprendizado paulista.

A todos os companheiros de pesquisa do Doutorado Interinstitucional (DINTER USP/UFCG), em especial os coordenadores deste projeto, os professores Marcos Silva (USP) e Marinalva Vilar (UFCG). Em nome dos dois gostaria de estender os meus agradecimentos a todos que colaboraram para a concretização dos meus esforços, tanto para minha formação, como para meu amadurecimento intelectual.

Por fim, gostaria de frisar que sem o apoio financeiro fornecido pela Secretaria da Educação, da Ciência e Tecnologia da Paraíba, pela licença remunerada durante os quatro anos (2017 a 2021), e pela Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Ensino Superior, através de uma bolsa, teria sido impossível cursar os créditos das disciplinas na Universidade de São Paulo, e manter minha família minimamente bem, em Campina Grande.

*“Veneramos em Prestes  
a eterna memória  
dos que avançaram, avançaram  
e um dia tombaram  
e construíram um futuro”  
(OSÓRIO, s/d, p. 08)*

*“De herói militar da Coluna e das lutas tenentistas à  
liderança incontestada dos comunistas brasileiros, a  
memória popular brasileira em relação a Prestes oscilou  
de um ponto a outro, quase sempre do céu ao inferno,  
consagrando-lhe um maniqueísmo raro, excludente e  
sempre apaixonado”  
(SALIBA, 2014, p. 21)*

*“Os passados lendários que se tornaram mitos,  
antecipadores de utopias ou de desastres, não são o  
apanágio nem de historiadores, nem de filósofos, nem da  
ficção. Eles estão no cerne da cultura, na cena do  
presente, repletos da experiência do passado, que  
repentinamente, lhe têm tecido e destecido. Às vezes, é  
a ficção que inventa o passado, a história retificando os  
aportes lendários. Outras vezes, é a história que constrói  
o mito, o discurso político, reforçando-o, dando origem a  
um ‘passado’ que se afunda em distâncias fabulosas”  
(ROBIN, 2016, p. 65)*

*“Construímos um novo passado que, de maneira  
inevitável, nos conduz a um futuro revisto”  
(BYRNE, 2020, p. 21)*



## RESUMO

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O objetivo desta tese é apontar os limites e possibilidades das narrativas biográficas em sua relação com a história, por meio da análise da política da memória na construção das biografias de Luiz Carlos Prestes (1898-1990). Concentrado em seus primeiros 50 anos de vida (1898-1948), o estudo compara quatro narrativas lançadas no Brasil entre os anos de 1945 e 2015: *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, do escritor Jorge Amado (1945); *Heroísmo Trágico do Século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, do historiador Boris Koval (2007); *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, do historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014); e *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, da historiadora Anita Leocadia Prestes (2015). Para além do estudo das narrativas, buscamos recuperar o processo de negociação ocorrida entre os biógrafos e os familiares de Prestes, observando os impactos desta relação com o fazer biográfico sobre o líder comunista. Enquadrado em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos razoavelmente preestabelecidos, os vários aspectos da vida de Luiz Carlos Prestes foram apresentados pelos biógrafos com certas regularidades, repetições e permanências, tendo acabado, cada qual à sua maneira, por apontar caminhos de interpretação de um personagem preso à certa mitologia política. Os quatro biógrafos, portanto, venceram o desafio biográfico, tendo exposto as suas qualidades e limitações, em diferentes temporalidades, construindo, assim, um Luiz Carlos Prestes permeado por certa individualidade fixa, unitária e coerente.

**Palavras-chave:** Operação biográfica. Política da memória. Negociação biográfica. Luiz Carlos Prestes.

## ABSTRACT

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **The politics of memory in the biographical construction of Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. 2021. Thesis (Doctorate in Social History) – School of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

The objective of this thesis is to point out the limits and possibilities of biographical narratives in their relation to history, through the analysis of the politics of memory in the construction of Luiz Carlos Prestes' biographies (1898-1990). Focused on its 50 years of life (1898-1948), the study compares four narratives launched in Brazil between the years 1945 and 2015: *The Knight of Hope: the life of Luís Carlos Prestes*, of the writer Jorge Amado (1945); *Tragic Heroism of the 20th Century: the fate of Luiz Carlos Prestes*, of the historian Boris Koval (2007); *Luís Carlos Prestes: a revolutionary between two worlds*, by historian Daniel Aarão Reis Filho (2014); and *Luiz Carlos Prestes: a brazilian communist*, by historian Anita Leocadia Prestes (2015). In addition to the study of narratives, we seek to recover the process of negotiation that occurred between biographers and Prestes' family members, observing the impacts of this relationship with biographical making on the communist leader. Framed in defined conceptual schemes and in reasonably pre-established theoretical frameworks, the various aspects of Luiz Carlos Prestes' life were presented by biographers with certain regularities, repetitions and permanences, having just, in his own way, by pointing out ways of interpreting a character attached to certain political mythology. The four biographers, therefore, won the biographical challenge, having exposed their qualities and limitations, in different time periods, thus building a Luiz Carlos Prestes permeated by a certain fixed, unitary and coherent individuality.

**Keywords:** Biographical operation. Memory policy. Biographical negotiation. Luiz Carlos Prestes.

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
AIC	Arquivo da Internacional Comunista
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CC do PCB	Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro
CENPRE	Centro Cultural Luiz Carlos Prestes
CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
DEM	Partido Democratas
DEOPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DIGB	Dissidência da Guanabara
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
IC	Internacional Comunista
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
LAR	Liga de Ação Revolucionária
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NLCP	Núcleo Luiz Carlos Prestes
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCA	Partido Comunista Argentino
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDS	Partido Social Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SN	Secretariado Nacional do Partido Comunista Brasileiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USP Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 TEMPO DA ESPERA E DA CONVOCAÇÃO: ORIGENS, ASCENDÊNCIAS E FORMAÇÃO MILITAR (1898-1920)</b> .....	<b>48</b>
1.1 <i>Primeira incursão</i> .....	48
1.2 <i>Prestes: uma iniciação “aos primeiros anos”</i> .....	50
1.3 <i>Nas “terras do sul” nasce o herói? Entre a romantização e a contextualização do espaço de origem</i> .....	52
1.4 <i>Entre “a falácia parental” e o mito das origens familiares: a ascendência de Prestes como recurso de explicação do sujeito</i> .....	56
1.5 <i>Predestinação à liderança: infância, orfandade e vida escolar-militar</i> .....	73
1.6 <i>A coerência do início: entre a monumentalização e os dissabores biográficos</i> .....	87
<b>2 TEMPO DA PRESENÇA E DO APELO: INICIAÇÃO REVOLUCIONÁRIA, HEROÍSMO TENENTISTA E ADESÃO AO COMUNISMO (1921-1930)</b> .....	<b>90</b>
2.1 <i>Segunda incursão</i> .....	90
2.2 <i>A formação do Tenentismo: os levantes de 1922 e 1924</i> .....	92
2.3 <i>A Coluna Miguel Costa-Prestes: memórias e esquecimentos</i> .....	110
2.4 <i>A construção do Cavaleiro da Esperança e o aprendizado comunista no exílio latino-americano</i> .....	132
2.5 <i>Prestes e o tempo primordial da ação revolucionária</i> .....	146
<b>3 TEMPO DA ESPERANÇA E DO MARTÍRIO: EXÍLIO SOVIÉTICO, HEROÍSMO COMUNISTA E INÍCIO DO COMANDO PARTIDÁRIO (1931-1948)</b> .....	<b>149</b>
3.1 <i>Terceira incursão</i> .....	149
3.2 <i>A formação do sujeito soviético: o exílio europeu de Prestes</i> .....	151
3.3 <i>Os antecedentes da revolução comunista: a Aliança Nacional Libertadora (ANL)</i> .....	160
3.4 <i>Os levantes comunistas de 1935: motivações dos fracassos</i> .....	166
3.5 <i>Traições e torturas: em busca de bodes expiatórios</i> .....	173
3.6 <i>O herói martirizado: da prisão à liberdade</i> .....	182
3.7 <i>Ascensão e queda do Partido Comunista Brasileiro (1942-1948)</i> .....	188
3.8 <i>Prestes e o quadro de fracassos</i> .....	198

<b>4 TEMPO DA MEMÓRIA E DO RESENTIMENTO: BATALHAS FAMILIARES E NEGOCIAÇÕES BIOGRÁFICAS (1990-2015)</b> .....	<b>201</b>
4.1 <i>Quarta incursão</i> .....	201
4.2 <i>A batalha da memória familiar: origens e desdobramentos públicos dos conflitos</i> .....	204
4.3 <i>Anita Leocadia Prestes em defesa da memória de Luiz Carlos Prestes</i> .....	223
4.4 <i>O processo de negociações biográficas: colaborações e críticas por parte dos parentes</i> .....	237
4.5 <i>Sobre o tempo da política da memória familiar</i> .....	241
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>245</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>256</b>

## INTRODUÇÃO

A escrita biográfica vem sendo alvo de muitas reflexões no âmbito das Ciências Humanas e Sociais ainda que em menor proporção que a profusa produção de tais narrativas no mercado editorial. Este trabalho visa colaborar com esta vasta produção teórica, já que parte de uma análise, de certa forma privilegiada, de biografias de um mesmo personagem: o líder comunista Luiz Carlos Prestes. O olhar sobre estas diferentes narrativas produzidas ao longo do século XX é um território profícuo para averiguarmos a existência de uma (ou várias) políticas de memória presentes na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes. Da mesma forma, recuperar os bastidores da produção destes textos evidenciam os processos de negociação biográfica possíveis entre os seus biógrafos e seus descendentes. Assim, a pesquisa buscará apontar os limites e possibilidades, bem como as tensões, conflitos, acordos e transações ocorridas nos escritos sobre a vida do revolucionário comunista nos últimos 60 anos no Brasil, e, desta forma, ampliar o debate sobre as tensas relações entre a biografia e a história.

A maioria das alusões a Luiz Carlos Prestes (1898-1990) na historiografia coloca-o em um lugar de ícone da esquerda brasileira, de uma trajetória vinculada à história política nacional ao longo do século XX. Tal visibilidade é citada de forma recorrente por conta de seu protagonismo na chamada Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida como Coluna Prestes, marcha constituída por rebeldes que percorreram 25 mil quilômetros do território brasileiro entre os anos de 1925 e 1927, em combate ao governo de Arthur Bernardes.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2004), durante o período posterior à ação da Coluna, houve o reconhecimento público de Luiz Carlos Prestes como o “Cavaleiro da Esperança”. Esta projeção ocorreu principalmente nos noticiários cariocas, que tendiam a exaltar a figura do jovem capitão, transformando-o em um herói nacional. Surgiu, naquele momento, uma narrativa mitológica que seria bastante agenciada durante o processo de crise nos anos finais da chamada República Velha (1927-1930).

Neste mesmo contexto de crise política nacional, Luiz Carlos Prestes aderiu ao comunismo, tendo protagonizado na década seguinte, em consonância com os ideais das frentes populares, a *Aliança Nacional Libertadora*. A ANL foi uma organização política composta por setores de diversas correntes ideológicas, como

democratas, tenentes, operários e intelectuais de esquerda, criada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de lutar contra a influência fascista no Brasil. O principal desfecho da Aliança foi a emergência das insurreições comunistas de 1935, chamadas pejorativamente de *Intentonas Comunistas*, movimentos ocorridos em alguns quartéis das forças armadas nas cidades de Natal (RN), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

O período de prisão de Prestes, entre os anos de 1936 e 1945, de acordo com Jorge Ferreira (2002), trouxe uma comoção nacional e internacional causada pelos suplícios na cadeia, tendo alimentado ainda mais a ideia de um *mito político*. A partir de sua libertação, ocorrida no contexto de término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), Prestes ganhou, segundo Ferreira (2002), uma mudança significativa na sua imagem política, sofrendo uma modelagem através de “uma campanha sistemática e coordenada de enaltecimento e de culto à personalidade por parte dos militantes, dirigentes e meios de comunicação comunistas” (FERREIRA, 2002, p. 249).

Tal culto à personalidade fazia parte de uma estratégia maior, ou seja, da política cultural do Partido Comunista do Brasil, segundo os pesquisadores Berenice Cavalcante (1986) e Antônio Albino Canelas Rubim (1995). Nessa política, destacavam-se a divulgação de determinados suportes ou meios de comunicações, a exemplo de livros, periódicos, panfletos e programas radiofônicos ligados ao “Partidão”, como era conhecido o PCB.

Entre os livros, há uma proeminência para algumas narrativas biográficas, a exemplo da pioneira biografia romanceada pelo escritor baiano Jorge Amado, lançada na Argentina em 1942, durante seu exílio em Buenos Aires, *Vida de Luiz Carlos Prestes: el caballero de la esperanza*, pela Editora Claridad. A versão brasileira do mesmo livro, chamada de *O Cavaleiro da Esperança*, foi publicada no ano de 1945, quando o comunista já estava liberto da prisão. Neste meio termo, diversas edições do mesmo livro foram lançadas no Brasil e no exterior, por diferentes editoras.

Além de Jorge Amado, outros biógrafos brasileiros ou brasilianistas, entre as décadas de 1980 e 2010, publicaram narrativas biográficas sobre o líder comunista brasileiro. Devido a este protagonismo político, Luiz Carlos Prestes tornou-se, talvez, uma das personalidades brasileiras mais biografadas ao longo do século XX e neste



início de século XXI, perdendo apenas, em número, para o ex-Presidente da República, Getúlio Vargas (STEFFENS, 2008; NETO, 2012).

O que chama a atenção é que durante muitos anos a biografia de autoria de Jorge Amado foi a única disponível aos leitores brasileiros no mercado editorial nacional, tendo sido interrompida apenas a partir de 1964, com o golpe civil-militar. *O Cavaleiro da Esperança* voltou a ser publicado apenas a partir de 1979, já no período de redemocratização, depois de 15 anos da mesma ditadura. Desta forma, houve um longo intervalo de novas narrativas biográficas sobre o comunista, que só seria rompido com a abertura democrática e a expansão por um maior interesse sobre a história política brasileira ao longo das décadas de 1990 e 2000.

O intervalo entre os anos 1940 e 1980 foram intensos para Prestes: o líder descobriu que sua primeira companheira, a militante comunista Olga Benário, havia sido morta pela Gestapo em 1942, foi eleito Senador da República pelo PCB em 1945, tendo perdido o mandato devido à decretação da ilegalidade do partido em 1947, além de enfrentar sucessivas perseguições políticas e longos períodos de clandestinidade e ter se exilado na União Soviética durante boa parte do período militar brasileiro. No plano pessoal, casou-se com Maria Prestes, com quem teve sete filhos. Apenas no ano de 1979, devido à anistia política, Prestes voltou ao Brasil, quando rompeu com o PCB e aproximou-se do PDT e dos dois principais líderes do partido, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, tendo falecido em março de 1990.

Foi justamente depois da morte do líder comunista que surgiram a maioria das narrativas biográficas<sup>1</sup>, não apenas lançadas em livros ou plaquetes<sup>2</sup>, como também em vídeos<sup>3</sup>. Tal constatação só foi possível através de um levantamento

---

<sup>1</sup> Antes da obra de Jorge Amado encontramos apenas uma biografia, a plaquete *Le Général Prestes: le héros de la Liberté du Brésil*, publicada em 1936, em Paris, de autoria de Octávio Perez. Pouco depois do lançamento no Brasil de *O Cavaleiro da Esperança*, encontramos também o livro-álbum *Prestes*, produzido por vários autores não identificados ligados ao PCB, lançado em 1952.

<sup>2</sup> Termo que tem origem francesa (*plaque*), que vem placa (pequena camada), também conhecido como livro ou livreto geralmente com menos de 50 páginas em formato brochura simples.

<sup>3</sup> As biografias localizadas sobre o líder comunista foram: *Luís Carlos Prestes*, perfil jornalístico de Paulo Custódio (1985), da Coleção Esses Gaúchos; *Luís Carlos Prestes, 90 anos de vida, 66 anos de luta*, do Comitê Luiz Carlos Prestes (1988); *Perfil – Luiz Carlos Prestes*, documentário dirigido por Milton Alencar Júnior (1992); *O Velho: a história de Luiz Carlos Prestes*, documentário de Toni Venturi (1997); *Luís Carlos Prestes*, perfil jornalístico de Guilherme Azevedo (1998) – presente no fascículo número 03 da Coleção Rebeldes Brasileiros, da Editora Caros Amigos, juntamente com Stanislaw Ponte Preta; *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*, perfil histórico de Anita Leocadia Prestes (2006); *Heroísmo Trágico do Século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, do russo especialista em história brasileira, Boris Koval (2007); *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro*, perfil jornalístico de Moacir Assunção (2007); *Prestes: o Cavaleiro da Esperança*, documentário dirigido por Maria Maia, da TV Senado (2014). Recentemente, mais duas importantes biografias foram lançadas no Brasil: *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, do

bibliográfico e documental realizado em diversas obras de referências, entre dicionários biográficos e históricos, estudos específicos sobre o comunista gaúcho, além de revistas e jornais acadêmicos, muitas delas descritas em fundos documentais encontrados em diversas instituições universitárias<sup>4</sup>.

Desta forma, a partir deste levantamento, procuramos escolher quatro narrativas biográficas que possibilitassem uma análise comparativa sobre a construção biográfica de Luiz Carlos Prestes, considerando suas estruturas narrativas e amplitudes de sua trajetória:

- *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, do escritor Jorge Amado (1945);
- *Heroísmo Trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, do historiador Boris Koval (2007);
- *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, do historiador Daniel Aarão Reis (2014); e
- *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, da historiadora Anita Leocadia Prestes<sup>5</sup> (2015).

Desta forma, definimos como objetivo central desta tese analisar a política da memória presente na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes<sup>6</sup> (1898-1990), em

---

historiador Daniel Aarão Reis (2014) e *Luiz Carlos Prestes: uma biografia política*, de autoria da também historiadora Anita Leocadia Prestes (2015).

<sup>4</sup> As instituições pesquisadas foram: Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP), além do Fundo Luiz Carlos Prestes, pertencente ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Na UNICAMP, em Campinas (SP), pesquisamos no Arquivo Edgard Leuernroth; na UNESP, em São Paulo, pesquisamos no Fundo Astrogildo Pereira; na USP, pesquisamos na Biblioteca Brasileira (Acervo Guita e José Mindlin), na Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH) e no Arquivo Edgar Carone (Museu da República), os dois primeiros em São Paulo (SP) e o último em Itu (SP). No Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro (RJ), consultamos o Fundo Luiz Carlos Prestes.

<sup>5</sup> Sobre a forma como o nome Leocadia surge na maioria das referências, se encontra mais recorrentemente sem acento no primeiro “a”. Porém, observamos em alguns livros a presença do acento, como na capa dos livros *Anos Tormentosos* e *Os Militares e a Reação Republicana*. Optamos por deixar sem o acento como se encontra no próprio título da biografia *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*.

<sup>6</sup> Optamos pelo uso do Z em detrimento do S, no nome do biografado, neste trabalho. Os biógrafos historiadores Boris Koval e Anita Leocadia Prestes se utilizam do Z, enquanto Jorge Amado e Daniel Aarão Reis se utilizam do S. Cada qual se justifica de alguma maneira. A nossa justifica-se como necessidade de padronizar todas as referências do texto, deixando, evidentemente, aquelas transcritas das próprias narrativas biográficas. Dos quatro, os únicos que tocam neste assunto são Daniel Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes. O primeiro afirma: “a grafia ‘Luís’ não substitui a adotada pelo Instituto Luiz Carlos Prestes, mas a original, que consta em sua certidão de batismo. Atualizou-se a grafia por motivos editoriais (N.E)” (REIS FILHO, 2014, p. 07). Já a segunda justificou: “embora na certidão de nascimento o pronome de Prestes esteja grafado com ‘s’, durante toda a vida a grafia usada por ele, inclusive em sua assinatura, e registrada em seus documentos foi com ‘z’, por essa razão, nesta biografia optamos por ‘Luiz’” (PRESTES, 2015, p. 15).

um recorte que privilegia os seus primeiros 50 anos de vida (1898-1948), comparando, assim, as abordagens do líder comunista destas quatro narrativas biográficas, todas elas lançadas no Brasil entre os anos de 1945 e 2015.

Desta forma, procuraremos responder à seguinte pergunta: o que a análise destas quatro narrativas biográficas, elaboradas em circunstâncias diferentes, por autores diferentes, nos diz sobre os limites da escrita biográfica?

Além disso, pretendemos investigar de que forma os conflitos familiares de Luiz Carlos Prestes a partir dos dois eixos de tensão Maria do Carmo Ribeiro Prestes x Anita Leocadia Prestes, respectivamente segunda esposa e filha, influenciaram na elaboração das quatro narrativas aqui analisadas, compreendendo, dessa forma, como se deu o processo de negociação biográfica, ou seja, o processo de transação entre o biógrafo e o biografado e seus familiares ou herdeiros. Tal negociação é, em alguns casos, permeada por liberações, censuras e cerceamentos, o que envolve, portanto, tensões, conflitos, silenciamentos, facilitando, ou não, por exemplo, a autorização e contato com fontes documentais.

Nesta lógica, o processo de negociação biográfica vai além do próprio processo de transação entre os biógrafos e os seus familiares, como em todo o processo biográfico, observando, por exemplo, como Jorge Amado (2011) esteve atrelado a certas ideias da política cultural do PCB nos anos 1940; Boris Koval (2007) à sua necessidade de julgar através de opiniões as ações do seu biografado, em um contexto de desmembramento da URSS e os ressentimentos ali contidos, entre as décadas de 1970 e 2000; no caso de Anita Leocadia Prestes, com sua postura de herdeira e guardiã da memória do pai, e de Daniel Aarão Reis Filho (2014), que propõe uma biografia histórica baseada em evidências e em um claro processo de questionamento ou desconstrução de seu biografado.

Ao observarmos as quatro biografias escolhidas, visualizamos que elas operacionalizaram uma narrativa calcada na sequência linear, partindo sempre do nascimento e das origens do biografado, passando por sua formação militar e pela atuação político-militar até sua morte<sup>7</sup>, formatando uma ideia de *totalidade do sujeito biografado*, quase sempre a partir de um cronograma ordenado, com a personalidade do biografado organizada de forma coerente e estável, construindo, portanto, aquilo que Pierre Bourdieu (2006) chamou de uma *ilusão biográfica*.

---

<sup>7</sup> A exceção é Jorge Amado, em sua biografia *O Cavaleiro da Esperança*, que cobre a trajetória de Prestes até o ano de 1942, quando da primeira edição da obra.

Todavia, enquanto narrativas biográficas produzidas em contextos e lugares sociais diferenciados, os quatro biógrafos se ampararam, como veremos ao longo desta pesquisa, em matrizes narrativas diferentes, abordando os temas políticos e sociais envolvidos na trajetória do líder político de forma dessemelhante, construindo um biografado cada qual à sua maneira, mesmo que muitas vezes se utilizassem das mesmas testemunhas e documentações.

Devido a este caráter unidimensional, estruturamos metodologicamente as narrativas biográficas que escolhemos circunscrevendo os principais acontecimentos narrados por seus biógrafos, de seu nascimento em 1898 até à cassação definitiva do PCB no ano de 1948, analisando, dentro de um recorte temático e temporal, as disputas pelo passado entre os autores das biografias a partir de suas afinidades políticas, ideológicas e familiares, investigando, assim, os processos de monumentalização do sujeito comunista e de sua desmistificação através de uma *operação biográfica*.

Compreendemos como *operação biográfica* um conjunto de procedimentos de análise das biografias, que mesmo seguindo caminhos próprios, se encontra amparado na chamada *operação historiográfica* apresentada primeiramente pelo historiador Michel de Certeau (2007) e desdobrada de forma adaptada, décadas depois, pelo filósofo Paul Ricouer (2010).

Assim, ao aproximarmos a biografia da historiografia, nos baseamos no modelo da análise historiográfica de Michel de Certeau (2007), em sua *operação historiográfica*, para analisarmos as narrativas biográficas sobre Luiz Carlos Prestes a partir dos três pontos principais: a) *o lugar social dos biógrafos de Prestes*, compreendido aqui como a análise da formação acadêmica, política e cultural de cada um deles (Amado, Koval, Prestes e Aarão Reis), assim como as suas determinações, imposições e privilégios, vinculações institucionais e ideológicas; b) *os procedimentos de análise científica e historiográfica das quatro biografias de Prestes*, compreendido como as técnicas de produção escrita, as formas de manipulação das fontes e as construções de modelos de atribuição de resultados dos biógrafos; e c) *a construção de uma escrita biográfica prestista*, a partir da análise das representações escriturárias, das ordens cronológicas e dos tempos discursivos construídos pelos quatro autores. O lugar social dos autores das biografias será apresentado principalmente nesta introdução; já as formas de

procedimentos de análises biográficas, bem como a construção de uma escrita biográfica, serão trabalhadas ao longo dos quatro capítulos desta tese.

Paul Ricouer (2010), que se utilizou da mesma escansão, destaca os níveis interligados dos estágios sucessivos do processo de elaboração historiográfica, que podemos muito bem adaptar aos caminhos do que chamamos de operação biográfica. Primeiramente o autor apresentou a chamada *fase documental*, quando o testemunho se transforma em arquivo, abrigando os rastros do processo. Em seu processo, o biógrafo também segue este mesmo caminho, arquivando os vestígios do passado. Em seguida, o mesmo filósofo nos apresenta a *fase explicativo-compreensiva*, quando o objeto de referência é analisado em suas singularidades, deslocamentos, repetitividade, seriação, recepção, apropriação e negociação. Nesta lógica, é possível percebermos justamente as diferenças e semelhanças de enfoque dos biógrafos de Luiz Carlos Prestes. Por último, Ricouer (2010) nos apresenta a *fase representação historiadora*, quando se encontra os signos da literalidade ou da representação literária. Como bem explicitou, “não constituem estágios sucessivos, mas sim níveis intrincados aos quais somente a preocupação didática confere uma aparência de sucessão cronológica” (RICOUER, 2010, p. 247).

Os procedimentos do que chamamos de *operação biográfica* estão interligados com o objetivo principal da nossa tese: a análise da política da memória presente na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes, refazendo, assim, o caminho de composição da vida de Prestes através de seus biógrafos, em suas abordagens diferenciadas no exercício de inserir o biografado no contexto histórico, fazendo de nossa investigação um problema historiográfico. Desta forma, acreditamos que pensar a biografia é um problema histórico, como também ético e estético –, o que implica abordar questões morais, sociais e políticas envolvidas nesta elaboração biográfica.

Como comparação, foi necessária uma aproximação de suas estruturas e matrizes narrativas, em especial em suas composições de capítulos, a abordagem de temas-chave, analisando, desta forma, semelhanças e diferenças, bem como confrontos e consensos, levando em consideração as especificidades dos discursos acadêmicos e literários das narrativas biográficas escolhidas.

A escolha de um recorte temporal passando pelos primeiros 50 anos de Luiz Carlos Prestes se deve primeiramente pela longa extensão da trajetória do biografado, quase centenária; e por compreendermos que os primeiros 60 anos de

sua vida são aqueles em que se constituiu um maior volume de movimentos de *construção mítica do personagem*, o que nos permitiu observar os diferentes usos de uma memória fabricada por seus familiares e principalmente partidários do PCB, presentes na elaboração das memórias biografadas.

Ao chamarmos a adaptação de *operação biográfica*, a partir da qual procuramos analisar a construção de Luiz Carlos Prestes por meio de recortes temáticos e temporais, evidenciamos a necessidade de diálogo com alguns estudiosos da biografia, a exemplo de Sérgio Vilas Boas (2008) e Wilton Silva (2016), no sentido de compreender os limites do fazer biográfico. Para Sérgio Vilas Boas (2008), são nove as limitações principais de uma biografia: descendência, fatalismo, extraordinariedade, verdade, transparência e tempo<sup>8</sup>. Já o historiador Wilton Silva (2016) levantou os cinco principais equívocos dos biógrafos: proselitismo, julgamento moral, pirotecnia, ingenuidade e descontextualização<sup>9</sup>. Sempre que possível, procuramos dentro do processo de análise da operação biográfica dos quatro biógrafos de Luiz Carlos Prestes, compreender as principais limitações das biografias e dos seus autores analisados a partir das reflexões destes e outros estudiosos do tema.

Ainda na questão da operação biográfica, é necessário ainda afirmarmos a perspectiva comparativa que escolhemos para análise das narrativas biográficas. Considerado um campo interdisciplinar bem estabelecido, com direito à rubrica própria ou modalidade historiográfica, a história comparativa permite analisarmos a construção biográfica de Luiz Carlos Prestes, investigando as diferenças e

---

<sup>8</sup> Para Sérgio Vilas Boas (2008), descendência é uma tendência a partir da qual a maioria dos biógrafos recorre automaticamente aos pais para explicar traços pessoais de seus biografados. O fatalismo é uma “doutrina” segundo a qual os acontecimentos da trajetória do biografado são fixados com antecedência pelo destino. A extraordinariedade é quando o biografado é visto pelo biógrafo como anormal, gênio ou Deus. A verdade é uma limitação do biógrafo em não relatar as diversas facetas ou eus de um mesmo biografado. A transparência é a ausência de exposição do biógrafo dos seus processos criativos e perceptivos. Por último, o tempo seria a definição cronológica rígida na narrativa do biografado.

<sup>9</sup> Para Wilton Silva (2016), “o proselitismo reflete as relações de pertencimento que ligam o biógrafo e o biografado, assim como o julgamento moral reflete o contraste entre as escolhas e valores do biografado e do biógrafo (e de seu auditório, no sentido utilizado por Perelman), sendo ambos o resultado de uma avaliação ético-política do passado e daquilo que dele se pode ou se quer analisar” (SILVA, W., 2016, p. 54). Já “a pirotecnia, na maioria das vezes, surge da ambição literária do biógrafo, que, em meio aos encômios e gabos, às proscricções e imputações, usa de maneira viciada as hipérboles e auxeses enquanto palra e chalreia em uma forma de narrativa que acredita ser ornamental e letrada como reflexo da sobrevivência de certos traços da cultura bacharelesca em alguns círculos ou em parte do imaginário social” (SILVA, W., 2016, p. 55). Sobre a ingenuidade, é quando o biógrafo não se aprofunda sua interpretação, aceitando tudo o que as fontes possibilitam. Por último, a descontextualização é um equívoco da ausência da contextualização, de um maior rigor com a temporalidade em que o biografado se encontra inserido.

semelhanças de olhar sobre o biografado a partir dos diversos temas que entrecruzam toda a trajetória do revolucionário (BARROS, 2014).

Ao distinguir a construção biográfica do revolucionário gaúcho, entre objetivos heurísticos, descritivos, analíticos e paradigmáticos, criamos as unidades de comparação a partir de blocos de temporalidades e de temas, definindo, assim, nossa perspectiva comparativista no caminho semelhante ao de Jurgen Kocka (2014), quando afirma que “comparação em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente em respeito a suas similaridades e diferenças de modo a alcançar certos objetivos intelectuais” (KOCKA, 2014, p. 279).

Ainda do ponto de vista teórico, cabe a retomada das ideias de Paul Ricoeur (1994), expostas no livro publicado em três tomos, *Tempo e Narrativa*, sobretudo a partir do conceito de *mimese* em seu *círculo hermenêutico*. Para o filósofo francês, a *mimese* pode ser compreendida como uma representação,

Porém que não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação de presença, como se poderia entender na *mimese* platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção. O artesão de palavras não produz coisas, mas somente quase-coisas, inventa o como-se (RICOEUR, 1994, p. 76).

Ou seja, para Ricoeur (1994), essa *mimese* não significa apenas ruptura com o real, mas principalmente “ligação, que estabelece precisamente o estatuto de transposição 'metafórica' do campo prático pelo *muthos*” (RICOEUR, 1994, p. 77). Desta forma, a *mimese* tem a finalidade de fazer a ligação do real com aquilo que poderia ser através da metáfora e do *muthos* (agenciamento dos fatos).

Paul Ricoeur (1994) divide essa capacidade de transformação do real em imaginário, em três momentos: *mimese I, II e III*, os quais tentaremos definir a seguir. Essas concepções mostraram-se fundamentais para o objeto desta tese (a narrativa biográfica), que se apresenta como um tipo de narrativa encontrada *na intersecção* entre a ficção e a historiografia, utilizando-se de recursos e técnicas narrativas recorrentes tanto na literatura, como na história.

A composição poética do fazer biográfico pode ser entendida aqui como a chamada *mimese II*, que Paul Ricoeur (1994) interpreta como a *mimese* criação. Só que, precedendo esse “momento”, haveria a *mimese I*, ou seja, uma referência que precede a composição poética. No caso, sobre Prestes, o revolucionário na *mimese I* seria o conhecimento prévio que adquirimos sobre o personagem nas aulas de

História, em textos lidos, didáticos geralmente. Paul Ricoeur (1994) afirma que, normalmente, essa pré-compreensão ocorre dentro da obra, recuando ao nível de repertório de leitura, podendo, porém, se estender ao próprio universo cultural de quem lê, abrangendo aspectos éticos e sociais. Assim, pode-se reconhecer a *mimese I* em duas formas: uma *mimese I* de um conhecimento partilhado sobre um fato de que se tem referente apenas na tradição oral, e uma *mimese I* na sua forma escrita.

Proponho esta questão porque a biografia *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, de Jorge Amado, serviu muitas vezes de referência obrigatória para quase todos os livros posteriores sobre o político gaúcho, tendo se tornado, portanto, um ponto de enquadramento de uma memória sobre o biografado. Entretanto, para sua construção narrativa, o autor bebeu de fontes documentais e orais que deram a ele as informações necessárias para a elaboração, partindo sempre dos testemunhos atrelados à família do líder comunista, como também de militantes ligados ao PCB.

O estágio de *mimese II* seria o próprio reino da metáfora, que o filósofo chama do reino do *como-se*. É nesse estágio que ocorre a produção de uma compreensibilidade através do estabelecimento de relações. Para Paul Ricoeur (1994), a *mimese II* tem a função de mediação entre a *mimese I* e a *mimese III*, ou seja, localiza-se entre a pré-compreensão do fato narrado e sua recepção. É nesse estágio que ocorre a *configuração*, a organização dos fatos dentro da narrativa a fim de alcançar o resultado pretendido por quem escreve. Ocorre, então, as relações entre *tempo e narrativa*, aparecendo a verossimilhança, a ruptura do real em direção ao que "poderia ser real". Nesse ponto ocorre a tessitura da intriga, em que os eventos devem ser não apenas enumerados, mas organizados de maneira a parecer uma totalidade inteligível. É dessa organização de eventos que surge a configuração que o biógrafo dá para os fatos que são abordados nas biografias.

Por fim, a *mimese III* seria o último momento, em que o ciclo mimético se fecharia. Seria o estágio da comunicação, com a chegada da obra ao leitor/ouvinte, que, assim, terá uma nova noção do referente do assunto tratado na obra. Assim sendo, o autor configuraria e o leitor reconfiguraria, com esse processo ocorrendo desde a *mimese I* (pré-compreensão), tomando conhecimento do fato através da configuração dada pelo autor, *mimese II*, e completando o ciclo através da *mimese III*, refigurando aquele fato.



Feitas estas considerações teóricas, cumpre ainda afirmar que enquanto construção narrativa, compreendemos a biografia enquanto gênero híbrido, que não se encaixa em uma classificação como uma disciplina organizada, pois constitui-se de todas as suas *tentações contraditórias* (vocações romanesca, ânsia de erudição, a insistência no discurso moral exemplar) e, no dizer de François Dosse (2009), em gênero possível de análise de objeto para o historiador. Além disso, na mesma esteira de Paul Ricoeur (2010), compreendemos que assim como a narração historiográfica e a narração ficcional, a biografia surge a partir de leituras, de imaginações e da aplicação de recursos estilísticos, ainda que regida por obrigações desiguais em relação à verossimilhança e à prova. Assim, entendemos a biografia como a produção de uma memória que, à semelhança da literatura, é uma reinvenção do passado.

No campo historiográfico, a pesquisa sobre a construção social de sujeitos políticos em uma perspectiva comparativa vem avançando consideravelmente no Brasil, na mesma lógica em que os estudos biográficos vêm ganhando, paulatinamente, um importante espaço no campo científico nas Ciências Humanas e Sociais.

Os anos 1990 são considerados um momento-chave para o início de uma produção mais intensa sobre biografias no campo da História, tanto que o crescimento dos estudos deste tema na historiografia brasileira foi visto por Vavy Pacheco Borges (2005) como uma “conversão biográfica”. O historiador Benito Schmidt (2000) remete ao ressurgimento da biografia e enfatiza que os estudos biográficos deixaram os bastidores e passaram para o primeiro plano da produção historiográfica brasileira e internacional.

Ao realizarmos um panorama sobre os estudos biográficos no Brasil, entendemos que quatro tipos de abordagens historiográficas vêm se destacando nestas duas últimas décadas sobre o tema:

a) Enfoque na análise dos biógrafos, no entendimento de como determinados produtores de narrativas biográficas elaboraram os seus projetos biográficos<sup>10</sup>;

---

<sup>10</sup> Nessa abordagem, podemos destacar os estudos publicados em livros: *Em Terreno Movel: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*, de Márcia Almeida Gonçalves (2009); *Anel Encarnado: biografia & história em Raimundo Magalhães Júnior*, de Mariza Guerra de Andrade (2013); *Biografia e História: panteonização e iconoclastia em Raimundo Magalhães Júnior*, de João Muniz Júnior (2018) e *Pelo Prisma Biográfico: Joseph Frank e Dostoiévski*, de Giuliana Teixeira Almeida (2020).

b) Enfoque na análise da construção dos biografados a partir da comparação de diversas biografias sobre o mesmo biografado (na qual o nosso estudo se enquadra). Tal abordagem, desde os anos 1980, é presente na academia não apenas no campo da História, como também nos estudos literários<sup>11</sup>;

c) Enfoque na concepção de biografia produzida por determinadas instituições históricas, literárias e culturais<sup>12</sup>;

d) A própria elaboração de biografias por parte dos historiadores. Em muitos casos, tais enfoques são trabalhados simultaneamente<sup>13</sup> (GAUDÊNCIO, 2018).

É necessário compreendermos que tais abordagens não são estanques e que muitas vezes o historiador realiza estes vários movimentos de análise em um mesmo estudo. Contudo, nossa pesquisa se apresenta tendente à segunda tipologia

---

<sup>11</sup> No campo das letras, temos os exemplos das pesquisas de Janet Malcolm (1995) em *A Mulher Calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia*, no qual a autora analisa cinco biografias da poeta inglesa Sylvia Plath lançadas nos Estados Unidos entre os anos 1970 e 1990, compreendendo os dilemas pessoais, familiares e estéticos destes processos biográficos; Maria Helena Werneck (2008), em seu *O Homem Encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*, realiza uma incursão sobre diversas biografias do escritor carioca, destacando as confusões entre vida e obra no biografismo sobre o autor de Dom Casmurro. Temos ainda Luciara Assis (2011), em *Retratos Biográficos de Olga Benário: uma vida escrita*, que estuda algumas das várias biografias de Olga Benário Prestes, presentes em narrativas, peças teatrais e filmes, compreendendo como os biógrafos transitaram entre o registro histórico e a recriação ficcional para trazer ao público possível as diferentes versões da vida da personagem. No campo histórico, podemos destacar as pesquisas de John Lukács (1998), que em *O Hitler na História* analisa as inúmeras biografias do ditador alemão, realizando um intenso levantamento das principais obras sobre Hitler publicadas na Alemanha e outros países da Europa ao longo do século XX. Rebekah Higgitt (2007), que em *Em Recreating Newton: Newtonian Biography and the Making Of Nineteenth-Century History Of Science*, examina como a reputação de Isaac Newton foi sendo utilizada e alterada por homens britânicos da ciência em biografias e estudos históricos publicados entre 1820 e 1870. Aglasi Viviani (2003), em *Strange Spirits and Even Stranger Bodies: l'icona di Elizabeth I nelle biografie di ter modernisti inglesi*, compara a construção biográfica de Elizabeth I por Lytton Strackey, Virginia Woolf e Edith Sitwell, discutindo questões de narrativa e de gênero. Entre os historiadores brasileiros destacam-se Magda Ricci (2001), em *Assombrações de um Padre Regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*, na qual empreende uma análise sobre as diferentes memórias sobre Diogo Antônio Feijó. São mais de 50 biógrafos avaliados, em diferentes temporalidades e percursos desenhados por cada um deles. Andrea Delgado (2003), em *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*, tese de doutorado pela Unicamp, investiga a invenção de Cora Coralina como mulher-monumento, analisando os discursos, os agentes e as instituições que disputam a produção da sua biografia hegemônica. Adriana Souza (2008), em *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*, analisa um conjunto de biografias produzidas sobre o Duque de Caxias, compreendendo que elas ergueram um monumento narrativo ao personagem. Marcelo Steffens (2008), em *Getúlio Vargas Biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*, procura identificar as imagens construídas de Getúlio Vargas pelos autores de oito biografias selecionadas pelo autor e lançadas entre os anos de 1939 e 1988. Wilton Silva (2016), em *Vida Póstuma de um ilustre e desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)*, realiza uma análise de quatro biografias do jurista e escritor Clóvis Beviláqua, escritas em diferentes momentos.

<sup>12</sup> Nessa abordagem, podemos destacar o estudo *Escrever Vidas, Narrar a História: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*, de Maria da Glória Oliveira (2011), que analisa as publicações biográficas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

<sup>13</sup> Nessa abordagem, podemos destacar os estudos dos seguintes autores publicados em livros: João José Reis, Mary Del Piore, Maria Lúcia Pallares Burke, Benito Bisso Schmidt, Júnia Furtado, Ronaldo Vainfas e tantos outros.

de abordagem, pois pretendemos analisar comparativamente como se deu a construção de Luiz Carlos Prestes por meio de diferentes biógrafos, em distintas biografias e temporalidades.

Sob a rubrica de narrativa biográfica, encontramos um variado número de gêneros de produção textual que têm como tendência o uso da estrutura narrativa para reconstrução da história de vida de alguém, a exemplo das autobiografias, biografias, memórias, romances biográficos e perfis<sup>14</sup>. Contudo, optamos por circunscrever as narrativas biográficas sobre Prestes que procuraram captar a totalidade da trajetória do sujeito e no qual se estabeleceu um processo de negociação do passado, mediado pela figura do biógrafo.

Sobre como Luiz Carlos Prestes vem sendo abordado na historiografia brasileira, entendemos que há uma diversidade imensa de enfoques. Porém, alguns pontos são observáveis com mais recorrência. Um deles é a abordagem política por meio de uma perspectiva teórico-metodológica marxista.

Segundo Matheus Pontes (2008), as imagens de Prestes na contemporaneidade são enfocadas em dois ângulos: pelas agremiações de esquerda brasileiras e pela historiadora e filha Anita Leocadia Prestes. Dentro desses dois ângulos, podemos identificar no âmbito historiográfico uma série de temáticas que envolvem o revolucionário gaúcho. Observamos duas predominantes: a participação do mesmo nas lutas sociais no Brasil dos anos 1920 a 1940, como os movimentos tenentistas e participação nas frentes populares, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as revoltas comunistas de 1935; e a liderança de Prestes junto ao PCB, de 1945 a 1980<sup>15</sup>. Só recentemente alguns estudos à luz da Nova História

---

<sup>14</sup> A pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010) chama a atenção para a existência de outros gêneros que também possuem características (ainda que momentâneas) da escrita de uma vida, a exemplo das entrevistas, conversas, perfis, anedotários, histórias de vida, *talk shows*, *reality shows*, entre outros. Essa tematização da vida em diferentes gêneros aponta para a formação do que a autora chama de *espaço biográfico*.

<sup>15</sup> Podemos exemplificar através de alguns estudos lançados entre os anos 1970 e 2000. No primeiro grupo temos: *1926: a grande marcha*, de Hélio Silva (1964b); *A Coluna Prestes*, de Neill Macaulay (1978); *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*, de José Augusto Drummond (1991); *A Coluna Prestes*, de Anita Leocadia Prestes (1997) e *A Coluna Prestes: análise e depoimento*, de Nelson Werneck Sodré (1978). Sobre o movimento tenentista, temos: *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*, de José Augusto Drummond (1986); *O Tenentismo Pós-1930: continuidade ou ruptura*, de Anita Leocadia Prestes (1999); *O Sentido do Tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa (1976); *Tenentismo e Política* e *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, de Maria Cecília Spina Forjaz (1977 e 1989) e *Tenentismo e revolução brasileira*, de Vavy Pacheco Borges (1992). Sobre a chamada "Intentona Comunista", temos: *A Intentona Comunista de 1935*, de Nelson Werneck Sodré (1986), e *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, de Marly de Almeida Gomes Vianna (2011). No segundo grupo, temos, por exemplo: *O PCB*, em três volumes, da autoria de Edgard Carone (1982); *O Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*, de Ronald Chicote

Política procuraram destacar pontos pouco explorados até o momento<sup>16</sup>, a exemplo de Dulce Pandolfi (1995), Jorge Ferreira (2002), Rodrigo Pato Sá Motta (2004) e Matheus Pontes (2008)<sup>17</sup>.

Para Glauber Biazio (2003), a produção existente sobre Luiz Carlos Prestes é composta por pontos de vista antinômicos que vão da entusiástica biografia escrita por Jorge Amado na década de 1940, passando pela análise do mito prestista feita por Abguar Bastos (1986), aos textos pautados pela crítica à atuação do líder comunista, iniciado pelo livro de Osvaldo Peralva (*O Retrato*, 1960) e chegando ao livro de Jacob Gorender (*Combate nas Trevas*, 1987)<sup>18</sup>.

Compreendemos as biografias escritas sobre o político gaúcho como *fontes históricas* e ao mesmo tempo enquanto *objetos de pesquisa*, dos quais procuramos interpretar as motivações que envolveram o processo de escrita biográfica, evidenciando os problemas históricos, historiográficos e pessoais em um debate que permeia as relações entre biografia, mito e memória. Nesta lógica, a perspectiva teórica e metodológica deste trabalho é a da *Nova História Política*, entendida aqui

---

(1982); *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender (2015); *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido comunista – 1920-1964*, de Gildo Marçal Brandão (1997); *A esquerda e o Golpe de 64*, de Dênis de Moraes (2011); *Os Comunistas Brasileiros e Luiz Carlos Prestes: um combate por um partido*, de Anita Leocadia Prestes (2010 e 2012); *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, de Antonio Carlos Mazzeo (1999) e *Corações Vermelhos*, de Antonio Carlos Mazzeo e Maria Isabel Lagoa (2003).

<sup>16</sup> Nas duas últimas décadas, o jornalismo brasileiro produziu livros-reportagem sobre acontecimentos políticos relacionados a Prestes numa perspectiva de questionamentos sobre o mito, como nos trabalhos de Eliane Brum (1994) e William Waack (1993), com os títulos respectivos: *Coluna Prestes: o avesso da lenda*, e *Camaradas: nos arquivos de Moscou – a história secreta da revolução brasileira de 1935*.

<sup>17</sup> Dulce Pandolfi (1995) analisa o processo de construção de identidade do PCB, destacando o papel do comunista nesse processo, em *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Jorge Ferreira (2002) enfatiza a importância de Prestes na construção do imaginário comunista em sua tese de doutorado em História apresentada no livro *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rodrigo Pato Sá Motta (2004) elaborou um estudo sobre as batalhas relacionadas à formação do mito Prestes nos anos 1940, em seu artigo *Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes*, publicada na revista *Estudos Históricos*. Já Matheus Pontes (2008) discutiu a abordagem sobre os personagens Prestes e Olga na literatura de Jorge Amado e Fernando Morais, em sua dissertação de mestrado em História: *Luiz Carlos Prestes e Olga Benário: construções identitárias através da história e da literatura*. Porém, em nenhum dos quatro estudos acima percebemos um debate aprofundado sobre a construção biográfica do revolucionário comunista no que se refere às relações entre mito e memória, o que acreditamos ter ocorrido devido à ideia de que a biografia como processo de mitificação se daria por uma (in)consciente covalência obrigatória entre biografia e literatura, uma ficção, portanto, em contraste com a relação direta entre história, documento e verdade.

<sup>18</sup> Para Glauber Biazio (2003), os livros de memórias também apresentam avaliações da atividade de Luiz Carlos Prestes a partir de ângulos diferentes; é o caso de Elias Chaves Neto (*Minha vida e as Lutas de Meu Tempo*, 1977), que não poupou críticas às concepções políticas defendidas pelo “Cavaleiro da Esperança” na época, seguido de Agildo Barata (*Vida de um Revolucionário*, 1978), que também lhe fez oposição em outro momento. Em outra vertente, podemos citar o livro de Gregório Bezerra (*Memórias*, 2 volumes, 1980), membro do Comitê Central do PCB até 1980 e que se manteve favorável às decisões políticas tomadas por Prestes.

como um campo de estudo marcado pela valorização do sujeito e da narrativa na história.

Segundo Philippe Levillain (2003), a *Nova História Política* se apresentou em um contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, que procurou dar voz ao indivíduo na história através de uma valorização da ação e dos atores, tendo como consequência o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico.

De todos os conceitos presentes na Nova História Política, um dos mais relevantes para este trabalho é o de *cultura política*, que pode ser caracterizado como um

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014, p. 21).

Para Serge Bernstein (1998), no interior de uma mesma categoria existe uma pluralidade de culturas políticas, com “zonas de abrangências que correspondem à área dos valores partilhados” (BERSTEIN, 1998, p. 354), a exemplo das culturas políticas socialista, nacionalista, católica, evidenciando o caráter mutante destas mesmas expressões, pois todas se alimentam e enriquecem com múltiplas contribuições ao longo de diversas temporalidades. Interessa-nos, sobretudo, a cultura política comunista no Brasil, no dizer de Jorge Ferreira (2002), visto que Luiz Carlos Prestes se apresentou como paradigma na esquerda brasileira do século XX através de sua atuação junto ao PCB.

Rodrigo Pato Sá Motta (2013) compreende que no Brasil houve uma cultura partidária do PCB, instituição fundada em 1922 e que, ao longo das décadas de 1920 e 1930, “muitos militantes tornaram-se comunistas por identificarem-se com a imagem de Luiz Carlos Prestes” (MOTTA, 2013, p. 19). Tal cultura política comunista possuía, entre outras características, a crença na razão, na ciência e no progresso, a sacralização de líderes e instituições, um culto a certos textos dogmáticos (baseados no marxismo-leninismo), um combate ao imperialismo, além de uma base teórica em um código rígido de comportamento<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Evidentemente que cabem também críticas aos limites dos usos e abusos da perspectiva da chamada *Nova História Política*, a exemplo das elaboradas por Marcelo Badaró (2014), de uma

Entendemos, ainda com relação a este debate, que a cultura partidária do PCB, vista por Rodrigo Pato Sá Motta (2013) como o modelo mais pragmático de uma cultura comunista no Brasil, pode ser ampliada no sentido de uma formação de certa *cultura biográfica comunista*. Ou seja, ao longo do século XX, em determinados períodos da história política brasileira, houve momentos de aumento da produção de narrativas biográficas sobre comunistas, a exemplo justamente de quando foi lançada a biografia de Jorge Amado dedicada ao “Cavaleiro da Esperança”, na década de 1940, bem como no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando narrativas de militantes e ex-militantes comunistas foram publicadas no mercado editorial brasileiro, documentando principalmente suas experiências nos períodos de repressão<sup>20</sup>.

Porém, a questão principal que norteia a nossa tese do ponto de vista teórico é a *política da memória* presente nas construções biográficas de Prestes. Neste sentido, a forma como os biógrafos construíram ou desconstruíram o *mito político revolucionário Luiz Carlos Prestes*, seja ele de ordem liberal ou comunista, possibilitaram certos *enquadramentos de memória biográfica*, pessoal e principalmente político, a exemplo da sua formação militar, o movimento tenentista, a constituição da Coluna Miguel Costa-Prestes e as ações das insurreições comunistas, etc. Neste sentido, certos conceitos como *mito político*, *enquadramentos* e *batalhas da memória* fundamentam as nossas abordagens principais sobre os primeiros 50 anos da vida do líder político gaúcho.

O primeiro conceito que vamos discutir é o de *mito político revolucionário*. O mito, apesar de ser um fenômeno de difícil definição, por seu sentido múltiplo, difuso

---

vertente marxista, que viu uma absolutização da cultura na historiografia brasileira desde os anos 1990, da mesma forma que no passado havia um mesmo processo no nível econômico. A crítica de Badaró (2014) observa um abandono explícito, ou uma diluição eclética, do referencial materialista acompanhado pela substituição de outros conceitos. “No caso brasileiro, podemos observar como a historiografia recente repudia, ou contorna, conceitos como o de ideologia, luta de classes, consciência de classe (ou mesmo classe social) através da referência a conceitos de clara matriz culturalista” (BADARÓ, 2014, p. 70). Exemplo são os usos e os abusos do conceito de cultura política, que o historiador considera essencialista, que utilizam da ideia de classe, porém apagam certas ideias de ideologia, em detrimento da unidade e não do conflito. Apesar de válida, a crítica só será justa se os trabalhos desta perspectiva envolverem realmente problematizações com a noção de classe social em seu primeiro plano. No caso de nossa pesquisa, estão sendo analisadas narrativas biográficas que abarcam um sujeito histórico e suas diferenças no que se refere à sua construção biográfica, que não passa necessariamente pelo debate de classe social.

<sup>20</sup> Exemplos são os livros de memórias: *O Caso eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*, de Paulo Cavalcanti (1978); *Minha Vida e as Lutas do Meu Tempo*, de Elias Chaves Neto (1977); *Uma vida em Seis Tempos*, de Leôncio Basbaum (1978); *Combates e Batalhas*, de Octávio Brandão (1978), entre outros, que neste período publicaram suas memórias, principalmente relacionadas às suas vinculações ao PCB.

e muitas vezes pouco nítido, é na realidade uma narrativa (ROCHA, 1986). Originalmente, os mitos eram considerados de maneira exclusiva como narrativas fabulosas e ilusórias (ELIADE, 2013), todavia, nas últimas décadas, os especialistas têm tido uma maior sensibilidade para sua importância social como elemento central nas diversas formações culturais. Os mitos, portanto, são elementos importantes no imaginário social, na medida em que transmitem mensagens, ajudam a forjar valores identitários e contribuem para a coesão dos diversos grupos (MOTTA, 1996).

Para Tiziano Bonazzi (2010, p. 754), “o mito político surgiu como conceito no início do século XX; mas não se fixou numa doutrina largamente aceita. Existem, pelo contrário, fortes tendências a considerá-lo um fenômeno anormal e a excluí-lo da lista dos instrumentos de análise política”. O autor, que publicou suas reflexões nos anos 1950, não esconde o seu descontentamento com a categoria analítica nas Ciências Sociais, por outro lado evidencia Jean Sorel (1993) como uma espécie de pioneiro no debate sobre o tema<sup>21</sup>.

Luiz Carlos Prestes, enquanto sujeito biografado, é em vários momentos tangenciado por certo modelo de mobilização social, o que remete à análise do historiador Bronislaw Baczko (1991) sobre o conceito de imaginário social. O autor entende que as ideias e as imagens utópicas são formas de um imaginário coletivo, do qual os mitos políticos são ligados às concepções de Estado Nação, progresso e revolução. Prestes, ao se confundir em vários momentos com a história do PCB, pode ser analisado desta maneira. Nesta lógica, diante de certos modelos formadores, no dizer de Baczko (1991), são apresentados mitos como o valente guerreiro, o bom cidadão, o militante comprometido, características que estão muitas vezes presentes nas biografias dedicadas ao político gaúcho.

Enquanto modelo formador, compreendemos como Luiz Carlos Prestes foi agenciado como uma forma de mobilização coletiva e, nesta lógica, suas biografias passam por tensões em que o conceito de mito revolucionário se impõe ao longo das narrativas. Segundo o cientista político Luís Felipe Miguel (1994), os mitos políticos são construções discursivas, núcleos imagéticos ou simbólicos fortemente irracionais. “Seu traço fundamental é a promoção de uma relação emocionalizada

---

<sup>21</sup> No livro *Reflexões sobre a Violência*, Jean Sorel (1993) compreende o mito político não como um ato intelecto, analítico e abstrato, mas como um ato de vontade baseado na aprendizagem intuitiva – imediata, global e não analítica – de uma verdade ligada às “mais fortes tendências de um povo, de um partido, de uma classe” (SOREL, 1993, p. 83) e, por isso, particularmente apto a sustentar a ação política de massa.

entre o público e os conteúdos da mensagem política” (MIGUEL, 2000, p. 11). Estudando o papel do mito dentro das mensagens políticas, na tentativa de rastrear as suas diferentes manifestações, o autor lembra que o discurso mítico existe dentro de um meio ambiente cultural ou imaginário coletivo, este, por outro lado, impõe também a eficiência do mito.

No debate sobre mitologia política, a colaboração de Raoul Girardet (1987) é considerável em nosso trabalho. Referência nos Estudos Culturais desde os anos 1980, o historiador procura, baseado na Antropologia Cultural e nas Ciências da Religião, estudar o fenômeno da mitologia política no contexto da realidade francesa dos séculos XIX e XX, definindo o mito político como uma fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real, porém que também exerce certa função explicativa. O autor desenvolveu uma teoria apresentando modelos interpretativos a partir de quatro polos: *a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade*. *A conspiração* seria um mito recorrente no imaginário social, segundo o qual determinados grupos sociais são vistos como responsáveis por desacordos sociais, a exemplos dos judeus, dos jesuítas e dos maçons. *O salvador* seria aquele o herói que capta em torno de si todos os fervores da esperança coletiva. *A idade de ouro* seria a imagem de um passado tornado lenda. *A unidade* seria a crença na unidade política.

Nesta reflexão, nos interessa principalmente a figura do *Salvador*, visto como *um homem providencial, um chefe, um guia*. Raoul Girardet (1987) elaborou quatro tipologias de arquétipos míticos ou modelos de heróis: *o gravitas, o celeritas, o legislador e o Moisés ou o arquétipo do profeta*. O modelo *gravitas* seria o herói que apresenta a firmeza na provocação, a experiência, a prudência, a moderação. O herói *celeritas* é aquele cujo poder não vem do passado, mas sim que se inscreve na ação imediata, num convite à aventura. O herói *legislador* é o fundador de uma nova ordem social, sendo um homem providencial. Por último, temos o herói *Moisés ou o arquétipo do profeta*, que anuncia o novo tempo, sempre numa espécie de impulso sagrado, guiando o seu povo para o futuro. Em vários momentos de nosso trabalho, articularemos como estes modelos foram sendo aplicados ou discutidos pelos biógrafos do biografado.

Segundo Raoul Girardet (1987), esses modelos de herói não se encontram necessariamente distintos e separados. Portanto, um mito político pode se identificar com um ou mais modelos de herói. Em diferentes momentos, as narrativas



biográficas de Luiz Carlos Prestes utilizam-se de algumas das características destes arquétipos míticos, resta-nos analisar como as matrizes narrativas das biografias do político e militar apresentam estes modelos heroicos<sup>22</sup>.

A construção do mito revolucionário de Luiz Carlos Prestes é um dos pontos principais da *política da memória*, elaborada pelo PCB, quando o líder comunista acabou sendo simbolicamente uma espécie de sinônimo do partido ao longo das décadas de 1930 e 1940. Resta compreender também o conceito de política da memória, atrelada à noção da história da memória, como bem afirmou Henry Rousso (2006), como um atrelamento da memória oficial do Estado, como também das “representações do passado no cinema ou na literatura, a historiografia” (ROUSSO, 2006, p. 96). Com isso, nossa concepção é diferenciada porque a política é vista aqui como uma construção que vai além do ângulo tradicional, feita pelo Estado ou pelos partidos, mas também se insere na vinculação, por exemplo, de como a memória familiar também se encontra relacionada a esta memória oficial do “Cavaleiro da Esperança”.

Nesta lógica, um debate sobre como as narrativas biográficas enquadraram uma memória oficial sobre Prestes e como estas mesmas memórias foram sendo incorporadas por seus biógrafos é um dos eixos principais deste estudo. Assim, conceitos como *memória individual e coletiva*, *batalhas da memória* e *as relações entre memória e ressentimento* são imprescindíveis para nossa abordagem.

No que se refere à memória coletiva, sabemos que ela desempenha um papel central na constituição de ordens políticas, sistemas jurídicos e identidades nacionais, perpassando as recordações coletivas e públicas que ficam sujeitas à chamada política da memória e às lutas entre os diversos atores sociais. Maurice Halbwachs (2012), ao elaborar uma sociologia da memória coletiva, identificou que para além do indivíduo, a memória formaria uma estrutura social moldada pelas relações de força entre diferentes grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado ou esquecido.

---

<sup>22</sup> Raoul Girardet (1987) lembra a respeito do papel dos biógrafos na manutenção da presença dos mitos na esfera social. Nesta lógica, eles vêm colaborando no processo de “fabricação” de mitos políticos. Aqui cabe deixar mais claro a noção de *construção* que optamos. A ideia de construção ou fabricação aqui pode ser exemplificada através dos caminhos seguidos por Peter Burke (1994), em seu estudo clássico sobre a criação da imagem pública do rei Luís XIV no imaginário coletivo francês. A ideia de fabricação é entendida no sentido da feitura de um grande homem ou na construção simbólica da autoridade.

Neste sentido, o PCB, através de uma memória coletiva, procurou, durante décadas, mitificar Luiz Carlos Prestes como uma espécie de modelo de liderança revolucionária, apresentada de forma mobilizadora na narrativa biográfica de Jorge Amado, em seu livro *Cavaleiro da Esperança*, na década de 1940. Com isso, utilizando do conceito de Carlota Alicia Casalino Sen (2008), a partir da experiência do Peru ao longo dos séculos XIX e XX, o processo de heroicização só é possível se observarmos o que a historiadora chama de “comunidades de culto”, que podem ser espontâneas, oficializadas ou organizadas. Neste caso, compreendemos que o “Cavaleiro da Esperança”, dentro do PCB, sofreu o processo de mitificação em uma comunidade de culto partidária, organizada dentro de padrões ideológicos de esquerda, mas com ecos na sociedade brasileira como um todo. Neste sentido, a memória do revolucionário foi enquadrada e instrumentalizada pelos comunistas, se usarmos a terminologia de Paul Ricoeur (2010).

Evidentemente que este enquadramento da memória foi sendo colocado à prova ao longo das décadas posteriores. Entretanto, a biografia romanceada de Jorge Amado constituiu-se como uma memória biográfica organizada, uma espécie de “pré-compreensão” da trajetória do indivíduo Prestes e ponto de partida para muitos usos da memória sobre o revolucionário nas décadas seguintes.

Ao longo da segunda metade do século XX e neste início do século XXI, certas memórias de Prestes, que tinham sido silenciadas, esquecidas ou apagadas, acabaram vindo à tona como forma de questionar certa memória oficial ligada principalmente ao PCB desde a década de 1930. Desta maneira, neste processo histórico, houve aquilo que Michel Pollak (1989) chama de disputa da memória, entre uma *memória oficial* e as chamadas *memórias subterrâneas ou marginalizadas*.

No caso específico de Luiz Carlos Prestes, procuraremos evidenciar aspectos de sua trajetória que vieram à tona pelas mãos dos biógrafos, seja como uma *memória subterrânea*, uma *memória dividida* ou mesmo *memória concorrente* (POLLAK, 1989; PORTELLI, 2006). Um exemplo que podemos elencar neste sentido é a tentativa de silenciar o caso de Elza Fernandes, conhecida como a *garota*, na época companheira de Miranda, Secretário do PCB em 1935. A jovem foi assassinada a mando dos comunistas e as abordagens das narrativas biográficas vão de uma atitude de defesa do biografado, a exemplo de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), de dúvida quanto ao papel do líder político neste

acontecimento, ou de um esclarecimento mais pormenorizado através de outras fontes, fora das versões oficiais do Partido Comunista, a exemplo de Daniel Aarão Reis (2014). As versões biográficas, portanto, são diferentes, de acordo com as intenções dos biógrafos, resultando em distintas memórias biográficas construídas.

Defendemos que Luiz Carlos Prestes confundiu-se em vários aspectos com a vida partidária do PCB, e, de certa maneira, com a história da esquerda brasileira no século XX. A vida dele foi sendo elaborada em fórmulas biográficas das quais o silenciamento de temas, os conflitos ideológicos, familiares e políticos, foram se estabelecendo de forma que só o confronto entre testemunhas seria possível na elaboração de uma melhor compreensão. Algo realizável mais recentemente por meio das biografias produzidas pelos historiadores, a exemplo de Daniel Aarão Reis Filho (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015).

Neste sentido, compreendemos:

A biografia, como relato, é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam por meio de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referências atuais (SILVA, W., 2016, p. 37).

Interessa-nos, sobretudo, analisar os *enquadramentos da memória*, ou seja, o conjunto de referências que, ao longo das décadas, foi “formulando” as diferentes versões de *Luiz Carlos Prestes*. Visto que, assim como os historiadores, os biógrafos constroem uma memória dentro de um enquadramento que inclui e exclui abordagens a partir das diferentes temporalidades e perspectivas.

Outro aspecto previsto na discussão entre memória e biografia refere-se ao tema do *ressentimento*, aquilo que Pierre Ansart (2004) considera como os *rancores*, *invejas*, *desejos de vinganças* e *fantasmas da morte*, presentes na memória. Baseado em estudos de Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud e Max Schler, o pensador francês procura demonstrar as articulações entre a memória e o ressentimento. Tal discussão foi necessária principalmente ao debate sobre as memórias familiares e as tensões que isso envolveu no processo de construção biográfica de Luiz Carlos Prestes enquanto conduta consciente ou inconsciente. Acreditamos que os conflitos entre os dois eixos familiares, liderados por Maria do

Carmo Ribeiro Prestes e Anita Leocadia Prestes, principalmente após a morte do comunista em 1990, são exemplos de uma memória biográfica ressentida.

Apresentaremos agora sucintamente as quatro narrativas biográficas que escolhemos, referenciando aspectos como título, autor, editora, ano, contexto de publicação, divisão dos capítulos, número de páginas, créditos, paratextos editoriais (dedicatórias, agradecimentos, prefácios, posfácios, textos das orelhas)<sup>23</sup>, origens, motivações e possíveis repercussões na época de seu lançamento.

A biografia *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, de autoria do romancista e biógrafo baiano Jorge Amado, como já mencionamos, foi escrita originalmente em português e publicada em língua espanhola, em Buenos Aires, em 1942, pela Editorial Claridad<sup>24</sup>, com o título *La Vida de Luiz Carlos Prestes*, traduzido pelo brasileiro Pompeu Borges<sup>25</sup>.

A primeira edição brasileira saiu apenas em 1945, pela Editora Martins<sup>26</sup>, de São Paulo, quando foi decretada anistia aos presos políticos no mês de abril, o fim do Estado Novo e a libertação de Prestes<sup>27</sup>. As primeiras edições, no período de 1945 a 1956, continuaram sendo lançadas pela mesma editora, exceto a nona, publicada na Coleção Novos Horizontes, pela Editorial Vitória, pertencente ao PCB.

---

<sup>23</sup> Paratexto “é aquilo que por meio do qual um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e, de maneira mais geral, ao público” (GENETTE, 2009, p. 09).

<sup>24</sup> Editorial Claridad foi uma editora argentina fundada em 30 de janeiro de 1922 pelo espanhol Antonio Zamora. Localizava-se na rua Boedo, número 837, por isso um grupo de escritores que era destaque na Argentina nos anos 1920 ficou conhecido como o “grupo de Boedo”. Algumas das suas principais publicações foram as revistas *Pensadores* e os livros da coleção *Los Nuevos* (BELLOCCHIO, 2016).

<sup>25</sup> Tomas Pompeu Acíoli Borges (1908-1986), engenheiro brasileiro, militante da Aliança Nacional Libertadora Nacional (ANL) nos anos 1930, foi exilado na França, Peru e por último na Argentina, onde traduziu a obra de Jorge Amado para o espanhol. Voltou ao Brasil em 1943, tendo trabalhado posteriormente em diversas funções na Fundação Getúlio Vargas, Banco do Nordeste e na Universidade de Brasília.

<sup>26</sup> A Editora Martins foi criada pelo livreiro José de Barros Martins no ano de 1939 a partir da livraria do mesmo nome, na cidade de São Paulo. Nos primeiros anos da editora, o responsável pelo departamento editorial foi o escritor e biógrafo Edgard Cavalheiro e sua fase mais proeminente foi justamente na década de 1940, quando publicou a obra de Jorge Amado, mesmo com todos os conflitos com a censura do Estado Novo. Sobre estas tensões, escreveu Laurence Hallewell (1985): “o primeiro conflito aberto da Martins com as autoridades ocorreu em 1941, quando resolveu publicar o *ABC de Castro Alves*. Como era obra de um autor proscrito, Jorge Amado, a edição foi totalmente apreendida. Martins apelou imediatamente ao censor, insistindo em que o *ABC de Castro Alves* era um trabalho de pura crítica literária, sem nada de politicamente censurável além do nome do autor. Em agosto o censor cedeu, permitindo a liberação do *ABC*, mediante o compromisso de Martins de que o livro não seria resenhado, nem mencionado em propaganda alguma, nem exposto em qualquer vitrina” (HALLEWELL, 1985, p. 419). O catálogo da Martins se especializou até à década de 1970 em obras de natureza histórica e literária.

<sup>27</sup> No Brasil, houve a censura prévia, com a proibição da publicação, visto que o Estado Novo de Getúlio Vargas temia um engajamento político nas causas comunistas, além da própria obra ser uma contestação ao regime em questão.

Entretanto, a edição que utilizaremos neste trabalho é a de 2011, publicada pela Companhia das Letras, de São Paulo, na qual se encontram o *Prefácio da primeira edição brasileira* (de 1945), uma *Nota à vigésima edição* (datada de 1979), além da *Introdução*, *Nota à edição original* e *Agradecimento* (todos de 1942). A novidade é um posfácio de Anita Leocadia Prestes, além de um caderno de fotos contendo não apenas fotografias do biografado, como também capas das traduções da obra pelo mundo.

Dividido em 50 capítulos e cinco partes e contendo 383 páginas em seu total, a obra procura reconstituir de forma poética a trajetória de Luiz Carlos Prestes (1898-1990), desde seu nascimento no Rio Grande do Sul, em 1898, até 1942, quando estava preso pelo regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Portanto, é uma biografia que trata dos primeiros quase 50 anos do político e militar e foi escrita, segundo o próprio biógrafo, com o propósito de apelar para a libertação do revolucionário e outros presos políticos. A narração do livro acontece em terceira pessoa e Jorge Amado não se apresenta explicitamente como um elemento envolvido na história, salvo nos momentos em que o autor estabelece diálogo com sua interlocutora, o que pressupõe uma ouvinte ou uma leitora (uma espécie de leitora imaginária), tratando-a como “amiga” e “negra”.

O livro é dedicado à memória de dona Leocadia Prestes, Anita Leocadia e Lila<sup>28</sup>, além de seus companheiros comunistas: Rodolfo Ghioldi, Pedro Mota Lima, Pompeu Acioli Borges e Roberto Sisson (brasileiros, como ele, no exílio argentino). Por último, Jorge Amado agradece na edição brasileira aos nomes de Dias e Lourdes, chamados de “fiéis de Prestes, com todo carinho”.

Jorge Amado é o biógrafo mais conhecido de Luiz Carlos Prestes. Nascido em 1912, em Itabuna, Bahia, morou em diversas cidades brasileiras, entre elas Ilhéus, Salvador e Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na época capital federal, porém sem atuar na profissão, tendo se dedicado ao jornalismo e à literatura. Estreou como romancista com a obra *O País do Carnaval*, em 1932, tendo publicado outros tantos romances em sua trajetória. Tornou-se comunista praticamente na mesma época e atuou na Juventude Comunista. Em 1936 foi preso pela primeira vez como membro atuante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Antes de publicar *O Cavaleiro da Esperança*, em 1942,

---

<sup>28</sup> Lila é o apelido da primeira filha de Jorge Amado, Eulália Dalila Jorge Amado, fruto do relacionamento com Matilde Garcia Rosa, sua primeira esposa.

um ano antes lançou outra biografia, *O ABC de Castro Alves*, dedicada ao poeta baiano. A partir dos anos de 1950, foi conquistando prestígio internacional, sendo um dos escritores brasileiros mais reconhecidos no mundo. Faleceu em Salvador, em 2001 (AGUIAR, 2018).

A biografia de Prestes foi publicada no mês de maio de 1942. Na época Jorge Amado era um jovem de 29 anos e autoexilou-se em Buenos Aires para fugir da perseguição do Estado Novo e acabou por escrever a biografia do líder comunista<sup>29</sup> (AGUIAR, 2018).

Segundo Alfredo Berno de Almeida (1979), o livro *La Vida de Luiz Carlos Prestes* saiu em uma tiragem de 31 mil exemplares e, em meses, conheceu uma segunda edição, o que confirma a recepção positiva de Jorge Amado por seu público. De acordo com pesquisas do mesmo autor, durante os primeiros anos da década de 1940, foi um dos títulos mais vendidos na América Latina, tendo circulado para além da Argentina. Na mesma linha de compreensão, Josélia Aguiar (2018) afirma que as primeiras traduções da biografia do “Cavaleiro da Esperança”, depois do espanhol, foram para o lituano e o ídiche, e que em dois anos a biografia já havia sido traduzida em 15 países.

Jorge Amado (2011) procura contextualizar em várias das edições a trajetória do livro desde sua primeira publicação. Segundo o autor, as traduções para outras línguas foram feitas a partir da tradução espanhola nos primeiros anos após a publicação argentina. No Brasil, os exemplares foram edições vendidas clandestinamente

Por vezes por preços absurdos, apareceram cópias datilografadas e até em fac-símile fotográfico... Os exemplares aqui vendidos nunca chegaram a ser propriedade individual de alguém, viveram sempre de mão em mão. O povo se referia a este livro com os mais diversos nomes: *Vida de São Luís*, *Vida do rei Luís*, *Travessuras de Lusinho*, etc. Depois também sua edição argentina foi proibida e queimada em Buenos Aires, por ordem do governo Perón. Valorizam-se ainda mais os exemplares que circulavam no Brasil.

---

<sup>29</sup> Sobre este tema, há um debate sobre a provável encomenda do livro por parte do PCB. Para a biógrafa de Jorge Amado, a escritora Josélia Aguiar (2018), a iniciativa partiu do próprio escritor, que teve apoio do Partido nesta missão. Na biografia, afirma: “ao contrário do que muitos pensavam, a ideia não nasceu do Partido, e sim de Jorge, dedicado a projetos biográficos e confiante na comoção nos leitores que buscava. Quem confirmava essa informação três décadas depois era o próprio Prestes” (AGUIAR, 2018, p. 162). Entretanto, a pesquisadora Tânia Regina Oliveira Ramos (2012) defende através de uma carta enviada do biógrafo a Tourinho, a ideia de que a escrita foi uma encomenda do PCB. “Nela, Jorge Amado, consciente do que seria escrever uma biografia por encomenda motivada por uma explícita admiração e por um ideário político, afirma: ‘como você sabe estou escrevendo uma biografia de Prestes. Parece que não vai ser ruim. Estou gostando mais ou menos do que já está escrito’” (RAMOS, 2012, p. 157) (*sic*).

Houve quem vivesse do aluguel de exemplares. Na luta pela anistia, pela democracia e contra o Estado Novo, mas principalmente contra o fascismo, este livro foi uma arma (AMADO, 2011, p. 11).

Podemos definir *O Cavaleiro da Esperança* como uma narrativa biográfica romanceada, ou, no afirmar de Ana Luisa Calvillo (2015), uma *biografia de criação*, que combina elementos da literatura de ficção com a vida de um homem real. Isso quer dizer que o biógrafo tem a liberdade em elencar uma forma, utilizando-se dos recursos literários, técnicos e estruturais na narrativa “para apresentar a vida e a obra do sujeito biográfico, mas não pode transformar nem deformar os fatos, pois estes devem ser objetivos e comprovados; deve apegar-se à realidade vivida do personagem” (CALVILLO, 2015, p. 88).

Os críticos do livro, a exemplo, Boris Koval e Daniel Aarão Reis Filho, evidenciam o aspecto de hagiografia da obra, ou seja, o seu caráter didático e moralizante da exaltação das virtudes do biografado, o que realmente procede ao lermos o texto, entretanto, tal aspecto não retira o seu teor biográfico, mas deixa claro como uma obra inventiva, ou seja, literária, carrega os elementos híbridos do gênero em sua intersecção entre a literatura e a historiografia<sup>30</sup>.

A segunda biografia que utilizaremos é *Heroísmo Trágico do Século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, do historiador russo Boris Koval, lançada originalmente em russo, em 2005, com o título *Tragitcheskaia Gueroika XX Vieka – sudba Luissa Karlossa Prestessa*, pela Editora Nauka, de Moscou. No Brasil, foi publicada em 2007, em duas edições no mesmo ano, pela Editora Alfa-Ômega, de São Paulo, traduzida do russo por Clarice Lima Averina<sup>31</sup>.

O livro é dividido em 10 longos capítulos, onde Boris Koval procura biografar Luiz Carlos Prestes recompondo, de certa forma, a história do Brasil dos anos 1920 aos anos 1980. A biografia contém, além dos capítulos, uma *Nota da Editora*, contendo informações sobre a tradução e a forma como as notas e fontes foram

<sup>30</sup> Segundo Mary Del Priore (2009), a hagiografia encarregou-se de demonstrar a exemplaridade humana, de como a vida dos santos deveria incentivar modelos aos leitores. “As encarnações do sagrado se tornavam modelares no percurso realizado por mártires, doutores e confessores. A partir dos séculos XII e XIII, os santos deixaram o mundo fechado dos monastérios. A santidade passou a ser imitada no cotidiano e a narrativa sobre a vida de cavaleiros invadiu a Idade Média. Era o início de um período de heróis. Heróis, ao mesmo tempo, objetos de transferência do sagrado, atores de intrigas e portadores de valores positivos” (PRIORE, 2009, p. 09).

<sup>31</sup> Clarice Lima Averina (1941-) é tradutora. Natural de Itararé-SP, foi estudante do curso de Estudos Orientais e de Russo, na USP e da Faculdade de História da Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba. Morou na Rússia durante várias décadas, tendo trabalhado na Rádio Central de Moscou. De Boris Koval também traduziu *História do proletariado brasileiro – 1857 a 1967*, igualmente publicada pela Editora Alfa-Ômega.

colocadas no texto<sup>32</sup>; uma espécie de apresentação intitulada *Sobre o autor, o livro e seu herói*, da autoria do, à época, diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, V. M. Davidov<sup>33</sup>; e um texto do próprio biógrafo chamado *Ao leitor*, do qual o próprio Boris Koval explica as condições que possibilitaram a biografia. O livro pertence à Coleção Atualidades, dirigida por Fernando Mangarielo<sup>34</sup>, editor da Alfa-Ômega<sup>35</sup>.

O historiador e cientista político russo Boris Iosifovich Koval nasceu em Moscou em 1930. Formado em História, especializou-se em Estudos sobre a América Latina, com destaque para pesquisas sobre o Brasil. Na União Soviética, foi membro do Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, tendo se doutorado em Ciências Históricas, além de ter atuado como professor da Academia de Ciências Naturais da Federação Russa e ter sido acadêmico da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Publicou alguns livros na Rússia, parte deles traduzidos para o português e o espanhol. No Brasil, começou a ser reconhecido no início dos anos 1980 através da publicação de dois livros, *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina* (1980) e *História do Proletariado Brasileiro (1857-1967)* (1982), ambos lançados pela mesma editora, a Alfa-Ômega. Só em 2007 publicou *Heroísmo Trágico do Século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*. Faleceu em Moscou, em 2016 (HALLEWELL, 1985; DAVIDOV, 2007).

*Heroísmo Trágico do Século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes* foi originalmente escrito, segundo seu autor, entre os anos de 1973 e 1975, tendo sido lançado na Rússia apenas em 2005. Boris Koval explica em nota os motivos, definindo minimamente o processo de elaboração da biografia:

Durante todos estes anos o original esteve na gaveta da escrivaninha, esperando pacientemente sua hora. Ocupado com outros temas científicos e filosóficos eu me esqueci dele. Mas no verão de 2003 eu, repentinamente,

---

<sup>32</sup> Na *Nota da Editora* temos a informação que a publicação em 2007 se deu nas comemorações dos 50 anos de atividades intelectuais de Koval, chamado de “brasilianovky”, e “dedicada ao estudo dos problemas da história política, dos movimentos de libertação da América Latina e das revoluções do século XX no mundo” (KOVAL, 2007, p. IX).

<sup>33</sup> Identificado no texto, além de Diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciência da Rússia, como doutor em Ciências Econômicas e professor.

<sup>34</sup> Fernando Celso de Castro Mangarielo (1947-). Editor. Natural do Recife (PE), foi estudante de Ciências Orientais na USP. Exerceu a função de diretor da “Banca da Cultura”, uma espécie de “ponto de encontro” dos estudantes da USP, atuação que levou à sua prisão durante o período militar. Foi um dos fundadores da Editora Alfa-Ômega.

<sup>35</sup> A Editora Alfa-Ômega, responsável pela publicação, foi fundada em 1973, pelo casal de editores Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo. A editora se destacou por publicar obras de esquerda, voltadas para a linha ideológica do Partido Comunista Brasileiro (PCB).



como por intuição, lembrei do livro dedicado à vida e destino de Luiz Carlos Prestes, que estava pronto, mas não fora publicado (KOVAL, 2007, p. XVII).

Boris Koval (2007) detalha em cada momento do seu livro como conheceu Prestes, quando decidiu escrever a biografia:

Eu ouvi, pela primeira vez na adolescência, o nome de Luiz Carlos Prestes de meu pai, que voltara de uma reunião em defesa de presos políticos brasileiros. Então, nos anos que antecederam a guerra, desenvolveu-se em todo o mundo uma campanha de solidariedade a Prestes e seus companheiros (KOVAL, 2007, p. XVIII).

Nos primeiros anos da década de 1970, o biógrafo fez várias entrevistas com Luiz Carlos Prestes, inicialmente para escrever alguns artigos sobre a história política brasileira:

Diante de mim estava um homem de idade (ele tinha então 62), de baixa estatura, moreno com olhos castanhos fundos. Seu olhar me pareceu agudo e um tanto desagradável, mas quando ele sorria seu olhar aquecia e toda a expressão do rosto desertava simpatia. Seus gestos eram elásticos e suaves, a voz agradável e o modo de falar simples, compreensível e confiável. Sentamo-nos. Na mesinha havia um bule, xícaras de café, açúcar. Prestes serviu o aromático café. Gradualmente passou a timidez e eu, no meu espanhol ruim, expus a essência do artigo. Prestes ouviu com atenção e depois disse que, em princípio, concordava com meu enfoque do tema e agradeceu por eu estudar com tanto interesse a história do Brasil (KOVAL, 2007, p. XIX-XX).

O autor russo procura convencer o leitor que a relação com seu biografado se tornou uma amizade:

Posteriormente encontrei-me com Prestes muitas vezes. Ouvi seus discursos. Convidei-o à minha casa, estive em seu apartamento no grande edifício em frente ao Telégrafo Central na Rua Gorki (atualmente Tversakaia). Ele nos visitou com sua esposa Maria. Ficamos amigos. A diferença de idade de 30 anos não atrapalhava em nada (KOVAL, 2007, p. XX).

Entretanto, em determinado momento de seu relato, avisa que havia certa distância entre o biógrafo e o biografado:

O que é perfeitamente natural, aliás, porque por experiência de vida e posição social era grande a diferença: ele Secretário-Geral do Partido Comunista (até 1961, o partido chamava-se Partido Comunista do Brasil) veterano; e eu um colaborador científico comum, que estudava os problemas da América Latina. E, no entanto, surgiu uma certa simpatia mútua (KOVAL, 2007, p. XX).

A biografia, desta forma, possui dois momentos diferenciados. O primeiro, justamente o de escrita, realizada entre 1973 e 1975, quando houve uma aproximação do autor com o biografado, na União Soviética. O segundo momento, entre 2005 e 2007, quando a narrativa biográfica em si foi publicada, primeiramente na Rússia e depois no Brasil.

Boris Koval (2007) compara sua biografia com a de Jorge Amado:

É arriscado escrever sobre Prestes depois de Jorge Amado. Mas o livro de Jorge Amado saiu em 1946, muitos anos se passaram desde então. (...) Alguns dos problemas teóricos mais complexos da história política do Brasil não foram citados no livro de Jorge Amado (KOVAL, 2007, p. XXI)<sup>36</sup>.

Enquanto Jorge Amado produziu, nos anos 1940, uma biografia romanceada, podemos compreender a narrativa biográfica de Boris Koval como *documental*, ou, usando a terminologia de Giovani Levi (2006), como uma *biografia e contexto*, no qual “a época, o meio e ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, 2006, p. 175). Damos destaque para os usos da documentação presente no arquivo russo, como observaremos ao longo dos capítulos deste trabalho.

A terceira biografia analisada é *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, do historiador Daniel Aarão Reis, publicada em 2014 pela Editora Companhia das Letras, de São Paulo. Dividida em 17 longos capítulos, mais um posfácio, além de conter três cadernos de imagens e um índice onomástico, em 536 páginas, a biografia não possui prefácio ou apresentação, contendo apenas um texto de orelha produzido pela editora.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2018), em entrevista ao autor desta tese<sup>37</sup>, o livro surgiu de uma encomenda da Editora Companhia das Letras, que o convidou a escrever um volume dedicado ao líder comunista na Coleção Perfis Brasileiros<sup>38</sup>, coordenada pelos historiadores Lilia Moritz Schwarcz e Alberto da Costa e Silva.

<sup>36</sup> Como já sabemos, a narrativa biográfica de Jorge Amado foi publicada inicialmente, na verdade, em 1942. Acreditamos que o biógrafo confundiu com as primeiras edições brasileiras, publicadas em 1945 e 1946.

<sup>37</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entrevista 1*. [14 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. Rio de Janeiro-RJ, 1 arquivo. mp3 (1h 44 min).

<sup>38</sup> A coleção Perfis possui em seu catálogo biografias de Padre Antônio Vieira, D. Pedro II, Castro Alves, José Bonifácio, Getúlio Vargas, escritas por especialistas das mais diversas áreas, como: Ronaldo Vainfas, José Murilo de Carvalho, Isabel Lustosa, Boris Fausto, entre outros.

Depois de iniciar o processo de pesquisa e escrita, o biógrafo percebeu que o número de páginas da narrativa estava fugindo do padrão encomendado pela editora, que era entre 200 e 250 páginas. Aarão Reis havia escrito mais de 800 páginas e pensava em cortar a biografia, segundo os padrões estabelecidos para a coleção. Foi quando a editora preferiu enquadrar o projeto em outro “esquema editorial”. Nas palavras do historiador: “daí quando me deram luz verde pra isso eu passei mais tempo, naturalmente, pesquisando, e resultou nessa biografia maior” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal).

O historiador Daniel Aarão Reis Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF), doutorou-se em História Social na Universidade de São Paulo (USP) em 1987. A partir do final da década de 1960, participou do movimento estudantil e depois da luta armada contra a ditadura militar. É ex-militante da Dissidência da Guanabara (DIGB), que posteriormente nomeou-se Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo sido preso e depois exilado na Europa e na África. Na França, graduou-se e fez mestrado em História na Universidade de Paris VII. Especializou-se em história das esquerdas, tendo publicado dezenas de livros sobre o tema, com destaque para *A Revolução Falhou ao Encontro – os comunistas no Brasil* (1990), *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade* (2000), *Ditadura e Democracia no Brasil* (2014), entre outros.

Vencedor do Prêmio Jabuti, categoria biografia, em 2015, *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos* obteve várias críticas positivas na mídia brasileira, com o seu autor realizando dezenas de palestras e lançamentos em todo o Brasil. De todas as narrativas biográficas atuais do político gaúcho, essa é a que mais conseguiu repercussão intelectual, se observarmos o número de resenhas publicadas em jornais e revistas de circulação nacional, a exemplo da revista *Veja*, os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, entre outros, bem como resenhas críticas em vários periódicos acadêmicos brasileiros.

Assim como a biografia de autoria de Boris Koval, podemos compreender *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos* como uma narrativa biográfica em que predomina o aspecto documental, produzida calcada em um regime de escrita biográfica de revalorização de um autor histórico a partir de uma compreensão social do biografado.

A quarta e última biografia analisada é *Luiz Carlos Prestes: um comunista Brasileiro*, de autoria da historiadora Anita Leocadia Prestes, publicada em 2015 pela Editora Boitempo, de São Paulo<sup>39</sup>. Constituída de 19 capítulos, em 560 páginas, a biografia contém apresentação da autora, dois cadernos de fotografias, índice onomástico, além de texto de orelha (da autoria de José Luiz Del Rio) e de contracapa (do jornalista Fernando Moraes). O livro é dedicado a Prestes e Olga, os pais da autora, e contém epígrafes de Florestan Fernandes, William Shakespeare e Manuel Alegre, que remetem à ideia de resistência do seu biografado.

Segundo Anita Leocadia Prestes (2018), em entrevista ao autor desta tese<sup>40</sup>, a biografia *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* é um produto de uma vida dedicada à produção acadêmica sobre o líder comunista<sup>41</sup>. A autora deixou claro que a narrativa foi a culminância de várias pesquisas e livros publicados anteriormente, iniciados em 1985, quando ingressou no doutorado. Um projeto feito em partes, que começou com os estudos dedicados à Coluna e depois a vinculações do personagem com o PCB. De acordo com a autora, ela foi sendo convencida aos poucos de que era possível escrever uma biografia (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

A historiadora Anita Leocadia Prestes nasceu em Berlim, Alemanha, em 27 de novembro de 1936. É doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1990, com a tese sobre a Coluna Prestes, orientada por Maria Yedda Linhares<sup>42</sup>. Depois de concursada como professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), a historiadora foi transferida para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo se aposentado em 2007. De 1994 até 2020, publicou duas dezenas de livros, quase todos dedicados à história do seu pai, da sua mãe e do PCB, com destaque para *Os militares e a Reação Republicana: as Origens do*

---

<sup>39</sup> Boitempo é uma editora de esquerda que conta com um catálogo amplo sobre temas políticos e identitários, que engloba autores internacionais e brasileiros, como Karl Marx, Friedrich Engels, Emir Sader, Leandro Konder, David Harvey, Michael Löwy, Angela Davis, entre outros, além de biografias de nomes do pensamento social e da atuação política como Karl Marx, Caio Prado Júnior e Ruy Guerra.

<sup>40</sup> PRESTES, Anita Leocadia. *Entrevista 1*. [14 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. Rio de Janeiro-RJ, 1 arquivo. mp3 (2h 09 min).

<sup>41</sup> De acordo com o historiador Carlos Zacarias Sena Júnior (2016), a biografia é a obra magna de Anita Leocadia Prestes, uma espécie de culminância de uma carreira dedicada a Luiz Carlos Prestes.

<sup>42</sup> Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011), historiadora cearense, professora de duas universidades federais no Rio de Janeiro, a UFRJ e da UFF. Foi exilada durante a ditadura civil-militar brasileira, tendo morado na França. No âmbito público, foi secretária de educação dos dois governos estaduais de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987) e (1991-1994). Na historiografia, publicou dezenas de livros e artigos, sendo reconhecida como uma das principais historiadoras do seu tempo.

*Tenentismo* (1994), *A Coluna Prestes* (1997) *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a Política do PCB* (2010) e *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (2015).

Na própria apresentação, Anita Leocadia Prestes (2015) deixa claro que o seu livro é uma *biografia política*, se dedicando à atuação do pai no campo da luta revolucionária e partidária, abordando desde sua infância até seu falecimento, deixando em segundo plano os aspectos relacionados à vida pessoal de seu biografado. Assim como as produções biográficas da autoria de Boris Koval e Daniel Aarão Reis, *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* é uma biografia de natureza documental.

Além das narrativas biográficas, utilizamos outros tipos de fontes históricas complementares: *os periódicos* e *os depoimentos orais*. No que se refere aos periódicos, realizamos um mapeamento crítico, procurando entrevistas e reportagens que versam sobre as biografias investigadas, bem como sobre seus autores. Já em relação às entrevistas orais, coletamos depoimentos com os biógrafos Anita Leocadia Prestes e Daniel Aarão Reis, em maio de 2018, no Rio de Janeiro, a partir dos quais conseguimos captar aspectos que nas próprias narrativas biográficas não foram possíveis, os chamados “bastidores”, muitas vezes que não são transparecidos, principalmente no que refere ao tema do que chamo de *batalhas de memórias familiares*.

Utilizamos da técnica da história oral temática, compreendendo a história oral como *a arte da escuta*, no dizer de Alessandro Portelli (2016). Uma arte baseada em um conjunto de relações entre entrevistados e entrevistadores, em que o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista acaba por transparecer na escrita do historiador. As duas entrevistas duraram em média 90 minutos e foram concentradas no fazer biográfico de ambos.

Resta esclarecer a não utilização das fontes imagéticas contidas nas quatro biografias escolhidas. À exceção de Boris Koval (2007), os outros três biógrafos optaram por não utilizar fotografias no corpo dos textos. As narrativas da autoria de Jorge Amado (2011), Aarão Reis Filho (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015), por exemplo, escolheram cadernos avulsos que pouco ou nada dialogam com as narrativas em si.

No que se refere à divisão dos capítulos, optamos por adaptar uma proposta do historiador Jorge Ferreira (2002), que assim compreendeu a vida do líder

comunista a partir das ideias de Raoul Girardet (1987). Para o historiador brasileiro, a vida do revolucionário esteve marcada por “quatro tempos”: *o da convocação, o da presença, o do martírio e o da espera*. *O tempo da convocação* seria “aquele em que se forma o jovem virtuoso e introvertido, mas cujas experiências adquiridas na família e na Escola Militar delinearam a figura do líder” (FERREIRA, 2002, p. 269). *O tempo da presença* “seria período das grandes lutas pela libertação do país” (FERREIRA, 2002, p. 269). Sobre os outros dois períodos, o mesmo historiador assim percebeu:

Houve a seguir, *o tempo do martírio*, afastado do povo e aprisionado pelos inimigos. Finalmente, (...) após 1945, o último tempo: *o da espera*, na verdade, a “Grande espera” pela revolução, anunciada como destino inexorável da humanidade e, no caso brasileiro, confundida com o resultado final da própria trajetória do líder (FERREIRA, 2002, p. 269-270).

A partir deste modelo constituído por Jorge Ferreira (2002), procuramos adaptar estes mesmos “tempos”, reformulando os sentidos e reorganizando a trajetória do revolucionário gaúcho a partir dos quatro biógrafos aqui analisados em quatro momentos, dentro de um recorte que vai de 1898, ano do seu nascimento até 1948, quando o PCB tornou-se formalmente ilegal, e Prestes, Secretário-Geral do partido, caiu mais uma vez em um período de clandestinidade.

Desta forma, no capítulo 1, intitulado *O tempo da espera e da convocação: origens, ascendências e formação militar (1898-1920)*, analisamos como os biógrafos construíram narrativas sobre as primeiras décadas de vida de Luiz Carlos Prestes, comparando as abordagens sobre as origens familiares e de lugar, a infância e a formação escolar e militar dentro de um recorte ao mesmo tempo temático e temporal, que vai de 1898 (ano do nascimento) até o ano de 1920 (quando se formou engenheiro militar).

No capítulo 2, chamado *O tempo da presença e do apelo: iniciação revolucionária, heroísmo tenentista e adesão ao comunismo (1921-1930)*, analisamos como os biógrafos construíram a formação do tenentismo (1921-1924) e os dois momentos-chave da trajetória política de Prestes, demarcados pelos anseios de revolução liberal, com destaque para o período da Coluna Miguel Costa-Prestes (1924-1927) e seus desdobramentos até à chamada Revolução de 1930. O período contou também com a ruptura do líder da Coluna com os tenentes, momento em que o biografado aderiu ao comunismo em sua experiência na América Latina.

No capítulo 3, intitulado *O tempo da esperança e do martírio: exílio soviético, heroísmo comunista e início do comando partidário (1931-1948)*, analisamos como os biógrafos interpretam o período em que Prestes, integrado ao comunismo, tornou-se um líder revolucionário. Foi o contexto da formação das chamadas frentes populares, que desdobraram na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, bem como nas revoltas comunistas ocorridas nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. Foi também o período em que o comunista foi preso, tendo vivenciado o martírio da prisão política, tornando-se até certo ponto internacionalmente conhecido por meio da Campanha Prestes. O capítulo encerra-se na análise das diferenças de abordagem dos biógrafos sobre o curto período de legalidade do PCB, de 1945 a 1947, quando Prestes atuou como Senador da República, mandato que foi encerrado com a cassação oficial do registro do Partido no ano posterior.

Por último, no capítulo 4, intitulado *O tempo da memória e do ressentimento: batalhas familiares e negociações biográficas (1990-2015)*, analisamos como se deu o processo de negociações da memória entre os biógrafos do comunista com os dois eixos familiares que vivem recorrentemente em confronto: Anita Leocadia Prestes e Maria Ribeiro Prestes, dentro do contexto pós-morte do revolucionário comunista.

Desta forma, convido os leitores a conhecer as diferentes políticas da memória construídas em torno de Luiz Carlos Prestes a partir dos biógrafos (Jorge Amado, Boris Koval, Daniel Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes), indagando, assim, a respeito das diversas temporalidades e percursos desenhados por cada um deles ao longo destes últimos 70 anos.

## 1 TEMPO DA ESPERA E DA CONVOCAÇÃO: ORIGENS, ASCENDÊNCIAS E FORMAÇÃO MILITAR (1898-1920)

### 1.1 Primeira incursão

O repertório sobre os primeiros anos de um sujeito em uma perspectiva biográfica é geralmente restrito, em grande parte pela ausência de documentação da época ou pela carência da memória do próprio biografado. Dessa forma, muitas vezes as memórias sobre a infância se perdem ou ficam presas àquilo que Paul Ricoeur (2010) chama de *Os próximos*, os pais ou irmãos. Outro aspecto comum entre as narrativas biográficas é dotar os primeiros anos de um biografado como consequência de ações e enredos futuros, criando aquilo que Pierre Bourdieu (2006) chama de *ilusão biográfica*.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é analisar como Jorge Amado, Boris Koval, Anita Leocadia Prestes e Daniel Aarão Reis Filho construíram narrativas sobre as duas primeiras décadas de vida de Luiz Carlos Prestes, comparando as abordagens sobre as origens familiares e geográficas, a infância e a formação escolar e militar, dentro de um recorte ao mesmo tempo temático e temporal, que vai de 1898 (ano do nascimento do biografado) até 1920 (quando Prestes foi graduado como Engenheiro Militar). Com isso, procuramos alcançar os seguintes pontos de abordagem no que se refere à construção da memória biográfica de Luiz Carlos Prestes: a) a restrição do passado nos primeiros anos de vida; b) o processo de pertencimento da origem geográfica (*identidade gaúcha*); c) a construção das origens familiares e a ascendência do biografado (pais, avós); d) o processo de monumentalização de sua mãe, Leocadia Prestes; e, por último, e) a formação escolar-militar.

Intitulamos o capítulo de *Tempo da espera e da convocação*, obedecendo à organização em sequências ordenadas pelos biógrafos aqui analisados, que compreendem estes primeiros anos de Prestes como um momento de preparação para realizações revolucionárias quase sempre heroicas. O uso dos termos *tempo da espera e da convocação* faz referência também aos historiadores Raoul Girardet (1987) e Jorge Ferreira (2002). O primeiro intitula o período inicial do herói de *tempo da espera e do apelo*, que seria aquele “em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um



conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos” (GIRARDET, 1987, p. 72). Já Ferreira (2002) apresenta a ideia de *tempo da convocação*, inspirado nos relatos sobre Luiz Carlos Prestes, que compreendem o período inicial da vida do personagem como um *chamado para a luta*: “aquele em que se forma o jovem virtuoso e introvertido, mas cujas experiências adquiridas na família e na Escola Militar delinearam a figura do líder” (FERREIRA, 2002, p. 269).

A escolha por uma abordagem que privilegia o olhar heroico se deve em grande parte devido à maneira como os biógrafos aqui analisados construíram narrativas sobre os primeiros anos de Prestes, demarcados quase sempre pelas memórias familiares, principalmente da mãe e das irmãs.

A nomenclatura escolhida faz referência também às concepções de Christopher Vogler (2015), que a partir dos seus estudos sobre a jornada de herói, de Joseph Campbell (1992), intitula de o *chamado à aventura* o período de desafios em que o herói vai arquitetando um mundo pautado pela necessidade de resolução de problemas. Relaciona-se com a noção de *mundo comum*<sup>43</sup>, quando o herói que vem do mundo cotidiano, da vida ordinária, conhece a realidade que no futuro implicará em mudanças.

Para analisar as narrativas biográficas, serviu de base uma série de referências multidisciplinares como Sérgio Vilas Boas (2008), James Hillman (1997) e Paul Ricouer (2010). Os dois primeiros, responsáveis por reflexões sobre certos vícios na elaboração biográfica, dos quais utilizamos os conceitos de *descendências*, *extraordinariedade*, *falácia parental* e *pais supremos*<sup>44</sup>. De Paul Ricouer (2010), pedimos emprestada a noção de *os próximos*, que relaciona a memória pessoal e coletiva com a experiência de infância<sup>45</sup>. Outros aspectos a serem abordados ao longo deste capítulo serão as noções de *identidade gaúcha* a

---

<sup>43</sup> Christopher Vogler (2015) chama de *mundo comum* a vivência do herói em seu cotidiano de aventura numa região sobrenatural. Seria um estágio que antecede o estágio intitulado *chamado à aventura*, quando o herói trilha o seu caminho em uma jornada de façanhas.

<sup>44</sup> O comunicólogo Sérgio Vilas Boas (2008) desenvolveu, como já vimos na seção anterior, o que chama de limitações biográficas (*descendência*, *fatalismo*, *extraordinariedade*, *verdade*, *transparência* e *tempo*). Neste capítulo, trabalharemos, sobretudo, duas delas: *a descendência*, que é quando o biógrafo recorre automaticamente aos pais para explicar traços pessoais de seus biografados e *a extraordinariedade*, que é o recurso usado pelos autores para apresentar o biografado como um “ser superior, anormal, gênio ou Deus”. James Hillman (1997) nos apresenta os conceitos de *falácia parental* e *pais supremos* como forma de demonstrar como as biografias possuem uma tendência a optar por explicar o biografado através de uma árvore genealógica, sobretudo por meio dos pais.

<sup>45</sup> O conceito de *os próximos*, criado por Paul Ricouer (2010) em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento*, seria um dos elementos que imprime dinamismo à tensa complementariedade existente entre a memória pessoal, o indivíduo e a memória coletiva, a família, a comunidade, etc.

partir dos estudos de Sandra Jatahy Pesavento (1989) e Jocelito Zalla (2018) e a de *monumentalização* dos sujeitos, seja Prestes, seja a sua mãe, Leocadia Prestes, aspecto problematizado a partir da discussão do historiador Jacques Le Goff (2003).

### 1.2 Prestes: uma iniciação “aos primeiros anos”

Acreditamos que a maioria dos dados retirados das narrativas biográficas sobre os primeiros anos de Luiz Carlos Prestes possui basicamente duas fontes principais: 1) uma documentação escrita produzida por Leocadia Prestes e Lygia Prestes, entregue clandestinamente a Jorge Amado nos anos 1940, para construção da biografia *Vida de Luiz Carlos Prestes: El Cabalero de La Esperanza*<sup>46</sup>; 2) entrevistas gravadas ou filmadas, com destaque para as pesquisadoras Marly Almeida Gomes Vianna e Anita Leocadia Prestes<sup>47</sup>, realizadas entre os anos de 1981 e 1983, além de outros tantos pesquisadores e cineastas que, também em entrevistas, produziram trabalhos de ordem historiográfica, cultural e cinematográfica<sup>48</sup>. Desta forma, o que fica claro é que tais materiais não permitiram às biografias um nível de aprofundamento sobre os primeiros anos do personagem.

Os relatos sobre as reservas de Prestes quanto à sua vida pessoal e parte do seu passado são enfatizados por alguns dos seus biógrafos. Daniel Aarão Reis Filho (2018), por exemplo, em entrevista, afirmou que o político gaúcho é um personagem “muito bem documentado, mas ao mesmo tempo muito secreto” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal). O historiador, ao elaborar sua biografia, publicada em 2014, afirma ter ficado impressionado com os fatos da vida pessoal do seu biografado,

<sup>46</sup> Segundo Josélia Aguiar (2018), Leocadia Prestes produziu um dossiê quando estava no México e enviou para a Argentina para Jorge Amado por meio do militante comunista Roberto Morena. Tal dossiê teria tido um papel fundamental nos capítulos iniciais do projeto de biografia de Amado, publicado em 1942, pois abordava a infância e a juventude do personagem.

<sup>47</sup> Marly Almeida Gomes Vianna e Anita Leocadia Prestes, juntamente com Ramón Pena Castro, realizaram uma série de entrevistas com Luiz Carlos Prestes nos anos 1980 para esclarecer aspectos da trajetória do revolucionário gaúcho. Estas foram utilizadas como fontes primárias para suas respectivas teses de doutorado, publicadas em livros. Além disso, Anita Leocadia Prestes fez, ao longo dos anos 1980, dezenas de entrevistas individuais com seu pai, aproveitando-se das facilidades de ser filha e secretária do revolucionário.

<sup>48</sup> Devo destacar o jornalista e escritor Dênis de Moraes, que fez, primeiramente com Francisco Viana, uma série de entrevistas que resultaram em um livro chamado *Prestes: críticas e autocríticas* (1982). Mais recentemente, Dênis de Moraes publicou uma antologia das principais entrevistas dadas por Prestes à imprensa em um livro chamado *Prestes com a Palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Porém, em nenhum dos dois encontramos qualquer alusão significativa à infância e aos seus primeiros anos de vida. Entre os cineastas, Néelson Pereira dos Santos, também nos anos 1980, gravou horas de entrevistas com o líder comunista, que foram aproveitadas pelo cineasta Toni Venturi no documentário *O Velho* (1997).

ressaltando a sua reserva sobre sua intimidade: “porque numa tradição que era muito própria dos comunistas, eles (as lideranças comunistas), eram muito discretos quanto à sua vida pessoal” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal)<sup>49</sup>.

Desta forma, entendemos que Prestes compreendia que na sua trajetória o que o verdadeiramente importava não eram as questões pessoais, muitas vezes íntimas, e sim a luta política e partidária. Isso explica, talvez, por exemplo, a sua negativa em ser biografado nos anos 1980, como ocorreu com o jornalista Fernando Moraes, biógrafo de sua primeira esposa, Olga Benário<sup>50</sup>.

Ao analisar o início das narrativas biográficas sobre Luiz Carlos Prestes, percebe-se *uma restrição ao passado dos primeiros anos do personagem*. Os dados são escassos e as abordagens privilegiam principalmente relatos sobre as origens dos ascendentes do biografado, em detrimento da vida na infância e na adolescência. Há casos em que não existe qualquer tipo de contextualização dos primeiros tempos do biografado, privilegiando, assim, diretamente, os seus “feitos militares e políticos”.

É o caso do historiador Boris Koval (2007), que procurou informar apenas os dados básicos sobre as origens e a formação militar de Prestes em um capítulo chamado *Amadurecimento (1898-1922)*. A escolha deste nome sugere uma preparação do personagem para o auge de sua vida, que seria o ciclo revolucionário tenentista e o comunista.

Ao contrário dos biógrafos anteriores, o escritor Jorge Amado (2011) dedica um capítulo inteiro aos primeiros anos de Prestes. Intitulado *O Menino Pobre*, ele recupera dados de seu nascimento até o princípio das conspirações tenentistas no início dos anos 1920, além de apresentar detalhes da infância, dos sonhos, das origens dos pais e avós e dos estudos na escola militar. Já Anita Leocadia Prestes (2015) e Daniel Aarão Reis (2014), em suas biografias contextualizadas, construíram capítulos bastante fundamentados, ressaltando a importância da infância, das

---

<sup>49</sup> Raymundo Faoro (1982), em prefácio ao livro *Prestes: críticas e autocríticas*, também afirmou algo parecido: “contra ele, pesou e pesa uma densa cortina de mistério e silêncio, que perturba a análise de seu papel na história contemporânea” (FAORO, 1982, p. 11).

<sup>50</sup> Fernando Moraes (2015) explica em texto da contracapa do livro de Anita Leocadia Prestes, essa ânsia, presente nos anos 1980, por biografar Prestes: “durante décadas muitos autores brasileiros de não ficção alimentaram a esperança de fazer uma biografia de Luiz Carlos Prestes. Eu mesmo, desde o dia em que o conheci, num ensolarado 1º de maio, em Havana, em 1977, tentei várias ocasiões seduzir o Cavaleiro da Esperança para o projeto. Em todas às vezes a resposta era a mesma: não” (MORAIS, 2015, s/p).

origens familiares e a formação escolar-militar de Luiz Carlos Prestes, nos capítulos respectivamente intitulados *Primeiros Anos* e *Anos de Formação*.

### 1.3 Nas “terras do sul” nasce o herói? Entre a romantização e a contextualização do espaço de origem

De início, é importante compreender como os biógrafos elaboraram o que chamamos de processo de pertencimento da origem geográfica do biografado. De todas as narrativas dedicadas a Prestes, duas delas procuram compreender esta temática: a de Jorge Amado (2011) e a de Daniel Aarão Reis (2014). A cidade de Porto Alegre, dos anos finais do século XIX ao início do século XX, só aparece em Daniel Aarão Reis (2014), mesmo assim de maneira rápida, como veremos a seguir.

Jorge Amado (2011), dentro do seu processo de edificação inicial da trajetória de Luiz Carlos Prestes, construiu uma ideia naturalizada das origens gaúchas do biografado:

NESSAS TERRAS DO SUL ELE NASCEU, AMIGA. AQUI, NESSES CAMPOS que se estendem em busca do infinito, correm livres os animais e as lendas. É o pampa, planície sem fim, melancólica e suave; o céu azul, azul de impossíveis comparações, o campo verde, verde de todos os matizes, onde pastam os bois calmos, onde correm nervosos cavalos. Aqui nascem os homens valentes, amiga, aqueles que deixam um rastro de lenda em sua passagem. É o país do Rio Grande do Sul, dos caudilhos, das revoluções, da coragem sobre todas as coisas (AMADO, 2011, p. 33).

A figura agenciada por Jorge Amado (2011) é a do gaúcho pampeano, um “tipo social rural ‘real’ ou ‘imaginário’, ‘presente’ ou ‘histórico’, que vive como cavaleiro em um espaço físico e simbólico determinado, *a pampa*, e, não raro, situado em um tempo mítico no qual a tradição garante a vida de fartura” (ZALLA, 2018, p. 27).

Sandra Jatayh Pesavento (1989) compreende que esta figura do gaúcho decorre de uma fixação de imagens e conceitos sobre o Rio Grande do Sul e seu personagem símbolo, o gaúcho. Ela reforça imagens, fixam hábitos e conceitos e exalta comportamentos considerados típicos, criando um mito ou estereótipo. Parte de uma noção de história que procura legitimar uma posição de predomínio e certa hegemonia, considerada por ela como uma visão tradicional e conservadora.

Jorge Amado (2011) procura conectar Prestes a essa figura do gaúcho como alguém pleno de bravura e honradez, além de altaneiro, destemido, livre. Jocelino Zalla (2018) chama isso de “ética do heroísmo gaúcho”, forjada nas lutas de fronteira e na árdua vida campeira. Segundo o mesmo historiador, as origens do gaúcho remetem ao século XVIII como o andarengo, errante, sem paradeiro e trabalho fixo, alguém excluído da ordem pela condição de “vagamundo”. Com o tempo, o termo transformou-se, tendo ganhado uma conotação positiva com a organização da estância e com a identificação com a figura de peão e do guerreiro. A questão da consolidação da propriedade pecuária seria o motivo da mudança, com a subjugação dos gaúchos como mão de obra nas estâncias de criação de gado. Eles seriam “os peões campeiros”, que mantinham hábitos, vestimentas, linguajares e costumes herdados dos antepassados.

Na descrição de Jorge Amado (2011) aparece ainda a ideia de uma terra demarcada por um “espírito de luta” e pela liberdade, cujo símbolo máximo seria justamente o histórico de guerras, como a *Guerra dos Farrapos (1835-1845)*. Tal ideia é justamente uma das chaves da construção da identidade gaúcha, discurso esse agenciado em diversos momentos da história gaúcha da região, “fonte para discursos e projetos políticos, sociais e culturais e/ou a forma de dar vazão a visões de mundo e de intervir no debate público local” (ZALLA, 2018, p. 27).

Esse mito dominante do *homem-herói* fica mais claro ainda quando Amado vai montando o cenário do Rio Grande do Sul e pouco a pouco vai demonstrando que Prestes seria uma espécie de herdeiro desta tradição histórica, marcada pela luta e pela guerra:

Os homens se transformaram em revolucionários, os cavalos cortando a noite do pampa, as figuras românticas dos caudilhos ganhando legenda pelo país afora. Nesse tipo de economia rural agrário-pastoril, haviam de florescer os governantes patriarcais. Mas havia de florescer também, amiga, o amor à liberdade e à luta, a rebelião contra essas fórmulas feudais de governo. Essas terras do Sul estão encharcadas de sangue revolucionário, é vermelha a raiz desses pastos e dessas árvores (AMADO, 2011, p. 34).

Dentro de uma perspectiva crítica, Sandra Jatahy Pesavento (1989) compreende que

Tal visão idealizada [do Rio Grande do Sul] se complementava na ideia de que na sociedade sulina não havia hierarquias ou distinções sociais. Teria vigorado uma verdadeira democracia dos pampas, na qual peão e

estanceiro trabalhavam lado a lado, irmanados ambos pela identificação na mesma figura mítica do gaúcho, centauro dos pampas, monarca das coxilhas (PESAVENTO, 1989, p. 56).

Para Jocelino Zalla (2018, p. 62), “foram os homens e mulheres de letras, educados em padrões cosmopolitas e valendo-se de modelos narrativos europeus os responsáveis pela elaboração do gaúcho como símbolo da identidade coletiva do Rio Grande do Sul”, construídos a partir de um romantismo ingênuo, presente em escritores desde o século XIX até recentemente. O mesmo historiador cita o nome de José de Alencar, Alcides Maya, Simões Lopes Neto, Cyro Martins, como exemplos destes produtores. Compreendemos que Jorge Amado se manifesta nesta “constelação de autores”, procurando idealizar a figura do gaúcho atrelada à de Luiz Carlos Prestes. Temos então, em Amado, uma equação mito e conceito, que, no dizer de Letícia Borges Nedel (2005, p. 60): “é um trabalho combinado de fontes, fatos e invenções que agora tornará o gaúcho muito mais um conceito, uma ideia que deixará de estar presa a um momento ou a um espaço mais definidos originalmente”.

Por outro lado, segundo Amado (2011), o Rio Grande do Sul não era descrito apenas como a terra dos revolucionários, como Prestes, mas também de homens tiranos: “esses campos do Sul, essas terras dominadas e indomáveis, explodiriam em tiranos e em revolucionários. Nessas terras, amiga, dessa economia, nasceram os tiranos. Filhos de dono de fazenda, senhores feudais, de alma escravocrata” (AMADO, 2011, p. 35).

Cabe aqui uma reflexão sobre quem seriam esses tiranos que serviam de contraponto à figura do herói revolucionário. Para isso, é necessário compreendermos o contexto político de publicação da biografia. *Vida de Luiz Carlos Prestes: el caballero de la esperanza* foi lançada inicialmente na Argentina, em 1942, período do Estado Novo no Brasil (1937-1945); tal regime foi caracterizado pelo nacionalismo e pelo autoritarismo. Prestes estava preso pelo regime político de Getúlio Vargas desde 1936. Vargas também era de origem gaúcha, de São Borja.

Não podemos esquecer que o próprio Jorge Amado também fora preso pelo menos duas vezes nos governos Vargas e estava exilado em Buenos Aires quando escreveu a biografia de Prestes. Seus livros foram proibidos de circular no Brasil, alguns títulos chegaram a serem queimados em praça pública (HALLEWELL, 1985).

Portanto, mesmo sem indicar nominalmente Getúlio Vargas, a referência ao tirano diz respeito ao presidente.

Outro elemento que Amado enfatiza na questão da identidade são *as lendas do povo negro gaúcho*. Ele cita o *Negrinho do Pastoreio*<sup>51</sup> como modelo de resistência negra do sul do país. Assim se refere o biógrafo baiano: “sofrendo ditaduras longas, o gaúcho aprenderia o amor à luta, à liberdade, faria de um menino negro, escravo e infeliz, o herói dos seus cantos, o mais terno dos deuses da gente brasileira” (AMADO, 2011, p. 34).

Essa ideia da origem, demarcada pela luta da liberdade contra a escravidão, perpassa toda a obra *O Cavaleiro da Esperança*. Na estratégia escolhida por Amado, de dialogar com uma interlocutora chamada de *amiga ou negra*, que pode ser exemplificado quando o narrador busca convencê-la de que, do nascimento de Prestes, surgiu o grande herói brasileiro:

Nessas terras do Sul, amiga, nasceu Luís Carlos Prestes. E seu nascimento marca o instante em que começa o fim do tempo dos tiranos. Seu nascimento é a prova de que a raça dos esmagados já tinha adquirido suficiente força para derrubar os tiranos e ganhar a liberdade. Porque raça já tinha tanta força e tamanha necessidade que, por fim, havia produzido o Herói (AMADO, 2011, p. 35).

Em algumas passagens da mesma obra pode-se encontrar o entendimento do nascimento de Prestes como o começo de uma nova época para todos os escravos do Brasil, época que “haveria de animar e levantar, dignificar, dar consciência e libertar a raça brasileira” ou “o momento da luta final, o terrível e maravilhoso momento da última batalha” (AMADO, 2011, p. 35). Temos aí a ideia de uma origem especial, libertária: “nessas terras do Sul, amiga, nasce o Herói” (AMADO, 2011, p. 35-36).

Daniel Aarão Reis (2014), sete décadas depois, assinalou a identidade regional de Luiz Carlos Prestes de maneira diferente, mais caracterizada por um debate historiográfico. Em vez de um olhar romantizado sobre as origens do seu personagem, temos uma perspectiva contextualizada com o propósito de formatar

---

<sup>51</sup> O Negrinho do Pastoreio é uma lenda afro-cristã que foi muito contada no final do século XIX pelos brasileiros que defendiam o fim da escravidão, sendo muito popular na região Sul do Brasil. Segundo o pesquisador Câmara Cascudo (1983), “o Negrinho do Pastoreio é lenda cristã, divulgada com finalidades morais. O Negrinho é sem pecado, uma vítima. É um acessório à bondade de Nossa Senhora, madrinha dos que a têm. Perdendo duas vezes a tropilha que acha miraculosamente, o Negrinho, por associação natural, é padroeiro dessa atividade nos ‘pagos’ gaúchos” (CASCUDO, 1983, p. 290).

um cenário de origem do seu biografado. Logo no início de sua narrativa identificamos dados sobre a cidade de Porto Alegre no final do século XIX: “Porto Alegre era um pequeno burgo, com pouco menos de 75 mil habitantes, enriquecido pelo constante movimento de barcos e navios” (REIS FILHO, 2014, p. 07). Na sequência, Aarão Reis (2014) vai descrevendo a cidade em seu cenário e habitantes:

Os habitantes orgulhavam-se das praças arborizadas, dos chafarizes e hotéis, e do primeiro arranha-céu, o prédio Malakoff, de imponentes quatro andares; e também da igreja da Matriz, do Palácio do Governo e da sede da 3<sup>o</sup> Região Militar. Nas primeiras ruas, da Praia, Nova, Riachuelo, do Comércio, Sete de Setembro, misturavam-se as pessoas, com roupas escuras e pesadas, típicas da época, às carroças e as tálburis, puxando a cavalo, e aos bondes elétricos, indício e promessa de tempos modernos (REIS FILHO, 2014, p. 07).

Quando a família Prestes se mudou para o Rio de Janeiro, em 1904, o autor realizou o mesmo movimento descritivo: “o Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira com 800 mil habitantes” (REIS FILHO, 2014, p. 12), salientando o processo de modernização acelerada, por meio da qual a cidade foi “entregue às mãos de médicos e engenheiros, [que] haveria[m] de transformar numa vitrine ‘civilizada’” (REIS FILHO, 2014, p. 12).

Tal contextualização inicial, mesmo que rápida e pontual, tanto na descrição de Porto Alegre, como depois do Rio de Janeiro, permite compreendermos a opção biográfica de Daniel Aarão Reis (2014) em produzir uma narrativa documental, preocupada com a construção do cenário onde surgiu seu biografado a partir de uma perspectiva historiográfica. Bem diferente de Jorge Amado, que em 1942, em outro contexto e proposta narrativa, construiu um cenário permeado por elementos literários, idealizado e naturalizado quanto às origens geográficas de seu biografado.

#### *1.4 Entre “a falácia parental” e o mito das origens familiares: a ascendência de Prestes como recurso de explicação do sujeito*

Um movimento bastante comum entre os biógrafos, segundo Sérgio Vilas Boas (2008), é procurar explicar o seu biografado a partir das características físicas e psicológicas dos seus ascendentes diretos, como pai, mãe e avós. James Hillman



(1997) chama essa prática de *falácia parental*, que consiste em explicar o biografado através de uma herança marcada por uma árvore genealógica.

Praticamente todos os biógrafos de Prestes optaram por esse movimento explicativo. Entretanto, dois deles, Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), deram um realce maior à abordagem da descendência de Luiz Carlos Prestes. Nos outros dois casos, as narrativas apresentam minimamente as figuras paternas e maternas, quase sempre a partir dos avós.

Jorge Amado (2011) inicia a sua narrativa apresentando o biografado a partir da ascendência paterna, esta marcada por uma dicotomia de classe social; por um lado uma *família aristocrática e tradicional*, representada pela avó paterna, Luiza Travassos; por outro uma *família proletária e humilde*, representada pelo avô paterno, Antônio Prestes. A origem nobre de Prestes advinha do pai de Luísa Freitas Travassos, que era “*um guarda-roupas*”<sup>52</sup> do imperador D. Pedro, no Rio de Janeiro imperial. Já o pai de Antônio Pereira Prestes foi um simples “*calafete*”, um operário especializado em vendas e construção naval.

A dicotomia estabelecida por Jorge Amado (2011) se resolve quando o jovem Antônio Pereira Prestes teria se tornado soldado aos 13 anos, ao fugir de casa. Ali teria havido a vitória do *sangue vermelho do calafete* sobre o *sangue azul nobre*. O biógrafo se pergunta: “será então, negra, que esse sangue dos calafetes do mundo é mais poderoso e forte que o sangue azul dos nobres?” (AMADO, 2011, p. 41). Essa dicotomia se apresenta na própria construção da imagem sobre os avôs de Prestes, na qual Luísa Travassos seria o exemplo de alguém orgulhosa de suas origens aristocráticas:

Luísa chorava diante do retrato do avô aristocrata que parecia, sob os veludos que o vestiam, ter um gesto de significativo enojo para a decadência do sangue daquela sua família. No outro retrato, vestido com roupas mais modernas e mais modestas, sorria seu sorriso bom e irônico o juiz Antônio Pereira Prestes, pai do jovem soldado. Entre os dois retratos, as lágrimas de Luísa, as lágrimas de Luísa Freitas Travassos, transbordavam em soluços (AMADO, 2011, p. 41).

Jorge Amado (2011) salienta a vergonha de Luísa por ter um filho soldado do Exército, uma profissão considerada para indivíduos das classes baixas. “Ser militar já era uma vergonha para a honra da família, acostumada a empregos no Paço, a

---

<sup>52</sup> Espécie de funcionário de certo prestígio na intimidade do imperador e sua família.

olhar com desprezo qualquer profissão que não fosse a honrada, a rendosa e descansada profissão de parasita da Corte” (AMADO, 2011, p. 36).

Cabe dizer que interessava a Jorge Amado, sobretudo durante a campanha de libertação de Prestes no início dos anos 1940, ponderar a origem familiar do mesmo, entre a aristocracia e o popular. A vitória do popular, neste contexto da narrativa, deixa clara a intencionalidade do autor, que afirma a linhagem preponderante daquele que será, segundo o biógrafo, o maior revolucionário popular da história brasileira.

Por outro lado, Amado elabora o personagem de Antônio Pereira Prestes, avô paterno, por meio de outra imagem, desta vez bastante positiva. Ele foi descrito como um advogado brilhante e culto, que construiu uma carreira invejável, marcada pelo humanismo e pelo combate às injustiças do seu tempo:

Um homem popular na cidade, espécie de exemplo de caráter reto, de homem cumpridor dos seus deveres, em que o senso da honra só era igualado pelo senso da justiça, a verdadeira justiça, não aquela que se apoia somente na lei, mas a que tem raízes igualmente na bondade e no conhecimento da vida desigual dos homens (AMADO, 2011, p. 38).

O mesmo autor sugere ainda que o futuro militar herdara a humildade e o senso de justiça do avô paterno. Algo que fica ainda mais evidente quando o biógrafo baiano vai tratar dos avós maternos, Joaquim José Felizardo e Ermelinda de Ferreira de Almeida.

Joaquim Felizardo, por exemplo, é visto como um homem culto, leitor ávido e combatente da escravidão negra. O biógrafo vai mais longe afirmando que, nas ruas de Porto Alegre, Felizardo era chamado de “pai dos negros” graças às suas lutas abolicionistas. As referências aos temas ligados à cultura afro-brasileira são enfatizadas por Jorge Amado (2011), no que podemos compreender como uma forma de aproximar o leitor popular com o personagem que biografava. Um Prestes como símbolo do povo.

Ainda sobre o avô materno, chama a atenção como o historiador russo Boris Koval (2007) se equivoca:

A namorada do jovem capitão era uma das filhas de latifundiário – Leocadia. Seus parentes condenaram sua paixão, mas a jovem, contrariando a vontade dos pais, casou-se e foi morar com o jovem esposo na cidade. Infelizmente a felicidade não foi duradoura. Em 1908 a jovem ficou viúva com quatro filhos pequenos para cuidar (KOVAL, 2007, p. 29).

Neste caso, não há evidências de que Joaquim Felizardo tenha sido um latifundiário, mas sim comerciante e proprietário da Casa Felizardo, famosa em Porto Alegre à época. Além disso, não há indícios de que a família de Leocadia tenha ido contra o casamento com o soldado Prestes, apesar das diferenças de classe social de ambos. Por fim, quando o pai de Prestes faleceu, em 1908, Leocadia deixou dois filhos, o próprio Luiz Carlos e Clotilde Prestes. Anita Leocadia Prestes (2015), em um tópico chamado *Origens Familiares*, também procura caminhar por uma genealogia dos avós de Luiz Carlos Prestes, começando pelos avós paternos. Cria um perfil positivo de maneira geral, porém oculta qualquer questão sobre a aristocrática avó paterna, Luísa Freitas Travassos. Já o avô paterno é assim descrito: “Antônio Pereira Prestes, conceituado juiz, de origem social modesta, ficara conhecido por seu senso de justiça e sua independência de caráter, o que o tornara um homem popular na capital gaúcha” (PRESTES, 2015, p. 21). No que se refere aos avós maternos, estes são assim apresentados:

Joaquim José Felizardo, um próspero comerciante de Porto Alegre, pertencia à maçonaria, era abolicionista e republicano; também foi um homem avançado para sua época. A família Felizardo se tornara conhecida na cidade por cultivar valores culturais e humanistas. A esposa de Joaquim José, Ermelinda Ferreira de Almeida Felizardo, descendia da aristocracia portuguesa, mas se distinguia por ser uma pessoa de ideias abertas, que partilhava plenamente dos ideais de justiça social abraçados pelo marido (PRESTES, 2015, p. 21).

Como vemos, Anita Leocadia Prestes evidencia as características positivas dos antepassados do seu biografado, principalmente dos avôs maternos. O uso dos trechos “cultivar valores culturais e humanistas” e “partilhava plenamente dos ideais de justiça social abraçados pelo marido” mostra que a autora considera tais características como as de “alguém avançado para a época”, porém a autora não deixa claro o que significaria ser avançado para um homem residente na cidade de Porto Alegre do início do século XX. Que parâmetros ela criou para defini-lo assim? Ser culto, politizado, abolicionista e republicano em uma época de “ignorâncias”, analfabetismos, escravismo e de culto à monarquia?

A historiadora Anita Leocadia Prestes (2015), por outro lado, é cautelosa nos traços que construiu sobre o avô paterno de Prestes e apaga completamente qualquer descrição da avó paterna, Luísa Freitas Travassos. Podemos inferir que a

exclusão da linhagem aristocrática por parte da família paterna procura omitir significados considerados indignos para a trajetória familiar de Luiz Carlos Prestes.

Ermelinda Ferreira de Almeida Felizardo ganha ainda mais ênfase nas mãos de Anita Leocadia Prestes (2015) devido às suas tentativas de libertar o neto quando este esteve preso durante o governo getulista, na década de 1930, enviando cartas ao presidente do Superior Tribunal Militar, na época:

Já com cerca de noventa anos, quando seu neto Luiz Carlos Prestes estava preso nos cárceres da ditadura Vargas, revelou-se extremamente corajosa e decidida ao apoiá-lo com firmeza. A avó de Prestes dirigiu diretamente, mais de uma vez, a mandatários do regime do Estado Novo, exigindo que os legítimos direitos de seu neto fossem respeitados (PRESTES, 2015, p. 21-22).

Daniel Aarão Reis (2014), em sua biografia, procurou comprovar as origens nobres de Ermelinda de Ferreira de Almeida, “a quem a tradição familiar e mesmo os descendentes revolucionários gostavam de atribuir estirpe nobre” (REIS FILHO, 2014, p. 08). Mesmo sem citar exatamente quais fontes utilizou, chegou à conclusão de que

De fato, Luís Augusto Ferreira de Almeida, seu irmão, era um visconde, título concedido pelo rei D. Carlos I de Portugal em 1891. Anos antes, um tio homônimo também se tornara nobre, graças aos reis portugueses D. Pedro V e D. Luís I, que lhe concederam os títulos de visconde e conde, em 1855 e 1874 (REIS FILHO, 2014, p. 09).

Podemos concluir que nem todos os biógrafos optaram por explicar seu biografado através de uma marca genética. Muitas vezes houve apenas um preenchimento de dados históricos para situar as origens do personagem. No caso de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), os autores exaltaram as características (o humanismo e a nobreza, por exemplo) ou quando esconderam possíveis defeitos (arrogância e prepotência), observamos o recurso a uma memória positiva, que sugere uma ascendência ou forte influência no personagem biografado. Com isso, o recurso da genealogia nos dois casos é citado como recurso explicativo para definir as características do biografado em uma espécie de justificativa genética para as escolhas de Prestes a favor das lutas populares e do combate às injustiças sociais no Brasil, em que o personagem se envolveu em seus anos posteriores.

Já apresentamos aqui que James Hillman (1997) chama de “falácia parental” a opção obsessiva de explicar o biografado por meio de sua árvore genealógica. O

autor ainda constrói outro termo para definir essa maneira como os pais do biografados podem ser construídos como “pais supremos”, aqueles que “nutrem, sufocam, castigam, devoram, protegem, amam, corrigem, inspiram, moldam” (HILLMAN, 1997, p. 30).

Vamos observar nos próximos parágrafos como as narrativas biográficas apresentam os pais, Antônio Pereira Prestes Filho e Leocadia Prestes, nos utilizando das estratégias de análise que chamamos de “memória silenciada” em relação ao pai, e “memória monumentalizada” em relação à mãe.

Nas biografias, a ênfase quase sempre é na influência da mãe na constituição da personalidade e nas escolhas futuras do filho. O pai aparece em um papel secundário. Porém, quase todas as narrativas biográficas dedicadas a Prestes têm início no relato do histórico familiar a partir do militar Antônio Pereira Prestes Filho. No caso de Jorge Amado (2011), o pai seria aquele que participou ativamente da Proclamação da República, que tinha ideias avançadas, progressistas, semelhante ao futuro revolucionário do filho.

O biógrafo baiano procurou construir uma ideia de que Antônio Pereira Prestes seria um símbolo do republicanismo, portanto da conquista da liberdade no contexto das transformações políticas e sociais do final do século XIX; para isso, Amado o descreve como um libertário que seguiu os pressupostos de Benjamin Constant<sup>53</sup>. Este último foi apresentado como herói, como vemos na seguinte passagem: “OS CADETES, NAQUELA MANHÃ DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889, manhã gloriosa, amiga, quando o trono ruía no Brasil, reuniram-se em torno de seu mestre e chefe, tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e juraram ‘vencer ou morrer’ (AMADO, 2011, p. 45) (*sic*). O pai de Prestes, portanto, seria aquele que “marchou resoluto e firme, os olhos para a frente, a cabeça erguida, o olhar sereno, o gesto impávido. E jurou e se colocou ao lado de Benjamin para acompanhá-lo” (AMADO, 2011, p. 45).

Antônio Pereira Prestes Filho nasceu em 23 de agosto de 1869 em Porto Alegre, filho dos já citados Antônio Pereira Prestes e Luísa Machado de Freitas. O pai foi descrito por Jorge Amado (2011) como um jovem que teria fugido para tornar-se soldado, pois “pensava como seu pai, o filho de operário, que é preciso começar

---

<sup>53</sup> Benjamin Constant (1836-1891) foi um militar, engenheiro, professor e político brasileiro, natural de Niterói, Rio de Janeiro. Foi um dos ideólogos da República e um dos maiores divulgadores do positivismo no Brasil na segunda metade do século XIX.

de baixo e conquistar as posições” (AMADO, 2011, p. 45). Essa forma de se relacionar e admirar os mais humildes fez com que ele acabasse sendo absorvido por ideais revolucionários graças à inspiração do positivismo do seu mestre, Benjamin Constant. O Capitão Prestes seria de “uma geração que ele formara nos princípios de dignidade do homem, de fé na humanidade, de fraternidade universal” (AMADO, 2011, p. 47).

Jorge Amado (2011) não cita de imediato o positivismo, mesmo assim considera os ideais do pai de Prestes formados em “uma ideia progressista e revolucionária” (AMADO, 2011, p. 47). Isso fica mais evidente quando afirma que “no século XIX, amiga, os revolucionários, os que queriam derrubar o Império e implantar um governo do povo, levantaram a bandeira da abolição. É o republicano Castro Alves primeiro, depois é Rui Barbosa” (AMADO, 2011, p. 47).

Benjamin Constant, Castro Alves<sup>54</sup> e Rui Barbosa<sup>55</sup> são vistos pelo biógrafo baiano como três modelos de revolucionários em seus tempos. Ambos carregariam o espírito revolucionário republicano e são apresentados em oposição ao presidente da época, o gaúcho Getúlio Vargas, chamado de inimigo do povo: “assim também hoje, amiga, os inimigos do povo, os chefes conscientes e seguidos das alas mais reacionários, mais obscurantistas e mais retrógrados da população brasileira, esmagando com sangue os movimentos libertários do povo” (AMADO, 2011, p. 48). Amado, neste trecho, fez alusão às chamadas frentes populares ocorridas na década de 1930, que culminaram com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as revoltas comunistas de 1935, duramente reprimidas pelo governo getulista através de prisões e torturas em todo o Brasil. O autor ainda completa: “muitos se deixam enganar hoje, amiga, com a máscara da vítima, de bondade e de democracia com que o Estado Novo veste o seu fascismo” (AMADO, 2011, p. 48). O autor, portanto, qualifica Getúlio Vargas de fascista no contexto da Segunda Guerra Mundial, a exemplo de outras lideranças no mundo como Franco, na Espanha, e Salazar, em Portugal.

Este trecho de Jorge Amado expressa a tensão política instalada no PCB no contexto da década de 1940, que antecedeu o fim do Estado Novo em 1945, quando

---

<sup>54</sup> Castro Alves (1847-1871) foi um poeta romântico abolicionista baiano, autor de vários livros, com destaque para *Os Escravos*.

<sup>55</sup> Rui Barbosa (1849-1923) foi um jurista e político baiano, considerado um dos maiores nomes do Direito no Brasil. Foi o primeiro ministro da Fazenda da República e candidato a presidente por duas vezes. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e publicou dezenas de livros.

parte dos comunistas revisitaram o governo de Getúlio Vargas. Dentro do próprio PCB havia um conflito interno, do qual pelo menos três vertentes se apresentavam e quando na Conferência da Mantiqueira, ocorrida em agosto de 1943, teve como vencedor um novo grupo dirigente, o CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), constituído por Diógenes da Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Mário Alves, Giocondo Dias, etc.

Tal núcleo reestruturou o PCB com uma nova direção partidária, no sentido de reorganizar e unificar os elementos remanescentes do PCB. Desta forma, a partir da Conferência da Mantiqueira, a orientação oficial do PCB baseou-se na defesa da “União Nacional”, deixando transparecer uma postura nacionalista, de apoio à soberania nacional diante do projeto expansionista nazifascista, como também de certo adesismo ao governo Vargas. Jorge Amado, enquanto vítima do regime nos anos 1930, expressa certo mal-estar com a posição do Partido naquele momento, em 1945, quando publicava *O Cavaleiro da Esperança* no Brasil<sup>56</sup>.

Enquanto Benjamin Constant era visto como líder do povo, Vargas simbolizava àquele momento o contrário, a demagogia e a distância do povo brasileiro. Compreendemos que, para Jorge Amado (2011), na impossibilidade de afirmar que Antônio Pereira Prestes Filho se assemelhava ao filho como arquétipo do herói popular, acaba por transferir para Benjamin Constant toda uma carga simbólica de heroísmo e de modelo revolucionário:

Com uma enorme parença moral com ele, Luís Carlos Prestes é hoje o seu continuador dentro das novas condições. Esse também, amiga, não possui nenhuma das qualidades do demagogo. Nada nele é exterior e falso. Sua grandeza é também algo concreto e palpável. Vem de uma vida dedicada ao povo, de culto à honra, à dignidade e à verdade. De fidelidade à causa do Brasil. Como Benjamin Constant ele é culto, inteligente e franco. Veio como de uma família pobre e galgou os postos, sofrendo todas as injustiças e todas as privações (AMADO, 2011, p. 49).

Neste paralelo, o marxismo e o positivismo são lidos como equivalentes dentro uma mesma raiz ideológica revolucionária: “o marxista Luís Carlos Prestes representa no cenário brasileiro de hoje a mesma importância – se não uma

---

<sup>56</sup> Segundo Joselia Aguiar (2018), ao comparar a edição argentina de 1942, com a edição brasileira, de 1945, percebe-se algumas alterações na edição brasileira: “o livro tinha revisão do biógrafo e do biografado. O alinhamento com a diretriz comunista estabelecida na Mantiqueira é nítido. Da edição argentina para a brasileira, o autor abrandou o tom com que se referia não apenas ao ditador, como certas figuras públicas antes tratadas com dureza” (AGUIAR, 2018, p. 213). Para a biógrafa, as mudanças não eram segredo, pois foram informadas no prefácio.

importância histórica maior – que o positivista Benjamin Constant na segunda metade do século XIX” (AMADO, 2011, p. 49). A semelhança se mostraria no combate a inimigos, de um lado a Monarquia, e, do outro, o Fascismo: “encontra sem vacilação, em Constant e em Prestes, no positivista e no marxista, o seu condutor nessas horas tão distantes e tão semelhantes na luta contra a monarquia e da luta contra o fascismo” (AMADO, 2011, p. 49).

Daniel Aarão Reis (2014) opta por descrever não apenas a trajetória militar de Antônio Pereira Prestes, mas algumas de suas características físicas: o semblante grave e olhos profundos. Ele é qualificado também como um “homem de cultura, [que] dispunha de uma boa biblioteca, ornamentada de livros que se orientavam pelo materialismo e pelo positivismo franceses” (REIS FILHO, 2014, p. 09). O autor compreende o pai de Prestes como um propagandista da República e esmiúça a trajetória militar do mesmo por meio de fontes históricas da época, como documentos oficiais do Exército e fontes orais. O historiador não cita diretamente quem foram estas fontes orais; chama este recurso de “tradição oral”. Por meio destas fontes, Aarão Reis (2014) revela que Antônio Pereira Prestes foi preso uma vez, dando detalhes sobre seus problemas financeiros e de saúde. Assim como Jorge Amado, o historiador deixa claro as afinidades com o pensamento de Augusto Comte, porém em nenhum momento destaca qualquer influência específica de Benjamin Constant, como fez o biógrafo baiano.

No que se refere a Luiz Carlos Prestes e sua relação com o pai, Daniel Aarão Reis (2014) pontua de forma direta a ausência da figura paterna, utilizando-se de um trecho de entrevista de Prestes que ele não cita a origem daquele: “do meu pai não posso dizer nada, porque depois que adoeceu gravemente [em 1903], teve outros derrames e foi piorando cada vez mais” (PRESTES, s/d apud REIS FILHO, 2014, p. 13).

Quanto à narrativa da historiadora Anita Leocadia Prestes (2015), Antônio Pereira Prestes é visto como um “homem progressista para seu tempo (...) signatários dos célebres ‘pactos de sangue, formados pelos jovens oficiais que, sob a liderança de Benjamin Constant, fizeram parte da ‘mocidade militar’, participando ativamente da Proclamação da República” (PRESTES, 2015, p. 21). Observamos na historiadora a utilização exacerbada de termo para definir o caráter, as concepções políticas e sociais e a ascendência do seu biografado.



Nesta lógica, o enquadramento da memória do pai de Prestes, semelhante à biografia de Jorge Amado (2011), se encontra também na de Anita Leocadia Prestes (2015), 60 anos depois, o que evidencia a ideia de como tais narrativas biográficas estão comprometidas na construção biográfica na fabricação do mito desde suas origens e descendências. No caso específico de Benjamin Constant, seria um mito republicano da liberdade que teria influenciado o pai de Prestes nos finais do século XIX, como também indiretamente o filho, Luiz Carlos Prestes. Uma herança simbólica enfatizada pelos dois autores na abordagem sobre o tema.

Porém, a autora ressalta as relações entre o pai e o positivismo, algo que nenhum dos biógrafos trouxera, numa espécie de defesa a críticas que sugerem que Luiz Carlos Prestes teria sido um herdeiro do positivismo graças à influência do seu pai:

Abraçava a doutrina positivista, atraído pelo papel progressista que tais ideias desempenharam junto ao movimento republicano no Brasil. Jamais aderiu, contudo, à Igreja positivista, tendo contribuído para tal a enérgica oposição de Leocadia, conhecedora das atitudes de alguns próceres do positivismo. Leocadia professava o catolicismo, mas como seu pai, não frequentava a igreja e era radicalmente anticlerical (PRESTES, 2015, p. 21).

Sobre este aspecto, o crítico literário Alfredo Bosi (1993), em sua obra *Dialética da Colonização*, escreveu: “não será apenas aleatório o fato de o pai de Luís Carlos Prestes, o capitão Antônio Prestes, ter sido, juntamente com Protásio Vargas, irmão de Getúlio, um dos fundadores do Centro Positivista de Porto Alegre” (BOSI, 1993, p. 281), o que deixa claro como, ao longo do século XX, várias das alusões a Prestes remetem ao positivismo, como uma espécie de herança simbólica paterna.

Entretanto, fica clara a pouca ênfase nas biografias na figura paterna, isso se compararmos com as referências à mãe. Contudo, não podemos afirmar que a memória de Antônio Pereira Prestes seja completamente uma *memória silenciada*. O que observamos é uma ênfase maior na memória de Leocadia Prestes, pela sua intensa presença nas ações e posições políticas futuras de Luiz Carlos Prestes.

Para Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), Leocadia Felizardo Prestes, nascida em 11 de maio de 1874, em Porto Alegre (RS), foi uma mulher que seguiu uma trajetória diferenciada de outras mulheres do seu tempo, pois em vez de dedicar-se ao piano, ao francês e aos cursos de etiquetas, como era

o esperado das mulheres em uma família de classe média alta, resolveu ser professora.

Aarão Reis (2014) optou inicialmente por um caminho de análise observando a fisionomia da mãe e as suas origens nobres portuguesas: “de rosto largo, olhos enérgicos e inteligentes, a mãe descendia de Joaquim Felizardo, comerciante abastado, ligado à importação de produtos europeus” (REIS FILHO, 2014, p. 08). Pela primeira vez, entre os biógrafos, o autor traz dados exatos sobre data de nascimento, como realizou com o pai de Prestes, em seu perfil, além das já recorrentes citadas qualidades morais:

Leocadia, nascida em 11 de maio de 1874, teve rigorosa formação católica, era cultivada, fluente em francês, apreciava a boa literatura francesa e portuguesa, estudara pintura, canto e declamação, e aprendera a tocar piano. Voluntariosa, afirmativa, interessava-se pelos assuntos da sociedade, antenava-se com os problemas do mundo, e gostava de tomar partido e defender com eloquência seus pontos de vista (REIS FILHO, 2014, p. 08).

Anita Leocadia Prestes (2015) não esconde a admiração por sua avó, de quem herda o segundo nome, aquela que lhe salvou das “garras” dos nazistas em 1938, e que a criou até o ano de 1943. Neste ano, Leocadia faleceu no México, em plena Segunda Guerra e em meio à luta pela libertação de Prestes, no que ficou conhecido como Campanha Prestes<sup>57</sup>. Anita Leocadia Prestes (2015) defende que a personalidade do seu biografado foi moldada pelo caráter de sua mãe e que suas aspirações de justiça vieram de sua influência pessoal:

Na trajetória de Prestes, a infância e a juventude constituem períodos importantes. A influência decisiva da mãe, Leocadia Prestes, revelada na formação de seu caráter, no incentivo a cultivar um interesse constante pelos acontecimentos com os problemas sociais e na solidariedade total ao engajamento do filho na luta revolucionária, é um aspecto fundamental para explicar as características mais marcantes do biografado no decorrer de sua vida adulta (PRESTES, 2015, p. 16).

Caracterizada por ser uma mulher avançada e culta, segundo Anita Leocadia Prestes (2015), Leocadia ainda muito jovem “escandalizou a família ao revelar o

---

<sup>57</sup> A Campanha Prestes foi um movimento organizado pela Internacional Comunista e teve como liderança a própria Leocadia Prestes, que na época vivia em Moscou. Iniciada em 1937, perdurou até 1945, e teve o objetivo de liberar o líder comunista Luiz Carlos Prestes e outros comunistas presos pelo Estado Novo no Brasil. Foram realizadas centenas de atividades e criados dezenas de comitês em diversas partes do mundo, em especial na América Latina e na Europa. Para saber mais sobre a Campanha, ver o capítulo 3 da presente tese.

desejo de ser professora e trabalhar fora, o que naqueles tempos era impensável para uma moça de seu nível social” (PRESTES, 2015, p. 16). Desde cedo, Leocadia manifestou “pendor pelas artes, pela literatura e também pela política, interesse que, mais tarde, transmitiu aos filhos” (PRESTES, 2015, p. 16).

A ideia de *herança moral* fica bastante evidente. Mesmo Prestes, em diversas entrevistas, não nega a importância que sua mãe teve em sua constituição como sujeito. Porém, o que fica claro na verdade é que tanto Anita Leocadia Prestes (2015), mais recentemente, como Jorge Amado (2011), na década de 1940, exageraram, optando ambos por uma *monumentalização da personagem*<sup>58</sup>. Ou seja, a imagem de Leocadia foi construída por meio de descrições que a caracterizavam com um misto de santa e redentora. Ponto problematizado, por exemplo, pelo historiador Jorge Ferreira (2002), quando trabalha com os mitos comunistas ao longo do século XX, chamado de imagens femininas, de exemplos de esposas e mães as figuras de Olga Benário e Leocadia Prestes, colocadas como modelos de heroínas, na mesma escala de Prestes no imaginário coletivo dos comunistas.

Jorge Amado (2011) inaugura essa ideia de uma mulher santa, “à frente do seu tempo” e redentora, que criou os filhos dentro de certos princípios morais e políticos. Começa por mostrar as heranças dos seus pais: “de dona Esmelinda vinha-lhe a insatisfação, o desejo de evoluir, de acompanhar a marcha das ideias; de Joaquim José herdara os sentimentos progressistas, o amor à cultura, a compressão das injustiças sociais” (AMADO, 2011, p. 43-44). O biógrafo baiano projeta ainda sua personagem como figura que simboliza as conquistas femininas que viriam ao longo do século XX pelo fato de Leocadia ter estudado na Escola Normal mesmo sendo de família rica e nobre:

No dia em que Leocadia tomou dos seus livros e partiu para estudar em meio aos lamentosos suspiros da família, dona Ermelinda não suspirou, não ficou triste e espantada. Ficou pensando, amiga, um pensamento lindo: um dia as mulheres do mundo serão livres, a sua casa não será um cárcere dourado, cairão os preconceitos idiotas, colaborarão com os homens na construção de um mundo melhor. Um dia... (AMADO, 2011, p. 44).

---

<sup>58</sup> O conceito de monumentalização, amparado em Jacques Le Goff (2003), procura perceber como determinados sujeitos foram alçados a figuras que evocam o passado, possuem um poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, em suas áreas, sendo cultuadas de diversas maneiras através da construção de lugares de memórias, da constância de discursos rigorosamente positivos. Dois exemplos de estudos no tema bastante interessantes, em perspectivas teórico e metodológicas diferenciadas, são os realizados por Souza (2008) e Delgado (2003).

De todos os biógrafos, ninguém idealizou tanto dona Leocadia Prestes como Jorge Amado. Por meio de suas “mãos de romancista”, procurou demonstrar durante todo o livro a grandeza de uma mulher forte e determinada, um modelo de mãe e mulher que deve ser sempre evocado. Na abertura de um capítulo, por exemplo, cita trecho do poema de Pablo Neruda, dedicado a ela<sup>59</sup>, afirmando que seria a melhor imagem do povo brasileiro:

COMO UMA SOMBRA TUTELAR, AMIGA, SE DEBRUÇA SOBRE a vida de Luís Carlos Prestes, desde a mais remota infância, a grandeza de uma mulher forte. Nas veias dela, de Leocadia Prestes, corre aquele mesmo sangue das santas e das heroínas: de Anita Garibaldi, de Maria Quitéria e também de Ana Néri. No painel em que se destaca em primeiro plano a figura heroica de Luís Carlos Prestes, dona Leocadia se levanta como a força que o cria, o protege e o sustém (AMADO, 2011, p. 56).

A comparação com Anita Garibaldi<sup>60</sup>, Maria Quitéria<sup>61</sup> e Ana Néri<sup>62</sup>, três nomes que são citados de forma recorrente como modelos nacionais desde o século XIX, situa Leocadia em uma espécie de constelação mitológica de mulheres consideradas heroínas do povo brasileiro. Entretanto, é necessário voltarmos mais uma vez ao contexto em que Amado escrevera. Em 1942, Luiz Carlos Prestes estava preso desde 1936 e o mundo estava em guerra desde 1939; a luta contra os regimes fascistas se intensificava na forma de resistências políticas. No Brasil, Getúlio Vargas comandava o regime autoritário do Estado Novo, tendo perseguido opositores, principalmente comunistas, como os próprios Luiz Carlos Prestes e Jorge Amado.

Em contraponto à exaltação, o historiador Daniel Aarão Reis (2014) é aquele que mais busca desmitificar certos aspectos da trajetória de Prestes, entre eles a história de vida de sua mãe. Utilizando-se de outras documentações e indícios, foi o único biógrafo a mostrar dados inéditos sobre a vida da mãe de Prestes depois da

<sup>59</sup> O poema em questão é intitulado *Dura Elegia*. É longo, mas deixamos aqui a primeira estrofe: “Señora, hiciste grande, más grande, a nuestra América/ Le diste un río puro, de colosales aguas:/ le diste un árbol alto de infinitas raíces:/ un hijo tuyo digno de su patria profunda” (NERUDA, 1943 apud PRESTES, 2006, p. 17).

<sup>60</sup> Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi (1821-1849), foi uma revolucionária que teve envolvimento direto na Revolução Farroupilha e no processo de unificação da Itália, junto com o revolucionário e marido Giuseppe Garibaldi.

<sup>61</sup> Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) foi uma militar brasileira que participou das lutas pela Independência do Brasil. Foi a primeira mulher a ser reconhecida por assentar praça numa unidade militar das Forças Armadas Brasileiras e a primeira mulher a entrar em combate pelo Brasil, em 1823.

<sup>62</sup> Anna Justina Ferreira Nery, mais conhecida como Ana Néri (1814 -1880), foi uma enfermeira brasileira, pioneira da enfermagem no Brasil, que lutou na Guerra do Paraguai.

morte do marido em 1904, polemizando a trajetória desta e procurando problematizar as motivações de certos “esquecimentos” ou “obscurecimentos” em relação à personagem.

A questão abordada por Daniel Aarão Reis diz respeito às origens das irmãs de Prestes: “passados poucos meses (...) nasceu outra irmã, Lúcia, fruto da união entre sua mãe, Leocadia, e Eugênio Agostini. Mais tarde, outra menina, Lígia<sup>63</sup>, seria incorporada à família” (REIS FILHO, 2014, p. 15-16). Quem seria Eugênio Agostini? O biógrafo não consegue revelar por falta de dados. Aqui percebemos claramente as dificuldades que o historiador teve na montagem deste trecho da narrativa biográfica:

Lígia nasceu em 04 de agosto de 1913, mas não foi possível comprovar empiricamente que tenha sido uma filha da união entre Leocadia e Eugênio. Testemunhos orais colhidos divergem: alguns apontam neste sentido, mais provável, mas outros excluem a possibilidade de uma adoção, efetivada em algum momento mais tarde. Familiares que poderiam elucidar a questão recusaram-se a colaborar, o que evidencia o peso dos preconceitos históricos (REIS FILHO, 2014, p. 16).

Leocadia teria tido duas outras filhas (Lygia e Lúcia), além de Clotilde e o primogênito Luiz Carlos Prestes, filhos de Antônio Pereira Prestes em circunstâncias pouco esclarecidas pelas memórias familiares. Segundo Aarão Reis (2014), houve, por parte da família, uma tentativa de esconder tais informações, o que levou outros biógrafos a não tocarem no assunto, inclusive a própria Anita Leocadia Prestes, pelo menos até à publicação de suas memórias, como veremos a seguir. Para Aarão Reis (2014), a família poderia elucidar tal questão:

Ao longo da vida, em entrevistas com pessoas de toda a confiança, Prestes jamais admitia o fato, insistindo, contra todas as evidências, que suas irmãs mais novas eram filhas do velho capitão Antônio, morto três anos antes do nascimento de Lúcia e cinco anos antes do de Lígia. Por cumplicidade moralista ou preguiça intelectual, os esboços biográficos de Prestes não questionaram nunca o muro de proteção que se formou em torno do assunto, considerado interdito e maldito (REIS FILHO, 2014, p. 16).

Antes de Aarão Reis, o jornalista William Waak (1993) já havia trazido informações neste sentido, mesmo que não tenha tido como prová-las com bases documentais. Para o jornalista, “dona Leocadia Felizardo Prestes era uma mulher de

---

<sup>63</sup> Enquanto Daniel Aarão Reis Filho (2014) escreve o nome da irmã de Luiz Carlos Prestes com “i” e acento, Anita Leocadia Prestes (2015) utiliza-se da letra “y”. Como forma de padronizar, nós optamos por escrever Lygia. Apenas nas citações do primeiro historiador mantivemos a escrita original.

caráter forte e notável espírito de independência para sua época (...) teve cinco crianças de três homens diferentes. Casou-se somente com o primeiro, o capitão do Exército Antônio Pereira Prestes, pai de Luís Carlos” (WAAK, 1993, p. 27). Waak (1993) não cita de onde retirou tais informações, apenas sugere que os comunistas da época sabiam; argumento semelhante ao usado por Aarão Reis.

Aarão Reis (2014) procurou mostrar que a liberdade de Leocadia deve ser vista como algo que transgrediu os modelos morais de sua época e que ela na verdade foi vítima de preconceitos e tabus historicamente impostos às mulheres na sociedade: “Leocadia confrontava dois poderosos tabus. O de que as mulheres tinham que casar pra procriar. O que as viúvas estavam, em princípios, destinadas ao celibato, até a morte” (REIS FILHO, 2014, p. 16) (*sic*). Ainda segundo o autor, o custo por envolver-se com outros homens depois de viúva, no início do século XX, foi bastante alto não só para ela, mas para toda a família:

Escassearam as visitas. Mesmo as relações com os parentes maternos e paternos passaram a ser condicionadas, o que se evidencia na correspondência, no qual o assunto era evitado. Não foi por outro motivo que, apesar da modéstia dos seus rendimentos, Leocadia nunca pensou em retornar a Porto Alegre, onde teria melhores condições de vida e de inserção social. A situação ainda piorou quando, em 1915, Agostini separou-se da mulher e da família, tomando destino não sabido e ignorado, ou não confessado. Para se defender, Leocadia e os seus filhos ergueram uma barreira sólida de silêncio e mistério. A questão era dele [Prestes], íntima, familiar, e só a eles interessava (REIS FILHO, 2014, p. 16).

O historiador levanta a hipótese de que houve um processo programado de apagamento destas narrativas consideradas negativas para a imagem pública de Prestes diante da visibilidade heroica do personagem depois da “Coluna Prestes”:

A discrição e a reserva, características do período, que separavam com rigor os eventos privados dos públicos, seriam, com o tempo, acentuadas. E reiteradas depois que Prestes se tornou figura pública, ainda nos anos 1920, sobretudo após a aventura da Coluna, prevalecendo à ocultação dos fatos (REIS FILHO, 2014, p. 16).

Em relação a esta questão familiar, Anita Leocadia Prestes, em seu livro de memórias publicado em 2019, *Viver é Tomar Partido*, afirma que o pai de suas tias era um homem casado.

Leocadia enviuvou muito jovem, aos 33 anos de idade. Foi uma mulher à frente do seu tempo: teve a coragem de enfrentar os preconceitos da época

e, apaixonada por um homem casado, assumir uma relação da qual nasceram suas duas filhas mais moças, Lúcia e Lygia, criadas por ela e pelos três irmãos mais velhos em iguais condições, sem nenhum tipo de discriminação, cercadas de todo o carinho da família. Quando ficou sabendo que o pai de suas duas filhas, diferentemente do que lhe havia prometido, continuava casado com a esposa grávida, Leocadia não teve dúvidas de romper aquele relacionamento e arcar sozinha com as consequências (PRESTES, 2019, p. 57-58).

Essa revelação tardia por Anita Leocadia Prestes soa como uma espécie de resposta pública à problematização de Aarão Reis (2014), exposta na biografia deste. Como uma espécie de “lavagem de roupa suja”, a historiadora enfim esclareceu a questão, demonstrando de certa forma um teor moralista, não apenas dela, mas nas visões do mundo de muitos comunistas considerados ortodoxos que, tendo tais informações, procuraram destruir uma imagem positiva de Luiz Carlos Prestes e sua família. Desta forma, levando em consideração que as condenações morais em relação ao comportamento sexual da mulher passaram por intensa transformação nos séculos XX e XXI, Anita Prestes enfim expõe o que considera um trauma pessoal e familiar<sup>64</sup>.

Sobre a trama da família, diante das dificuldades que sofreu Leocadia Prestes e seus filhos, Daniel Aarão Reis (2014) escreveu:

Essa omissão reflete os tabus de uma época, costumes preconceituosos que tolhiam, distorciam – e ainda tolhem e distorcem – a vida social e pessoal, suscitando sofrimento e dor. O silêncio, compartilhado e guardado, contribuirá para estruturar o impenetrável círculo clânico daquela pequena família liberada por Leocadia, moldando feições particulares que permanecem por décadas, forjando um caráter – comum – de enfrentamento e superação de adversidades. Que elas viessem! Eles as enfrentariam e as superariam! Mantendo aquele segredo contra as evidências mais cristalinas. Para o bem e para o mal, fechou-se ali um anel que os anos futuros, terríveis que fossem conseguiram abrir (REIS FILHO, 2014, p. 16-17).

Para Sérgio Vilas Boas (2008), a *falácia parental* substitui a figura mitológica, quando o autor verifica principalmente uma tendência em dar uma grandeza mítica à mãe, atribuindo a ela o poder de sua imagem arquetípica. Ao analisarmos as narrativas, encontramos esta imagem da mãe de Prestes na maioria das biografias.

---

<sup>64</sup> Chama atenção que a única biografia de Leocadia Prestes, intitulada *Leocadia Prestes: mãe coragem*, escrita por sua filha Lygia Prestes, em nenhum momento refere-se ao caso, deixando ainda mais clara a estratégia de esconder tais acontecimentos no âmbito público (PRESTES, 2015), só esclarecida através do relato de Anita Leocadia Prestes (2019) em seu livro de memórias.

Vilas Boas (2008) critica ainda a opção demasiado centrada na ascendência, mas deixa claro que tal movimento interpretativo não é uma convenção tácita apenas do modo biográfico de narrar. É também uma questão de método: “um dos pressupostos dos métodos biográficos em Ciências Sociais, por exemplo, é exatamente o das origens familiares” (BOAS, 2008, p. 57). Mencionando uma limitação da narrativa biográfica, Sérgio Vilas Boas (2008) pergunta o porquê da maioria dos biógrafos recorrer automaticamente aos pais para explicar traços pessoais de seus biografados. E mais: “por que os biógrafos procuram nos pais/avós/bisavós características, quando não conseguem (...) explicação para certos aspectos de temperamento?” (BOAS, 2008, p. 47).

Observando uma constante em várias biografias, Vilas Boas (2008) aponta principalmente os textos que reconstróem personagens a partir de uma percepção linear-evolutiva-cronológica, refletindo que quase sempre há um preenchimento de páginas com a procura dos ancestrais consanguíneos. A busca pela ancestralidade, já apresentada aqui através da abordagem dos biógrafos, permite a alguns compreender Luiz Carlos Prestes como *um herdeiro moral e intelectual dos seus parentes*. Ao observar essa tendência na produção das biografias, afirma:

Biógrafos adoram recorrer a pais, avós e bisavós para tentar explicar temperamentos, atitudes destrutivas, decisões arriscadas, fracassos, repetições, compulsões, estranhezas, conquistas, etc. Há os que explicam ou insinuem relações de causa e efeito entre o passado e o presente; outros preferem apenas cumprir um ritual, fornecer registros informativos sobre familiares (BOAS, 2008, p. 48).

Nas biografias, isso fica evidente, pois com exceção da autoria de Boris Koval (2007), que optou por não trabalhar devidamente a infância e os primeiros anos de vida do personagem, as outras três narrativas biográficas escolheram esse movimento de explicação do sujeito através de registros dos seus familiares. Apenas nas narrativas de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), encontramos uma estratégia narrativa que busca explicar seu biografado a partir de certa herança moral, surgida da sua ascendência (pais e avós), inclusive produzindo uma memória monumentalizada de Leocadia Prestes com o intuito de perpetuar uma herança do passado.



### 1.5 Predestinação à liderança: infância, orfandade e vida escolar-militar

Joseph Campbell (1992), ao analisar os vários mitos mundiais, observou que a infância é um elemento importante na construção de uma narrativa lendária. O mitólogo chama de *infância miraculosa* essa capacidade ou tendência de vencer desafios muitas vezes predestinados. Nas palavras do estudioso:

Sempre houve uma tendência no sentido de dotar o herói de poderes extraordinários desde o momento em que nasceu ou mesmo desde o momento em que foi concebido. Toda a vida do herói é apresentada como uma grandiosa sucessão de prodígios, da qual a grande aventura central é o ponto culminante (CAMPBELL, 1992, p. 311).

Para Leonor Arfuch (2010), a infância é a ancoragem obrigatória de todo devir, lugar sintomático cuja funcionalidade não tem a ver somente com uma coerência narrativa, mas também explicativa na medida em que permite estabelecer certa causalidade entre virtualidade e realização. Neste ponto, é recorrente biógrafos perpassarem em suas biografias certas mitologias da extraordinariedade, como veremos a seguir.

Neste sentido, parte das narrativas biográficas, principalmente as de autoria de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), acaba por recair, em seus ímpetos de heroicizar o personagem, em uma ideia de predestinação do biografado. Nesta lógica, termos como “desde pequeno” ou “sempre” vão sendo utilizados com recorrência, o que nos leva a problematizar o caráter de ilusão biográfica, no dizer de Pierre Bourdieu (2006). Tal predestinação, vinda desde a infância, expõe a falsa ideia de que o sujeito é tão coerente quanto a sucessão de acontecimentos da sua vida, narrados desde seu nascimento. Uma narrativa produzida em camadas ordenadas, que leva a crer que Prestes já nasceu revolucionário, fadado a ser comunista ou predestinado na política diante das injustiças sociais que vivenciou.

No caso específico de Jorge Amado (2011), a biografia *O Cavaleiro da Esperança* é uma narrativa que ganha em beleza poética, perdendo em objetividade e imparcialidade. Neste sentido, a obra é a que mais recai em um finalismo, que compreende o biografado a partir do desdobramento final de um processo, este que culminava no momento da escrita do texto por Amado nos anos 1940, quando “o Cavaleiro da Esperança” era visto como uma vítima do regime do Estado Novo.

Sobre o nascimento de Prestes, por exemplo, isso fica mais claro quando o autor apresenta algumas das dádivas do biografado no momento em que veio ao mundo. Jorge Amado (2011) traça um perfil lendário desde sua data de nascimento, como data redentora de todo o povo brasileiro:

Os negros do Brasil, os mulatos do Brasil, os brancos do Brasil, os operários nas suas fábricas, os camponeses com as suas foices, os soldados com seus fuzis, os aviadores com seus aviões, os intelectuais com seus livros, os sábios com seus instrumentos de ciência, todos, todas com sua imensa fome de liberdade, com sua sede de progresso, em cada 3 de janeiro festejam o nascimento do herói da liberdade (AMADO, 2011, p. 50).

Quase no mesmo trecho, Amado continua em sua *caracterização* de Prestes: “ali está aquele que nasceu em 03 de janeiro, que empunhou a bandeira do povo e com ela partiu para a cruzada de libertação. Os oligarcas e os inimigos da pátria tremem nesse dia” (AMADO, 2011, p. 51). E conclui: “porque eles sabem que uma data do povo e que, em cada casa brasileira, em cada coração limpo da mancha da traição, há festa nessa noite do aniversário de Luís Carlos Prestes” (AMADO, 2011, p. 51).

Dentro de sua construção biográfica, Jorge Amado (2011) concebe narrativamente o nascimento do seu personagem como uma mensagem anunciada por uma negra, empregada da família e no qual os deuses e heróis negros se manifestaram naquele dia (como Oxóssi, Xangô, Zumbi). Temos aqui uma busca por parte do biógrafo de atrelar seu biografado à tradição cultural afro-brasileira, em especial aquela do âmbito popular.

Em uma leitura bem mais pontual, Daniel Aarão Reis (2014) afirma apenas que “o dia 03 de janeiro de 1898 foi de felicidade para o jovem casal formado por Leocadia e Antônio. Nasceu em Porto Alegre o primeiro filho, varão – Luís Carlos –, e veio a nomeação de Antônio para o posto de secretário da Comissão de Engenharia Militar” (REIS FILHO, 2014, p. 10). O historiador enfatiza a felicidade do casal, mas demarca a data com outro fato pontual que remete a uma memória familiar, quando o pai ascende dentro da corporação a qual pertencia.

A ideia de enaltecer desafios na infância ou nos primeiros anos, segundo Joseph Campbell (1992), envolve alguns temas recorrentes, como o tema do exílio, da criança desprezada ou deficiente, discriminada ou órfã. No caso específico de Luiz Carlos Prestes, aparece o tema da *orfandade* e em menor escala aquele

*discriminado pela pobreza*. Encontramos tais temas principalmente na biografia produzida por Jorge Amado (2011). Dentro do tema da discriminação, temos a *exclusão de Prestes por ser pobre e frágil fisicamente*, recurso destacado não apenas em Jorge Amado (2011), como também em Anita Leocadia Prestes (2015).

A perda do pai parece ser o fato que impulsiona mudanças significativas nas narrativas sobre os primeiros anos do biografado em questão. Joseph Campbell (1992) assim descreve a experiência de tensão na infância, que impulsiona a criação de certos mitos:

Em suma: a criança do destino tem que enfrentar um longo período de obscuridade. Trata-se de uma época de um perigo, de impedimento ou desgraça extremo. Ela é jogada para dentro, em suas próprias profundezas, ou para fora, no desconhecido; de ambas as formas, ela toca as trevas inexploradas (CAMPBELL, 1992, p. 316).

A orfandade paterna e a pobreza são grandes desafios a vencer. Para isso, é necessário capacidades extraordinárias, dignas dos grandes mitos e suas lendas. Joseph Campbell (1992) assim resume: “os mitos concordam com o fato de ser necessária uma capacidade extraordinária para enfrentar e sobreviver a essa experiência. São abundantes as anedotas sobre infâncias marcadas pela força, pela inteligência e pela sabedoria precoces” (CAMPBELL, 1992, p. 317).

Às vezes tais capacidades de superação não são propriamente extraordinárias, mas entra em cena um lado humano e simplório do cotidiano. Algo como a já citada ideia de *mundo comum*, de Vogler (2015), entendida como um começo de narrativa que procura criar identificação no leitor a partir de coisas aparentemente banais e que antecedem ao *chamado à aventura*. Podemos perceber este expediente quando Jorge Amado (2011) apresenta seu personagem como uma criança pobre, filha de um militar de baixa patente, que assume a figura do “homem da casa”, mas também de um sujeito humilde e modelar, pois é “um cuidador” das irmãs e da mãe viúva, que ajuda nos afazeres domésticos e as auxilia nas tarefas escolares.

As narrativas oscilam quanto às obrigações e às reações de Prestes diante das dificuldades que surgiram diante da morte do pai. Para Anita Leocadia Prestes (2015), o rapaz de dez anos teve que assumir as atribuições de chefe de família. Amado (2011) assim descreve: “dona Leocadia é a chefe da casa nesse momento, é a mãe carinhosa, a esposa cuidando do marido enfermo, e ainda aquela que tinha

de providenciar para que o dinheiro chegasse para todas as despesas” (AMADO, 2011, p. 55). Os dois, filho e mãe, seriam exemplos de fortalezas que sobreviveram aos desacordos da vida.

Prestes torna-se, diante da orfandade e das dificuldades financeiras, um sujeito que teria percebido os problemas sérios da vida com antecedência. Jorge Amado (2011) enfatiza esse processo de compressão quase como uma *pedagogia dos desafios*: “cedo compreendeu que a beleza e a alegria do mundo estavam mal divididas” (AMADO, 2011, p. 53). Essa compreensão em muitos casos é apresentada por Jorge Amado (2011) como uma consciência de classe, antecipando em si um processo que se deu nas próximas décadas, quando conheceu o repertório marxista.

O relato biográfico de Jorge Amado evidencia a expectativa de Leocadia de que seu filho fosse um médico. O autor baiano destaca que a escolha de Prestes por ser militar não seria algo sonhado, mas sim uma necessidade ou um único caminho para uma criança pobre como ele: “apenas, amiga, Luís Carlos não poderia ser médico. A única profissão que lhe seria possível, porque era uma profissão barata, era a militar” (AMADO, 2011, p. 69).

As alusões à infância e à adolescência do futuro militar são pouco abordadas pelos biógrafos mais recentes. Mais uma vez é Jorge Amado (2011) que se dedica a traçar a individualidade do seu personagem com mais atenção. Para o autor de *O Cavaleiro da Esperança*, Prestes “era uma criança séria. Sorria e brincava como as demais crianças, corria e brigava, mas costumava muitas vezes parar num canto, o rosto concentrado, pensando” (AMADO, 2011, p. 54-55). Aqui o recurso a esse finalismo é evidente. Encontra as características do adulto na criança, como se ele já demonstrasse a inquietação e as questões que o marcariam no futuro.

Anita Leocadia Prestes (2015) recorre às memórias de Leocadia Prestes. Como já foi dito, Leocadia enviou material que serviu de base para o trabalho de Jorge Amado (2011) nos anos 1940. A historiadora cita em sua biografia um trecho do romancista baiano que geralmente é usado para demonstrar como Prestes era em seus primeiros anos:

Luiz Carlos foi um menino alegre e brincalhão como todos os da sua idade. Possuía essa alegria tranquila e resignada das crianças pobres que sabem que têm de conformar-se com bonecos de papel, porque os outros, bonitos, custam caro. Porém desde pequeno demonstrou uma compreensão da vida

fora do comum. Era sensato, criterioso, muito sensível (AMADO, 2011, p. 327).

Seriedade, sensatez, sensibilidade, humanismo, estas e outras características morais são citadas com certa frequência pelos biógrafos. Prestes seria uma criança de “um caráter de aço”, nos dizeres de Jorge Amado (2011).

A relação familiar, em especial da mãe, com a memória de Prestes pode ser problematizada a partir de Paul Ricouer (2010), que desenvolveu o conceito nomeado de *os parentes*. Este seria “um terceiro elemento que imprime dinamismo à tensa complementariedade existente entre a memória pessoal e a memória coletiva” (RICOUER, 2010, p. 28). As pessoas próximas, portanto, assumem a função de filtros entre a memória, da mais pessoal das experiências ao horizonte da memória coletiva. Assim, “algumas de nossas memórias mais pessoais de infância só ganham forma, cor e movimento pela palavra legitimadora dos mais próximos de nossos próximos, nossos pais e nossa família” (RICOUER, 2010, p. 28). Essa palavra legitimadora, portanto, seria a voz de dona Leocadia, que construiu a memória oficial de uma infância. Paul Ricouer (2010) ainda afirma:

Entre esses próximos, como em círculos concêntricos que se abrem a partir de nosso eu individual, estariam, além da família consanguínea ou simbólica, a escola, a geração, a rua onde moramos e nosso bairro, os grupos de sociabilidade, os amigos, o gênero, as idades da vida, as leituras e tantas outras mediações e instâncias (RICOUER, 2010, p. 29).

Segundo Jorge Amado (2011), “desde muito cedo ele se interessou pela felicidade alheia” (AMADO, 2011, p. 53), característica surgida sob a inspiração e o controle da mãe, que o ensinou que havia diferenças sociais e que era necessário ter consciência disso. “O menino Luís Carlos Prestes aprendeu dos lábios de Leocadia que a sua revolta individual seria apenas vingança despeitada. Tinha que sofrer a injustiça e aprender com ela. Um dia encontraria seu caminho” (AMADO, 2011, p. 61). O autor, portanto, forja uma “humildade” e um senso de consciência das injustiças do mundo de Prestes a partir das orientações de Leocadia Prestes.

Jorge Amado e Anita Leocadia Prestes construíram, em suas biografias, a imagem de um *filho exemplar*; do menino sofrido que respeita e auxilia a sua mãe, que desempenha a figura do pai de suas irmãs: uma espécie de *filho-pai*. As descrições deixam a impressão de que Prestes se assemelharia a um adulto, o que nos remete a Philippe Ariès (1978), quando afirma, em estudo clássico, que até o

século XVIII a criança não passava de um adulto em miniatura. Além disso, o tema da orfandade e da responsabilidade precoce foi bastante explorado pelos biógrafos dentro de uma estratégia narrativa muitas vezes construída com o intuito de sensibilizar e de mostrar que o personagem em questão surgiu do seio das dificuldades presentes na realidade social brasileira.

Estas concepções assemelham-se às identificadas por Berenice Cavalcante (1986) nos jornais do PCB nos anos 1940 e 1950, *Tribuna Popular*<sup>65</sup> e *Voz Operária*<sup>66</sup>. Nelas, Prestes é caracterizado como um modelo ao atrelar a sua imagem à representação do povo e do Partido.

Importa destacar que, em suas várias reproduções, a biografia do Secretário-Geral do Partido invariavelmente reporta-se à sua origem numa família pobre, sempre lutando com dificuldades financeiras, enfrentadas com estoicismos, pois a 'a pobreza foi a mais fiel companheira da família'. Ainda que cuidassem em sua genealogia de estender os atributos de qualidade a seus pais e avós, o menino Prestes, desde a sua infância já apresentava comportamento singular, que o marcaria como um eleito entre os demais (CAVALCANTE, 1986, p. 183).

Para Berenice Cavalcante (1986), as narrativas dos periódicos comunistas nos oferecem um quadro com as seguintes características do líder comunista: uma infância de privações, pela qual é “estabelecida a relação entre a vivência de privações e seu comportamento posterior, [por meio da qual] lançara-se a semente da relação entre a condição do povo brasileiro e sua atitude revolucionária” (CAVALCANTE, 1986, p. 183).

Especificamente sobre Jorge Amado, é importante observarmos como em vários momentos da sua narrativa biográfica, principalmente sobre os primeiros anos de Prestes, o texto se aproxima dos modelos do realismo socialista<sup>67</sup>, apesar de que a maioria dos seus estudiosos, a exemplo de Marcos Silva (2017), vinculam seus romances ao realismo socialista depois de 1945, com a publicação da trilogia Os

---

<sup>65</sup> Jornal diário carioca, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

<sup>66</sup> Jornal carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975; foi editado no exterior de 1975 a agosto de 1979. Teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980.

<sup>67</sup> Expressão adotada durante o Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos celebrado em agosto de 1934, em Moscou, que recomendou aos escritores comunistas um estilo especial, com o poder de determinar o fundamento artístico de toda a criação autorizada. Conhecido também como zdanovismo, seria uma concepção burocrática e administrativa da literatura, que teve sua marca até 1956, quando os crimes de Stalin foram divulgados.

*Subterrâneos da Liberdade*<sup>68</sup> e principalmente as crônicas de viagem copiladas em *O Mundo da Paz*<sup>69</sup>.

De acordo com pesquisadores como Hénri Arvon (1972) e Régina Robin (1986), o realismo socialista foi um movimento literário surgido nos anos 1930, que procurou uniformizar uma estética própria, impondo regras rígidas, com uma representação verídica e historicamente concreta da realidade em seu desenrolar revolucionário. Nesta lógica, uma literatura foi produzida para fascinar, empolgar, mobilizar as pessoas; porém, para seus críticos, não permitiu expressar as contradições do real. Nesta lógica, o real que se oferece ao leitor está todo definido em seus lugares: o bem e o mal, os bons e os maus, a verdade e a mentira, eliminando em grande parte as angústias e as dúvidas. Mesmo não seguindo exatamente todas as fórmulas, Jorge Amado (2011) constrói um Luiz Carlos Prestes com um caráter positivo, o ausentando dos conflitos, produzindo um imaginário social épico, desde a infância. Tal propósito serviria então como uma forma de mobilização, adesão e identificação, do jovem que, mesmo criança e adolescente, se apresentava como predestinado a lutar pelo comunismo e contra as injustiças sociais.

Todos os biógrafos analisados destacam a trajetória escolar de Luiz Carlos Prestes. Amado (2011), dentro de seu projeto biográfico de exaltação, afirma: “aos onze anos, após vencer uma série de obstáculos, Luís Carlos entrou para o Colégio Militar. Começou a sua gloriosa carreira” (AMADO, 2011, p. 60).

Nenhum aluno, amiga, honrou até hoje, no Brasil, os bancos escolares como o jovem Prestes. Sua permanência no Colégio Militar é uma série ininterrupta de triunfos e de injustiças. Era o primeiro nos estudos, o primeiro como educação, caráter e inteligência. Tinha, segundo as regras que regiam a vida estudantil no Colégio Militar, direito ao posto mais alto entre os alunos: o de comandante-aluno. Não lhe deram o cargo. Outro colega, também de notas distintas, mas evidentemente sem a mesma marca genial de Prestes, era o comandante. A Luís Carlos deram apenas o lugar de major-fiscal. Era um menino pobre, amiga. Terminou o curso com distinção em todas as matérias. Três medalhas lhe eram por isso devidas, os prêmios mais altos do colégio. O aluno Luís Carlos nunca

---

<sup>68</sup> Romance publicado nos anos 1950 e dividido em três volumes: *Os Ásperos Tempos*, *Agonia da Noite* e *A Luz no Túnel*, a história narra a conturbada vida política e social do Brasil da época de Getúlio Vargas.

<sup>69</sup> Livro de viagens de autoria de Jorge Amado, publicado em 1951. Entre os países registrados no livro estão União Soviética, Albânia e Tchecoslováquia. A obra foi escrita no Castelo da União dos Escritores Tchechoslovacos (Dobris), de dezembro de 1949 a fevereiro de 1950, e teve sua primeira edição pela Editorial Vitória (Rio de Janeiro, 1951), tendo chegado à 5ª edição, quando o autor não permitiu mais reedições.

recebeu essas medalhas. Era um menino pobre, amiga (AMADO, 2011, p. 60).

Percebemos claramente no relato de Jorge Amado, uma mistura de *dificuldades, injustiças*, e, principalmente, *façanhas*. De um lado, um menino que conquistou seu espaço por seus méritos pessoais; de outro, uma criança, que por ser de membro de classes subalternas, penou com as exclusões dos poderosos. Porém, como um herói, Amado (2011) construiu uma imagem de Prestes marcada pela *excepcionalidade* em todos os momentos de sua vida escolar.

Dando um pulo temporal, tal excepcionalidade é exemplificada por meio de narrativas bastante comuns nas biografias. Jorge Amado (2011) e Daniel Aarão Reis (2014) relatam o caso da sabatina do rigoroso professor de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral da Escola Militar de Realengo, o Coronel Pio Borges<sup>70</sup>, conhecido por destinar notas baixíssimas para seus alunos, do qual Prestes, já um rapaz, de maneira excepcional e única, teria conquistado a nota 9,0 (nove). Jorge Amado (2011) é enfático na narrativa:

Os alunos olhavam um pouco incrédulos para o rapaz franzino, ligeiramente corcovado, dono de um nascente bigodinho, que aquele nove não enchia de vaidade. Luís Carlos tinha dezoito anos mas eram dezoito anos de vida pobre e difícil, dezoito anos observando como o mundo dos pobres lutava para não parecer, e não seria um simples nove, como seria mais uma injustiça, que iria afetar a sua tranquila mediação sobre a vida (AMADO, 2011, p. 63-64).

A Escola Militar do Realengo, assim denominada desde sua criação, neste bairro do Rio de Janeiro, em 1913, destinou-se ao preparo de oficiais a fim de suprir os quadros permanentes do corpo de tropa do Exército, como Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Aviação.

Segundo Boris Fausto (2006),

---

<sup>70</sup> De família tradicional do Ceará, Pio Borges de Castro migrou cedo para o Rio de Janeiro. O Coronel iniciou sua formação militar na antiga Escola Militar da Praia Vermelha. Um dos alunos que aderiram ao evento histórico conhecido como Revolta da Vacina fora expulso da instituição após a intentona de 1904, que findou suas atividades em virtude do ocorrido. Anistiado no ano seguinte, transferiu-se para a Escola Militar de Porto Alegre, onde, em 1908, concluiu o curso de Infantaria e Cavalaria, além de formar-se bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Anos mais tarde, sob a patente de Primeiro-Tenente, assumiu a cátedra de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral da Escola Militar de Realengo. Engenheiro habilitado, teve parte em importantes projetos urbanos, sendo a ele atribuída a projeção e construção do cais cicloidal da Glória. Na administração pública, esteve à frente das Secretarias do Conselho de Economia e Finanças e, por duas vezes, de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Em 1939, adentrou a municipalidade no exercício do cargo de Secretário-Geral de Educação e Cultura, onde permaneceu até o ano de 1942. Cf.: Vilela (s/d).



O ensino no Realengo (...) concentrava-se em matérias de conhecimento militar, sem a diversidade da velha escola influenciada pelo positivismo. O propósito da escola não era o de formar soldados cidadãos, com um pé no Exército e o outro na sociedade civil e na política. Agora o momento de se formar soldados profissionais (FAUSTO, 2006, p. 313).

Diferentemente do biógrafo baiano, Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes trouxeram outras perspectivas para falar do início da vida escolar de Prestes. Por meio de uma documentação inédita, os dois historiadores enfatizaram as dificuldades do menino nos estudos, não enfocando apenas na excepcionalidade do estudante. Desta vez, o realce nas dificuldades não foi nas injustiças que Prestes sofrera, mas nas dificuldades cognitivas de aprendizagem.

Aarão Reis (2014) deixa claro as tentativas frustradas de conquistar uma vaga na Escola Militar: “no primeiro exame que fez, em 1910, Prestes não se saiu bem, pois, como lembrou, mal conseguia segurar uma folha de papel e só sabia mesmo as ‘primeiras letras e as quatro operações” (REIS FILHO, 2014, p. 14). Além disso, traz um fato pouco citado em outras biografias anteriores, a passagem da criança em uma escola pública, que não teria sido “uma experiência estimulante”. Aarão Reis (2014) assim detalha o caso:

Ele era o menor de sua classe, sempre debochado por ser uma figura “pequenina e franzina”, com um penteado que ostentava um topete atrevido e que ensejou o apelido de “topete de garnisé”. Os colegas, liderados pelo filho da professora, implicavam com ele e o assediavam, sob completa indiferença da mestra. Um dia, não suportando mais as brincadeiras, Prestes protestou. Os colegas, em represália. “uns cinco ou seis” caíram-lhe em cima. Ele aí usou os dentes; distribuiu várias dentadas, afugentando os implicantes (...). “Meti o dente, meti o dente... e todo o mundo desapareceu”. Surgiu a professora e castigou o “garnisé”, prendendo-o por algumas horas na escola, porque tinha “instintos de cachorro” (REIS FILHO, 2014, p. 14).

Baseado evidentemente nos depoimentos do próprio Prestes, o ocorrido acaba por realçar a questão das dificuldades de aprendizagem que o biografado passou durante a sua vida escolar, mesmo que em seu início, segundo o biógrafo. Leocadia o retirou da escola e o preparou em casa para que passasse nos exames de admissão da Escola Militar para o ano de 1911, tendo obtido êxito.

Mais instruído e seguro de si, o menino passou por novo exame em 1911, tendo sido aprovado. No entanto, pouco depois, quando a lista de matriculados foi publicada, dela não constava seu nome. Foi um choque. Era comum na época privilegiar, mesmo sem notas suficientes, os filhos e netos dos oficiais da ativa, em particular coronéis e generais. Leocadia ficou naturalmente injuriada e, como seu estilo, moveu céus e terras para reparar

a injustiça. Procurou o general Bento Ribeiro, velho amigo do capitão Antônio, e chegou a solicitar, e conseguir, audiência com o próprio presidente, marechal Hermes. Finalmente, teve ganho de causa. Por intervenção de um indignado general Bento, nomeado prefeito do Rio de Janeiro por Hermes, obteve-se a matrícula de Prestes e outros órfãos que haviam sido garfados. Assim, em maio de 1911, com treze anos completos, ingressando no Colégio Militar, ele dava início à sua carreira no Exército (REIS FILHO, 2014, p. 15).

Diferentemente de outros relatos biográficos, Daniel Aarão Reis (2014) evidencia as dificuldades de Prestes nos seus primeiros estudos. “Teve dificuldades em se situar” e “no fim do primeiro ano, a decepção: em todas as matérias, as notas eram de reprovação” (REIS FILHO, 2014, p. 17). O fraco desempenho só teria sido sanado, de acordo com o mesmo biógrafo, com o auxílio da mãe, que repassou com o filho todas as matérias.

Segundo Anita Leocadia Prestes (2015), antes de frequentar a escola militar, além da passagem frustrante pela escola pública, o menino teria passado por uma escola particular, no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro. A historiadora destaca, neste tópico, os problemas financeiros. Por exemplo, a criança fazia as refeições na escola, mesmo sendo aluno externo. Nos primeiros anos, as dificuldades de aprendizagem não foram atribuídas apenas a Prestes, mas também à escola:

No curso primário do Colégio Militar, cujo ensino era deficiente, ele encontrou dificuldades em acompanhar as aulas e, no final do ano, suas notas eram insatisfatórias. Porém, tendo adoecido e permanecido em casa durante um mês, estudou com a ajuda da mãe e, ao prestar os exames finais, foi aprovado (PRESTES, 2015, p. 25).

Os relatos sobre a vida escolar, de acordo com a mesma historiadora-biógrafa, mudaram quando o jovem chegou ao chamado ensino secundário. Nas palavras de Anita Leocadia Prestes (2015), “Prestes revelou-se um excelente aluno, uma mente privilegiada para Matemática” (PRESTES, 2015, p. 25). Daniel Aarão Reis (2014) realça também os pendores para a Física e a Matemática, como também para o Português.

Diferente dos dois historiadores acima, Jorge Amado (2011) não se interessou pelas dificuldades enfrentadas por Prestes nos estudos. Provavelmente as fontes disponíveis não possibilitaram tal incursão, no entanto, no projeto de construção do herói não existia espaço para estas falhas pontuais. O foco esteve

voltado às limitações financeiras da família, que não foram entraves para vencer na vida diante das qualidades excepcionais do estudante.

Segundo Jorge Amado (2011), provavelmente amparado na documentação cedida pela mãe e irmã nos anos de exílio, mas principalmente no livro *Luiz Carlos Prestes: sua passagem pela Escola Militar*, de autoria de José Rodrigues (1927), Prestes foi para os alunos dos primeiros anos um professor, alguém “que não estudava apenas as matérias pelas quais tinha de responder. Estudava também as matérias dos anos seguintes para poder lecioná-las aos estudantes que lhe pediam explicações e aulas” (AMADO, 2011, p. 65).

José Rodrigues, estudante contemporâneo de Prestes na Escola do Realengo, dedicou boa parte das suas memórias a registrar esses auxílios. Até hoje o livro é usado como fonte para compreender a vida educacional de Prestes na Escola Militar. Jorge Amado (2011), assim como Daniel Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015), se utilizam de vários trechos da obra, não colocando o livro em cheque em nenhum momento, atestando a benevolência e a excepcionalidade do então estudante. O biógrafo baiano chega a afirmar que as aulas que Prestes realizou auxiliando seus colegas na Escola Militar, formaram líderes de revoluções, antecipando ao leitor o que ocorrerá mais à frente na trajetória do personagem:

Os homens que fizeram as revoluções de 22, 24, 30 e 35 foram educados por Prestes, tiveram nele o seu professor e isso quando ele era ainda aluno da Escola Militar. Dessa geração saíram os tenentes, os outubristas e os nacional-libertadores. Dessa geração saíram os dezoito do Forte de Copacabana, os homens da Coluna Prestes e os homens do 3º Regimento e da Escola de Aviação (AMADO, 2011, p. 67).

Daniel Aarão Reis (2014) reconstruiu a passagem pelo Colégio Militar, dando a crer que se utilizou de fontes primárias, de arquivos escolares, visto que em vários momentos cita os resultados das notas nas disciplinas. Chama atenção quando afirma a tentativa de apagamento da memória de Prestes diante de sua adesão ao comunismo nos anos 1930:

Foi no contexto do conflito que, em 1916, Prestes, com dezoito anos feitos, encerrou o curso do Colégio Militar. Não chegou a comandante-aluno, cargo reservado a colega menos brilhante, mas com “melhores conexões”. No entanto, apenas pelos próprios méritos, alcançou a condição honrosa de major-aluno e foi o único, no último ano, a ter 10 em todas as matérias, o que não impediu que sua fotografia, fosse recortada e extraída do quadro de formatura. Uma turma de 54 formandos com 53 fotografias... A do maldito foi jogada no lixo (REIS FILHO, 2014, p. 19).

Daniel Aarão Reis (2014) priorizou algumas histórias dedicadas a ambiguidades do seu biografado. Na infância, o autor destaca o caso dos “trotes” ocorridos na escola, por exemplo. A impressão que se tem é que o historiador priorizou os contratempos da vida do seu personagem, como as doenças que o abalavam na infância, procurando mostrar o lado mais humano e banal do biografado. Entretanto, compreendemos que ao mostrar estes dados, não necessariamente implicam em uma desconstrução do biografado, mas sim em uma tentativa de se opor às outras biografias exaltantes, a exemplo do relato biográfico de Jorge Amado (2011).

Daniel Aarão Reis (2014), baseado principalmente no livro já citado de José Rodrigues, não esconde as qualidades de aluno de Prestes, assim representado:

Nos últimos anos, Prestes começou a despontar com duas das suas qualidades: liderança intelectual e solidariedade. Durante todo o ano, depois das aulas, se trancava numa sala com dez, quinze ou vinte colegas, estudando com eles Matemática (REIS FILHO, 2014, p. 23).

A ideia de um jovem solícito, não apenas na Escola Militar, como em casa, permeia quase todas as narrativas biográficas. Daniel Aarão Reis (2014) assim relata: “concentrava-se nos estudos e, quando havia dias de folga, ia para casa, onde brincava com as irmãs, ajudando a mãe no que fosse possível” (REIS FILHO, 2014, p. 21).

Anita Leocadia Prestes (2015) também salienta a mesma imagem, além de ressaltar uma característica que muitos vão destacar na sua fase revolucionária da “Coluna Prestes”, a liderança:

Na Escola Militar, o aluno brilhante se mostraria disponível para ajudar os colegas após as aulas; passava horas respondendo às perguntas deles e explicando-lhe as matérias em que encontravam dificuldade, principalmente matemática. Seu prestígio era enorme por sua atitude solidária, por sua modéstia e por seu desprendimento. Segundo o capitão José Rodrigues, Prestes era consultado e ouvido, dando a última palavra em todas as discussões (PRESTES, 2015, p. 27).

Além de solícito, na escola e em casa, as biografias de Prestes passam uma imagem de determinação e de abdicção de individualidade. No que se refere à determinação, Daniel Aarão Reis (2014) relata o caso curioso quando Prestes adoeceu por seus excessos nos estudos:

Os estudos continuavam intensos. “Das seis da manhã à uma da madrugada”. Dedicção exclusiva. À escola e à família. Nada do que entretinha e divertia os colegas – festas, teatro, cinema, cigarros, namoradas, mulheres da “zona” – era compartilhado pelo jovem Prestes. Em certo momento, chegou literalmente à exaustão. Levado pela mãe ao médico, este foi taxativo: “você tem que suspender completamente os estudos”. Prestes respondeu: “mas não posso”. O doutor retrucou: “não? Então, você irá com o diploma para o caixão!” (REIS FILHO, 2014, p. 26).

Resumindo a sua vida escolar-militar: concluída a primeira parte dos estudos, Prestes escolheu Engenharia para sua formação profissional. A vida escolar e militar do mesmo, desde os anos finais da década de 1910, avançou de forma considerável. Prestes virou praça em fevereiro de 1916 e três anos depois, em dezembro de 1919, foi alçado a segundo tenente, mesma data em que se formou Engenheiro Militar.

Segundo Daniel Aarão Reis (2014), Prestes teve uma das três melhores médias finais na história da Escola Militar, atrás apenas de Ernesto Geisel<sup>71</sup> e Golbery de Couto e Silva<sup>72</sup>, dois dos ideólogos do regime militar, anos depois, em 1964. Reis (2014), portanto, confirma realmente uma excepcionalidade nos estudos de seu personagem, amparado em uma documentação comprobatória, porém sem se utilizar de superlativos, como “brilhante” e “maior”, presentes nas biografias de autoria de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015).

Tanto Jorge Amado (2011) como Anita Leocadia Prestes (2015) projetam um Luiz Carlos Prestes ligado às pessoas humildes, dos bairros suburbanos cariocas, conectado com o povo por conta de suas mazelas sociais: “era o jovem tenente Prestes quem escalava as ladeiras ensolaradas para ouvir da boca do estivador o relato da dura vida do cais” (AMADO, 2011, p. 68) ou

Preocupava-se com a existência das pessoas humildes; costumava, por exemplo, conversar com a lavadeira da família, interessado com conhecer suas condições de vida, assim como as do marido estivador e dos filhos deles, atitude que o distinguia dos colegas e dos jovens de sua idade (PRESTES, 2015, p. 27).

Berenice Cavalcante (1986), ao analisar os jornais do PCB dos anos 1940 e 1950, já citados anteriormente, compreendeu que as narrativas biográficas sobre Luiz Carlos Prestes observavam certa unidade de sentido nas características do

<sup>71</sup> Ernesto Geisel (1907-1996), militar e político gaúcho. Foi Presidente da República entre 15 de março de 1974 e 14 de março de 1979.

<sup>72</sup> Golbery de Couto e Silva (1911-1987) foi um militar gaúcho. Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional nos anos de 1950.

líder comunista no campo educacional, como um aluno especial, com qualidades de liderança e genialidade. Algo bem semelhante com as biografias produzidas por Jorge Amado e Anita Leocadia Prestes. Prestes seria, então, um paradigma, um modelo, homem simples, militar exemplar, que contém uma dupla identificação com o povo e com o Partido, que refletia a imagem do novo homem: “como pai, marido, irmão, filho, profissional e militante, Prestes era o exemplo para todos, em quaisquer circunstâncias e faixas etárias, símbolo que envolvia a não separação entre o público e o privado, pois a militância invadia o âmbito familiar” (CAVALCANTE, 1986, p. 187).

Sérgio Vilas Boas (2008) chama de *extraordinariedade* o recurso utilizado pelo biógrafo para construir seu biografado como um sujeito anormal, acima da média, um gênio ou um Deus, como se estivesse nos dizendo: “meu personagem tinha todas as qualidades para vencer, e, vejam só: ele venceu” (BOAS, 2008, p. 142). A crítica é aguda e pode ser direcionada principalmente às imagens que Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) construíram em diferentes temporalidades, nos anos 1940 e a outra neste início do século XXI: uma tentativa de convencer o leitor sobre a excepcionalidade de Luiz Carlos Prestes. Sérgio Vilas Boas (2008) vê nesta tendência quase uma marca dos tempos contemporâneos:

Minha hipótese é de que as biografias deste nosso tempo (o início do século XXI) são épicos velados, que negam o ideal democrático do herói cotidiano. Há uma idolatria implícita nesses superlativos biográficos que desumanizam em vez de trazer para a Terra o universal/singular imbricados na existência (BOAS, 2008, p. 142).

Tal apontamento permite um diálogo com Pierre Bourdieu (2006) em sua *ilusão biográfica*, quando afirma que na maioria das biografias a vida é construída como um todo, em um conjunto coerente e orientado, de um projeto já pré-fabricado: “uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Mas, junto à excecionalidade, em sua maioria, os biógrafos procuraram demonstrar que o biografado se tornou, nos últimos anos de estudos na Escola Militar, comprometido com as questões políticas coletivas. Diferentemente de Jorge Amado, que construiu uma memória de que Prestes era um sujeito desde criança preocupado com as causas sociais, Boris Koval (2007), por exemplo, chega a

afirmar que de um sujeito individualista, preocupado com si e com seus parentes próximos, Prestes começava a se preocupar com o coletivo. Vejamos a citação:

Prestes na juventude passou por uma certa metamorfose. Inicialmente ele era concentrado em si próprio, voltado para dentro. Em primeiro lugar interessava-se pelos cuidados com a mãe e irmãs, empenhava-se em acumular conhecimentos e tornar-se militar profissional. Não o interessavam a política, nem o futebol, nem as moças. Ele era tímido, concentrado e fechado. Era amplo o círculo de conhecidos, mas tinha poucos amigos íntimos. Gradualmente Carlos descobriu que era atraído por novos interesses e, antes de mais nada, pela vida e trabalho dos soldados subordinados. Ele sentiu um certo gosto e habilidade em comandar outras pessoas. Passou a manifestar força de vontade e assumir responsabilidade. Resumindo, começou uma nova vida independente (KOVAL, 2007, p. 35).

Essa lógica de compreensão parece ser amparada nas próprias entrevistas de Prestes, em diversas situações. Os biógrafos aqui elencados compreendem, então, que o personagem teria despertado para um mundo “fora de si”, mais preocupado com a política, com as desigualdades sociais, com os problemas estruturais de seu país. Este recurso pode ser entendido como a migração de um *tempo da espera e da convocação* para um *tempo de conspiração e da revolução*, que chamaremos de *tempo da presença* no próximo capítulo.

Outra questão que fica na abordagem dos biógrafos sobre esta temática escolar de Prestes é sua preparação, ou espécie de convocação para a luta futura, aspecto que vai se desdobrar futuramente quando este avança como militar, tendo feito parte de uma geração de tenentes que protagonizou diversas revoltas ao longo da década de 1920.

### *1.6 A coerência do início: entre a monumentalização e os dissabores biográficos*

Ao analisarmos como os biógrafos construíram narrativas sobre as duas primeiras décadas da trajetória de Luiz Carlos Prestes, comparando as abordagens sobre as origens familiares e geográficas, a infância e a formação escolar e militar do biografado, chegamos a algumas considerações sobre o primeiro bloco de sua construção biográfica.

Neste *tempo da espera e da convocação*, período em que os biógrafos compreenderam Prestes como o momento que antecede as conspirações, bem como as revoltas tenentistas ocorridas na década de 1920, como o Dezoito do Forte, as Revoltas de 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes, observamos que muitas

vezes, no caso de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), houve uma tentativa de demonstrar que as vivências familiares e escolares foram uma espécie de preparação para seus anos de luta, tanto em seu período de revolucionário tenentista, como comunista.

Com isso, os mesmos dois autores citados acima acabaram por recair em certo finalismo, compreendendo o biografado em seu início de trajetória como um sujeito já agenciado por um processo de predestinação, um dos pontos principais do que Pierre Bourdieu (2006) chama de *ilusão biográfica*, construindo, assim, uma falsa ideia de que o sujeito é tão coerente quanto à sucessão de acontecimentos da sua vida narrados desde seu nascimento. Um começo, portanto, produzido em camadas ordenadas, que leva a crer que Luiz Carlos Prestes já surgiu como revolucionário ou como comunista, um predestinado a combater as injustiças sociais brasileiras do futuro.

Por outro lado, sobre este mesmo começo, ao analisar as narrativas biográficas, percebemos uma restrição do passado dos primeiros anos do biografado. Os dados são escassos e as abordagens privilegiam as ascendências do biografado, do que propriamente a vida na infância e na adolescência. Há casos em que não houve um processo de contextualização dos chamados “primeiros anos” do personagem, privilegiando-se, assim, diretamente, os seus “feitos militares e políticos”. É o caso da biografia do historiador russo Boris Koval (2007).

Ao analisar o processo de pertencimento de origem geográfica de Prestes, das quatro biografias, apenas duas se dedicaram realmente a compreender o surgimento do biografado em questão dentro de um recorte espacial. São eles: Jorge Amado (2011) e Daniel Aarão Reis (2014). Porto Alegre e Rio de Janeiro, dos finais do século XIX e início do século XX, são apresentados, observando-se os contextos. Jorge Amado (2011), entre todos os biógrafos, é o único que procurou apresentar “a identidade gaúcha” do biografado, forjada na ideia naturalizada do espaço, ligada à liberdade e à revolução.

Quanto à construção das origens familiares e da ascendência de Luiz Carlos Prestes, quase todas as narrativas procuraram evidenciar o papel dos avós maternos (Joaquim Felizardo e Ermelinda Almeida), bem como o avô paterno (Antônio Prestes) e dos pais de Prestes, com especial destaque para Leocadia Prestes. Procurou-se demonstrar, ao mesmo tempo, uma ascendência nobre e plebeia entre os avós e bisavós, como houve também uma tentativa de apagamento



da memória de Luísa Travassos, avó paterna, como no caso da biógrafa Anita Leocadia Prestes.

Com relação ao processo de monumentalização, Leocadia Prestes foi vista como modelo de mulher e mãe por Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015). Por outro lado, Daniel Aarão Reis (2014) foi o único dos biógrafos que possibilitou de forma mais predominante uma tentativa de deslocamento de uma memória positiva, mostrando com mais ênfase os contratempos do biografado, as opondo às narrativas laudatórias.

Ao analisar a formação escolar-militar, as narrativas biográficas demonstraram a importância da Escola Militar na formação intelectual e humana do jovem militar, marcada por dificuldades, injustiças e façanhas. Mostram também como em vários momentos uma memória sobre sua excepcionalidade e humanismo foi bastante enfatizada, como podemos comprovar por meio das análises das biografias de autoria de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015).

## 2 TEMPO DA PRESENÇA E DO APELO: INICIAÇÃO REVOLUCIONÁRIA, HEROÍSMO TENENTISTA E ADESÃO AO COMUNISMO (1921-1930)

### 2.1 Segunda incursão

O objetivo deste capítulo é analisar como os biógrafos de Luiz Carlos Prestes construíram as memórias de sua trajetória política-militar, comparando as formas de abordagens sobre acontecimentos fundamentais da história política na década de 1920, como o episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), as revoltas tenentistas ocorridas em São Paulo e Rio Grande do Sul (1924), que deram origem à Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), e a conjuntura política que ocasionou a quebra institucional com a chamada “Revolução de 1930”.

Pretendemos situar historicamente a produção biográfica sobre Prestes, sobretudo nos recursos empreendidos por certas memórias oficiais, autorizadas, disputadas, sobre os acontecimentos citados acima e como as biografias procuraram reforçar ou mesmo desconstruir a ideia de um mito político revolucionário. Procuramos também observar as fontes utilizadas na reconstrução narrativa dos biógrafos, enfocando as possíveis coerências, contradições e polêmicas sobre o biografado, dentro do recorte temporal de 1921 a 1930.

Para isso, realizamos um diálogo com os estudos sobre memória e a historiografia, ressaltando as possibilidades de uma produção biográfica e historiográfica em visibilizar uma luta pelo passado, que estão relacionadas às rivalidades entre interpretações sobre o acontecido (POLLAK, 1989; MELO, 2014). Pois, toda análise do passado está calcada em um projeto social de presente/futuro, comumente chamado de batalha pela memória ou disputa em torno do passado, “algo bem menos ingênuo do que costuma figurar, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/futuro” (MELO, 2014, p. 17-18).

A memória de Luiz Carlos Prestes está intrinsecamente ligada ao movimento que ficou reconhecido pelo seu nome: a *Coluna Prestes ou Coluna Miguel Costa-Prestes*. A marcha percorreu o interior do Brasil entre os anos de 1925 e 1927 e procurou mobilizar a população brasileira contra o domínio oligárquico. Foi liderada por jovens oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, em sua maioria tenentes. Segundo Motta (2004), com o término da marcha, surgia nos noticiários

cariocas a figura do jovem capitão ao qual foi atribuída a alcunha que o acompanharia por décadas: “Cavaleiro da Esperança”.

Após a desarticulação da marcha, Luiz Carlos Prestes exilou-se primeiramente na Bolívia e depois na Argentina e no Uruguai, entre os anos de 1927 e 1931. Neste momento, tornou-se figura central nas articulações políticas de oposição, que procuravam acabar com as oligarquias que concentravam o poder no país desde o final do século XIX. A opção do mesmo, a partir de 1927, pelo comunismo, causou, em várias camadas da sociedade, surpresa e indignação e uma ruptura complexa no seio do movimento tenentista.

O protagonismo político-militar de Luiz Carlos Prestes no Brasil dos anos 1920 e 1930 serviu como fermento para as diversas narrativas dos comunistas no que concerne à ideia de heroísmo revolucionário. Tais narrativas passaram por diversas fases, entre elas o que Jorge Ferreira (2002) chama de “*o tempo da presença*, período das grandes lutas pela libertação do país” (FERREIRA, 2002, p. 269).

O *tempo da presença* é aquele que Girardet (1987) chamou de *Idade de Ouro*, o tempo da imagem de um passado tornado lenda, transformado em mensagem mobilizadora, em passado mitificado. É o caso da “Grande Marcha” na trajetória de Prestes. “O passado ao qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de arquétipo, modelo e arquétipo a que a emergência fora do tempo decorrido parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade” (GIRARDET, 1987, p. 98).

Girardet (1987) compreende que o herói concentra em torno dele todos os fervores da esperança coletiva, apresentando, entre outros tempos, o *tempo do apelo*. Surge, assim, o arquétipo do *salvador*, do *homem providencial*, o *chefe*, o *guia*. Nas palavras do historiador: “personagens simbólicos, através de um e de outro exprime-se uma visão coerente e completa do destino coletivo. Em torno deles cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão” (GIRARDET, 1987, p. 70).

Para alcançar os objetivos propostos, seguiremos os seguintes pontos de abordagem nas narrativas biográficas acerca de Luiz Carlos Prestes: a) a aplicação da noção de tenentismo como marco da iniciação revolucionária do biografado; b) as diferentes compreensões sobre as revoltas tenentistas, de 1922, e os levantes de 1924; c) as distintas formas de compressão da Coluna Miguel Costa-Prestes, suas

tensões, conflitos, divergências, polêmicas, além das tentativas de esquecimentos; d) as formas de lidar com a construção da mitologia política do “Cavaleiro da Esperança” dentro do contexto que chamamos de heroísmo tenentista e de adesão ao comunismo durante o exílio latino-americano.

Comparando com outros recortes temporais, é perceptível como a abordagem dos biógrafos sobre a trajetória de Prestes dos anos 1920 é volumosa em informações<sup>73</sup>, concentradas quase sempre no aspecto político e militar do biografado, deixando de lado o viés pessoal. Temos, portanto, no caso de Prestes, o que chamo de um aprisionamento do contexto político, quando o autor prende o seu biografado nas teias do tempo e dos acontecimentos coletivos em que ele esteve envolvido, deixando em segundo plano, ou mesmo apagando, aspectos de sua vida pessoal. Acreditamos que tal tendência vai além do fato do biografado ser um atuante agente político em si, reservado em sua vida pessoal, mas também se explica pelo fato de três dos quatro biógrafos aqui analisados serem historiadores.

## 2.2 A formação do Tenentismo: os levantes de 1922 e 1924

Podemos definir o *Tenentismo* como um movimento político-militar ocorrido entre as décadas de 1920 e 1930, no qual jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro coordenaram uma série de levantes em vários lugares do país (SILVA, 1964a; CARONE, 1975). Se a grande maioria da historiografia coloca como marco do movimento o episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana, ocorrido em 1922<sup>74</sup>, segundo Vavy Borges (1992), existe uma tentativa na produção historiográfica de homogeneizar a atuação dos diferentes agentes históricos, em

---

<sup>73</sup> Jorge Amado (2011) reservou a segunda e terceira sessões de seu livro ao período analisado, intitulados *Marcha da Coluna Prestes* e *A Caminho do Exílio*. Boris Koval, na biografia *Heroísmo trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes* (2007), dedica o primeiro capítulo, *O Amadurecimento (1898-1922)*, a segunda sessão, *O Clube militar Começa o Boicote Político*, além de todo o segundo capítulo, *A Revolução Tenentista (5 de julho de 1924 a outubro de 1927)*, e o terceiro, *A Escolha do Caminho na Vida (1927-1930)*. Daniel Aarão Reis (2014) dedicou em seu *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, quatro capítulos, o segundo, *Das revoltas de 1924 ao início da Grande Marcha*, o terceiro, *A Grande Marcha pelos Brasis*, o quarto, *O Sertão Não Vira Mar: a retirada*; e o quinto capítulo, *O primeiro Exílio*. Anita Leocadia Prestes (2015) dedicou-se no livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* a dois tópicos no primeiro capítulo, *O Início da Conspiração Tenentista e o Levante de 5 de julho de 1922* e *Prestes no Rio Grande do Sul*, além de três capítulos inteiros: o segundo, *O Levante no Rio Grande do Sul e a Organização da Coluna Prestes*, o terceiro, *A Marcha da Coluna Prestes pelo Brasil (1925-1927)*, e o quarto capítulo, *O Exílio na Bolívia e Na Argentina (1927-1930)*.

<sup>74</sup> José Murilo de Carvalho (2019) é um dos poucos que compreende o fenômeno como algo inserido em uma longa duração, que tem suas origens em 1889, na Proclamação da República.

geral, de 1922 a 1933, mas por vezes levando a continuidade de sua ação até o ano de 1964<sup>75</sup>.

Para Marieta Moraes Ferreira e Suruma Conde Sá Pinto (2013), a produção historiográfica sobre o movimento tenentista possui três correntes principais. A primeira é considerada a mais tradicional e compreende que o tenentismo foi um movimento que expressou a revolta das camadas médias urbanas, por vezes chamada de pequena burguesia. O maior expoente desta corrente, surgida nos anos 1930, é Virgínio Santa Rosa (1976). A segunda corrente, surgida nas décadas de 1960 e 1970, contesta a absolutização da origem social e foca nos aspectos organizacionais do movimento, tendo entre os expoentes historiadores como José Murilo de Carvalho (1997) e José Augusto Drummond (1986; 1991). A terceira corrente defende uma análise mais global, levando em conta tanto a situação institucional dos tenentes como de membros do Exército e das camadas médias da sociedade. Entre os expoentes desta corrente temos Boris Fausto (1997) e Maria Cecília Forjaz (1977). Ferreira e Sá Pinto (2013) deixam de fora de seu balanço historiográfico a historiadora Anita Leocadia Prestes, que “interpreta o tenentismo como um movimento político-social e a Coluna Prestes como um movimento da mesma natureza que se transformou numa organização militar com características populares” (FERREIRA; PINTO, 2013, p. 402)<sup>76</sup>.

Entre os biógrafos, Jorge Amado (2011) é aquele que mais se aproxima da primeira corrente, criada por Virgínio Santa Rosa (1976) nos anos 1930. Em nota explicativa sobre o Dezoito do Forte, o escritor demonstra reconhecer a historicidade do conceito e sua utilização ao longo das décadas de 1920 e 1930:

Nesse tempo ainda não se falava em tenentismo. Essa palavra só veio a aparecer em 1930, quando da vitória da revolução desse ano. Sob essa denominação ficaram agrupados não só os chefes das revoluções de 22. 24

---

<sup>75</sup> Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges (1992), a historiografia coloca diferentes balizas e fases para compreender o fim do movimento tenentista. Temos como marcos finais: 1930 (“Revolução de 1930”), 1932 (“Revolução Constitucionalista”), 1934 (ruptura de Vargas com os tenentes), 1935 (Aliança Nacional Libertadora) até 1936.

<sup>76</sup> A historiadora Anita Leocadia Prestes (1993) também divide em três as linhas interpretativas sobre o tenentismo: a primeira linha analisa o tenentismo como uma expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias. Entre os expoentes da linha, temos os estudos de Virgínio Santa Rosa (1976), Edgard Carone (1975) e Nelson Werneck Sodré (1978); a segunda linha analisa o tenentismo ressaltando o aspecto organizacional do comportamento da oficialidade militar. Os dois maiores exemplos desta vertente são José Murilo de Carvalho (2014) e Boris Fausto (1997); a terceira linha o analisa à luz da teoria do modo de produção, da divisão da sociedade em classes e do desenvolvimento da luta de classes. A autora se enquadra nesse grupo juntamente com João Quartim de Moraes (1991).

e 30, como ela é a expressão do seu pensamento político. O tenentismo seria em última análise a revolução nacional-libertadora na sua fase de indecisão ideológica. Sobre o tenentismo escreve um dos mais ardorosos tenentistas, comandante Roberto Sisson (obra citada): “en suma, definiendo al tenentismo, diríamos que es la expresión revolucionaria de las clases medias brasileñas” (AMADO, 2011, p. 332)<sup>77</sup>.

Ao abordar os levantes de 1922 e 1924, Amado compreende que houve uma espécie de evolução do caráter revolucionário do movimento na chamada Revolução de 1930, tendo culminado na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935:

É o momento em que o pensamento tenentista começa a evoluir para um pensamento nacional-libertador. Em verdade, quando tudo parece indicar que em 30 o tenentismo tem seu momento culminante, o que acontece realmente é que em 30 é a parte do tenentismo que não evoluíra que pretende se firmar como doutrina. O tenentismo, aquele que representava progresso, já evoluíra até um pensamento mais amplo (AMADO, 2011, p. 195).

Temos então, em Jorge Amado (2011), uma compressão de que o movimento tenentista foi de 1922 até 1935, quando os tenentes assumiram uma posição nacional-libertadora, aproximando-se das ideias das frentes populares, presentes, por exemplo, entre os comunistas na época.

Quando afirmamos que Amado (2011) demonstra reconhecer a historicidade do conceito é porque, para historiadores como Borges (1992), o conceito de tenentismo é um termo novo, forjado no processo da luta no contexto da chamada Revolução de 1930. Para a autora, os jornais *O Diário Nacional*, *O Estado de São Paulo* e *o Diário Carioca*, em função do imediatismo da luta e da sobrevivência partidária, apresentaram falas e atitudes que inventaram novos agentes históricos designados por “tenentes”, cujas ações são apresentadas como constituintes do “fenômeno do tenentismo”. Essa invenção foi uma verdadeira estratégia de luta<sup>78</sup>, não planejada *a priori*, mas que apareceu no calor da luta e se revelou bastante eficaz. Do uso corrente do termo derivou uma construção teórica sociológica, entre

<sup>77</sup> O livro em questão se chama *La Revolución Democrática Progresista Brasileña*, Ediciones Rio-Buenos Aires, de 1939, publicado, portanto, três anos antes da primeira versão do livro de Jorge Amado. Roberto Sisson foi Secretário-Geral da Aliança Nacional Libertadora entre 1934 e 1935, tendo sido exilado em Buenos Aires. Foi um dos vários colaboradores na escrita da biografia de Prestes pelas mãos do escritor baiano.

<sup>78</sup> Borges (1992) afirma que a maior parte dos militares revolucionários possuía a patente de tenentes, entretanto, a conotação usada na imprensa era inicialmente depreciativa. A ideia de um inimigo tenentista se constrói, passando a surgir, então, um novo personagem histórico. A historiadora chega a afirmar que todos os militares em posto-chave no país passaram a ser apontados como tenentes, por vezes até civis foram chamados de tenentes-civis, a exemplo de Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida e Pedro Ernesto Batista.

os anos de 1931 e 1933, momento em que Virgínio Santa Rosa (1976) publicou o livro *A Desordem*, em 1932, e depois *O Sentido do Tenentismo*, no ano de 1933<sup>79</sup>.

Há, portanto, a presença do conceito na memória, no imaginário social e na academia, bem como uma mudança no sentido:

De um conceito discriminatório, pejorativo, com conotação negativa, oriundo da “politicalha”, passa ao conceito de “tenentismo” com conotação positiva, pois representa a “vanguarda das classes médias”, que traria mudanças muito boas para a sociedade, conceito oriundo da “ciência sociológica” (BORGES, 1992, p. 223).

Primeiro-tenente desde 1921, Luiz Carlos Prestes foi mandado para servir no Batalhão Ferroviário, no Rio de Janeiro (RJ), com o intuito de construir ramais da estrada de ferro Central do Brasil. Um ano após o início do trabalho, quando contava com 24 anos de idade, Prestes vivenciou o início do desentendimento entre as forças armadas e o governo Epitácio Pessoa<sup>80</sup>, que se desdobrou no Dezoito do Forte de Copacabana, considerado por muitos como o marco do movimento tenentista.

O levante ocorrido no dia 05 de julho de 1922 foi rapidamente sufocado. Na capital federal, a única unidade militar que efetivamente se rebelou foi a do Forte de

---

<sup>79</sup> O livro *Sentido do Tenentismo* é visto atualmente como o primeiro documento que se pode apresentar como responsável por uma criação sociológica do conceito. O tenentismo acaba aceito pelos grupos envolvidos no debate político, surgindo então como tema. Santa Rosa (1976) procurou apresentar os jovens tenentes como um corpo social destoante da realidade política da Primeira República. Os tenentes, como Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, seriam legítimos representantes dos anseios e perspectivas da classe média urbana brasileira, que se encontrava completamente à margem do sistema político das oligarquias (SANTA ROSA, 1976).

<sup>80</sup> Epitácio Pessoa (1865-1942) foi o Presidente da República no período de 1919 a 1922. Apoiado pelas oligarquias, uma das principais características do seu governo foram as tensões militares que desembocaram no Forte de Copacabana, em 1922. Com o fim do mandato, as mesmas oligarquias escolheram o mineiro Arthur Bernardes (1855-1975), na época presidente (governador) de Minas Gerais, para sucedê-lo. Os estados dissidentes organizaram, então, o movimento conhecido como “Reação Republicana” e lançaram a candidatura do fluminense Nilo Peçanha. Em 1º de março de 1922 houve as eleições, da qual Arthur Bernardes saiu vencedor. A reação republicana teve uma razão adicional, que na época tomou as páginas dos principais jornais de quase todo o país, o caso das “cartas falsas”. Em 09 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou a primeira carta, atribuída a Bernardes, a qual trazia um ataque ao Marechal Hermes da Fonseca, ex-Presidente da República e presidente do Clube Militar. No dia 12 de outubro, outra carta foi publicada. Apesar das desconfianças da autenticidade, o Clube Militar, em assembleia geral extraordinária, considerou as cartas autênticas por 439 a 112 votos. Apesar de pouco tempo depois confirmar-se que as cartas eram falsas, houve uma repercussão muito negativa, tendo provocado reações de violenta indignação da oficialidade do Exército. Para muitos, se encontra aqui o início de uma formação opositora ao sistema que deu origem ao movimento tenentista. Como desdobramentos históricos, que impulsionaram uma atuação do Exército, Epitácio Pessoa, ainda presidente, determinou a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, com base em uma legislação que previa o encerramento de atividades de entidades anárquicas e bordéis. O clima nos quartéis se encaminhou para a revolta que ficou conhecida como Dezoito do Forte de Copacabana (ASSUNÇÃO, 2015; PRESTES, 2009; BIAZO, 2003; CASTRO, 2016).

Copacabana, comandada por Euclides Hermes da Fonseca. Segundo as versões oficiais, houve uma marcha feita por 17 militares e um civil nas areias de Copacabana que reivindicava o fim das oligarquias do poder. Com o trucidamento dos rebeldes, sobreviveram apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes<sup>81</sup>.

Os sobreviventes foram então colocados em uma narrativa épica e monumentalizada ao longo dos anos seguintes, cuja biografia de autoria de Jorge Amado (2011) é o maior modelo explicativo deste processo: “dezoito homens iriam escrever com sangue os seus nomes nas areias de Copacabana” (AMADO, 2011, p. 94), citando os nomes dos principais participantes ao comentar o ato de saírem ao encontro das tropas governistas como o “último gesto heroico de uma revolução fracassada” (AMADO, 2011, p. 94).

Temos um recurso narrativo que procura reforçar a ideia de um mito fundador do tenentismo, do protagonismo militar na política nacional. Um marco de heroísmo do Exército que seria desdobrado com o protagonismo dos tenentes nos acontecimentos subsequentes, como os levantes de 1924, bem como a Coluna Miguel Costa-Prestes, entre 1925 e 1927.

Dentro do processo de heroicização dos participantes, Jorge Amado destaca que ambos cortaram “um trapo de bandeira”, em que cada participante escreveu mensagens para seus entes queridos. O biógrafo evidencia a figura do civil Otávio Correia e cria um possível diálogo entre os rebeldes e o jovem que estava na praia no momento da marcha suicida: “– Aonde vão? – Vamos para a morte. – E por quê? – Para ajudar a salvar o Brasil. – Então também vou” (AMADO, 2011, p. 95).

Segundo Jorge Amado (2011), Otávio Correia pegou o fuzil e seguiu os militares por um ideal: “agora são dezoito. Não, amiga, agora são milhares, são milhões, agora a massa de povo se uniu nesse civil aos soldados” (AMADO, 2011,

---

<sup>81</sup> A versão oficial que se tem é que após 24 horas, Euclides da Fonseca deixou a fortaleza e foi buscar um entendimento com as autoridades. O presidente Epitácio Pessoa não aceitou negociar com os revoltosos de armas na mão. Mandou prender o Capitão Euclides, que por telefone comunicou aos rebeldes a exigência do governo de rendição incondicional. Siqueira Campos, militar que servia no Forte, então decidiu resistir com alguns dos seus companheiros. Ao todo ficaram 18 (embora não se tenha realmente certeza do número exato). Saíram então os combatentes pela praia de Copacabana ao encontro das tropas governistas que marcharam em direção ao forte. No caminho, receberam a adesão de um civil, chamado de Otávio Correia. Os rebeldes não responderam à ordem de rendição e foram trucidados. Apenas dois deles sobreviveram: Siqueira Campos e Eduardo Gomes, ambos acabaram por celebrar a mística dos Dezoito do Forte (SILVA, 1964b; CASTRO, 2016).



p. 96). Portanto, temos aqui uma visão idealizada do Dezoito do Forte, marcada por uma concepção romântica sobre as relações do povo com os militares rebeldes.

Boris Koval (2007) se utiliza bastante do termo “tenentismo” em sua biografia. A utilização da terminologia, entretanto, nos parece carente de problematização ou mesmo historicização. Um exemplo é quando o historiador afirma que entre as características do movimento, “desempenhou um enorme papel na história do Brasil do século XX tendo sido ‘democrático’ pois seu cerne era a ampliação dos direitos políticos da sociedade” (KOVAL, 2007, p. 36). Koval, mesmo se utilizando de aspas, parece desconsiderar os elementos golpistas e autoritários, que eram acentuados naquele momento por parte dos militares.

O biógrafo russo opta por tecer em sua narrativa uma contextualização do universo das agitações ocorridas nos primeiros anos da década de 1920, mostrando a crise política brasileira e o papel dos militares no contexto de renovação política nacional. Amparado pelos historiadores Hélio Silva (1964a) e Nelson Werneck Sodré (1978), mas, principalmente pelos depoimentos do próprio Prestes, demonstra desde o início o papel de seu biografado nos preparativos da famosa revolta do Forte de Copacabana:

Entretanto, um dos conspiradores ativos, Luiz Carlos Prestes, não tomou parte no primeiro combate armado. Em 13 de junho foi derrubado pelo tifo. A alta temperatura esgotou Carlos. Em 04 de julho, ainda de cama, ele soube que a revolta estava marcada para o dia seguinte. Prestes com os olhos febris, pálido, levantou-se da cama e exigiu que lhe dessem a farda, mas desmaiou sem forças (KOVAL, 2007, p. 43).

Constatamos aqui a constru o de uma narrativa que personifica a abnega o de Prestes, no ato de buscar a farda, exaltando o seu ato como heroico, e dando visibilidade, de certa maneira, ao papel forçosamente secundário do biografado no episódio.

Assim como Jorge Amado (2011), Boris Koval (2007) compreende os tenentes participantes do “Dezoito do Forte” como heróis nacionais e sua saga como o marco de uma epopeia militar. Ambos parecem compreender certo idealismo revolucionário na causa daqueles jovens tenentes, que traziam raízes de uma transforma o necessária para o país.

No outro extremo, Boris Koval (2007) chama os governistas de “camarilha burguesa-latifundiária governante” (KOVAL, 2007, p. 43). Além disso, o autor

lamenta o fracasso dos acontecimentos: “na maioria das unidades, a sublevação, inesperadamente marcada para a madrugada de 04 e 05 de julho de 1922, infelizmente fracassou” (KOVAL, 2007, p. 43-44) e “infelizmente até o momento os chamados ‘rebeldes conscientes’ agiram mais por inspiração e sob influência de excitação emocional do que por frio cálculo” (KOVAL, 2007, p. 45).

Mesmo julgando o fracasso, não deixa de elogiar os revoltosos: “a coragem dos heróis de Copacabana representou importante marco na vida do povo brasileiro, mostrou um exemplo de sacrifício revolucionário. A história não esquece tais coisas” (KOVAL, 2007, p. 49). De certa forma, o biógrafo coloca-se na narrativa, remetendo ao lugar de memória do episódio, comentando a sensação que teve ao conhecer o Forte, no Rio de Janeiro, décadas depois: “e estando junto aos muros do Forte eu quase vejo todo este heroísmo trágico, revelado pelos soldados do Forte em 05 de julho de 1922” (KOVAL, 2007, p. 49).

Neste movimento de indicar os fracassos e elogiar a coragem dos rebeldes, Boris Koval (2007) levantou questões, tendo julgado moralmente e sugerido possibilidades aos acontecimentos, indo a um caminho muitas vezes de certo caráter opinativo:

Por que eles não dispersaram pelas ruas da cidade? Por que não se renderam. Acaso eles queriam morrer? (...) Não seria melhor preservar a vida para depois cumprir a pena lutar novamente contra o poder reacionário? Acaso o heroísmo está na luta planejada, organizada, e não impulsiva, nervosa e insensata. Não é assim? (KOVAL, 2007, p. 49).

Koval (2007) oscila na interpretação dos fatos, em uma espécie de movimento pendular, de um ponto a outro, entre o que poderia ser e o que é apresentado documentalmente, amparado em certo idealismo: “mas, não, Siqueira Campos e seus 18 correligionários são verdadeiros heróis” (KOVAL, 2007, p. 49-50). Em outro momento afirma: “quem sabe, se Prestes não tivesse preso pela malária e também participasse do combate e fosse morto, então toda a epopeia tenentista teria uma outra trajetória?” (KOVAL, 2007, p. 50). Aqui o autor comete um dos vários erros factuais, visto que foi tifo e não malária o problema de doença de Prestes, que o impossibilitou de participar da revolta do dia 05 de julho de 1922.

No caso de Daniel Aarão Reis (2014), o autor evita utilizar-se do termo “tenentismo” em sua narrativa biográfica, prefere outras denominações como “levantes” ou “movimentos insurrecionais”, ou mesmo “conspiração”. No capítulo

dedicado aos primeiros anos de Prestes como militar, apenas em um momento o biógrafo utiliza-se da expressão “lideranças tenentistas” para designar Siqueira Campos e Eduardo Gomes, sobreviventes do episódio dos Dezoito do Forte.

Segundo Borges (1992), o tenentismo se tornou um tema clássico no Brasil desde a década de 1970. Um exemplo são os estudos de Edgard Carone (1965; 1975), que por meio de sua autoridade como historiador ligado à Universidade de São Paulo, publicou uma série de pesquisas que se tornaram referências<sup>82</sup>.

Entretanto, o sentido de “tenentismo” não chegou a ter uma unidade. Um exemplo é o historiador e cientista político Boris Fausto (1997), que fez uma importante revisão sobre o termo através de uma retomada da obra de Santa Rosa. Revisando as análises sobre a “Revolução de 30”, o historiador usa aspas nos nomes, mostra os problemas em seu emprego, mas aceita a existência de um movimento tenentista, como uma corrente militar, que desapareceu no ano de 1934.

A abordagem do tema do tenentismo de Aarão Reis (2014) assemelha-se com os pressupostos de Boris Fausto (1997) que procura englobar a interpretação do movimento tanto sobre a situação institucional dos tenentes como de membros do Exército e das camadas médias da sociedade. Segundo o historiador, o que unia os rebeldes, por exemplo, era a

Ideia de refundar a República, procurando suas ‘puras’ origens, o programa liberal, comprometido com as liberdades civis e políticas, a decisão de partir para a luta contra o governo e o fato, capital nas circunstâncias, de se vincularem a uma mesma instituição – o Exército Brasileiro (REIS FILHO, 2014, p. 54).

Do ponto de vista historiográfico, dos biógrafos o que mais se aprofunda nos bastidores do *Dezoito do Forte* é Daniel Aarão Reis (2014), pois procura minimamente apresentar os fatos em uma ótica de visibilizar com mais detalhes os bastidores das conspirações. Quanto à participação do jovem militar, o historiador afirma que ele “foi convidado, por Roberto Carneiro de Mendonça, então tenente ajudante na Escola Militar, a tomar parte na conspiração em curso entre os jovens oficiais” (REIS FILHO, 2014, p. 33). Além disso, dá detalhes sobre o local das reuniões onde ocorriam as conspirações: “na primeira reunião de que Prestes participou, numa casa na rua Senador Furtado, na Tijuca, havia cerca de quarenta

---

<sup>82</sup> Podemos listar como exemplos os seguintes estudos: *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, de 1965; *A República Velha: instituições e classes sociais*, de 1969; e *O Tenentismo*, de 1975.

oficiais, atulhados numa pequena sala, todos consumidos pela ‘fogueira das vaidades’ (REIS FILHO, 2014, p. 33).

Daniel Aarão Reis (2014) ainda detalha como Prestes planejou a revolta na Companhia Ferroviária Deodoro: “Prestes tinha bem fechado a Companhia Ferroviária sob seu comando, com missões definidas: ‘ocupar a estação de Deodoro, cortar as comunicações entre a Vila Militar e o centro da cidade e ocupar os paióis de munições” (REIS FILHO, 2014, p. 34). O historiador se preocupa em abordar os desacordos de planejamento da revolta, optando por protagonizar as dificuldades e as tensões no processo, como no trecho: “articular conspirações, porém, não era fácil” (REIS FILHO, 2014, p. 33) quando não havia lideranças propriamente no movimento; ou quando Prestes adoeceu: “a essa altura, Prestes já estava fora de combate, acometido por violenta febre. Ainda tentou sair da cama, mas caiu desfalecido, vítima de paratifo, conforme diagnosticado mais tarde. Só conseguiu deixar a cama no princípio do mês seguinte” (REIS FILHO, 2014, p.35). Temos aqui, assim como Koval (2007), a exploração mais uma vez do jovem militar fora de combate, um líder “vencido” pelas circunstâncias, mas que se esforçou em lutar, apesar dos contratempos.

Na maior parte do texto, Aarão Reis busca empreender uma visão desmitificadora. Isso fica claro quando o autor, baseado nos estudos de Hélio Silva (1964a) afirma que

“Os Dezoito do Forte”, que passaram à história, foram criados pela *Gazeta de Notícias* que, no dia seguinte, em manchete, divulgou o número. Por ter caído no gosto do público, a preguiça intelectual encarregou-se de repeti-lo à exaustão. O resultado, como quase sempre, foi que a lenda se converteu em história (REIS FILHO, 2014, p. 37)<sup>83</sup>.

Por fim, temos Anita Leocádia Prestes (2015), que se utiliza bastante do termo “tenentismo” em sua biografia. A autora procurou não se aprofundar no tema, sugerindo, em nota de rodapé, a leitura dos seus livros anteriores: *A Coluna Prestes e Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. A historiadora é

---

<sup>83</sup> Só recentemente os historiadores vêm realizando um movimento no sentido de problematizar essa revolta. Um exemplo é o brasilianista R. S. Rose (2017, p. 50): “os jornais incorretamente afirmaram que havia 18 pessoas lutando contra o governo na praia de Copacabana por causa de uma fotografia primeiramente publicada no diário *O Malho*. A imagem mostra 18 rebeldes. Por essa razão, o público ainda erroneamente se refere àqueles que realmente participaram da batalha como ‘Os 18 do Forte’.

uma das principais autoras brasileiras dedicadas ao tema, porém fez a opção, na biografia do pai, em não problematizar, em alguns casos, questões historiográficas.

Sobre os antecedentes do Dezoito do Forte, segundo Anita Leocadia Prestes (2015), Luiz Carlos Prestes protagonizou os acontecimentos de 1922:

Prestes preparava ativamente a Companhia Ferroviária para o levante em gestação. Pretendia-se derrubar o presidente Epitácio Pessoa e realizar eleições livres, em que Arthur Bernardes fosse impedido de se candidatar à Presidência da República, uma vez que teria ofendido o Exército (PRESTES, 2015, p. 33).

Em vários momentos da biografia, o depoimento de Prestes toma conta completamente da narrativa biográfica de Anita Leocadia Prestes, com trechos longos e cansativos. Extraímos uma parte, salientando como o militar ficou decepcionado com o fim da rebelião: “no outro dia, quando soube que minha companhia não tinha feito nada, (...) tive a primeira decepção na vida” (PRESTES, L. C., s/a apud PRESTES, A. L., 2015, p. 35).

Analisando a forma como interpreta o tenentismo em sua formação, Anita Leocadia Prestes o compreende como um movimento político-social que dotou o Exército de uma preocupação com os temas políticos nacionais. Sobre o ano de 1922, temos, então, o contexto de uma tensão crescente entre parte do Exército e o Governo Federal, que resultou na eclosão de uma rebelião de militares, com auxílio de membros da Força Pública e com significativo envolvimento de civis em São Paulo durante o segundo aniversário da primeira revolta, em 05 de julho de 1924<sup>84</sup> (ASSUNÇÃO, 2015; CASTRO, 2016).

---

<sup>84</sup> A chefia da nova rebelião foi do general da Cavalaria do Exército, Isidoro Dias Lopes, que contou com articulação dos tenentes Juarez Távora e Joaquim Távora e de membros da Força Pública, liderados por Miguel Costa, comandante do Regime de Cavalaria da Força Pública do Estado de São Paulo, que compôs também a liderança do movimento na capital paulista em 1924. Marcada por bombardeio, inclusive com usos de aviões, com a retirada de significativo número da população durante a revolta, a tomada da cidade de São Paulo se iniciou no dia 05 de julho e foi até o dia 28 de julho de 1924. Conhecida como a segunda revolução tenentista, que procurava derrubar os governos oligárquicos, segundo números oficiais, deixou 503 mortos, 4.864 feridos e um êxodo de aproximadamente 250 mil moradores. Calcula-se que 1.800 imóveis foram destruídos. Mesmo tendo deixado marcas profundas na memória da população na cidade, como afirma Moacir Assunção (2015), a revolta de 1924 é um acontecimento pouco visibilizado pela historiografia. Isso se deve, segundo o mesmo autor, ao fato da maior parte dos atingidos pelas bombas e tiros terem sido imigrantes pobres, italianos, alemães e portugueses, além de brasileiros pertencentes às classes populares. Outro dado é que se compararmos a revolução de 1924 ao número de produções de livros e monumentos que lembram sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, vemos que esta última é um acontecimento que se firmou como um valor de certa identidade paulista bandeirante (CORREA, 1976; ASSUNÇÃO, 2015; CASTRO, 2016).

O levante paulista de 1924 é um dos mais importantes episódios do tenentismo, entretanto, dentro do processo de valorização da memória da revolta enquanto um marco que possibilitou a formação da chamada Coluna Miguel Costa-Prestes, é perceptível entre os biógrafos, sobretudo Jorge Amado (2011) e Anita Prestes (2015), o estabelecimento de uma hierarquia que sobrevaloriza a Coluna gaúcha, liderada por Prestes, em relação à Coluna paulista, comandada por Miguel Costa. Antes de debatermos tal questão, vamos analisar como os biógrafos enquadraram uma memória sobre a revolta de 1924.

Jorge Amado (2011) centraliza a sua abordagem em uma firme crítica sobre o elitismo de Isidoro Dias Lopes que teria tido “receio em entregar as armas ao povo” (AMADO, 2011, p. 105), o que impediu “que os contingentes revolucionários crescessem” (AMADO, 2011, p. 105). A abordagem do biógrafo é elaborada no sentido de procurar realçar as falhas, os defeitos, as limitações do levante paulista: “mortes em combate, mortes na marcha, deserções, fugas, doenças, tinham reduzido de cinquenta por cento as forças de Isidoro” (AMADO, 2011, p. 106). Amado dirige elogios apenas à figura de Joaquim Távora, morto em combate, o que contribuiu por personalizar o movimento e enfatizar alguns nomes em detrimento de outras lideranças<sup>85</sup>.

Na concepção de Amado (2011), as forças militares de Prestes iriam salvar a Coluna de São Paulo. Instalados em Foz de Iguaçu, no Paraná, os paulistas “o esperam como a um Salvador” (AMADO, 2011, p. 109). Na verdade, seguindo um critério explicativo, podemos compreender a abordagem do biógrafo como uma tentativa de apagamento, em uma formulação de uma memória que procura desqualificar e minimizar o gesto revolucionário dos paulistas, se comparada com a revolta gaúcha, como veremos mais à frente. Sua abordagem quanto aos gaúchos é contrária à dos paulistas, sendo feita com um olhar positivo, cheio de glórias.

O mesmo movimento nós encontramos na historiadora Anita Leocadia Prestes (2015), que procura invisibilizar a revolta paulista de 1924. No capítulo dois da biografia, chamado *O Levante no Rio Grande do Sul e a Organização da Coluna*

---

<sup>85</sup> Quando os revoltosos paulistas deixaram São Paulo e colecionaram derrotas no território paulista, em especial na batalha de Catanduvas, os rebeldes acabaram se instalando no estado do Paraná. Lá negociações foram encaminhadas no sentido de que a Coluna gaúcha, liderada por Luiz Carlos Prestes, pudesse juntar-se com a Coluna paulista, dando continuidade à luta.

(*outubro de 1924 – janeiro de 1925*), a historiadora menciona a revolta de 1924 em uma mera nota de rodapé<sup>86</sup>.

As abordagens de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) podem ser compreendidas como uma “versão oficial” da história da esquerda, a partir do PCB, ou de uma memória dominante, que viu nos movimentos revolucionários de 1922 e 1924 expressões de um agrupamento da burguesia liberal e da pequena burguesia derrotista, que se revoltou contra a burguesia agrária e conservadora, sem um caráter popular e, portanto, sem participação do proletariado (CARONE, 1982).

Para Koval (2007), a revolta de 1924 foi uma “epopeia revolucionária do movimento armado tenentista” (KOVAL, 2007, p. 61) que durou três anos, tendo sido iniciada em 1924 e concluída com o fim da Coluna. O historiador realça o teor complexo das conexões conspiratórias que se iniciaram em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Pará. Na mesma linha, julga os acontecimentos, realçando os erros cometidos, relacionando-os com outros grupos sociais da época:

Rigorosamente falando, no Brasil não havia condições para luta bem-sucedida na maior cidade do país. A guarnição de São Paulo era a maior, e a maioria dos oficiais estava do lado de Bernardes. O pequeno grupo de tenentistas contava, pelo visto, com o apoio ativo dos soldados e da população urbana, mas, evidentemente, erraram nos cálculos. Os sindicatos operários, dirigidos por anarco-sindicalistas encaravam com hostilidade o Exército. O jovem Partido Comunista (fundado em março de 1922) não tinha influência e também tinha uma atitude negativa em relação à oficialidade. Resumindo, os tenentistas desde o início estiveram em isolamento político (KOVAL, 2007, p. 61-62).

Koval (2007) novamente coloca-se na narrativa, ao cobrar posições da revolta: “no manifesto não havia uma palavra sequer sobre reforma agrária ou limitação de grande propriedade. Os tenentistas ignoraram também os problemas da

---

<sup>86</sup> “Sobre a revolta paulista de 05 de julho de 1924, ver Anita Leocadia Prestes, *Uma Epopeia brasileira: a Coluna Prestes* (São Paulo, Expressão Popular, 2009), p. 39-49.” (PRESTES, 2015, p. 49). No livro citado na nota de rodapé da biografia de Prestes, *Uma Epopeia brasileira: a Coluna Prestes*, há semelhanças com o que foi postulado por Jorge Amado (2011) quando afirma que “a alma do movimento foi o capitão do Exército Joaquim Távora” (AMADO, 2011, p.105) ou quando assevera que “os militares não viam com bons olhos a participação popular em seu movimento, preferindo atuar como ‘salvadores da pátria’” (AMADO, 2011, p. 106). Temos aqui uma mesma lógica de pensamento sobre a revolta paulista, uma revolta caracterizada como burguesa, que temia a participação popular. Em 10 páginas, Anita Leocadia Prestes (2009) tece com desdém críticas à revolta, mostrando as limitações dos líderes, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, sem um propósito comum: “assim, a segunda cidade mais importante do Brasil caiu nas mãos dos revolucionários, sem que eles soubessem direito o que fazer com o poder” (PRESTES, 2009, p. 42).

situação econômica dos trabalhadores” (KOVAL, 2007, p. 64). O biógrafo russo também procura realçar os desacordos entre as lideranças do movimento:

Entre os rebeldes não havia unidade de pontos de vista. Isidoro e Miguel Costa concordavam com a “pacificação” imediata assim que Bernardes deixasse o cargo de presidente. Outros oficiais, e, antes de mais nada, o capitão Joaquim Távora, tinham posições mais radicais. (...) Ele e alguns outros tenentistas não excluía (...) as possibilidades do estabelecimento (...) de uma ditadura militar revolucionária (KOVAL, 2007, p. 64).

Quanto a Daniel Aarão Reis (2014), observamos uma abordagem breve sobre a revolta de 1924. As ênfases são nos fracassos, entretanto, faz justiça aos principais comandantes. O historiador empreende ainda uma abordagem que dá destaque à perspectiva das redes de conspiração, que se espalharam pelo Brasil desde 1922, utilizando-se do termo *núcleos conspiratórios*, localizados nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O propósito destas conspirações era, inicialmente, impedir a posse de Arthur Bernardes. No mesmo processo, procurou expor um quadro dos principais nomes que conspiraram naquele momento, como Isidoro Dias Lopes, João Francisco e Olinto Mesquita, além do que ele chama de os chefes efetivos da revolta: Miguel Costa, os irmãos Távora – Joaquim e Juarez –, Eduardo Gomes, Simão Eneas e Emídio Miranda.

Aarão Reis Filho (2014) questiona os desacordos e os problemas durante o processo da tomada de São Paulo: as tensões entre Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, as resistências, a adesão popular, os problemas enfrentados nos bairros populares.

A visita de Prestes aos sobreviventes da revolta do “Forte de Copacabana”, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, levantou suspeita de seus superiores, segundo Anita Leocadia Prestes (2015), e foi vista como um sinal de simpatia pelas conspirações que deram origem ao movimento. Por isso, como punição, o militar foi transferido para o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, onde foi responsável por duzentos homens<sup>87</sup>. A ida de Prestes para o sul levou-o a prometer a mobilização de novas conspirações e revoltas.

Um dos aspectos mais notórios da construção biográfica presente nas narrativas sobre Prestes, sobretudo as produzidas por Jorge Amado (2011) e Anita

---

<sup>87</sup> Para Aarão Reis (2014), a transferência de Prestes foi uma perseguição política que contrariava, inclusive, o regulamento do Exército, pois os cadetes classificados em primeiro lugar tinham o direito de escolher onde serviriam.



Leocadia Prestes (2015), é a ideia do jovem militar como fundador *de um novo modelo ético e moral* nas relações entre os militares subordinados. Isso aparece na experiência descrita primeiramente no Rio de Janeiro, entre 1920 e 1922, e ganhou ainda mais espaço nos textos na abordagem do período de Prestes em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, entre 1922 e 1924, e durante a Coluna Miguel Costa-Prestes, entre 1925 e 1927.

Tal modelo ético e moral pode ser pensado como a construção de um modelo ideal por parte dos comunistas. Berenice Cavalcante (1986) discutiu como a literatura sobre Prestes amolda-se com perfeição a um modelo que atrela à sua imagem à representação do povo e do Partido. A autora destaca nesse processo, o discurso inaugurador de Jorge Amado (2011) no livro *O Cavaleiro da Esperança*, nos anos 1940, bem como nos perfis do revolucionário gaúcho em jornais comunistas, como *Tribuna Popular* e *Voz Operária*, nos anos 1940 e 1950. Nesses periódicos, Prestes é apresentado como o grande chefe, o mestre, o único, o criador de uma nova ética, como na narrativa da historiadora Anita Leocadia Prestes (2015). Um exemplo é quando a autora expõe a disciplina de Prestes junto aos seus soldados.

Para a historiadora, Prestes levou a disciplina e o entusiasmo aos soldados, tendo criado um novo modelo de relacionamento no Exército:

Nascia um novo tipo de relacionamento, desconhecido até então nas fileiras do Exército brasileiro entre soldados e o comandante. Prestes conseguia estimular a iniciativa dos soldados sem desprezar a disciplina, que era alcançada com o exemplo de seu próprio comportamento, excluía a prática da violência e dos castigos corporais (PRESTES, 2015, p. 44).

Jorge Amado (2011) constrói uma imagem de Luiz Carlos Prestes como um homem sem defeitos, um sujeito íntegro e de inigualável caráter, que não suportava a corrupção e as injustiças sociais. Por isso denunciava a corrupção na construção dos quartéis no batalhão em que trabalhava. Prestes também é visto como um modelo de justiça e humanidade, quando inaugurou uma escola para seus soldados, quase todos analfabetos: “os soldados, então, amigam, o chamaram de pai e assim começou a sua intimidade, que aumentaria a cada dia, com os soldados do Brasil, povo do Brasil” (AMADO, 2011, p. 104).

Aarão Reis (2014) aparenta recair também em alguns momentos na ideia de *extraordinariedade* do seu biografado quando trata de suas funções como fiscal de

construção do quartel, por exemplo, quando o descreve como um sujeito exigente e correto, que não teria permanecido no cargo por conta de que “o capitão multiplicava denúncias e embargos” (REIS FILHO, 2014, p. 39). Era, logo, incorruptível. Isso o fez receber, em vários relatórios, elogios devido à sua postura íntegra. Porém, o historiador não deixa de destacar um paradoxo diante destas informações: “apesar de diversos elogios, Prestes não parava nos cargos que lhe eram atribuídos. Um balanço de sua curta carreira, entre 1920 e 1923, evidencia que nunca permanecia um ano num mesmo lugar” (REIS FILHO, 2014, p. 39).

Quando afirmamos que Daniel Aarão Reis (2014) também recorre à ideia de extraordinariedade, podemos identificar como exemplo maior o trecho em que o historiador chama “de pequena revolução” o conjunto de práticas que Prestes implantou no Batalhão de Santo Ângelo:

Prestes liderou uma pequena “revolução” local. Aproveitando-se das margens de liberdade administrativa de que dispunha, contratou um cozinheiro e um padeiro, mandou fazer um forno de campanha para a produção de pão e construir um campo para instrução física e militar. Em dias alternados, enquanto uns iam para as obras de construção, divididos em subgrupos de quinze a vinte homens, com ordens escritas e responsáveis definidos, outros se dedicavam à ginástica e à ordem-unida (REIS FILHO, 2014, p. 40).

Temos então, dentro das narrativas biográficas sobre esse período entre 1922 e 1924, uma memória sobre as relações ao mesmo tempo afetivas e disciplinadoras com seus soldados, ou seja, um *modelo paternal*. Isso é ressaltado em todas as narrativas biográficas aqui analisadas, contudo, em Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) tais traços são mais acentuados. Prestes, em Jorge Amado (2011), por exemplo, é representado na forma de *uma figura paterna*: “humano e sábio, Prestes é o pai dos seus soldados. Chefe, pai e companheiro” (AMADO, 2011, p. 104).

Como já foi observado anteriormente, a biografia produzida por Koval (2007) é cheia de termos como: “na minha opinião”, “eu cheguei à conclusão”, além de um julgamento moral excessivo. Wilton Silva (2016) elenca entre os principais equívocos dos biógrafos o julgamento moral, que reflete, segundo o autor, o contraste entre as escolhas e valores do biografado e do biógrafo. Há diversos trechos neste sentido:

Na minha opinião deve-se assinalar três momentos. Em primeiro lugar, os rebeldes desde o início partiram da necessidade de restabelecimento

urgente da ordem pública; em segundo lugar, garantiam a inalterabilidade do direito de propriedade privada e – em terceiro lugar, estavam dispostos a transferir o problema para o curso constitucional e pacífico, logo após a demissão do presidente e evitar grande derreamento de sangue (KOVAL, 2007, p. 73).

Sobre a escolha pela predominância de um julgamento do biografado por parte do biógrafo, Giuliana Almeida (2020) avalia que em muitos casos há um processo de identificação: “quando o envolvimento desemboca na identificação, o biógrafo tende a falar diretamente de si por meio do sujeito biografado e há casos em que alguns esboçam as suas autobiografias nas biografias de outrem” (ALMEIDA, 2020, p. 21). Entretanto, compreendemos que, no caso de Koval (2007), tal processo recai mais por um viés crítico das escolhas do biografado do que propriamente de uma identificação. Sua construção biográfica sugere a ideia de conceber em vez de um herói, a noção de um grande homem, ou seja, um sujeito grandioso que comete erros como todos os mortais<sup>88</sup>.

Voltando em si sobre os conflitos da Coluna, Aarão Reis (2014), na abordagem sobre a insurreição gaúcha, é o único que realça os problemas enfrentados pelos rebeldes: “o problema é que a revolta não conseguia empolgar todo o estado, e mesmo na Região das Missões havia muita resistência – e ativa” (REIS FILHO, 2014, p. 53). No mesmo trecho afirma: “o levante, a princípio promissor, enfrentava desafios inesperados”. Aarão Reis (2014) procura narrar as passagens da vida do jovem militar sob diversos ângulos, fugindo da convencional apologia ao protagonismo. Podemos observar essa opção no trecho abaixo:

Entre os oficiais, Prestes tinha a maior patente – capitão. Além disso, era muito respeitado por todos os sublevados, como um homem decidido, corajoso e inteligente. Entretanto, decepcionava os chefes civis gaúchos, que o viam como líder de baixa estatura, apenas 1,63 metro, magrinho e pouco hábil no manejo dos cavalos (REIS FILHO, 2014, p. 53-54).

Quando a Coluna gaúcha se formou e a revolta foi realmente colocada em prática, alguns biógrafos construíram uma ideia de Prestes como *um estrategista militar*. Tal valor o marcou durante toda a atuação militar ao longo da Coluna. Jorge Amado (2011), em sua narrativa, repete diversas vezes que Luiz Carlos Prestes é

---

<sup>88</sup> Tal concepção lembra o debate produzido por Jean-Claude Bonnet (1998) no âmbito da literatura. Segundo o pesquisador francês, no final do século XVIII, período em que se colocou em xeque a categoria antiga de herói ou de varão ilustre plutarquiano, surgiu um novo personagem: o grande homem. Se herói, não possui defeitos, assemelhando-se a um Deus, na concepção do grande homem os defeitos aparecem.

um *gênio militar*. Por exemplo, no momento da saída das tropas do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, a narrativa de escritor mostra um Prestes estrategista, que realiza manobras geniais que desarticulam qualquer resistência do inimigo:

Deixa Prestes e os seus 2 mil homens (...) ante 10,5 mil soldados do governo. Prestes resolve ir para Santa Catarina (...). Numa manobra genial ele rompe o cerco, bate-se em Conceição, em Ramada, em Campos Novos, derrota o general Lúcio Esteves, segue o rio Uruguai até Porto Feliz. Entra na zona do Contestado (AMADO, 2011, p. 108).

Nesta lógica de construção de um herói militar invencível, Prestes é apresentado por Amado (2011) como tendo operado praticamente sozinho no campo de batalha. No combate não aparecem parcerias nem derrotas, oscilações, deserções. O biógrafo, portanto, em sua apologia ao personagem, omite as grandes dificuldades iniciais da Coluna gaúcha, como, por exemplo, o grande número de deserções.

Apesar de não usar termos como “gênio”, por exemplo, Anita Leocadia Prestes (2015) se vale de outros adjetivos superlativos para definir Prestes como estrategista militar. A historiadora entende que o mesmo, ao romper o cerco de São Luiz, utiliza-se de forma “inaugural” de uma nova forma de combate militar, pouco conhecida no Brasil, *a guerra de movimento*. Segundo ela, o Exército brasileiro era acostumado com *a guerra de posição*:

Mobilidade e surpresa foram dois aspectos importantíssimos da “guerra de movimento” imaginada por Prestes, a partir de sua própria experiência das antigas guerras entre os caudilhos gaúchos. Tratava-se de uma espécie de “luta de guerrilhas”, então novidade para o Exército brasileiro (PRESTES, 2015, p. 61).

Contudo, segundo Aarão Reis (2014), a guerra em movimento não era propriamente uma novidade, visto que os rebeldes paulistas já usaram essa estratégia na saída de São Paulo em direção ao Oeste do Paraná. O autor comprova que, antes de Prestes, João Francisco tinha escrito uma carta a Isidoro Dias Lopes defendendo a guerra de movimento. O historiador aproveita a ocasião para criticar os biógrafos e estudiosos anteriores do seu personagem: “ao contrário do que se diz em certa hagiografia, Prestes não estava sendo original na defesa dessas posições, mas, sem dúvida, as exprimia com força e convicção” (REIS FILHO, 2014, p. 57).

Essa centralidade no papel de Luiz Carlos Prestes, empreendida pelos biógrafos Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), demonstra-se na maneira como ambos se referem de forma diversa ao comparar a revolta tenentista em São Paulo, de julho, com a revolta tenentista no Rio Grande do Sul. Já iniciamos essa discussão anteriormente, quando os dois autores procuraram destacar que a Coluna gaúcha veio salvar a Coluna paulista.

A abordagem de Anita Leocadia Prestes (2015) procura demonstrar como o seu biografado concentrou as ações militares; tal centralidade coloca em Prestes a responsabilidade quase total pela organização inicial da Coluna, com uma *nova moral*, já discutida aqui: “tratava-se de construir um Exército completamente distinto das forças armadas regulares, nas quais a disciplina era imposta pela violência e os soldados não passavam de meros cumpridores de ordens superiores” (PRESTES, 2015, p. 57).

Anita Leocadia Prestes (2015) afirma: “torna[va]-se necessário estruturar a Coluna de acordo com a concepção desenvolvida por Prestes, com novos de métodos de trabalhar com os soldados” (PRESTES, 2015, p. 57-58). Além de tratar bem os soldados, essa nova moral se encontrava também na forma como a população era tratada, como, por exemplo, no método das requisições, quando muitos populares eram expropriados e em troca ganhavam recibos para serem ressarcidos depois da revolução. Segundo a historiadora,

No recibo, os rebeldes assumiam o compromisso de, com a vitória da revolução, indenizar o interessado pelo valor dos bens requisitados. Com essa prática, inteiramente inusitada, a Coluna acabou conquistando a simpatia das populações que encontrou no caminho (PRESTES, 2015, p. 58).

Há aqui uma idealização nesta construção de *uma nova moral*, aspecto que vamos tratar com mais detalhes nos tópicos seguintes sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Joseph Campbell, em seu estudo sobre a mitologia, afirma que “um herói lendário é normalmente o fundador de algo, o fundador de uma nova era, de uma nova religião, uma nova cidade, uma nova modalidade de vida” (CAMPBELL, 1992, p. 144). No caso de Prestes, ele seria fundador de uma *nova moral*. Tal moral é apresentada de forma passiva ou crítica pelos biógrafos na figura d’o *salvador*, que para Girardet (1987), seria o herói que catalisaria todos os fervores da esperança

coletiva: o homem providencial, o chefe, o guia. Em torno dele cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de esperança e de adesão, como comprovaremos em nossa abordagem sobre a chamada “Grande Marcha”.

### 2.3 A Coluna Miguel Costa-Prestes: memórias e esquecimentos

A partir deste tópico procuraremos investigar as distintas formas de compressão da Coluna Miguel Costa-Prestes, suas tensões, conflitos, divergências, polêmicas, além das tentativas de esquecimentos e apagamentos por parte dos biógrafos, sempre que possível relacionando com a historiografia sobre o tema, bem como os discursos das fontes utilizadas pelos mesmos autores, em especial os livros de memória e os próprios depoimentos de Luiz Carlos Prestes, principais alicerces das versões mais recorrentes dos acontecimentos da marcha.

Geralmente caracterizado como uma epopeia, como *marcha invicta* ou *grande marcha*, o grupo percorreu mais de 25 mil quilômetros sem ser derrotado. Contudo, a maioria das abordagens sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes é carente de uma maior problematização historiográfica, pois ficam presas ao discurso ufanista de memorialistas, jornalistas ou militantes.

Sobre as divergências, começemos pela própria nomenclatura e pelo marco que deu início à Coluna. A maioria da historiografia prefere a nomenclatura Coluna Prestes<sup>89</sup>; os mesmos costumam chamar de *A Coluna Invicta*, *A Grande Marcha*, *A Marcha Invicta*, entre outros nomes semelhantes. Sobre o marco histórico da Coluna Miguel Costa-Prestes, parte da historiografia estabeleceu o início como 29 de outubro de 1924, quando Prestes deu início à sua marcha no Rio Grande do Sul. Outra parte dos historiadores procura compreender que o marco deve ser definido como 28 de julho de 1924, quando a Coluna paulista foi formada, tendo saído de São Paulo em direção ao interior paulista e paranaense. Entretanto, mais

---

<sup>89</sup> Na historiografia brasileira não há verdadeiramente uma problematização consistente sobre como a Coluna deve ser chamada, muito menos houve algum debate sobre o marco temporal que deu origem ao acontecimento histórico. Motta (2004), ao debater a questão da mitologia política de Luiz Carlos Prestes, afirma que “na verdade, o comando formal era exercido por Miguel Costa, oficial da Força Pública de São Paulo. O cargo ocupado por Prestes era o de Chefe do Estado-Maior. De início, nome de Costa também foi associado à Coluna, mas, aos poucos, predominou a referência exclusiva a Prestes, que assumiu de fato a liderança do exército revolucionário” (MOTTA, 2004, p. 92). A afirmação de Motta (2004) confirma os relatos de todas as documentações existentes e utilizadas na maior parte das biografias aqui analisadas, como as memórias de Lourenço Moreira Lima (1979), Ítalo Landucci (1952) e João Alberto Lins de Barros (1953).

recentemente, há uma tendência a considerar o início da Coluna quando da junção das duas Colunas em 12 de abril de 1925, em Foz de Iguaçu, no Paraná. De maneira geral, o que há é uma tentativa de sobrepor determinados marcos no sentido de legitimar figuras como Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, por exemplo.

Jorge Amado (2011), nos anos 1940, justificou a utilização do termo Coluna Prestes, afirmando que tal denominação foi dada pelo povo graças à liderança “inquestionável” de Luiz Carlos Prestes<sup>90</sup>. Sua abordagem, entretanto, não esconde a existência de um desacordo na exclusão do outro comandante: “nunca Miguel Costa abriu a boca senão para realçar a justiça dessa designação, senão para fazer o elogio do seu companheiro e camarada” (AMADO, 2011, p. 116).

A afirmação de Amado se contradiz, por exemplo, ao relato de Lourenço Moreira Lima (1979), quando este e Djalma Dutra encontraram Miguel Costa na Argentina, em 1925, pouco depois do fim da Coluna e durante o exílio:

Quando Djalma Dutra e eu chegamos a Libres, ele nos recebeu com um grande afeto e as suas primeiras palavras foram de profunda admiração pelos louros colhidos pelo nosso jovem general, lamentando apenas que o povo –, deslumbrado pela mocidade esplêndida de Luiz Carlos Prestes, cometesse a injustiça de esquecer o nosso comandante, chefe de alto mérito, denominando as nossas forças Coluna Prestes em vez de Coluna Miguel Costa-Prestes, quando estes nomes se haviam irmanado para a imortalidade e para a glória (LIMA, 1979, p. 60).

Compreendemos que a memória de Lourenço Moreira Lima<sup>91</sup> (1979), registrada em livro, evidencia o ressentimento causado pelo apagamento de Miguel

<sup>90</sup> Segundo Jorge Amado (2011), “a Coluna tomou o nome do chefe do Estado-Maior pela vontade dos soldados e do povo do Brasil, contra a vontade Prestes” (AMADO, 2011, p. 116). Em outra passagem, o biógrafo afirmou que os soldados deram outros nomes à Coluna, como Coluna da Morte, Coluna Fênix, Coluna Invicta. Porém, o que ficou mesmo foi Coluna Prestes, pois “na sua frente havia o Cavaleiro da Esperança, Luís Carlos Prestes, com suas barbas crescidas, seus olhos ardentes, sua face tranquila, seu sorriso triste, mas confiante” (AMADO, 2011, p.116).

<sup>91</sup> O livro *A Coluna Prestes: marchas e combates* pode ser compreendido como uma mistura de diário de campanha com crônica de viagem ou mesmo como um relato de memória. A primeira edição do livro foi lançada em 1931, em dois volumes, com o título *Marchas e Combates: a Coluna Invicta e A Revolução de Outubro*, pela Editora Livraria do Globo, de Pelotas, Rio Grande do Sul. A obra teve mais duas edições em um grande intervalo de tempo, já com o título de *A Coluna Prestes: marchas e combates*, em volume único, publicado em 1945, pela Editora Brasiliense, com apresentação do escritor Jorge Amado e prefácio do historiador Caio Prado Júnior. Há ainda uma terceira edição, publicada em 1979, em fac-símile da edição de 1945, pela Editora Alfa-Ômega. Chama a atenção as diferenças da primeira edição do livro, de 1931, para a segunda edição, de 1945. Todo o conteúdo referente à chamada Revolução de 1930 (incluído inclusive no subtítulo da obra, *A Revolução de Outubro*) foi retirado.

Costa, que aparenta crescer com o tempo, entre os anos 1930 aos anos 1990. A própria morte de Miguel Costa pode ser atrelada a este ressentimento<sup>92</sup>.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante à de Jorge Amado (2011), Anita Leocadia Prestes (2015) argumenta que foi justamente o povo que lhe rendeu uma homenagem, tendo batizado a marcha de Coluna Prestes<sup>93</sup>. Esta suposição nos parece ambígua, pois aparenta ser um recurso legitimador na construção de uma retórica da imagem mitificada, ou seja, uma solução que procura corroborar o caráter de liderança popular do “Cavaleiro da Esperança”.

Sobre o marco original que definiu o início da Coluna, Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) mais uma vez seguem a mesma linha explicativa, indicando ambos que o início da marcha foi em 29 de outubro de 1924, o que reforça a ideia de uma memória oficial construída que protagoniza a Coluna gaúcha como o marco de “um tempo da presença”, ou seja, da revolução.

Se na maioria dos documentos e livros, a denominação Coluna Prestes prevalece, é fato que a partir dos anos 1990 cresceu a adesão ao nome *Coluna Miguel Costa-Prestes* dentro da própria historiografia brasileira a partir da ideia de que essa nomenclatura seria mais justa visto que as duas principais lideranças da Coluna foram justamente Miguel Costa (o general-comandante) e Luiz Carlos Prestes (coronel-chefe do Estado-Maior)<sup>94</sup>. Esse revisionismo pode ser observado

---

<sup>92</sup> O revolucionário morreu no dia 02 de setembro de 1959 de enfarto do miocárdio, durante uma entrevista em um programa de televisão chamado *Não durma no ponto*, dirigido por Manoel da Nóbrega. No programa, Miguel Costa deveria explicar o motivo de ele ter afirmado que a Coluna Prestes nunca existiu. Durante o programa, o revolucionário respondeu jamais ter dito semelhante absurdo, de acordo com Yury Costa (2010), apenas esclareceu que “quando os revolucionários atravessaram o rio Paraná e penetraram no território da república do Paraguai, a fim de invadir novamente o Brasil pelo sul de Mato Grosso, nesse dia desapareceu a Coluna Prestes, que vinha do sul. Desapareceu identicamente a Coluna Paulista, que viera de São Paulo. Quem marchou através do Brasil durante a grande marcha foi a 1ª Divisão Revolucionária” (COSTA, 2010, p. 119-120).

<sup>93</sup> Isso fica claro inclusive nos próprios títulos dos capítulos do livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. No capítulo 2º do livro, a autora intitula: *O levante no Rio Grande do Sul e a Organização da Coluna (outubro de 1924-janeiro de 1925)*. O capítulo 3 é batizado de *A marcha da Coluna Prestes pelo Brasil (1925-1927)*.

<sup>94</sup> Historiadores como Hélio Silva (1964a; 1964b) e Neill Macaulay (1978), que escreveram sobre a Coluna, compreenderam que o movimento militar surgiu em 1924 no Rio Grande do Sul, intitulado como Coluna Prestes. Nelson Werneck Sodré (1978) denomina Coluna Prestes, porém coloca o 14 de abril como data de origem da marcha. Ao abordarem o tema em obras mais amplas, historiadores como Francisco Iglesias (1993) e Boris Fausto (2006) podem exemplificar as diferenças e confusões nas denominações e marcos da Coluna. Para Francisco Iglesias (1993), “unidas as duas, está formada a Coluna Prestes, que percorrerá o Brasil de outubro de 1924 a fevereiro de 1927 (contando os cinco meses antes da junção), percorrendo cerca de 25 mil quilômetros, em uma das maiores marchas da história” (IGLESIAS, 1993, p. 224). Boris Fausto (2006) até ressalta que a junção ocorrida em abril de 1925 deu início à Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, “que acabou conhecida como Coluna Prestes” (FAUSTO, 2006, p. 310). Com isso, o autor, nos mapas e fotos, acaba por utilizar apenas o termo Coluna Prestes. Sobre a atual tendência de uso da expressão



inclusive a partir de dois dos biógrafos, Boris Koval (2007) e Daniel Aarão Reis (2014).

Boris Koval (2007) prefere chamar a Coluna de *marcha da divisão revolucionária*, que se iniciou em abril de 1924, em São Paulo. Quanto à nomenclatura em si, o biógrafo evita utilizar-se de Coluna Prestes, ou Coluna Miguel Costa-Prestes, usando apenas o termo Coluna, ou adjetivando-a como tenentista, por exemplo. Um movimento semelhante é perceptível em Daniel Aarão Reis (2014).

Vejamos agora como os biógrafos podem ser enquadrados nestas lógicas interpretativas da Coluna Miguel Costa-Prestes. É o momento-chave das narrativas biográficas, que chamamos aqui de “tempo da presença”, ou seja, o momento em que o biografado é composto como modelo de líder de uma revolução, criando o que chamamos de *uma mitologia revolucionária tenentista-liberal*. Uma *idade de ouro* se refere a quando o tempo se traduz na imagem de um passado que se torna lenda, transformada muitas vezes em uma mensagem mobilizadora e um passado mitificado (GIRARDET, 1987).

Luiz Carlos Prestes é apresentado, na maioria de suas biografias aqui analisadas, como um padrão de líder, um estrategista militar, que conduziu a marcha graças ao seu modelo ético e moral de se relacionar tanto com os seus subordinados, como com a população do interior em que a coluna cruzou. Além disso, o militar gaúcho é apresentado como alguém que defende suas ideias com rigor. Um exemplo é quando, na conferência dos chefes revolucionários em Foz de Iguaçu, se coloca contra a proposta de exílio na Argentina ou no Paraguai, apresentada por Isidoro Dias Lopes. Prestes defendeu a continuidade da luta entre os rebeldes, seguindo em marcha pelo território nacional com o intuito de incentivar a derrubada do governo oligárquico do período.

Jorge Amado (2011) exalta a posição firme de Prestes, porém procura apagar as tensões existentes nas duas visões apresentadas por nós no parágrafo anterior,

---

Coluna Miguel Costa-Prestes, temos uma historiografia brasileira advinda principalmente de pesquisadoras e pesquisadores cariocas ligados à Nova História Política, como Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lippi, Dulce Pandolfi, Marieta Moraes Ferreira, entre outras. A tendência pode ser observada nos verbetes de Luiz Carlos Prestes construído por Alzira Alves de Abreu e Alan Carneiro no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (2001), da Fundação Getúlio Vargas e no ensaio de autoria de Dulce Pandolfi (2007), *A Trajetória de Luiz Carlos Prestes*, no livro *As Esquerdas no Brasil*, volume 3, além do livro *Brasil: uma biografia*, das historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling (2015). Segundo as autoras, a Coluna Prestes-Miguel Costa foi de 1925 a 1927, tendo sido “fruto da união do grupo de tenentes paulistas (vinculados a Miguel Costa) com os militares sublevados no Rio Grande do Sul e comandados por Luís Carlos Prestes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 348).

afirmando apenas que Isidoro Dias Lopes entregou a chefia da revolução a Prestes e Miguel Costa. Boris Koval (2007), de forma diferente de Amado, critica a posição de Isidoro Dias Lopes, inclusive vendo a escolha de Foz do Iguaçu como base de apoio enquanto desvantajosa e uma clara estratégia de forçar os rebeldes a se exilarem.

Daniel Aarão Reis (2014) se utiliza de um termo bastante pertinente para definir a vitória do ponto de vista de Prestes durante a conferência dos chefes revolucionários: *otimismo persuasivo*. Aarão Reis (2014) salienta que havia naquele momento um quadro de derrotismo entre as lideranças das marchas; Prestes “teria feito, então, um discurso positivo, em que levantava duas hipóteses: (...) Primeiro, vamos tentar sair daqui (...) se não conseguirmos, vamos resistir. E só na terceira hipótese é que vem a passagem para a Argentina” (REIS FILHO, 2014, p. 59). Teria havido, então, o apoio à continuidade da Coluna.

As biografias são unânimes na ênfase às qualidades de liderança militar de Prestes, responsável por uma série de estratégias bem-sucedidas que conseguiam desorientar ou vencer os adversários, considerados sempre superiores em número e qualidade do armamento. Neste sentido, os biógrafos argumentaram em suas narrativas que algumas destas estratégias militares ganharam reconhecimento social em diferentes momentos da Coluna, como a *quebra do fundo da garrafa*<sup>95</sup>, o *laço húngaro*<sup>96</sup> e a *tática de colocar os inimigos lutando um contra o outro*<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> A primeira delas, a *quebra do fundo da garrafa*, quando se é cercado pelo inimigo e consegue escapar de uma alguma maneira, foi utilizada no oeste do Paraná, quando os rebeldes passaram pelo Paraguai, chegando ao estado do Mato Grosso. O termo teria sido usado, segundo Lourenço Moreira Lima (1979), pelo Marechal Candido Rondon, líder legalista responsável por combater os rebeldes naquele momento. Entre os biógrafos, Aarão Reis (2014), chamou de “opção nada convencional, guerrilheira, que surpreendeu Rondon e os próprios paraguaios. Salvou a vida dos rebeldes, conferindo novo fôlego à rebelião” (REIS FILHO, 2014, p. 59). Koval (2007) considerou uma decisão corajosa e audaz quando os rebeldes saíram “da armadilha mortal”.

<sup>96</sup> O *laço húngaro* consiste em um movimento de tropa em forma de círculo marchando em linha paralela ao inimigo, enquanto esse desce no sentido contrário à sua procura. Tal manobra foi feita pela Coluna orientada por Prestes durante a saída do cerco do Rio São Francisco, entre os estados da Bahia e Minas Gerais. Jorge Amado (2011) caracterizou o movimento realizado como “espetacular”: Queria arrastar para este estado as forças governistas convencidas de que marcharia para o sul, talvez em direção ao Rio de Janeiro, enquanto ele realmente pensava em voltar para o norte, atravessando mais uma vez a Bahia. Como sempre, as tropas governistas foram enganadas pela manobra estratégica de Prestes, começaram a persegui-lo em Minas, evacuando a Bahia de soldados (AMADO, 2011). Ainda sobre o laço húngaro, Anita Leocadia Prestes (2015) afirmou que “a situação tornou-se muito grave para os destinos revolucionários. Prestes compreendeu que era preciso retroceder. Diante disso, o comando da Coluna pôs em prática uma audaciosa e inesperada, que ficou conhecida por ‘laço húngaro’, pois o trajeto da Marcha dos rebeldes lembrava o desenho de um laço desse tipo (...). Com essa manobra – que viria a ter grande repercussão, trazendo mais glórias para a Coluna e seu chefe” (PRESTES, 2015, p. 93).

Outra amostra da superioridade de Prestes como chefe militar apresentada nas biografias foi quando houve a necessidade de rearranjo da Coluna no Mato Grosso. Nessa nova configuração, as narrativas biográficas procuraram abordar quase sempre os conflitos entre as tropas paulistas e gaúchas, bem como os dois chefes da marcha, Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa.

Em reunião ocorrida em 10 de junho de 1925, em vez de duas brigadas, formaram-se quatro regimentos sob o comando de João Alberto, Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Faria e Djalma Dutra; Miguel Costa permaneceu como comandante-chefe, sendo criado ainda um estado-maior unificado da divisão revolucionária, no qual foi nomeado Luiz Carlos Prestes e o subchefe Juarez Távora. Segundo Koval (2007), “a discussão foi aguda, mas ainda assim o ponto de vista de Prestes venceu” (KOVAL, 2007, p. 91). Afirmou: “justamente Prestes, desde então, passou a responder inteiramente por todas as operações de combate, a elaborar o roteiro do movimento, os planos de combate e manobras” (KOVAL, 2007, p. 92).

O motivo da mudança é que havia um clima de hostilidade entre gaúchos e paulistas, sendo preciso, então, uma reorganização. Interessante é observar como na ótica da historiadora Anita Leocadia Prestes (2015), a partir de tal processo, “os paulistas acabaram se adaptando aos sistemas dos gaúchos, à maneira de funcionamento e de organização da Coluna Prestes, em cujas fileiras vigorava uma disciplina rigorosa, aliada a uma ampla iniciativa dos soldados” (PRESTES, 2015, p. 75-76). Esse rigor da organização seria justamente uma *nova moral* construída pelo militar gaúcho, já salientada aqui em outro momento de nossa análise. O mesmo entendimento é encontrado nas narrativas de Jorge Amado (2011) e Boris Koval (2007).

Com sua proposta de olhar crítico, sobretudo às biografias anteriores, Aarão Reis (2014) evidenciou que as mudanças não agradaram totalmente as tropas, fato que não transparece nas narrativas dos biógrafos anteriores: “os soldados artilheiros não gostaram: uma parte desertou... outra se perdeu. Como os gaúchos que não suportaram deixar seus pagos – e seus cavalos –, eles não concebiam a guerra sem ‘seus’ canhões” (REIS FILHO, 2014, p. 63). Nesta lógica, observamos que o

---

<sup>97</sup> A terceira estratégia aludida é a prática de colocar *as tropas legalistas umas contra as outras*. Um exemplo é quando o “Cavaleiro da Esperança” conseguiu colocar duas forças governistas (a tropa comandada por Arthur Almeida e a tropa de jagunços de Horácio de Matos, esta última chamada de batalhões patrióticos pelo governo). “Mais uma vez o inimigo atende aos planos de Prestes. A polícia e os jagunços, os dois grupos bernardistas, irrompem sobre a fazenda, um de cada lado, e lutam entre si até as oito horas da manhã, quando se reconhecem” (AMADO, 2011, p. 171).

historiador opta por destacar as desarmonias contidas na Coluna, que iam entre soldados e oficiais provenientes das forças públicas e do Exército; entre militares e civis; entre homens e mulheres:

Faltava ainda harmonizar as contradições no interior das forças rebeldes, divididas, desde a formação, em abril, da chamada Divisão Revolucionária, em duas colunas – a paulista e a gaúcha. Havia ali formações profissionais distintas, diferentes chefes e origens geográficas, e muito bairrismo (REIS FILHO, 2014, p. 64).

A centralidade de Luiz Carlos Prestes nas narrativas faz-nos pensar sobre uma sutil tentativa de apagamento da memória de Miguel Costa. Entretanto, compreendemos que aquilo que Paul Ricouer (2010) chama de *esquecimento de reserva* impede que o esquecimento seja inimigo da memória e da história. Há uma clara ênfase nas narrativas biográficas no comando de Prestes da Coluna – uma espécie de *notoriedade retrospectiva* por parte dos biógrafos, se usarmos o termo de Mariza Corrêa (1995), em detrimento de Miguel Costa, fruto de uma tentativa de *esquecimento deliberado*, ou seja, um projeto de esquecimento, que, porém, não se concretiza propriamente nas narrativas<sup>98</sup>.

Jorge Amado (2011), por exemplo, chega a elogiar Miguel Costa, chamando-o de “admirável soldado” e “admirável figura humana”, porém que “jamais passou pelo seu coração a menor sombra de inveja ao ver destacar-se sobre todos o nome de Prestes, o idealizador e condutor da Grande Marcha” (AMADO, 2011, p. 116). O biógrafo procura relatar uma espécie de subserviência ou passividade de Miguel Costa em reconhecer a superioridade e a genialidade de Prestes<sup>99</sup>:

Ele prestigia com a força do seu nome, é o primeiro a reconhecer que diante de Prestes estão diante de um fenômeno de exceção. A figura de Miguel Costa, amiga, do general de tantas vitórias, ídolo dos soldados paulistas, homem de caráter reto, de extrema popularidade, nunca cresce e sobe tanto como ao reconhecer e apoiar o gênio de Prestes (AMADO, 2011, p. 116).

<sup>98</sup> Cláudio Vasconcelos (2009) fala em esquecimento passivo (fruto de limitações humanas) e em esquecimento deliberado (um projeto político ou a dificuldade em lidar com determinados traumas).

<sup>99</sup> A minimização nas tensões entre Prestes e Miguel Costa pode ainda ser exemplificada na abordagem de Jorge Amado (2011) no tratamento que deu a Miguel Costa durante a Revolução de 1930, quando os dois romperam; ou quando ambos se reaproximaram enquanto lideranças da Aliança Nacional Libertadora, em 1935: “nos dias da Aliança, no ano do povo do Brasil, no ano de 35, novamente ele vem nos braços do povo. Novamente ao lado de Prestes aquela sua comovente admiração e confiança em outro general” (AMADO, 2011, p. 186).

Boris Koval (2007), diferente do biógrafo baiano, reforça a ideia de divergências entre Prestes e Miguel Costa, tendo se utilizado, inclusive, do termo *agravamento* sobre a questão de tática no início da marcha:

Costa era a favor de dar combate decisivo. Prestes era categoricamente contra, considerando com razão que se não conseguiria derrotar Klinger, e era extremamente grande o perigo de se envolver em combates esgotantes. No final chegaram a um compromisso. Depois de combate não prologado a Coluna reiniciou a movimento para o norte (KOVAL, 2007, p. 88-89).

Anita Leocadia Prestes (2015) também destaca as divergências de táticas militares entre os dois comandantes. Assim como Amado (2011), a historiadora destaca que “a opinião de Prestes foi vencedora e, a partir desse combate, o general Miguel Costa passou a aceitar a posição de Prestes, ouvindo-o sempre antes de tomar qualquer decisão” (PRESTES, 2015, p. 74). Mais uma vez temos a ideia da superioridade do comandante gaúcho nas decisões do comando da Coluna e de passividade por parte de Miguel Costa.

A historiadora é uma das biógrafas que procuram atrelar as diferenças de comportamento das tropas paulistas e gaúchas com a dos dois líderes da Coluna:

A formação da 1ª Divisão Revolucionária não correspondeu à simples junção das Colunas gaúcha e paulista. Na verdade, os rebeldes paulistas haviam sido derrotados em Catanduvas. Enquanto isso, a Coluna Prestes partia do Rio Grande do Sul coberta de glórias, e Prestes abria uma nova perspectiva para a revolução, ao propor a reorganização das forças rebeldes e a marcha para Mato Grosso, o que lhe daria papel destacado frente à 1ª Divisão Revolucionária. O general Miguel Costa tornara-se o comandante-geral, mas, reconhecendo a competência e o prestígio de Prestes, entregou-lhe, na prática, o comando da Coluna (PRESTES, 2015, p. 73).

No trecho acima, chama a atenção os termos utilizados: *paulistas derrotados* x *gaúchos cheios de glórias*; o tenente gaúcho como protagonista no caminho da revolução. Em relação a Miguel Costa, aparece o termo *entrega* do comando diante da competência e do prestígio de Prestes. Parece-nos emblemático a maneira como a historiadora empreende o protagonismo do pai em detrimento de outras lideranças, que considera secundárias. Sua concepção visa claramente minimizar as marcas da Coluna paulista e da figura de Miguel Costa.

Daniel Aarão Reis (2014) é o único a discutir em sua biografia o que chama de processo de apagamento da memória de Miguel Costa<sup>100</sup>, e indica também possíveis motivos:

No diapasão próprio do espírito corporativo, particularmente forte no Exército, os colegas de farda faziam coro, apagando progressivamente a figura e a importância de Miguel Costa. Com efeito, não ficaria bem para jovens oficiais do Exército nacional serem lembrados como tendo sido comandados por um oficial da Força Pública, pois esta era considerada, do ponto de vista da Defesa Nacional, uma força auxiliar e subordinada às Forças Armadas regulares (REIS FILHO, 2014, p. 111).

O historiador reforça que o próprio Prestes “defendeu até o fim da vida” a importância de Miguel Costa e seu papel como comandante e chefe da Coluna, “mas não pôde conter a onda caudalosa que o erguia como um herói ‘sem jaça’. Deixou-se arrastar. E seria inumano esperar algo de radicalmente diferente de um jovem de menos de trinta anos” (REIS FILHO, 2014, p. 111).

Para além das qualidades terrenas, as biografias abordaram também os usos do imaginário popular sobre as qualidades do herói, em seu lado sobrenatural e místico. Entre os biógrafos, Jorge Amado (2011) se apropriou bastante do que ele chama de *lendas* para construir uma memória de Prestes, se utilizando de trechos de poemas populares, advindos de ABCs da literatura de cordel<sup>101</sup>. Além de empregar trechos de poemas, Amado retira vários trechos lembrados por Lourenço

<sup>100</sup> A biografia produzida por Yuri Costa (2010), neto de Miguel Costa, acaba por recair no tema do esquecimento como também do ressentimento causado pelas tentativas de apagamento da memória de Miguel Costa. Produzido por meio de um apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo, *Miguel Costa: um herói brasileiro* tem a pretensão de colocar o biografado no lugar de protagonista das ações políticas nos anos 1920 e 1930. Em determinado trecho da narrativa o autor contradiz a versão empreendida oficialmente: “não foram os rio-grandenses que salvaram a revolução. A Coluna paulista salvava Prestes. À Coluna Prestes foi distribuído todo armamento de que dispunha Miguel Costa” (COSTA, 2010, p. 60). Davino dos Santos (1994), um dos autores revisionistas mais incisivos, publicou um livro intitulado *A Coluna Miguel Costa e não coluna Prestes*, no qual questiona os motivos da Coluna se chamar unicamente Prestes. O autor se pergunta: “mas, apesar de tudo isso, o que levou a se chamar a 1ª Divisão Revolucionária, comandada pelo general Miguel Costa, de Coluna Prestes, impropriamente?” (SANTOS, 1994, p. 32). A resposta é colocada em dois motivos: o primeiro, de ordem política e um segundo, de ordem xenófoba. No primeiro caso devido ao fato de que os exércitos estaduais não eram apreciados pelo povo, pois eram usados principalmente para reprimir revoltas populares: “era tarefa difícil encaminhar o Exército e o povo para apoiar um movimento militar dirigido por um oficial de polícia, mesmo pertencendo ele a uma força militar instruída durante 18 anos (...) por altos oficiais de um valoroso exército como o francês” (SANTOS, 1994, p. 34). Quanto ao seu motivo, enfatiza que o general Miguel Costa era argentino de nascimento e ainda desquitado, o que poderia desqualificá-lo como herói.

<sup>101</sup> O ABC é um tipo de narrativa geralmente publicada em formato de folhetos de cordel que procura louvar personagens emblemáticos. Jorge Amado, inclusive, chegou a informar na introdução do livro *O Cavaleiro da Esperança* que seu intuito inicial era fazer um ABC de Luiz Carlos Prestes, como ele fez de Castro Alves, publicado no Brasil em 1941.

Moreira Lima (1979), em sua obra sobre a Coluna. Uma destas lendas refere-se à figura dos *potreadores*, responsáveis por rastrear os caminhos e as ações do inimigo, que, segundo o autor, eram homens que praticavam “proezas guerreiras”.

Amado (2011) procura criar também uma narrativa em que as façanhas do “Cavaleiro da Esperança” aproximavam-se do sobrenatural. Para o autor, os soldados acreditavam nos feitos místicos de Prestes: “os soldados, amiga, olham uns para os outros, murmuram entre si frases de assombro. Não é mesmo um homem aquele general, é um feiticeiro, aquela Coluna é mesmo mal-assombrada, aparece e desaparece, onde ela está ninguém sabe?” (AMADO, 2011, p. 154).

Nestas narrativas, o “Cavaleiro da Esperança” é representado ora como adivinho ora como milagreiro. “Mas Prestes era um mistério maior: nos seus olhos ardentes os sertanejos viram o dom de adivinhar. Adivinhava o pensamento de todos, ninguém podia lhe esconder nada” (AMADO, 2011, p. 149). Em determinado momento, o biógrafo se pergunta sobre os dons sobrenaturais de Prestes: “era um dos deuses da selva, adivinho e milagroso?” (AMADO, 2011, p. 149).

Assim como Jorge Amado (2011), os historiadores Anita Leocadia Prestes (2015) e Daniel Aarão Reis (2014) também relatam, amparados quase sempre nos relatos de Lourenço Moreira Lima (1979), as “histórias lendárias” da Coluna. Porém, a forma de tratar o tema do imaginário popular é sutilmente diferente nos dois historiadores. Anita Leocadia Prestes (2015) procura enfatizar as lendas sobre a Coluna e acaba, de certa maneira, por reforçar a lenda em vez de problematizá-la.

Nessa região, que a Coluna atravessou com mais vagar, já corriam as lendas mais incríveis e fantásticas a respeito dos rebeldes. Em Chuva de Manga, os veteranos moradores ficaram escandalizados quando Cordeiro de Farias lhe perguntou por canoas. Eles tinham ouvido falar que os revolucionários atravessavam os rios sem embarcações, pois possuíam um “aparelho de mangaba” que estendiam sobre as águas, passando por ‘riba deles’; também achavam que eles dispunham de uma “rede” de apanhar homens a cavalos, à qual ninguém escapava. Dizia-se ainda que, para andar depressa, os rebeldes só comiam as partes dianteiras do gado; foi a explicação que os “matutos” encontraram para o fato de os gaúchos desprezavam os quartos das reses, que não prestam para churrascos (PRESTES, 2015, p. 80).

Em outra lógica, Aarão Reis (2014) problematiza a questão e compreende que foi o imaginário popular que possibilitou tornar Prestes um mito. As lendas populares colaboraram nesse processo. Isso nos permite destacar o caráter do imaginário popular na construção social dos mitos políticos. Bronislaw Baczko (1991)

fala em dispositivo do imaginário, compreendido como um esquema de interpretação, um sistema de valores que intervém eficazmente nos processos de interiorização dos indivíduos, modelando comportamentos, construindo ideias e imagens que formam uma identidade, elaborando modelos formadores, como o valente guerreiro, o bom cidadão, o militante comprometido. Enquanto Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) procuraram reforçar e legitimar a figura do “Cavaleiro da Esperança” atrelada à popularidade, um discurso bastante comum entre os comunistas desde os anos 1940, Aarão Reis distanciou-se, tendo problematizado a questão de forma a melhor esclarecer as origens destes imaginários populares.

Se formos para a teoria literária, mesmo a mais remota como a de Aristóteles (2004), entenderemos a epopeia como uma narrativa geralmente em forma de poema, de cunho trágico –, um hino em louvor a algum deus, que canta os fatos heroicos, geralmente transcorridos durante uma guerra. Temos como maior exemplo *A Ilíada e a Odisseia*, de Homero.

Compreendemos que Jorge Amado (2011) bebe nas narrativas épicas procurando exaltar os feitos da Coluna, atribuindo a Prestes uma figura mítica, que conduz as esperanças coletivas, aquilo que Raoul Girard (1987) chamou de *tempo do apelo*, quando o salvador concentra todos os fervores da esperança coletiva. Neste sentido, ao adentar o interior do país, levando as ideias de liberdade, “os sertanejos viam a verdade, viviam aquela epopeia, se nutriam nela de esperança” (AMADO, 2011, p. 161). Se o texto do biógrafo exalta poeticamente o seu personagem no contexto da prisão durante o Estado Novo, Anita Leocadia Prestes (1997; 2009), reafirma, décadas depois, a ideia da Coluna como uma epopeia, em diversas obras dedicadas ao tema. Boris Koval (2007) também salienta em alguns momentos de suas narrativas, a característica de epopeia da Coluna Miguel Costa-Prestes. De todos os biógrafos, portanto, apenas Daniel Aarão Reis Filho (2014) procura não se utilizar do termo, optando por caracterizações menos apologistas.

Analisando as fontes nas quais este mecanismo da centralidade de Luiz Carlos Prestes está ancorado nas narrativas biográficas, é possível observar claramente a predominância de duas em especial; ambas de certa maneira tratadas diferentemente nas narrativas dos episódios que envolveram a Coluna Miguel Costa-Prestes.



A principal delas, o livro *A Coluna Prestes: marchas e combates*, de autoria do advogado e secretário da marcha, Lourenço Moreira Lima<sup>102</sup>. Publicada inicialmente em 1931, o livro pode ser considerado *uma memória oficial* e fonte documental obrigatória quando se pesquisa a Coluna Miguel Costa-Prestes. Segundo o próprio Lourenço Moreira Lima (1979), a missão da obra é revelar a glória da epopeia que ocorreu entre os anos de 1924 e 1927 pelo Brasil. O texto traz, ainda, as marcas dos apontamentos diários feitos pelo próprio autor, como também a utilização do próprio arquivo, que foi construído durante a marcha, reunindo os documentos possíveis do acontecimento.

É inegável também o tom de engajamento da obra, que procura apresentar em imagens as ações da Coluna Miguel Costa-Prestes, mantendo, no tom da narrativa, a energia de uma guerra diária. Além disso, o autor não esconde a sua idolatria aos personagens, dos quais todos são heróis, em especial Luiz Carlos Prestes<sup>103</sup>.

Lourenço Moreira Lima era chamado de historiador oficial da Coluna Prestes ou de *O bacharel feroz*, apelido que ganhou dos seus companheiros da Coluna, segundo Jorge Amado (2011). O autor de *Marchas e Combates* acabou por ser encarregado *por monumentalizar* os feitos da “Grande Marcha” e principalmente por divulgar para a historiografia a figura mitológica do “Cavaleiro da Esperança”. O que se assemelha, não por acaso, com a versão de Jorge Amado. Na apresentação da segunda edição do livro *A Coluna Prestes: marchas e combates*, em 1945, o escritor baiano elogia bastante Lourenço Moreira Lima, afirmando que quando escreveu *O Cavaleiro da Esperança* leu e releu o livro de Moreira. Na mesma apresentação afirma: “sinto-me particularmente ligado à sua memória, pois seu livro sobre os

---

<sup>102</sup> Lourenço Moreira Lima nasceu em Itambé, Pernambuco, em 1881. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Pará, em 1914, participou da Revolução de 1924, em São Paulo, onde foi preso. Depois de fugir da cadeia, acabou por se juntar às tropas revolucionárias que deram origem à Coluna Miguel Costa-Prestes, em 1925. Neste movimento tornou-se secretário da Coluna, quando escreveu o diário de campanha, onde registrou suas impressões pelo Brasil. Faleceu em 1940 (MOREL, 1987).

<sup>103</sup> Sobre o Diário da Marcha, o próprio Moreira Lima (1979), afirma a existência de dois diários, um oficial da Coluna e outro que ele mesmo realizou: “fui encarregado de fazer o ‘Diário da Marcha’, do que me desempenhei até deixar a secretaria na cidade de Picos, no Piauí, em julho de 1926, continuando, porém a escrever o meu ‘Diário’, que foi encerrado quando deixei La Gaiba” (LIMA, 1979, p. 123). Sobre o arquivo da marcha, do qual Lourenço Moreira Lima (1979) foi o responsável durante a Coluna, Hélio Silva (1964b) apresenta em seu livro um capítulo dedicado a este conjunto de documentos sobre a Coluna Prestes. Acompanhando a memória de Cordeiro de Farias, Hélio Silva (1964) afirma que o arquivo era feito regularmente, desde a saída de São Paulo até Foz do Iguaçu. Depois foi acrescida a parte que foi até o Ceará e entregue à família Távora. A terceira parte diz respeito à campanha do Ceará.

combates da Coluna Prestes, que agora se reedita, foi meu melhor roteiro para reconstruir, no volume que escrevi sobre a vida de Luiz Carlos Prestes, a história da Grande Marcha” (AMADO, 1979, p. 07).

Em *O Cavaleiro da Esperança*, Jorge Amado (2011) elogia Moreira Lima, comparado a Fúrmanov<sup>104</sup>, autor da crônica desse Tchapaiev da América<sup>105</sup>. “Ele foi o intelectual dentro da Coluna, a arma ao ombro, seu sangue pelo povo” (AMADO, 2011, p. 182). Boris Koval (2007) se utiliza de Moreira Lima em vários momentos de sua narrativa sobre o “Cavaleiro da Esperança”, mas alerta que considerou o relato de forte teor literário sobre as operações de combate da divisão revolucionária. Daniel Aarão Reis (2014) cita o livro de Moreira Lima em vários trechos da sua biografia e é o único dos biógrafos que critica de maneira mais firme a obra, principalmente pelos preconceitos que o autor carrega<sup>106</sup>. Contudo, considera um texto seminal, e revela que “ele foi o cronista por excelência daquela aventura, tanto mais acurado quanto pouco duvidoso” (REIS FILHO, 2014, p. 511). Anita Leocadia Prestes (2015) também se utiliza dos escritos de Moreira Lima, porém com muita parcimônia. Sobre a Coluna Miguel Costa, Anita Prestes prefere as memórias do pai, que considera mais fidedignas. Porém, em sua tese de doutorado sobre a Coluna Prestes afirma que a obra possui “exageros e imprecisões, sendo necessário comparar a obra com outros documentos e, em especial, com os depoimentos concedidos à autora por Luiz Carlos Prestes” (PRESTES, 1997, p. 28)<sup>107</sup>.

<sup>104</sup> Dimitry Fúrmanov (1891-1926), escritor russo responsável por diversos trabalhos de propaganda militar no início do século XX.

<sup>105</sup> Alusão ao título do romance escrito por Fúrmanov, chamado Chapaev, dedicado à biografia do comandante do Exército Vermelho, Vasily Ivanovich Chapaev (1887-1919), que se tornou um herói da Guerra Civil Russa. O romance foi a base para o filme do mesmo nome, dirigido pelos irmãos Vasilev (George e Seguei) e lançado em 1934.

<sup>106</sup> Durante toda a obra *A Coluna Prestes: marchas e combates*, Lourenço Moreira Lima se utiliza de termos pejorativos contra negros e nordestinos. Chama a maioria dos habitantes dos pequenos lugarejos de matutos e jecas; e negros, de macaco, mandingueiro, entre outros termos racistas.

<sup>107</sup> Além de *A Coluna Prestes: marchas e combates*, de Lourenço Moreira Lima (1979), outros relatos de participantes da Coluna Miguel Costa-Prestes foram surgindo no Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1980. Nenhum deles evidentemente foi utilizado por Jorge Amado (2011), visto que foram publicados depois do lançamento de *O Cavaleiro da Esperança*. Já os outros biógrafos de Prestes puderam ter contato com estas obras. Nos anos 1950, mais precisamente em 1953, foram lançados: *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, de Ítalo Landucci, publicado pela Editora Brasiliense; e *Memórias de um Revolucionário*, de João Alberto de Lins, pela Civilização Brasileira. Ambas foram utilizadas por Boris Koval (2007) e principalmente Daniel Aarão Reis (2014). Ítalo Landucci foi secretário de Prestes durante a Coluna, e João Alberto foi uma das figuras centrais da Coluna. Contam as suas memórias através de impressões pessoais dos acontecimentos da Coluna Miguel Costa-Prestes. Nos anos 1970 foi a vez de Juarez Távora lançar *Uma Vida e Muitas Lutas: memórias*, em três volumes (José Olympio, 1973 e 1974, e Biblioteca do Exército, 1977).

E aqui chegamos à outra voz autorizada bastante agenciada dos biógrafos: o próprio Luiz Carlos Prestes. Longevo, das quatro biografias aqui analisadas, as de autoria de Boris Koval (2007) e Anita Leocadia Prestes (2015) procuraram embasar as experiências durante a Coluna a partir de entrevistas dadas por Prestes. Ambos sugerem e reforçam, nas biografias ou em outras obras sobre a Coluna, que em suas abordagens “a verdade histórica” estaria nos depoimentos do líder tenentista. Isso fica evidente na própria maneira como ambos conduzem a narrativa, na qual a última palavra é a versão do biografado.

Aarão Reis (2014) também se utiliza dos depoimentos de Prestes por meio de diversas entrevistas dadas na imprensa ou feita por outros pesquisadores, porém procura sempre conduzir sua narrativa de forma a confrontar as versões ocorridas sobre o tema, dialogando com outras fontes documentais.

Sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes, os depoimentos de Prestes realizados principalmente na década de 1980, portanto, no final de sua vida, também se colocam como uma *memória oficial e autorizada* sobre o tema. Quase todos os biógrafos aqui analisados a empregam, obviamente com exceção de Jorge Amado (2011), que não conhecia pessoalmente Prestes quando escreveu a obra, nem teve condições de conseguir entrevistas com o mesmo no exílio.

Como já destacamos no primeiro capítulo, Anita Leocadia Prestes (2015) realizou entre os anos de 1981 e 1983, uma série de entrevistas com o pai, que acabaram sendo utilizadas em suas pesquisas. Toda a primeira parte da biografia de autoria de Anita Leocadia Prestes é permeada por estes depoimentos, porém já criticamos aqui a maneira como a historiadora tratou esta fonte: sem questionamento, vendo-a como uma verdade absoluta. Na realidade, compreendemos tal uso como um *efeito cascata* – algo às vezes oportuno, às vezes excessivo, sobretudo quando reconstrói debates sem dedicar a mesma atenção a todos os envolvidos na contenda.

Daniel Aarão Reis (2014) também se utiliza destas mesmas entrevistas, cedidas por Marly Almeida Gomes Vianna (2001), além de outras tantas dadas por

---

Ligado aos militares que deflagraram o golpe civil-militar de 1964, Juarez Távora escreveu a sua trajetória militar e política e dedicou parte do primeiro volume à Coluna Miguel Costa-Prestes. Nos anos de 1980 foi a vez de Cordeiro de Farias, desta vez com um depoimento longo, em *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias* (Nova Fronteira, 1981), organizado pelos pesquisadores Aspácia Camargo e Walder de Góes. Destes dois últimos, os biógrafos de Luiz Carlos Prestes pouco se utilizaram, citando-os pontualmente, como no caso de Daniel Aarão Reis (2014).

Prestes em diferentes situações<sup>108</sup>. Entretanto, muitas vezes sem deixar claras as origens destes depoimentos, algo que faz com outras tipologias de fontes, o que pode fragilizar seus argumentos e dificulta futuras verificações de pesquisadores interessados.

Boris Koval (2007) também utilizou entrevistas com Prestes em seu relato. Elas teriam sido realizadas quando o biografado morava em Moscou, em seu último exílio, que durou entre 1971 e 1979. Porém, no corpo do seu texto, não os cita devidamente, demonstrando falhas na manipulação desses conteúdos. O que não diferencia do resto do livro em si, quando Koval (2007) é descuidado com relação às fontes, misturando opiniões e fatos. Desta forma, o biógrafo não especifica a maneira como trabalhou as informações colhidas dos depoimentos de Luiz Carlos Prestes, não trazendo dados sobre a gravação, a forma de arquivamento, bem como o estabelecimento do documento escrito. O historiador russo sugere que os dados foram utilizados a partir de conversas informais, apesar de gravadas, sem uso de técnicas da História Oral.

Já Daniel Aarão Reis (2014) faz uma observação que expressa bem as diferenças entre seu trabalho e as outras biografias. O historiador afirma que procurou olhares múltiplos sobre a experiência da Coluna Miguel Costa-Prestes, se utilizando das diversas memórias aqui referenciadas e de nomes já citados, como Lourenço Moreira Lima (1979), Ítalo Landucci (1952), João Alberto Lins de Barros (1953), entre outros. Para ele:

Tais textos, confrontados com o depoimento minucioso de Prestes à Anita Prestes (2009), permitem tornar mais complexo um processo que, de todo modo, pode ser visto de modo unilateral ou simplificado, como é próprio do feito dos exercícios memorialísticos, orais ou escritos que, por sua força testemunhal (“meninos, eu vi”) acabam condicionando a historiografia (REIS FILHO, 2014, p. 511).

Desta forma, observamos o papel dado às diversas memórias na construção narrativa nas biografias sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes, salientando como elas são instrumentos importantes de registro e construção de uma memória coletiva

---

<sup>108</sup> Aarão Reis utilizou-se de diversas entrevistas, sejam em livros, revistas e vídeos. Além das referências de livros citadas, o autor utilizou outras entrevistas como as organizadas por Francisco Viana e Denis de Moraes (1982) e Dênis de Moraes (1997), esta última uma coletânea contendo as principais entrevistas com o líder comunista; além de entrevistas realizadas por Edgard Carone (1982), na revista *Novos Rumos*; e em programas de TV, como o Roda Viva, em 1986, no Programa do Jô Soares, realizado em 1988, no Programa Ferreira Neto, em 1989, além do documentário *O Velho*, de Toni Venturi (1997).

que, no caso de Prestes, de acordo com seus biógrafos, procuraram priorizar algumas lembranças em detrimento de outras.

Um dos pontos mais polêmicos atrelados à Coluna Miguel Costa-Prestes é a maneira como os biógrafos se colocam diante da adesão ou da hostilidade da população do interior brasileiro à causa dos rebeldes. Mais uma vez o teor defensivo das obras biográficas de Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) prevalece, pois ambos procuram enfatizar que houve plena adesão à causa dos rebeldes; já Boris Koval (2007) e Daniel Aarão Reis (2014) abordam a prevalência da resistência e da hostilidade da população durante o itinerário da Coluna.

Evitando as tensões e procurando certo consenso, Jorge Amado (2011) apaga qualquer registro de saques ou violações contidas nas fontes que utilizou, afirmando apenas que elas foram cometidas exclusivamente pelos grupos governistas. Os rebeldes, segundo ele, nunca cometeriam arbitrariedades, pois buscavam libertá-los da pobreza, da miséria e da escravidão.

*A priori*, Boris Koval (2007) procura demonstrar que houve tanto adesões, como resistências por parte da população, porém seu registro recaiu mais na segunda forma como predominância:

Em alguns pontos populacionais, os moradores saudavam os tenentistas, porém, com mais frequência tinham uma atitude hostil. E, Santo Domingo. “A população recebeu as unidades revolucionárias com música e fogos de artifício”. Entretanto, já no dia seguinte a divisão revolucionária caiu em uma emboscada. Travaram-se combates sangrentos, e somente em 7 de outubro a coluna entrou na cidade de Natividade, onde a esperava uma circunstância imprevista. Enganada pela propaganda governamental, a população, de armas nas mãos, levantou-se contra os tenentistas (KOVAL, 2007, p. 94).

Aarão Reis (2014) dá mais visibilidade aos atos de violências e agressões que a população sofreu diante da passagem pela Coluna Miguel Costa-Prestes. O historiador registra brevemente as ações da Coluna vistas como justas, destacando a queima de cobranças e a libertação de injustos aprisionados. Entretanto, ao analisarmos as páginas dedicadas ao tema, veremos uma abordagem que privilegiou as tramas de violência causada pelas lideranças tenentistas.

Um exemplo é a passagem por Porto Nacional. Localizada no Estado de Goiás, hoje Tocantins, a cidade é citada pelos quatro biógrafos em grande parte devido ao relato de Lourenço Moreira Lima. Quase sempre a ênfase biográfica no episódio é mostrar como a população abraçou os revolucionários, tendo a cidade

dado ótimas condições para os rebeldes se manterem durante dias<sup>109</sup>. Porém, em um movimento contrário, Aarão Reis (2014) apresenta uma carta do Frei Audrin, produzida após a saída da Coluna de Porto Nacional, destacando os efeitos negativos desta experiência:

A passagem da coluna revolucionária através de nossos sertões, e por nossa cidade, tem sido lamentável desastre que ficará, por alguns anos, irreparável. Em poucos dias, nosso povo, na maioria pobre, viu-se reduzido à quase completa miséria (REIS FILHO, 2014, p. 75-76).

O historiador apresenta ainda a resposta da Coluna: “em sua resposta, assinada por Miguel Costa, Prestes e Juarez, os rebeldes ressaltavam sua honestidade de propósitos e reconheciam que o povo era realmente ‘a vítima mais sacrificada’ (REIS FILHO, 2014, p. 76).

E aqui surge a forma como Aarão Reis (2014) compreende a questão do contato dos rebeldes com a população:

A carta do frade punha o dedo numa grande ferida, a das complexas relações entre a Coluna e os habitantes das regiões por onde passava. Os rebeldes queriam “salvar o país e o povo”, e arriscavam sua vida, mas subestimavam, desprezavam ou simplesmente ignoravam as condições desse mesmo povo, o que se torna evidente nas variadas observações do secretário da Coluna (REIS FILHO, 2014, p. 76).

Aarão Reis (2014), portanto, a par de outras documentações sobre a Coluna, procura analisar outras perspectivas, como os momentos após a passagem dos revolucionários na cidade. Tais fontes permitem observar experiências não hegemônicas sobre adesões e de hostilidades da população durante a Coluna, produzindo um movimento de memorização sobre acontecimentos muitas vezes esquecidos pelos protagonistas da Coluna. Sua orientação, portanto, vai no sentido de visibilizar aquilo que se deseja esquecer por trazerem outros elementos de uma história muitas vezes homogênea sobre os fatos heroicos da “Grande Marcha”.

Em outro trecho, a ênfase do biógrafo é na própria violência dos revolucionários perante a população: “mesmo os que colaboravam podiam ser

<sup>109</sup> Foi nesta cidade, no convento dos dominicanos, que foi realizada uma das fotografias mais emblemáticas da Coluna Miguel Costa-Prestes. Nela, visualizamos todo o alto comando da Coluna, tendo ao centro Miguel Costa, comandante geral, encerrando a imagem. Prestes se encontra ao lado esquerdo de quem olha a fotografia. O que se destaca é a aparência dos revoltosos, quase todos barbados. Mesmo citando a fotografia, Aarão Reis (2014) não a coloca em destaque para que o leitor a possa analisar de maneira mais correta dentro do corpo do texto. A foto se encontra apenas no primeiro caderno interno de fotografia, intitulado *Primeira Grande Conjuntura (1898-1935)*.

amarrados em trocos de árvores, à noite, para não fugirem” (REIS FILHO, 2014, p. 78). O historiador não poupa questionamentos sobre os erros e as limitações cometidas pelos rebeldes, como a dificuldade de comunicação com a população pobre, as práticas comuns para obter informações, como o sequestro e o estupro de mulheres:

Entre os rebeldes e o povo do interior, um abismo cultural, de mal-entendidos e de incompreensões. Aliado à violência desabrida, inerente a qualquer conflito armado, ele geraria frequentemente atos arbitrários contra as populações que iam sendo encontradas pelo caminho, os chamados “excessos” – pequenos e grandes roubos, assédio sexual e mesmo estupros, além de “represálias” de toda sorte contra “fujões” ou atos de resistência armados ou não (REIS FILHO, 2014, p. 78).

Já a abordagem de Anita Leocadia Prestes (2015) vai ao sentido oposto de Aarão Reis (2014). A biógrafa abusa de um mesmo termo: *recepção calorosa*. É perceptível a escolha por uma memória positiva pelas passagens dos revolucionários em locais em que foram bem recebidos pela população, excluindo aqueles em que houve hostilidade:

A Coluna, em sua Marcha pelo Brasil, tentava fazer justiça, queimando livros e listas de cobrança de impostos, soltando prisioneiros e destruindo os instrumentos de tortura que encontrava. Esse comportamento dos revolucionários conquistava a simpatia dos humildes e injustiçados, mas não era suficiente para mobilizá-los a uma participação ativa na luta (PRESTES, 2015, p. 82).

Em todo o território percorrido, nos estados do Maranhão e Piauí houve maior adesão por parte da população. A documentação utilizada pelos biógrafos comprova isso. Por isso, Amado (2011) e Prestes (2015) sublinham com maior ênfase estas passagens.

Um dos pontos de maior tensão entre as biografias é a maneira como os revolucionários são representados durante a marcha na procura por requisitar produtos, alimentos e animais da população. Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) naturalizaram a forma como os revolucionários faziam isso, compreendido como algo necessário e moralmente correto. Amado (2011), por exemplo, afirma em um trecho que:

Na travessia de Mato Grosso a Coluna se vestiu e se alimentou. Na fartura do estado, tão abandonado pelas autoridades administrativas, Prestes

encontrou comida e roupa para seus homens. A Coluna já não parecia aquela turba de mendigos esfarrapados que penetrara no Paraguai ante os olhos atônitos do general Rondon (AMADO, 2011, p. 117).

Reparem que a expressão “encontrou comida” omite a prática da requisição, exclui os confrontos, apaga as tensões desse processo que ocorreu no âmbito de guerra, vendo a forma da requisição enquanto algo natural.

O caso mais emblemático relatado por Jorge Amado (2011) é o episódio de um sertanejo pobre do Piauí que doou o que tinha à Coluna. Segundo o biógrafo, primeiramente o homem doou “uma cuia de farinha”, depois um “burrinho” e por último se ofereceu para lutar na Coluna. Em nota de fim de página, Amado comentou que enquanto escrevia o trecho se encontrava à sua frente “a foto do caboclo” responsável por essa doação para a luta dos rebeldes. O fato em si, com a marca do registro da foto, coloca em evidência o processo de construção biográfica do autor, bem como expõe o recurso retórico de sua narrativa biográfica, dando veracidade ao episódio relatado.

Koval (2007) aproveita o tema das relações entre os rebeldes e a população para criticar a opção de Jorge Amado (2011) em romantizar os rebeldes em suas atitudes violentas do que ele chama de camponeses. Em uma linha seguida por Moreira Lima (1979), o historiador russo compreende que

Na realidade, a maior parte dos camponeses, por força de seu atraso e ignorância, encarava com muita desconfiança a Coluna e não via grande diferença entre ela e os numerosos destacamentos de salteadores rurais – cangaceiros – que também surgia inesperadamente ora em uma, ora em outra região, atacando postos policiais, arruinando propriedades de fazendeiros ricos, muitas vezes distribuindo os bens roubados entre os pobres, parentes, etc. (KOVAL, 2007, p. 103).

Entre os biógrafos, Aarão Reis Filho (2011) é o que mais questiona a prática da requisição, observando pelo ângulo das injustiças sociais:

No meio daquele furação de violências, os chefes rebeldes bem que tentavam distinguir-se. Assim, quando procediam às “requisições”, tinham sempre cuidado de restringi-las ao máximo, além de passar o devido “recibo” para que fosse, mais tarde, cobrado do “governo revolucionário” (REIS FILHO, 2014, p. 78).

Para o historiador, sabia-se claramente que estas requisições nunca seriam pagas.



Sobre as requisições, Anita Leocadia Prestes (2015) não as problematiza em nenhum momento, apenas explica a prática em uma nota de rodapé, quando afirma: “em troca das mercadorias requisitadas, o comando da Coluna oferecia um recibo a indenizar os proprietários após a vitória da revolução” (PRESTES, 2015, p. 75).

É no estado da Paraíba que ocorre um dos casos mais polêmicos e violentos na história da Coluna, que ficou conhecido pelos críticos da época como *o Massacre de Piancó*. Localizada no interior da Paraíba, Piancó foi ocupada pelos revolucionários da Coluna; a maior parte de sua população fugiu nos dias anteriores. O líder político da região, o Padre Aristides<sup>110</sup>, na época deputado estadual, acabou se armando e resistido ao ataque dos revolucionários juntamente com um grupo de homens. O fato é que o grupo foi morto cruelmente pelos revolucionários, comandado por Cordeiro de Farias. Seus corpos foram degolados e jogados em um açude próximo à cidade.

Amado (2011) e Koval (2007) optaram por silenciar-se sobre o caso. Já Aarão Reis (2014) e Anita Prestes (2015) tratam do acontecimento, porém, em perspectivas completamente diferentes. Aarão Reis (2014) apresenta em detalhes o que ele chama de massacre, procurando observar os vários lados da questão. O autor se pergunta se Prestes procurou se eximir do caso. “De acordo com ele [Prestes], o chefe político confundira as tropas da Coluna com grupos de bandoleiros e resolveu recebê-los à bala” (REIS FILHO, 2014, p. 88). O historiador aproveita para criticar a interpretação de Anita Leocadia Prestes:

Numa ousada interpretação, e generalização, do acontecido, houve quem dissesse, como Anita Prestes, que, “a partir do episódio de Piancó, o prestígio da Coluna viria a crescer no Nordeste”, já existiam trovas circulando pelo Sertão, nas quais se misturavam admiração, horror e temor (PRESTES, 2015, p. 89).

Anita Leocadia Prestes (2015) empreende novamente a defesa da Coluna, inclusive utilizando o termo *combate* em vez de *massacre*, recorrente na maioria das referências ao caso na historiografia da marcha. Podemos observar nos trechos abaixo que a historiadora buscou justificar a ação da coluna reproduzindo a fala de Cordeiro de Farias, responsável naquele momento pela resistência dos membros da Coluna. Para este, o ocorrido foi fruto do domínio das paixões:

---

<sup>110</sup> Aristides Ferreira da Cruz (1872-1926) foi um padre e político brasileiro. Foi deputado estadual por vários mandatos (desde 1915), até ser morto pelos membros da Coluna no ano de 1926.

O Padre Aristides, isolado, içou bandeira branca, mas, na sequência, campanhas conseguiram matar mais cinco soldados da Coluna. Eis o relato de Cordeiro de Farias: *As primeiras balas mataram à queima roupa seis homens que vinham comigo desde o Rio Grande...Isso me provocou um ódio incontrolável. Decidi resistir a qualquer preço (...). Ninguém evita o ódio numa situação daquelas. O padre e seus homens acabaram se entregando e sendo fuzilados pelos rebeldes. Foi uma explosão de ódio, provocada pela traição (o hasteamento da bandeira e, ao mesmo tempo, o ataque aos rebeldes) que levava à morte de companheiros queridos. Não se tratou de um ato de simples vandalismo igual àqueles cometidos pelas tropas da “legalidade” contra mulheres e homens indefesos, como o bárbaro assassinato da velha cozinheira Tia Maria – que acompanhava a Coluna desde São Paulo –, cruelmente sangrada pela polícia da Paraíba na mesma época (PRESTES, 2015, p. 88).*

A tese levantada por Jorge Amado (2011), e endossada depois por Anita Leocadia Prestes (2015), é a de que a violência foi a principal marca das forças legalistas que lutaram contra a Coluna. Boris Koval (2007) e Aarão Reis (2014) também ressaltaram tal aspecto, porém sem deixar de destacar que os próprios revolucionários também agiram com violência em muitos casos contra a população.

Melo (2014), em seus estudos sobre as batalhas em torno do passado, cita Josep Fontana (2004 apud MELO, 2014), que compreende que toda análise do passado está calcada em um projeto social de presente/futuro e que toda teoria da história tem sua própria “economia política”. Temos, assim, o que comumente chamamos de batalha pela memória ou disputa em torno do passado. É o que se observa no que se refere às diferenças de abordagem sobre o caso das violências entre Anita Leocadia Prestes (2015) e Aarão Reis (2014). Historiadores de formação e carreira, as intenções da primeira giram prioritariamente em torno do intuito de defender os combatentes da Coluna, em especial seu pai; no lado oposto, temos Daniel Aarão Reis (2014), que procura apresentar outros ângulos do mesmo fato, incluindo um processo de desmitificação dos personagens envolvidos.

A partir desta lógica, de uma batalha de memória, chegamos à conclusão de que assim como a produção historiográfica dedicada ao tema, a produção biográfica pode ser dividida em dois grandes grupos: *os apologistas*, aqueles que procuraram realizar movimentos prioritariamente de *elogios e/ou defesas dos feitos da Coluna*; e *os revisionistas*, que procuraram prioritariamente realizar *reexames críticos ou até mesmo inversões, desconstruções, detrações ou contraposições*.

*Os apologistas* geralmente são defensores dos feitos da Coluna Miguel-Prestes e tecem elogios principalmente à figura do seu protagonista. Muitas vezes não há uma criticidade, nem uma maior problemática sobre as abordagens aos

fatos<sup>111</sup>. Alguns possuem claramente um caráter partidário, concentrando-se em elogios selecionados ou na defesa unilateral. Incluímos Anita Leocadia Prestes entre os apologistas, respectivamente com os livros *A Coluna Prestes* (1997) e *Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes* (2009), por serem obras de vieses defensivos e glorificantes a respeito do acontecimento.

Sobre os revisionistas, estes possuem dois movimentos interpretativos. Um grupo procurou fazer reexames críticos de forma equilibrada, com ênfase no lado humano dos personagens envolvidos, bem como nas contradições dos fatos, as incoerências, as polêmicas dos personagens envolvidos, como o próprio Luiz Carlos Prestes. Já no outro grupo de revisionistas mais radicais, os autores caracterizam-se por narrativas que se contrapõem diretamente aos apologistas. No primeiro grupo podemos citar como exemplo o trabalho de José Augusto Drummond (1985), que ressaltou que o apoio civil a esses movimentos militares foi escasso, sendo quase neutralizado pela repressão legalista e que a interação com as populações civis e a ação propriamente política foi apressada, superficial e elitista. No segundo grupo temos a reportagem de Eliane Brum (1994), que se concentra em demonstrar como a Coluna Miguel Costa-Prestes foi marcada por invasões, injustiças, misérias e violências<sup>112</sup>.

Entre esses livros, vários deles foram utilizados pelos biógrafos-historiadores. O historiador russo, por exemplo, emprega vários trechos dos livros de Hélio Silva (1964b) e Nelson Werneck Sodré (1978). A biografia produzida por Aarão Reis (2014), apesar de pouco citar os autores de forma direta no corpo do texto, os indica na bibliografia. Já Anita Leocadia Prestes (2015) praticamente não se utiliza destas referências, já que não está entre suas preocupações debater historiograficamente o tema<sup>113</sup>. Jorge Amado (2011) traça outro caminho no diálogo com a historiografia, se utilizando dos poucos estudos publicados entre os anos 1920 e 1930, principalmente

---

<sup>111</sup> No primeiro grupo, o que chamamos de *apologistas*, podemos citar como exemplos os historiadores/jornalistas, produtores de livros clássicos, como *Prestes e a Revolução Social*, de Abguar Bastos (1946); *1922: a grande marcha*, de Hélio Silva (1964b); *Coluna Prestes: análise e depoimento*, de Nelson Werneck Sodré (1978), *A Coluna Prestes e Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes*, de Anita Leocadia Prestes (1997; 2009), e *As Noites das Grandes Fogueiras*, de Domingos Meirelles (1995).

<sup>112</sup> No segundo grupo, que chamamos aqui o dos *revisionistas*, podemos indicar os títulos *A Coluna Prestes*, de Neil Macaulay (1978), *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*, de José Augusto Drummond (1985), *Coluna Prestes: o avesso da lenda*, de Eliane Brum (1994); *A Coluna Miguel Costa e Não Coluna Prestes*, de Davino dos Santos (1994).

<sup>113</sup> A autora procura sugerir, geralmente em notas de rodapé, algumas obras para que os leitores possam se aprofundar em alguns temas, em especial os seus próprios livros.

sobre o tenentismo, pois havia disponível apenas o livro *Marchas e Combates*, de Moreira Lima (1931) e S. Dias Ferreira e Sady Valle Machado (1928), com o livro *A Marcha da Coluna Prestes*.

Considerada por alguns como José Augusto Drummond (2013), como escassa, ou vítima de um esquecimento proposital, como Anita Leocadia Prestes (1997), a Coluna Miguel Costa-Prestes vem sendo estudada nas últimas décadas com mais recorrência no campo acadêmico, não apenas por parte da historiografia<sup>114</sup>. Evidentemente que há uma tradição de pesquisas, muitas delas não acadêmicas, feitas por jornalistas, produzidas entre os anos 1940 e 1990, que se tornaram clássicas, e que reafirmam uma dupla tendência antagônica, de mitificar ou desconstruir a revolta reforçada pela historiografia como ponto culminante do movimento tenentista.

#### *2.4 A construção do Cavaleiro da Esperança e o aprendizado comunista no exílio latino-americano*

Antes de focarmos na maneira como os biógrafos analisaram a narrativa sobre o período de exílio, compreenderemos as diferentes noções dos autores diante do fim da Coluna no ano de 1927. Enquanto Jorge Amado (2011) e Anita Prestes (2015) construíram uma narrativa glorificante e positiva, a imagem elaborada por Aarão Reis (2014) procura compreendê-la como uma narrativa derrotista e negativa. Quanto a Boris Koval (2007), seguiu uma interpretação igual à noção de Moreira Lima (1979): “o movimento revolucionário não venceu, mas também não sofreu derrota militar” (KOVAL, 2007, p. 108).

Neste quadro, ficam evidentes mais uma vez as diferenças de interpretação dos historiadores Anita Leocadia Prestes (2015) e Aarão Reis (2014). Enquanto a primeira traduz a cena de forma triunfalista, afirmando que “foi um espetáculo impressionante e significativo: seiscentos e poucos homens (o que restara da Coluna), em andrajos, feridos e enfraquecidos, mas vitoriosos, a ouvir de seu

---

<sup>114</sup> Exemplos são as pesquisas de José Augusto de Souza (2005), no campo das letras, que trata sobre aspectos como o discurso literário, histórico e jornalístico sobre a Coluna; Maria Clara Spada de Castro (2016), que trata sobre a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes concentrando-se principalmente na correspondência entre os revoltosos; e Eduardo Perez Teixeira (2018), que trata sobre como a Coluna Prestes foi vista pelos jornais cariocas *O Paiz* e *O Correio da Manhã*. Estas duas últimas pesquisas são dissertações de mestrado em História.

comandante as razões por que as armas seriam ensarilhadas” (PRESTES, 2015, p. 97), o segundo apresenta em contornos derrotistas:

A Coluna estava agora reduzida a 620 homens, inclusive algumas crianças, e cerca de dez mulheres. Um espetáculo “tristemente desolador”. Homens depauperados, descalços (...) muitos embrulhados em trapos de cobertores, que mal lhes encobriam as vergonhas, e inúmeros vestidos com vagos farrapos que tinha sido calças ou ceroulas (REIS FILHO, 2014, p. 105).

Anita Leocadia Prestes (2015) ainda afirmou que “apesar de todas as dificuldades, os revolucionários chegaram à Bolívia com a moral elevado (...) A Coluna não fugiu; partiu organizada para a Bolívia, tendo todas as investidas inimigas até os últimos dias de seu périplo pelo Brasil” (PRESTES, 2015, p. 97). E completa: “a Coluna, praticamente desarmada, contando com apenas 620 homens, havia vencido todos os embates com as forças governistas” (PRESTES, 2015, p. 97).

Terminada a marcha, Prestes permaneceu na Bolívia com a maioria dos soldados da Coluna, trabalhando para uma concessionária que construía estradas por cerca de seis meses<sup>115</sup>. O curto período de exílio boliviano é apresentado pelos biógrafos seguindo basicamente a mesma linha de explicação. Em primeiro plano, diante da liberdade de imprensa na época, Prestes começou a ganhar espaço da mídia, sendo reconhecido como o “Cavaleiro da Esperança”; em segundo plano, apontava-se o contato do mesmo com leituras de natureza marxista, como também o diálogo de lideranças e partidos de esquerda na América Latina.

Os biógrafos são unânimes em pensar que foi o momento de maior visibilidade de Prestes, tornando-se em pouco tempo uma nova figura pública através de periódicos brasileiros. Para Koval (2007, p. 112), “por estranho que pareça, mas somente nessa etapa de extinção do movimento revolucionário rebelde, surgiu um verdadeiro interesse da sociedade brasileira pelo tenentismo. Prestes começou a se transformar num símbolo da revolução”.

Entre os jornalistas e órgãos de imprensa carioca que estiveram na Bolívia um se destacou: Rafael Correia de Oliveira. Em abril de 1927, o repórter d’*O Jornal*, pertencente ao Diários Associados de Assis Chateaubriand, conseguiu uma

---

<sup>115</sup> Miguel Costa, assim como as outras lideranças, como João Alberto, se juntaram a Isidoro Dias, tendo migrado para a Argentina. Ambos reiniciaram o trabalho conspirativo.

entrevista marcante com o líder revolucionário. Outro jornalista, Luís Amaral<sup>116</sup>, do jornal *O Globo*, também esteve meses depois na Bolívia. Entre as matérias de maior projeção nacional, Aarão Reis (2014) destaca a primeira, publicada n’*O Jornal*, assinada justamente por Rafael Correia de Oliveira:

A matéria jornalística não poupava elogios ao ‘general’. Sua capacidade de comando, de manter “uma disciplina de quartel” sem “uma aspereza, sem gestos violento, sem uma palavra cresspa”. Suscitava a devoção e “a dedicação cega dos comandados, e isso só era possível porque, segundo os homens que o repórter ouvia, todos respeitavam como o chefe inquestionável da Coluna (REIS FILHO, 2014, p. 110).

O ponto-chave da abordagem de Aarão Reis é a ideia de construção mítica: “a reportagem ecoava um processo disseminado no país desde que a censura fora suspensa: a construção do mito Prestes” (REIS FILHO, 2014, p. 110). É o momento da consolidação do nome *Cavaleiro da Esperança*. Para o historiador, a expressão foi usada pela primeira vez por Isidoro Dias Lopes, inspirado na figura de Hoche, da Revolução Francesa, conhecido como *Le Chevalier de L’Espérance*<sup>117</sup>:

De origem pobre, soldado aos dezesseis anos, general aos 25, morto aos 29, ele simbolizara a determinação, o espírito prático (*le choses, pas les mots*: ‘as coisas, não as palavras’), a coragem e a generosidade da juventude revolucionária (REIS FILHO, 2014, p. 110).

Entre os outros biógrafos, a origem do nome *Cavaleiro da Esperança* tem diferentes motivações. Para Jorge Amado (2011), a alcunha foi dada durante a travessia da Coluna: “o povo desesperado do Sertão, o povo de repente na festa da revolta, encontrou esse nome para ele. Esse povo revoltado do Sertão, amiga, deu-lhe o presente desse nome como um verso de amor” (AMADO, 2011, p. 99).

Quanto a Anita Leocadia Prestes (2015), ela especifica que “a expressão ‘Cavaleiro da Esperança’ foi lançada pelo jornal carioca *A Esquerda*, em 1925, em edição dedicada ao 30º aniversário de Prestes” (PRESTES, 2015, p. 100), ou seja, seria uma criação de um órgão de imprensa comunista e não ligado a analogias militares dos seus amigos tenentistas. Não foi uma invenção propriamente popular, apesar de que, a autora não nega o quanto a população abraçou a denominação.

<sup>116</sup> Houve ainda as matérias escritas pelo jornalista Barreto Leite Filho, de *O Jornal*, desta vez na Argentina.

<sup>117</sup> Louis Lazare Hoche (1768-1797) foi um soldado francês que se tornou general do Exército revolucionário. Ele obteve uma vitória sobre as forças realistas na Bretanha. Seu sobrenome é um dos nomes inscritos sob o Arco do Triunfo, na Coluna 3.

De todos os biógrafos, Aarão Reis (2014) é o único que se dedicou a problematizar o processo de mitificação do seu biografado. Em determinado momento de sua análise, destaca que, além dos periódicos, espetáculos populares e teatros de revistas foram realizados em sua homenagem, principalmente no Rio de Janeiro:

No Teatro Carlos Gomes, no Rio de Janeiro, retumbava a super-revista *Viva a paz*. No Recreio, encenava-se *Prestes a chegar*, com Lia Binatti, a “arquigraciosa brasileira”. Os números bisados e trisados já o celebravam: “Lá vem o homem que eu gosto”, “À procura do barbado” ou “O homem, ele”. Um estudioso do Brasil comentaria, com ironia, que a sociedade que não quisera fazer a revolução se comprazia agora em “fazer” um herói revolucionário (REIS FILHO, 2014, p. 111).

Anita Leocadia Prestes (2015) prefere explicar do ponto de vista político os motivos que levaram o que chama de classes médias a se interessar pelo jovem militar gaúcho, sem discutir propriamente o âmbito da mitologia política:

As camadas médias urbanas, em especial, vibraram com a figura de Prestes: surgia e consolidava-se a imagem do Cavaleiro da Esperança, cujo “gênio” glorificado em incontáveis editoriais, artigos e reportagens nos jornais da época. Prestes virara mito, e sua figura passava a ser a encarnação das esperanças das populações urbanas, ansiosas por mudanças que não sabiam definir, mas confiantes que o Cavaleiro da Esperança, que havia vencido dezoito generais bernardistas, saberia conduzir o país pelo caminho da libertação e da prosperidade (PRESTES, 2015, p. 100).

Cabe aqui chamar atenção para a ausência de qualquer debate sobre o conceito de mitologia política na biografia *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, de Anita Leocadia Prestes. Contudo, a historiadora, em obras anteriores, a exemplo do título *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB* (2010), questiona autores como Bernadete Cavalcante (1986) e Rodrigo Pato Sá Motta (2002) sobre a aplicação da ideia de mito como sinônimo de uma criação “mítica” do PCB, produzida com intuito eleitoral. Porém, não nega que houve sim esse processo, justificando “a ignorância política” da década de 1940:

Em nosso país, existiam as condições propícias para a criação do “mito Prestes”. A miséria em que vegetava grande parte da população, o analfabetismo e o atraso cultural presentes no Brasil e, principalmente, a tradicional marginalização de numerosos setores populares de uma participação política efetiva na definição dos destinos da Nação – aspecto para o qual a repressão policial desempenhou sempre papel importante –

condicionaram, em grande medida, o aparecimento de lideranças messiânicas e/ou de “salvadores da pátria” (PRESTES, 2010, p. 32).

Se, na biografia, Anita Leocadia Prestes não debate em nenhum momento a categoria mitologia política, por não ser seu objetivo, na obra citada acima, a historiadora parece reconhecer toda a lógica de produção mitológica de Luiz Carlos Prestes desde o fim da Coluna até às revoltas comunistas de 1935, quando houve oscilações no prestígio e dimensão pública do mesmo:

Luiz Carlos Prestes, desde 1927, quando fora proclamado pela imprensa do Rio de Janeiro o “Cavaleiro da Esperança”, dado seu imenso e reconhecido prestígio ao final do périplo da Coluna Invicta, passara a ser visto, por amplos os setores da sociedade brasileira, como o “salvador”, de quem se esperava a solução dos problemas nacionais. (Prestes, 1997a: cap.X). Se tal expectativa declinaria abruptamente com seu Manifesto de Maio de 1930 (idem), ela viria a ressurgir com grande força nos anos se seguiram e, principalmente, com o avanço do movimento anti-fascista no país e a formação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 (Prestes, 1997b, p. 33) (PRESTES, 2010, p. 33) (*sic*).

É perceptível o tratamento diferenciado de Daniel Aarão Reis (2014) ao tema, optando pela categorização mitológica de forma analítica para explicar a ideia de construção do seu biografado através da mídia da época<sup>118</sup>, enquanto Anita Leocadia Prestes (2015), apesar de contextualizar a mesma construção mitológica, se utiliza dos termos de forma naturalizada, obedecendo a certo pressuposto triunfalista do seu biografado.

Aqui cabe uma reflexão sobre o teor de heroicização de Luiz Carlos Prestes, pois houve neste momento o que chamamos de primeira fase da construção de uma mitologia política revolucionária em sua trajetória, quando foi fabricada uma ideia de *mito político tenentista*, que antecede a fabricação de um *mito político comunista*.

Os estudos sobre mitologia política no campo historiográfico compreendem que a relação entre história e mito constitui um desafio à reconstrução histórica e à análise sociológica, pois significa enfrentar um fenômeno, cuja maior propriedade

<sup>118</sup> Semelhante a Aarão Reis, mas de forma um pouco mais acintosa, temos Davino Santos (1994), que viu no que ele chama de processo “endeusamento” do líder tenentista algo forjado pelos meios de comunicação da época. Para isso, se utilizou da argumentação de Agildo Barata, que afirmou em suas memórias que tudo começou na publicação de um artigo de Juarez Távora nos jornais, comentando o combate da Ramada, no Rio Grande do Sul, quando a Coluna conseguiu romper o cerco e avançou para Santa Catarina. O autor ainda faz referência ao Jornal *A Esquerda*, de Pedro Mota Lima, que publicou durante três dias uma entrevista de Prestes com Astrogildo Pereira. Segundo Santos (1994), “a campanha na imprensa popular e oposicionista para a criação de um salvador da pátria, durante anos, foi ininterrupta e intensa” (SANTOS, 1994, p. 39).



seja, talvez, a de embaralhar estas dimensões<sup>119</sup>. Para aceitação e eficácia política, o mito político depende de uma crença comum enraizada no imaginário preexistente ou presente em aspirações e projetos futuros. Nesta lógica, Luiz Carlos Prestes preenche claramente este ponto. Sua imagem ganha um caráter coletivo destas construções simbólicas, presente primeiramente na imprensa da época e depois sendo uma presença visível de certa manipulação voluntária. Inicialmente, a ideia esteve presente em grupos ideológicos ligados aos anseios que podemos chamar de liberais, representados pelos tenentistas; em seguida, pelos comunistas, quando o principal líder da Coluna aderiu ao marxismo, tendo se tornado não apenas membro do PCB, como também Secretário-Geral e símbolo máximo do partido.

Compreendemos que ao fim da Coluna Miguel Costa-Prestes, a figura pública de Prestes ganhou certa amplitude coletiva, tendo combinado vários sistemas de representações e imagens, e entrecruzado aspirações e exigências diversas. O que nos remete à reflexão de José Murilo de Carvalho (1990) sobre como os regimes políticos procuraram fabricar figuras como imagem e modelo da comunidade em um processo de “heroificação” [que] inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquetípico de valores ou aspirações coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 14).

Luiz Carlos Prestes, como Cavaleiro da Esperança, expressaria as aspirações coletivas de mudança no contexto de crise do regime oligárquico nos anos 1920. No caso das biografias, Jorge Amado (2011) estaria presente diretamente neste processo de mitificação, porém em outro contexto de fabricação, os anos 1940. Outro exemplo, além de Amado, é a narrativa do escritor Abguar Bastos (1986), que em 1946, pela Editora Calvino, do Rio de Janeiro, ligada ao Partido Comunista Brasileiro, lançou o livro *Prestes e a Revolução Social*. Neste ensaio social, o líder tenentista é visto como um herói popular nacional revolucionário, que “na fase republicana, supera em idolatria popular os heróis do nativismo” (BASTOS, 1986, p. 25-26). E assim como o biógrafo baiano, Bastos compreende que o militar gaúcho foi “elevado a mito pela idolatria pequeno burguesa, projetado no cenário político brasileiro como ser lendário, invencível pelo mistério de suas proezas, Prestes deixa

---

<sup>119</sup> Exemplos são os trabalhos de Girardet (1987) e Carvalho (1990). Os dois autores consideram impossível traçar uma linha de demarcação precisa entre a fabulação legendária e o relato de ordem histórica. Porém, ambos assinalam que as construções mitológicas, quando relativas a pessoas humanas, guardam de alguma forma a marca da história. De todas as narrativas biográficas, a que mais carrega as marcas de seu tempo é justamente a obra de Jorge Amado (2011).

no ‘prestismo’ a sua lenda e volta ser homem no seio do proletariado” (BASTOS, 1986, p. 26).

Já discutimos aqui a figura do *Salvador* como o herói que catalisa todos os fervores da esperança coletiva, apresentado pelos biógrafos, principalmente Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), durante o período de ação da Coluna Miguel Costa-Prestes, no que chamamos de *tempo da presença*. Concluída a marcha, temos o *tempo do apelo*, no qual surge a figura do *herói gravitas*, herói que apresenta a firmeza e a experiência na provação, a prudência, o sangue frio, o comedimento, a moderação, que seria moldado, quem sabe, como o novo tempo. Foi a parte desta lógica que Prestes, como a principal liderança dos tenentes, exilado em Buenos Aires, tornou-se uma imagem pública disputada como símbolo por diversos grupos políticos. As narrativas biográficas procuraram expressar essa disputa de forma diferente.

Jorge Amado (2011) ressalta que

Os revolucionários do Brasil, os partidos políticos do Brasil, os revolucionários de toda a América Latina, os políticos de toda a América, esperam-no com ansiedade. Ele é nesse momento o mais perfeito símbolo da angústia dos povos latino-americanos se rebelando contra os desmandos do poder (AMADO, 2011, p. 205).

Tal narrativa de Amado (2011) pode ser explicada pelo contexto em que o livro *Cavaleiro da Esperança* foi escrito e publicado por uma editora argentina, a *Claridad*, de circulação em praticamente todo o continente americano em 1942, quando Prestes estava preso pelo regime do Estado Novo e havia uma campanha internacional pela sua libertação. Ao afirmar que o mesmo é considerado “a maior figura das revoluções americanas” (AMADO, 2011, p. 205), naquele momento Amado procurava mobilizar a solidariedade e ampliar a construção do mito revolucionário para o âmbito da América Latina.

Ainda com relação aos contatos com outras lideranças, no início de 1928 Prestes se reuniu com Paulo Nogueira Filho<sup>120</sup> e Assis Brasil<sup>121</sup>, o que marcou a primeira tentativa do recém-fundado Partido Libertador de construir uma aliança com

---

<sup>120</sup> Paulo Nogueira Filho (1898-1969) foi um advogado, político, escritor e diplomata brasileiro; propagandista da República. Foi um dos fundadores do Partido Libertador, deputado e membro da Junta governativa gaúcha de 1891.

<sup>121</sup> Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi um advogado, político, escritor, diplomata e estadista brasileiro; propagandista da República. Foi fundador do Partido Libertador, deputado e membro da Junta governativa gaúcha de 1891.

o tenentismo para viabilizar a derrota das oligarquias tradicionais e a conquista do poder, porém a tentativa se tornou frustrada<sup>122</sup>.

Entre as aproximações políticas contidas nas narrativas biográficas, a que ganhou mais ênfase, devido aos desdobramentos futuros, foi o contato do líder tenentista com o PCB ainda na Bolívia (em La Guaíba, em 1927) por meio do seu Secretário-Geral, o jornalista Astrogildo Pereira. A memória deste evento é revestida de embates ideológicos que atravessam as concepções políticas do período, tocando em certas heranças simbólicas.

O intuito de Astrogildo Pereira naquele momento era entrevistar o líder da Coluna para o jornal *A Esquerda*, além de fazer a ele uma proposta de aproximação com os comunistas; para isso, lhe presenteou com alguns livros marxistas. Para Aarão Reis (2014), tal encontro simbolizou o primeiro contato de Prestes com as ideias comunistas. Porém, não é o que defendem os outros três biógrafos. Jorge Amado (2011) chega a omitir em seu relato o nome de Astrogildo Pereira<sup>123</sup>. O autor baiano conta que Prestes recebeu de seus admiradores uma biblioteca, contendo livros de Ciências, Literatura e principalmente de Sociologia. Especificamente sobre as leituras marxistas, realizadas no exílio latino-americano, Amado resume: “já nesse tempo Prestes lia, numa ânsia de descoberta, literatura marxista. Em La Guaíba haviam chegado os primeiros livros. Na Argentina ele se enterrava neles, um mundo novo se lhe descortinava” (AMADO, 2011, p. 202).

Koval (2007) cita em sua narrativa a visita de Astrogildo Pereira, porém deixa claro que aquele não foi o primeiro contato do líder da Coluna com o PCB, nem com o marxismo, visto que em 1926, ainda durante a Coluna Miguel Costa-Prestes, o revolucionário gaúcho estava disposto a aceitar ajuda financeira até mesmo da Internacional Comunista.

Aarão Reis (2014) procura melhor contextualizar a visita de Astrogildo Pereira e a tentativa de aproximação do PCB com Prestes. Para isso, se apropria do próprio relato de Astrogildo Pereira, de Leôncio Basbaum e dos depoimentos de Prestes,

---

<sup>122</sup> Prestes propôs que houvesse um financiamento para arregimentação de soldados e a compra de armas e munições para serem destinadas para o comando militar da revolução. Entre os biógrafos, Koval é o que procura visibilizar mais intensamente a tentativa dos liberais em conquistar o líder da Coluna. Para o historiador russo, “Prestes tentava obter o apoio também de parte dos círculos moderados” (KOVAL, 2007, p. 115).

<sup>123</sup> Aqui cabe um esclarecimento: o apagamento de Astrogildo Pereira deve-se pelo fato do ex-secretário, desde o início dos anos 1930, ter sido proscrito pelo PCB, dado que se perpetuou entre as décadas de 1940 a 1970, quando o legado de Pereira começou a ser reconhecido por certa tradição menos ortodoxa do Partido.

afirmando que a ida de Pereira enfrentou resistências no PCB, tendo sido aprovada pelos outros membros somente depois de várias reuniões. De toda maneira, houve então, por parte de Pereira, o convite do PCB para o líder da Coluna aproximar-se do partido. Segundo o historiador, “o aparente rigor teórico cativou a inteligência matemática de Prestes. Entretanto, não quis se comprometer de imediato, nem isso lhe foi solicitado pelo tímido Astrogildo Pereira” (REIS FILHO, 2014, p. 117).

Anita Leocadia Prestes, assim como Amado e Koval, minimiza a importância de Astrogildo Pereira na adesão do chefe tenentista ao marxismo, o que parece corresponder à própria memória do seu biografado. A historiadora compreende que vários correspondentes de jornais brasileiros visitaram os combatentes da Coluna, “dentre eles, destacaram-se os jornalistas Rafael Correia de Oliveira – portador dos primeiros livros recebidos por Prestes na Bolívia” (PRESTES, 2015, p. 103). Segundo a historiadora, Prestes afirmou sobre Astrogildo Pereira: “me trouxe alguns livros marxistas, além dos que eu já tinha recebido em Guaíba (...) Não levava proposta nenhuma (...) de maneira que a influência dele, propriamente, na minha marcha para o comunismo, foi relativamente pequena” (PRESTES, L. C., s/d, PRESTES, A. L., 2015, p. 104).

Aproximando-se a eleição para a Presidência da República, em março de 1930, a disputa pelo apoio pela principal liderança tenentista entre a oposição às forças oligárquicas passava pelas diversas esferas políticas e ideológicas. O PCB buscou o apoio de Prestes, que propôs a sua candidatura à Presidência da República, tendo ido Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum até à Argentina para consultá-lo<sup>124</sup>. Até Getúlio Vargas, naquele momento presidente do Rio Grande do Sul, que aglutinaria em breve a Aliança Liberal, durante todo o ano de 1929 procurava mobilizar os tenentes para a sua causa.

A aproximação dos tenentes com Getúlio Vargas acabou por causar, pouco a pouco, uma tensão com Luiz Carlos Prestes. Cada vez mais tendente ao marxismo, em contato direto com o Partido Comunista Argentino (PCA), a resistência do revolucionário ao programa liberal desenvolvido pela Aliança Liberal chegou ao limite no contexto da proximidade da eleição de março de 1930. Eram candidatos de

---

<sup>124</sup> Segundo Koval (2007), houve esta proposta, porém Prestes não aceitou, “apesar de concordar com o programa eleitoral do Partido, porque me sentia ligado por compromissos morais em relação aos tenentistas e ainda não perdera a esperança de atraí-los para posição revolucionária” (PRESTES, s/d apud KOVAL, 2007, p. 120).

um lado Júlio Prestes, ex-presidente de São Paulo e indicado pelo presidente Washington Luiz e, de outro, Getúlio Vargas.

O ponto culminante e mais polêmico presente nas narrativas biográficas neste período foram as tentativas de Getúlio Vargas, durante o ano de 1929, em convencer Prestes em aderir ao seu programa liberal. Para isso, foram realizados, em Porto Alegre, duas reuniões secretas entre os dois. Na primeira, houve a promessa de um repasse de 800 contos de réis, que acabou sendo enviado em 1930, um pouco antes da eleição.

A abordagem de Amado (2011) procura criar a ideia de que não houve estranheza alguma nos atos de aproximação de Prestes com Vargas, omitindo, inclusive, o segundo encontro entre os dois e resumindo consideravelmente o caso em seu final:

Getúlio Vargas envia-lhe dos cofres públicos do Rio Grande do Sul mil contos de réis, pensando obter seu apoio. Prestes deposita esse dinheiro num banco argentino. Esse é dinheiro dos cofres públicos para uma luta – pensa Prestes - não vai trazer benefícios reais ao povo brasileiro. Restituí-lo a Vargas é dilapidá-lo nessa revolução. Vargas vai despendê-lo na luta pelo poder (AMADO, 2011, p. 213).

Amado (2011) buscou desenvolver uma atitude de defesa do seu biografado, evitando qualquer questionamento ético sobre o episódio:

Prestes o deposita então num banco, nunca retira dele um só real para a sua vida ou para a vida dos companheiros, esse dinheiro fica intacto até 1935, quando vai ser utilizado no financiamento da Aliança Nacional Libertadora, isso é: quando vai ser útil ao povo brasileiro a quem pertencia (AMADO, 2011, p. 213).

Quanto a Koval (2007), ele procurou, por meio das memórias do seu biografado, detalhar como se deu o encontro com Vargas, em Porto Alegre, demonstrando a tensão existente no episódio. Como já referenciamos anteriormente, o biógrafo julga o seu biografado a todo o momento, e sugere que ele deveria ter tido outra postura: “Prestes tornou-se um general sem exército e, por isso, deveria ser mais condescendente. A posição de princípios confundiu todo o jogo” (KOVAL, 2007, p. 123). Sobre a segunda reunião entre Vargas e Prestes, ocorrida alguns meses depois, o historiador russo se tornou mais incisivo nas críticas, principalmente pelo fato de que foi o próprio tenentista quem procurou Vargas.

Quanto a Aarão Reis (2014), o biógrafo analisou as tentativas de negociação entre Vargas e Prestes dentro de uma concepção do jogo político. Segundo o historiador, antes do encontro, “a grande maioria dos camaradas da Coluna orientou-se por esse caminho e em consequência começou a trabalhar, pressionando Prestes para que também participasse” (REIS FILHO, 2014, p. 124). Porém a resposta do líder tenentista foi uma negativa contundente. Vargas, apoiado pelos camaradas, convidou o “Cavaleiro da Esperança” para ser chefe militar de uma eventual insurreição. No entanto, acabou aceitando um encontro com Getúlio Vargas. O historiador se utiliza da memória do seu biografado para avaliar: “muitos anos mais tarde” o que ele contou: “eu era terrivelmente sectário (...) a primeira coisa que disse a Getúlio foi que não estava ali para apoiar sua candidatura (...) jamais apoiarei a sua candidatura porque, se o senhor for eleito (...) irá fazer a mesma coisa que os outros” (PRESTES, s/d apud REIS FILHO, 2014, p. 124).

No segundo encontro com Vargas, “Prestes, de saída, esclareceu que não estava ali para falar de candidaturas, que desprezava, nem de eleições, nas quais não acreditava, e o disse com sua habitual firmeza – e rudeza. Queria saber dos recursos para a luta armada” (REIS FILHO, 2014, p. 127). O biógrafo, então, resume o caso: “conforme o acordado, pouco mais tarde houve a remessa dos dinheiros: ‘eu recebi 100 mil pesos uruguaios, cerca de oitocentos contos de réis, admitiu Prestes” (REIS FILHO, 2014, p. 127).

Sobre as conversas entre Prestes e Vargas, Anita Leocadia Prestes (2015) procurou apresentar os motivos e assumiu mais uma vez uma posição defensiva. Segundo a biógrafa, “diante dos insistentes apelos de seus camaradas, Prestes enfim viajou a Porto Alegre para encontrar-se com Vargas” (PRESTES, 2015, p. 117). Amparada no próprio depoimento do líder da Coluna, ela dá voz a seu biografado, quando este afirma: “resolvi ir falar com Getúlio com o objetivo de desmascará-lo” (PRESTES, 2015, p. 117). Para mostrar aos “tenentes que ele não queria fazer nenhuma revolução” (PRESTES, 2015, p. 117). Depois da tentativa de desmascará-lo, houve, então, a promessa de recursos para o movimento. A autora não questiona em nenhum momento a versão do pai e afirma:

Enquanto Prestes se esforçava por desmascarar Getúlio Vargas perante seus antigos camaradas, tentando ganhá-los para as posições comunistas eles aderiram ao candidato e se subordinavam a seus ditames. A liderança de todo o movimento, legal e extralegal, passara para as mãos de Vargas e

de próceres da Aliança Liberal. Alguns “tenentes” iam sendo virtualmente “comprados” por eles (PRESTES, 2015, p. 118).

Entre os anos de 1928 e 1930, uma série de acontecimentos turbinou a trajetória da principal liderança tenentista. As narrativas biográficas procuram destacar em maior ou menor intensidade as tensões existentes no processo de adesão ao comunismo por Prestes, bem como a ruptura com os seus companheiros de Coluna.

Ao aproximar-se das ideias comunistas, Prestes cada vez mais se distanciava dos seus antigos liderados, os tenentes. Em várias entrevistas utilizou a expressão de que ele que teria se transformado naquele momento em “um general sem soldados”. Para isso, as narrativas biográficas enfatizam quase sempre algumas reuniões ocorridas com os companheiros da Coluna, em Buenos Aires. Destaque para Aarão Reis (2014), que ao abordar a reunião entre as lideranças tenentistas, evidencia a repercussão do manifesto de Prestes. Elaborado antes da referida reunião, o texto defendia a ideia de uma verdadeira revolução “agrária e anti-imperialista”. Segundo o historiador, “os amigos, embora informados das evoluções de Prestes, não o imaginavam tão longe” (REIS FILHO, 2014, p. 133). Na mesma ocasião, Prestes teria informado que os 800 contos recebidos de Aranha seriam entregues aos representantes credenciados da Internacional Comunista para financiar a verdadeira revolução. Sobre o caso:

Miguel Costa zangou-se. Ameaçou dar um tiro em Prestes. Devia uma quantia a especialistas húngaros, contratados para transferir técnicas de lança-chamas, e contava pagar sacando do dinheiro doado. O clima azedou-se. Finalmente, Prestes acedeu em pagar a soma, mas o grosso ficaria em suas mãos, e não seria destinado a lutas “intraoligárquicas” (REIS FILHO, 2014, p. 133).

Aarão Reis (2014) é o único dos biógrafos a trazer uma versão crítica sobre o seu biografado, enfatizando os conflitos ocorridos da reunião. Segundo a narrativa de João Alberto Lins de Barros. Prestes usava-se de um “bisonho linguajar marxista”, de um tom de alguém que queria ser “mais obedecido do que compreendido, parecendo um fanático” (BARROS, 1953 apud REIS FILHO, 2014, p. 134).

Prestes deu um prazo aos seus companheiros tenentistas de 30 dias para o texto ser divulgado. João Alberto e Siqueira teriam saído correndo dali para pegar

um voo para o Brasil. O avião acabou caindo no Rio da Prata. Siqueira morreu. O ex-líder da Coluna desobrigou-se com os tenentes do prazo combinado e fez publicar o manifesto em 30 de maio de 1930.

Ao mesmo tempo em que se aproximava das ideias comunistas dentro do próprio PCB, mudanças significativas ocorriam a partir do ano de 1928. O Partido passou por um processo de proletarização, forçado pela Internacional Comunista (IC). As orientações da IC entendiam que os partidos comunistas deveriam adotar uma nova tática que previa uma espécie de depuração dos elementos pequeno-burgueses dos partidos, aproximando-se mais do proletariado; a estratégia ficou conhecida como “classe contra classe”. A consequência no PCB foi o rebaixamento de lideranças importantes da década de 1920, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

Desta forma, por sua origem burguesa, Prestes começou a ser acusado de pequeno burguês e, portanto, impróprio para as fileiras do PCB. Foi quando surgiu a figura de Guralski<sup>125</sup>, conhecido como *O Rústico*, responsável por acompanhar o ex-tenentista em seu aprendizado comunista. Cada um dos biógrafos apresenta que o aceite dos comunistas em relação a Prestes foi difícil. Koval (2007), por exemplo, analisa documentos (cartas, principalmente) numa coletânea de documentos chamado *Komintern e a América Latina*. Nelas há uma descrição das formas como Prestes reagiu às ideias do Partido<sup>126</sup>.

Koval critica as visões da Internacional Comunista e do PCB:

O principal erro do Komintern, do PCB e do próprio Prestes, que caíra na órbita de sua influência ideológica e política, consistiu na interpretação errônea do papel das camadas burguesas nacionalistas (por assim dizer semipatrióticas) no movimento de libertação (KOVAL, 2007, p. 155).

Nesta lógica, “os prestistas ficaram de fora da principal corrente de luta” (KOVAL, 2007, p. 156.) O biógrafo não esconde sua opinião de que a estratégia política daquele momento foi um “erro”. Em vez de preocupar-se em analisar o que

<sup>125</sup> Koval (2007) afirma que Rústico possuía vários nomes, porém era conhecido no Partido como Abram Guralsky (1890-1960).

<sup>126</sup> Em uma delas, Rústico afirma que o ex-líder tenentista estaria disposto a romper definitivamente com os liberais, ingressar no PC e aceitar todas as condições possíveis. Na mesma carta, Rústico tem dúvidas sobre a sinceridade de Prestes. “O próprio Rústico-Guralsky tinha uma posição dúplice: por um lado ele escreve que o ingresso de Prestes no Partido aumentará seu prestígio, por outro, expressa o receio de que o Partido possa cair sob a influência pequeno-burguesa” (KOVAL, 2007, p. 142) (*sic*). Em sua análise, Koval comenta: “acho que foi não sem a influência de Rústico que no CC do PCB a linha a recusa a unir-se a Prestes” (KOVAL, 2007, p. 142).



ocorreu, o historiador preferiu conjecturar o que teria sido o futuro se as escolhas tivessem sido outras: “assim foi perdida a chance histórica de união política das forças comunistas, tenentistas e prestistas com as forças nacionalistas na aliança burguesa nacional. Não houve *kuomintang* amplo: ninguém o queria” (KOVAL, 2007, p. 156).

Koval (2007) também via criticamente a forma como o chefe da Coluna foi integrado aos ideais comunistas.

Prestes tornou-se propagandista apaixonado da ideia do Comitê Executivo do Komintern de erradicação de tudo o que havia de pequeno-burguês, isto é, da influência prestista no Partido. A autoflagelação adquiriu um caráter quase masoquista. Possivelmente, desse modo, Prestes queria mais uma vez revelar seu rompimento com o tenentismo histórico e passagem para as posições comunistas. Este método, porém, não convenceu o CC do PCB, de um lado, e abalou o prestígio moral do próprio Prestes, de outro. Ele perdia cada vez mais a antiga independência de pensamento e conduta. Infelizmente ele, sem compreender, renunciava com teimosia maníaca ao passado e demonstrava sua fidelidade à ideia comunista (KOVAL, 2007, p. 161).

O processo de adesão ao comunismo por parte do ex-líder tenentista, portanto, deve ser compreendido pelos biógrafos como paulatino e cheio de oscilações. A exceção é Anita Leocadia Prestes (2015), que compreendeu a opção de Prestes em ficar isolado como consciente e coerente, pois procurou não capitular frente às classes dominantes, tendo optado pelo “caminho da revolução socialista, o árduo caminho da luta junto aos explorados e aos oprimidos por uma solução radical dos problemas sociais, pela extinção da exploração do homem pelo homem, pela conquista de justiça social” (PRESTES, 2015, p. 127).

A autora não esconde certo ressentimento em sua abordagem: “enquanto Prestes repudiava com firmeza qualquer adesão à Aliança Liberal – apoiado neste momento por Siqueira Campos –, a maioria dos ‘tenentes’ era atraída pela candidatura Vargas e aderindo à campanha dele” (PRESTES, 2015, p. 115). A historiadora procura ainda justificar os motivos da adesão dos tenentes à Aliança Liberal a partir de questões sociais e ideológicas, características do marxismo, afirmando que ambos (Vargas e os tenentes) eram ideologicamente laudatórios das classes dominantes.

## 2.5 Prestes e o tempo primordial da ação revolucionária

Definimos como o *tempo da presença e do apelo* o período em que Luiz Carlos Prestes surgiu como protagonista das ações revolucionárias dentro do movimento tenentista, na década de 1920 no Brasil. Seu protagonismo, apesar de ensaiado no Rio de Janeiro, se deu justamente quando do início da Coluna gaúcha, em 1924, em uma espécie de *chamado à aventura*, e se afirmou quando da união das Colunas gaúcha e paulista, em 1925, tendo formado a famosa Coluna Miguel Costa-Prestes.

O término desta experiência militar e política o projetou nacionalmente, tendo alçado à categoria de mito político, através da imprensa da época, quando passou a ser chamado de o “Cavaleiro da Esperança”. Movimento este que é bastante firmado e reafirmado, principalmente nas construções biográficas edificadas por Jorge Amado (2011), nos anos 1940; como também nos últimos 30 anos, pelas mãos da historiadora Anita Leocadia Prestes, sintetizada no livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, lançado em 2015.

Desta forma, para Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015), encontramos a passagem do jovem virtuoso e introvertido para o herói destemido e arrojado, criador de uma nova moral e novas estratégias militares no Exército brasileiro, conhecendo os problemas do país e do povo. Nesta lógica, foi no campo de batalha, repleto de provações, que o tenente foi talhado como grande liderança. Sem aderir ao comunismo, foi nesse momento que, em suas biografias, se reforçou uma importante versão da trajetória do líder.

Há, nos casos dos biógrafos Jorge Amado, Boris Koval e Anita Leocadia Prestes, um reforço e uma naturalização da ideia de construção de um mito político revolucionário, o inesquecível “Cavaleiro da Esperança”, exemplo de justiça, modelo de comportamento, uma espécie de pai dos seus soldados.

Jorge Amado (2011) procura construir uma memória idealizada do seu biografado, minimizando os conflitos e tensões dentro de uma linha narrativa que exalta as excepcionalidades de Prestes como gênio militar e criador de uma nova moral durante o período da Coluna. Embebido em uma narrativa literária, feita no calor da hora, sua biografia acabou por configurar uma espécie de memória oficial do “Cavaleiro da Esperança”.

Boris Koval (2007) recaiu em um dos principais equívocos dos autores de biografias, no dizer de Wilton Silva (2016), o julgamento moral, que reflete o contraste entre as escolhas e os valores do biografado e do biógrafo. O historiador russo, apesar de baseado em uma rica documentação, ao avaliar as posturas do seu biografado, acabou por condenar seu personagem, a exemplo do momento em que Prestes passou a optar pelas ideias comunistas a partir de 1927, o que causou a ruptura com os seus antigos comandados diante da recusa em não apoiar Getúlio Vargas.

Aarão Reis (2014) fez uma opção por elaborar uma narrativa biográfica calcada nos procedimentos e métodos da ciência histórica, problematizando o biografado a partir do entrecruzamento de diversas fontes e levantando questões antes pouco discutidas, como a recepção negativa da população junto aos tenentes durante a Coluna Miguel Costa-Prestes, por exemplo, apresentando, desta forma, as contraposições a certos lugares comuns da trajetória do seu biografado.

Anita Leocadia Prestes (2015), mesmo segura em suas fontes privilegiadas, como os depoimentos do pai, elaborou em muitas partes uma memória de defesa do seu biografado, tendo optado por minimizar as contradições e as polêmicas, recaindo em um movimento semelhante ao de Jorge Amado, no reforço do mito político revolucionário.

Sobre a adesão de Prestes ao comunismo, as narrativas biográficas procuram debater o processo conflituoso de ruptura com os tenentes durante o período do exílio latino-americano. Os quatro biógrafos são unânimes em afirmar que apesar das investidas iniciais de Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaum, foi a convivência com os sindicalistas e comunistas argentinos que o influenciaram.

Apesar disso, no caso específico de Jorge Amado, observamos que o encontro do “Cavaleiro da Esperança” com o partido, bem como os episódios conflituosos entre eles, é pleno de omissões, lacunas e silêncios, uma condução comum durante toda a narrativa do biógrafo baiano.

Nesta lógica, Prestes, ao romper com seus amigos tenentes, rechaçou o movimento de 1930 e declarou sua fidelidade ao único interlocutor legítimo, o proletariado, o que fez criar uma ruptura em sua trajetória, como bem salientou os quatro biógrafos aqui analisados. Surgiu, assim, uma das mais disseminadas versões sobre a vida do líder revolucionário.

Outro aspecto que chama a atenção é que dentro da organização em sequências ordenadas das narrativas biográficas, tão criticada por Pierre Bourdieu (2006), chamada de *ilusão biográfica*, a trajetória do líder tenentista tornou-se um conjunto coerente quase desprovido de ações privadas e exposto prioritariamente como um homem público, político e militar.

Lysardo-Dias (2009) afirmou em suas reflexões:

Qualquer relato biográfico, independente de sua extensão e da sua natureza (jornalístico, literário, histórico, etc.) é elaborado a partir de um ponto de vista. Revela-se o biógrafo, o biografado e o espaço social no qual se inscrevem: são identidades em movimento e subjetividades que se manifestam muitas vezes por meio do que é silenciado (LYSARDO-DIAS, 2009, p. 15).

Neste sentido, a história de vida de Prestes é silenciada em seu lado mais íntimo e humano, protagonizada a identidade política e militar, sendo expresso primeiro como um *tempo da presença*, quando revolucionário da Coluna; e depois como *tempo do apelo*, quando sua memória é mobilizada como possibilidade de liderança política coletiva, seja tenentista ou comunista.

### 3 TEMPO DA ESPERANÇA E DO MARTÍRIO: EXÍLIO SOVIÉTICO, HEROÍSMO COMUNISTA E INÍCIO DO COMANDO PARTIDÁRIO (1931-1948)

#### 3.1 Terceira incursão

O objetivo deste capítulo é analisar como os biógrafos construíram a memória de Luiz Carlos Prestes no período que vai de 1931 – quando migrou para a União Soviética, depois de uma passagem pela Argentina e pelo Uruguai – até o ano de 1948 –, quando o PCB, já secretariado pelo líder comunista, voltou à ilegalidade depois de um curto período de oficialidade.

Neste tempo, constatamos o protagonismo do biografado em diversas dimensões públicas, desde sua liderança nos acontecimentos como a Presidência de Honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade antifascista criada no Brasil em 1935, bem como nos chamados levantes comunistas ocorridos no Nordeste e no Rio de Janeiro. Sua inserção como figura pública a partir daquele momento *se confundiu* com o seu partido, o PCB, principalmente a partir de 1942.

Definimos este período de *tempo da esperança e do martírio*, seguindo mais uma vez na trilha das definições elaboradas pelos historiadores Raoul Girard (1987) e Jorge Ferreira (2002) e baseadas na própria organização dos capítulos dos quatro biógrafos aqui analisados sobre o período.

O *tempo da esperança* seria o momento em que Prestes ressurgiu depois do exílio soviético e retornou para o Brasil em 1934, na esperança de conduzir o processo revolucionário no país, bem como o momento em que, tendo saído da prisão em 1945, tornou-se um dos maiores líderes políticos de sua época, comandando o PCB nas eleições nacionais. Nos dois momentos, o ex-líder da Coluna ressurgiu, substituindo a figura do *homem providencial*, que no dizer de Raoul Girard (1987), é aquele que “aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino” (GIRARD, 1987, p. 80).

O *tempo do martírio* seria justamente o momento dos nove anos em que o líder comunista esteve preso nos cárceres do governo varguista, no qual sua imagem foi utilizada para engrandecimento do PCB, principalmente nos anos finais de sua prisão e logo após sua liberdade, em 1945. Jorge Ferreira (2002)

compreende tal tempo quando este esteve “afastado do povo e aprisionado pelos inimigos” (FERREIRA, 2002, p. 270).

Na abordagem destes 20 vinte anos, de 1931 a 1948, vamos discutir como os biógrafos trataram alguns temas polêmicos ou contraditórios da trajetória de Luiz Carlos Prestes, a exemplo do protagonismo soviético na organização das revoltas comunistas de 1935, a vida de Olga Benário na URSS e sua missão no Brasil, a morte a mando do PCB da jovem Elza Fernandes (conhecida como *a garota*), o apoio do PCB ao continuísmo de Getúlio Vargas no poder no Brasil, entre outros pontos.

Pretendemos, desta forma, analisar como cada biógrafo de Luiz Carlos Prestes forjou os acontecimentos ocorridos no recorte mencionado, compreendendo como a produção biográfica do agora revolucionário comunista empreendeu certas memórias oficiais, autorizadas, disputadas, sobre estes temas citados e como as biografias procuraram reforçar ou mesmo desconstruir uma ideia de mito político revolucionário de Prestes.

Para alcançar os objetivos propostos, seguimos a seguinte sequência de abordagem, inspirada nos roteiros das próprias narrativas biográficas de Luiz Carlos Prestes: a) a “formação do *sujeito soviético*”, sobre como ex-líder da Coluna, no exílio na “pátria dos comunistas”, continuou o seu aprendizado de revolucionário comunista; b) a organização do processo revolucionário no Brasil, quando da criação da ANL, em 1935; c) a experiência das insurreições comunistas em 1935; d) o “herói martirizado”, a respeito do período longo de prisão, de 1936 a 1945; e, por fim, e) o entendimento de Prestes como vetor da “ascensão” e “queda” do PCB entre os anos de 1942 e 1948.

Assim como no capítulo anterior, este capítulo comprova como a abordagem dos biógrafos sobre a trajetória de Prestes nos anos 1930 e 1940 concentram-se no aspecto político do biografado, deixando quase sempre de lado a dimensão pessoal, mesmo quando esteve preso por nove anos. Mais uma vez, portanto, temos um personagem aprisionado pelo contexto político, ativo na figuração dos acontecimentos principais do país nas décadas de 1930 e 1940.

### 3.2 A formação do sujeito soviético: o exílio europeu de Prestes

Em 07 de novembro de 1931, Luiz Carlos Prestes, sua mãe e irmãs chegaram à União Soviética, a convite do Secretariado Latino-Americano da Internacional Comunista. A ida para o país comunista fazia parte de um projeto de transformar o “Cavaleiro da Esperança” em uma liderança comunista sul-americana. Ao todo, o ex-líder da Coluna passou cerca de três anos na União Soviética, de 1931 a 1934. Podemos definir este período de *primeiro exílio soviético*<sup>127</sup> –, que antecedeu a sua filiação ao PCB, ocorrida em 1934, e o momento dos preparativos para uma revolução comunista no Brasil, que culminaria com os levantes de 1935.

Vejamos como Luiz Carlos Prestes é apresentado neste período pelos seus biógrafos, focalizando as diferenças de ambos, a começar pelo que chamamos de formação do sujeito soviético<sup>128</sup> durante o exílio comunista.

Jorge Amado (2011), como comunista, construiu de forma idealizada a experiência de Prestes na União Soviética nos anos 1930, chamando o país de “pátria dos trabalhadores do mundo”, bem como a pátria da ciência, arte, cultura, beleza, liberdade e justiça humana. O autor exaltou a experiência soviética, apresentando as transformações do povo russo, comparando com o que foi a Rússia do passado, marcada pela exploração e as injustiças sociais.

Só é possível compreender tal idealização fabricada por Jorge Amado quando entendemos o momento em que o baiano escreveu. Filiado ao Partido Comunista desde os anos 1930, o projeto intelectual e político de Amado no início dos anos 1940 afinava-se com o projeto de uma política cultural do próprio PCB, que em 1942 estava profundamente atrelado à figura de Luiz Carlos Prestes. Segundo Antônio

---

<sup>127</sup> O segundo exílio soviético é o período que vai de 1971 a 1979, quando Prestes e sua família exilaram-se em Moscou devido à perseguição do regime militar.

<sup>128</sup> Os pesquisadores Claude Penetier e Bernard Pudal (2014) compreendem que a ideia de “sujeito comunista” ganhou forma a partir, principalmente, do colapso dos regimes comunistas entre os anos de 1989-1991 no contexto da abertura dos arquivos estatais e partidários. Momento também que *documentos do ego*, no dizer dos organizadores da coletânea, possibilitaram uma discussão mais firme sobre as tipificações do chamado *homo soviéticos*. De acordo com os autores, não é o caso de uma terminologia que procure essencializar a identidade soviética; a proposta é usar o termo como um atalho, em vista de estudar as complexas reelaborações da autoidentificação que estão associadas à revolução russa. Entre as diversas facetas deste sujeito comunista, a noção de lealdade, os hábitos de expurgos, a ideia de que todo cidadão soviético, *a priori*, é um militante comunista e a concepção da famosa felicidade comunista expressa na adesão ideológica como um segundo nascimento. Svetlana Aleksievitch (2016) explorou algo parecido em seu *O Fim do homem soviético*, problematizando as continuidades e as descontinuidades de um tipo peculiar de homem, que ela chama de *homo sovieticus*. Este teria sido formado no laboratório do marxismo-leninismo ao longo de 70 anos.

Albino Cabelas Rubim (1995), dentro desta política cultural, a presença do líder comunista no PCB reforçou um polo de gravitação de intelectuais, que impulsionaram uma produção significativa<sup>129</sup> a partir dos anos 1940.

Nesta lógica, a experiência de Prestes na chamada *pátria dos comunistas* foi recriada de forma a exaltar a URSS, coerente com a *mística* que o PCB fundamentou ao longo dos tempos, segundo Jorge Ferreira (2002). Tal mística produziu, ao longo do século XX, uma cultura política comunista. De acordo com Rodrigo Pato Sá Motta (2013), tal cultura política tinha entre outras características: “a crença na razão, na ciência, no progresso, como fundamentos para construção de uma sociedade socialista, em que os homens seriam libertados das forças do ‘atraso’ social e da tradição” (MOTTA, 2013, p. 21-22).

Podemos ver que essa cultura política comunista se encontra muito fortemente nas ideias de Jorge Amado (2011), em sua biografia do líder revolucionário. Nesta cultura política, o culto à figura dos líderes e ao partido pode ser compreendida como o fundamento indispensável “à sacralização de líderes e instituições, [que] produziu sua própria liturgia, assim como textos dogmáticos (o marxismo-leninismo)” (MOTTA, 2013, p. 23).

A partir deste entendimento, percebemos na narrativa de Jorge Amado que os anos na URSS foram os mais felizes para seu biografado. Lá ele foi empregado como engenheiro, conheceu o país em seus detalhes, viu como “eram atacados e resolvidos os problemas” (AMADO, 2011, p. 216), além de ter estudado com rigidez um programa do marxismo-leninismo.

Na mesma linha, Boris Koval (2007) compreende a experiência de Prestes na URSS:

Pedro Fernandes, o nome usado por Prestes, ao chegar a Moscou começou logo uma atividade intensa. Inicialmente ele se surpreendeu e admirou tudo. O Kremilin, a Praça Vermelha. O povo nas ruas das cidades. Em toda parte, cartazes, retratos dos líderes, faixas vermelhas (KOVAL, 2007, p. 169).

---

<sup>129</sup> Para Antônio Albino Canelas Rubim (1995), o PCB foi um partido mantido na ilegalidade durante a maior parte da sua existência e que, no entanto, soube se instalar solidamente no coração da produção, em áreas inteiras do processo cultural, em períodos importantes da história nacional recente em redes de organização, produção e difusão de cultura, como escolas de partido, jornais, revistas, editoras, livrarias, produtoras e distribuidoras cinematográficas, gravadoras, oficinas de arte, grupos de música, canto, teatro, dança, instituições e encontros culturais, dentre outras. Para o autor, “a teia expande-se e penetra de modo fino e, por vezes imperceptível, em inúmeras instituições destinadas a organizar, produzir ou difundir socialmente bens simbólicos” (RUBIM, 1995, p. 22).



Assim como Amado, nesta idealização não cabem contradições, desacordos ou críticas, “sentiu a União Soviética como o centro mais avançado e justo, mais revolucionário, protótipo da futura sociedade socialista. Ele estava disposto, com interesse e responsabilidade, a aderir a todos no trabalho criador da paz” (KOVAL, 2007, p. 169)<sup>130</sup>.

Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015), entretanto, seguem outro caminho interpretativo, procurando apresentar “os percalços” do biografado e sua família em outro país, naquele início dos anos 1930. Aarão Reis, por exemplo, procurou contextualizar o que era a União Soviética, apresentando-a como um país em construção, que vivia a experiência da fase final do Primeiro Plano Quinquenal<sup>131</sup>, desfechado em 1928. O autor optou por mostrar as condições difíceis em que a família Prestes viveu naqueles anos, bem como contextualizar a realidade socioeconômica do país soviético. “No início dos anos 1930, Moscou ainda não passava de uma ‘grande aldeia’, como os russos a chamavam, marcada pelas construções em madeira e por meios de transporte rudimentares” (REIS FILHO, 2014, p. 149).

O biógrafo utiliza a memória do líder comunista, que narrou anos depois as dificuldades enfrentadas por ele e sua família, como a comida racionada e de má qualidade, a desabastecimento de produtos básicos e fracionamento de práticas de higiene: “banhos só em locais apropriados, pois não costumava haver chuveiros ou banheiras nos apartamentos comuns; o banho diário não era uma tradição naquelas terras frias. Tormento mesmo era ficar sem calefação, o que podia eventualmente acontecer” (REIS FILHO, 2014, p. 149).

Entretanto, no final do relato, o historiador, baseado no próprio depoimento do revolucionário, conclui: “Prestes, a mãe e as irmãs empolgavam-se, apesar dos problemas que enfrentavam. Tratava-se de reconstruir um mundo e isso tinha o seu

---

<sup>130</sup> Criador da paz, tal termo lembra, não por acaso, o livro de viagens de Jorge Amado, publicado em 1951, intitulado *O Mundo da Paz*. Nesta obra, o escritor baiano relata as bonanças dos países soviéticos, no período pós-guerra e começo da Guerra Fria, o que lhe rendeu o Prêmio Stalin. A partir das divulgações dos crimes cometidos por Stalin a partir de 1957, Jorge Amado foi pouco a pouco se distanciando do PCB, optando depois por proibir novas impressões do livro, que não consta na sua obra completa lançada primeiramente pela Editora Record e, mais recentemente, pela Companhia das Letras.

<sup>131</sup> Os planos quinquenais foram um instrumento de planificação econômica implantado por Stalin na antiga União Soviética, com o objetivo de estabelecer prioridades para a produção industrial e agrícola do país para períodos de cinco anos. Visando tornar a URSS autossuficiente, neles se determinavam as metas, por setor econômico, do que seria investido e o do que seria produzido. Considerava-se crime contra o Estado o não cumprimento das metas de produção estabelecidas. O primeiro plano quinquenal foi justamente de 1928 a 1932.

custo. Na tradição dos ‘homens da Coluna’, queriam viver as condições comuns aos cidadãos soviéticos, sem regalias ou privilégios” (REIS FILHO, 2014, p. 150).

Também baseada nas memórias de Prestes, Anita Leocadia Prestes (2015) empreendeu um relato da experiência do seu biografado desde sua chegada à União Soviética, quando fez “uma viagem terrível” com sua família, tendo narrado em entrevista que ninguém os esperava na estação. Além disso, “Leocadia e as filhas foram hostilizadas pela massa popular que as identificava como damas burguesas por causa dos trajes ocidentais que vestiam” (PRESTES, 2015, p. 140-141).

Anita Leocadia Prestes (2015) narra as primeiras dificuldades e problemas com um oficial que chegava bêbado todas as noites atrapalhando o sono dos brasileiros recém-chegados, a alimentação considerada “horrrível”, além da falta de abastecimento de alimentos e produtos de primeira necessidade, sem contar o frio de Moscou, já salientado na biografia de Aarão Reis (2014).

Em todas as biografias, o exílio é visto como um período de *aprendizado* da língua russa, da cultura soviética, do marxismo-leninismo, do fazer revolucionário, mas também da colaboração ao projeto comunista como engenheiro, em obras pelo país. Entre os biógrafos, é Anita Leocadia Prestes (2015) que mais foca neste aprendizado, em trechos em que relata que o brasileiro aprofundou-se nos estudos do marxismo-leninismo: “a IC designou alguns professores – de Economia Política, Filosofia, História do PCUS e também de russo – que iam à sua casa” (PRESTES, 2015, p. 143). Ainda sobre os estudos, a autora afirma: “ele reconhecia sua condição de cristão-novo no marxismo e, dessa maneira, seguia os ensinamentos dos soviéticos, sem condições de questioná-los, tornando-se presa do dogmatismo então reinante no movimento comunista internacional” (PRESTES, 2015, p. 146).

Se Amado (2011) viu nesta aprendizagem um “Luís Carlos Prestes, condutor do proletariado mundial” (AMADO, 2011, p. 217), e Anita Leocadia Prestes como um aprendiz de comunista, Koval (2007) com base em uma entrevista feita com o brasileiro nos anos 1970, permite-nos observar essa aprendizagem com outros olhos. Em determinado momento da narrativa, o biógrafo russo afirma que Prestes confessou que teria se surpreendido com “o estranho entrelaçamento do entusiasmo, crença fanática em Stálin e no Partido Comunista Russo – bolchevique e o medo oculto e latente de repressões e prisões” (KOVAL, 2011, p. 171). E transcreve um trecho em que Prestes afirma: “eu achava necessária a violência para

liquidar os camponeses ricos, mas as repressões em relação aos próprios membros do Partido e, sobretudo, seus quadros dirigentes eram absolutamente estranhos e incompreensíveis. Eu não conseguia entender a oposição, simplesmente confiava em Stálin” (PRESTES, s/d apud KOVAL, 2011, p. 171).

O trecho soa estranho e diverge, de certa maneira, de várias outras entrevistas de Prestes, que sempre foi bastante cauteloso em criticar o regime soviético, mesmo quando se afastou do PCB, em 1980. De toda forma, dentro de seu papel de intérprete do biografado, Koval (2007) analisa a referida passagem com as seguintes palavras: “esta confissão de Prestes indica que ele, naquela época, não entendia bem não apenas a teoria do comunismo, mas também a realidade soviética. Muitos, então, na URSS e no mundo, estavam equivocados a respeito” (KOVAL, 2007, p. 171).

Os quatro biógrafos evidenciam a passagem de Prestes como engenheiro em um escritório central de uma grande companhia estatal e depois como funcionário do Instituto Agrário, onde teria assumido a função de assessor de informações. Como engenheiro, teria denunciado sabotagens ao sistema e tentativas dos opositores de tentar convencê-lo a se transformar em adversário do regime.

Dos biógrafos, Aarão Reis (2014) é o único que questiona certas informações que foram naturalizadas, segundo o biógrafo, neste primeiro período soviético. Uma delas é sua passagem como engenheiro de uma companhia estatal. De acordo com o historiador:

A tradição oral familiar sustenta que Prestes trabalhou nessa companhia o tempo todo em que permaneceu na URSS até fins de 1934. No entanto, até hoje ainda se conseguiram evidências a respeito de um trabalho continuado, ou do tipo de serviço que teria desempenhado. Seu pouco domínio da língua russa sugere dúvidas sobre uma atividade profissional permanente entre os nativos. O que não significa que nunca tenha trabalhado. É certo que participou, como era então comum, de “trabalhos voluntários”, os chamados “sábados comunistas”, o que lhe facultou inclusive a percepção de “constantes sabotagens” (REIS FILHO, 2014, p. 150).

É perceptível como o biógrafo coloca em dúvida certas verdades, indicando que “a tradição oral”, produzida por sua mãe e irmãs, poderia não ser tão correta como se imaginam. A afirmação: “o que não significa que nunca tenha trabalhado”, oferece ainda o questionamento que quebra completamente, por exemplo, com a

ideia fixa de Prestes enquanto indivíduo produtivo e trabalhador na engrenagem soviética.

Um dos pontos mais presentes nas biografias são as tensões que envolveram a filiação de Prestes ao PCB. Como sabemos, havia uma resistência desde o final da década de 1920, por parte do Comando Central do Partido, em admitir o líder da Coluna em suas fileiras. O argumento estava baseado em toda uma ideologia que consistia em compreender o *Prestismo*<sup>132</sup> como pequeno-burguês e, portanto, um concorrente na busca por uma revolução socialista.

O fato é que sua ida para a União Soviética passava pelo crivo dos russos e do Comitê Latino-Americano, que, com o tempo, admitiu primeiramente Prestes como membro do Partido Comunista da União Soviética. Nesta conquista, estava à mão de Manuïlski<sup>133</sup>, um importante nome das articulações comunistas junto à Internacional Comunista.

Entre os biógrafos, Jorge Amado (2011) praticamente silencia a questão da filiação de Prestes ao PC brasileiro. Não há detalhes, afirma apenas que seu biografado foi admitido no PCB. Assim como em boa parte da biografia, o escritor baiano procura minimizar os conflitos, suavizar as tensões ou simplesmente silenciar as polêmicas que envolvem a trajetória de Prestes.

Boris Koval (2007) se utiliza de documentos do arquivo russo para reconstituir o processo de filiação de Prestes ao PCB. Para isso, procura dar mais visibilidade aos quadros russos, que possibilitaram a aproximação dos comunistas brasileiros com o líder da coluna tenentista. O exemplo é a figura de Manuïlski, nomeado chefe da seção da América Latina em 1931, mais conhecido, segundo ele, como Sinani.

---

<sup>132</sup> Compreendo que o conceito de Prestismo assumiu diferentes significados ao longo do século XX e neste século XXI. Se no final da década de 1920, quando do fim da Coluna Miguel Costa-Prestes, era visto como sinônimo de um movimento pequeno-burguês, como pregava os militantes do PCB, nos anos 1940, tornou-se a principal corrente do mesmo partido, como sinônimo do legado de Prestes como Secretário-Geral a partir daí. Com a saída do líder comunista do PCB em 1980, o Prestismo tornou-se um movimento político dos seguidores de Luiz Carlos Prestes. Nas palavras de Laércio Souto Maior (2006), tal movimento “mantém vivo em todos os Estados brasileiros o ideário, os ensinamentos e o exemplo de luta do Cavaleiro da Esperança. O Partido Comunista Marxista-Leninista é o mais forte agrupamento prestista do Brasil. Surgiu na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro e realizou seu I Congresso Nacional nos dias 02, 03 e 04 de fevereiro de 1996. Outro agrupamento atuante é a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, no Estado do Rio Grande do Sul. O Núcleo Luiz Carlos Prestes – NLCP –, organismo da juventude do PDT do Rio de Janeiro, também defende, divulga e preserva a memória e o pensamento de Luiz Carlos Prestes, bem como o CENPRE – Centro Cultural Luiz Carlos Prestes, da cidade de Santos, São Paulo. Recentemente, surgiu no Nordeste brasileiro, o Movimento Comunista Carlos Prestes” (SOUTO MAIOR, 2006, p. 87).

<sup>133</sup> Dmitriy Manuïlsky, ou Dmytro Zakharovych Manuïlsky, nascido em 1883 na Ucrânia e falecido em 1959, foi um militante comunista judeu que exerceu uma grande influência na Internacional Comunista nas décadas de 1920 e 1930.

Para o biógrafo russo, Luiz Carlos Prestes passou por alguns constrangimentos em diversas situações, com destaque para reuniões, como a conferência ocorrida em 1934, sobre a América Latina, quando o ex-líder tenentista foi confrontado com o seu passado, tendo sido taxado de “pequeno-burguês”. Para Koval (2007), o objetivo era impor um ponto de vista sobre o tenentismo e questões sobre a revolução latino-americana, e, ao mesmo tempo, “esmagar” politicamente Prestes e os prestistas. Sinami queria muito “dar uma lição” aos comunistas latino-americanos, que, sem a sua direção, na opinião dele, “só cometiam erros”.

Depois de chamar Sinami de “pérfido” e “terrível”, Koval (2007) compreende que o julgamento de Prestes foi rigoroso e injusto. Na conferência, vários representantes criticaram o *Prestismo*, chamado de reacionário, pequeno-burguês, corrente das classes dominantes, etc.

Aarão Reis (2014) segue uma linha semelhante à de Boris Koval (2007). O biógrafo explica o “mal-estar” do *Prestismo*, visto como algo a ser exorcizado pelos comunistas brasileiros. Entretanto, o historiador vai além do fato de buscar compreender este temor por conta de que seu carisma poderia ser bem maior do que o Partido. Para isso, ampara-se no conceito de cultura política, explicando o processo de proletarização do PCB, compreendendo que Prestes era um adepto, como também um produto desta cultura:

Diria ele mais tarde que “toda a instrução que recebi em Moscou foi à luz do VI Congresso”. Desde 1930, quando começara a aproximar-se dos comunistas, o que o fascinara – e seduzira – foram as concepções polarizadas, íntegras, sem concessões ou meios-termos, preto no branco, sem tonalidades cinzentas. Bem ao estilo de seu caráter e temperamento. Promessas de lutas abertas e decisivas (REIS FILHO, 2014, p. 164).

Anita Leocadia Prestes (2015) segue mais ou menos a mesma linha de interpretação de Koval (2007) e Aarão Reis (2014). A biógrafa detalha as dificuldades e as várias recusas de entrada no Partido, o papel das conversas com Manuiski neste processo<sup>134</sup>. Baseada nos depoimentos do próprio Prestes, bem como nos extratos de protocolo de atas das reuniões presentes nos arquivos russos, a historiadora destacou primeiramente o famoso “soco na mesa” dado por Manuiski

---

<sup>134</sup> William Waak (1993) acusou Prestes de ter comprado a sua entrada no PCB através de uma negociação com o Komintern. “Prestes escondeu até o final de sua vida um fator de peso para sua entrada no clube da revolução mundial: dinheiro” (WAAK, 1993, p. 43). Entre os biógrafos de Prestes, Anita Leocadia Prestes e Aarão Reis refutaram tal tese, considerada inconsistente.

exigindo, depois, via telegrama, o ingresso do ex-líder tenentista no PCB. A historiadora apresenta, então, por meio de documentos, as motivações que levaram Prestes ao comunismo: a especulação teórica em busca da solução de um problema político.

É necessário compreendermos que a filiação de Prestes ao PCB se deu justamente quando a ideia de uma revolta armada iminente no Brasil era construída no escritório de representação da América Latina e quando surgiu o protagonismo da figura de Miranda, ou Queiroz, como ficou conhecido Antônio Miranda Bonfim<sup>135</sup>, um baiano que se tornou Secretário-Geral do PCB.

Três das narrativas biográficas, a de Koval, Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes, destacam o acontecimento marcante que protagonizou Miranda no contexto do planejamento da revolta, quando da chegada a Moscou da delegação brasileira do PCB, formado pelo Secretário-Geral e mais quatro militantes: Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, também do Bureau Político; José Caetano Machado, da direção política do Nordeste; Elias da Silva, o André, marítimo, e Valdovino, operário do estado do Rio de Janeiro.

Nesta conferência, Miranda, seguindo os parâmetros já estabelecidos desde os meandros de 1933, defendeu a ideia da preparação da luta armada no Brasil. O Secretário-Geral do PCB defendia a ideia de que o Brasil vivia uma ebulição revolucionária, em que várias manifestações populares estavam conscientes e potencialmente revolucionárias, a exemplo do Cangaço.

Sobre a conferência, Boris Koval (2011) defende que Miranda desempenhou um papel extremamente negativo ao afirmar que “o proletariado está agora à frente da contra-ofensiva das massas” (KOVAL, 2011, p. 188) (*sic*). O biógrafo russo demonstra o protagonismo de Miranda na mudança do entendimento dos soviéticos quanto à situação revolucionária brasileira. Assim, Koval (2011, p. 190) exime seu biografado de qualquer erro cometido naquele momento. Para o historiador russo,

Justamente Miranda e Sinani defendiam ativamente esta idéia, aplicada ao Brasil. O primeiro queria se destacar diante do Comitê Executivo do Komintern e mostrar seu revolucionarismo. O segundo contava com

---

<sup>135</sup> Antônio Maciel Bonfim (1905-1947), político baiano, de codinome Miranda, foi militante na Bahia, tendo participado da Liga de Ação Revolucionária (LAR) e ocupado o posto de secretário da organização, movimento articulado por Luís Carlos Prestes em Buenos Aires durante o mês de maio de 1930 por ocasião de seu rompimento com a Aliança Liberal e em virtude de divergências com o Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). A organização dissolveu-se logo após a vitória da Revolução de 1930.

transformar o Brasil na segunda “China Vermelha” (KOVAL, 2011, p. 188) (*sic*).

Já Prestes, segundo o historiador russo, “tentou, ainda que timidamente, expressar dúvidas em relação à existência de situação pré-revolucionária, mas foi interrompido grosseiramente” (KOVAL, 2011, p. 190).

Diferentemente de Koval (2007), Aarão Reis (2014), ao analisar a mesma documentação do arquivo soviético, defende que Prestes, além de participar ativamente das reuniões, apesar de ter aparentado certo mal-estar, não foi passivo às ideias mirabolantes de Miranda. Para o biógrafo:

As avaliações dos dirigentes brasileiros, com exceção de Elias/André, mais sóbrio, logo marginalizado, eram simplesmente fantásticas. O Partido dirigia greves operárias importantes, com asa dos marítimos, com dezenas de milhares de adesões, e suas instâncias estavam recheadas de operários “transbordantes de entusiasmo”. No campo havia algo “especificamente novo” – “as massas começaram a luta armada”, através de guerrilheiros. Miranda dava detalhes: “na Bahia, os guerrilheiros constituem destacamentos de umas 1.500 pessoas armadas de metralhadoras, providas de caminhões (...). Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanha correm de boca em boca” (REIS FILHO, 2014, p. 165-166).

Aarão Reis (2014) então questiona e lança uma dúvida: “não era exatamente isso que Prestes escrevera? Que havia a hipótese dos cangaceiros serem aproveitados na formação de “um grande movimento de massas contra o feudalismo e o imperialismo?” (REIS FILHO, 2014, p. 166). O historiador interpreta que Miranda era “bom de lábia”, que fala o que os outros queriam ouvir, típica cultura política do VI Congresso. O historiador defende, então, que Prestes em nenhum momento foi inocente do planejamento do projeto revolucionário. Não só ele, visto que “os dirigentes de Moscou (não todos, mas especialmente Manuilski) acreditaram nisso porque era nisso que queriam acreditar. Era o que queriam ouvir e ver” (REIS FILHO, 2014, p. 167).

Anita Leocadia Prestes (2015) se dedica a analisar os mesmos fatos e a mesma documentação presente no arquivo russo, utilizado por Koval e Aarão Reis. Fica evidente, mais uma vez, a postura da biógrafa em relação ao seu biografado, bem como a necessidade de indicar um culpado em potencial –, no caso, Miranda.

A historiadora se utiliza de termos fortes para definir a maneira como Miranda criou a ideia da existência de uma situação pré-revolucionária no Brasil. Segundo

Anita Leocadia Prestes (2015), é possível detectar nas atas o “caráter fantasioso e triunfalista das informações transmitidas” (PRESTES, 2015, p. 150) de Miranda. A mesma chama ainda de “chocante” o relato do mesmo quando afirma que o Brasil vivia uma profunda crise revolucionária no país, que camponeses, proletariado e cangaceiros estavam prontos para uma luta. A historiadora chama de “peroração de Queiroz”<sup>136</sup>, a afirmação de que o Brasil se unificava em torno do PC, com as Forças Armadas tendo cerca de 70% de soldados simpatizantes com o PCB.

Diferentemente de Boris Koval (2007) e Aarão Reis (2014), a historiadora não citou a postura ou a reação de Prestes durante as conferências. Pelo contrário, procurou explicar os motivos que levaram à não resistência diante da situação. “Naquele momento, Prestes, no exílio havia anos, desconhecia a real situação do país e a efetiva influência do PCB na sociedade brasileira” (PRESTES, 2015, p. 153).

Desta maneira, percebemos claramente por parte de Anita Leocadia Prestes (2015) uma tentativa de justificar os erros e as omissões de Luiz Carlos Prestes, enquanto Koval (2007) defende a ideia de que, conscientemente, o mesmo tentou questionar o teor fantasioso da realidade brasileiro; já Aarão Reis (2014) compreende que o líder comunista foi conveniente com a questão do caráter revolucionário no Brasil.

Definindo o estágio revolucionário brasileiro, os dirigentes soviéticos apressaram em planejar uma linha de auxílio para o processo de revolução. Desta maneira, ficou decidido que uma equipe de experientes comunistas viajaria para o Brasil e a outra determinação era a volta do agora líder comunista para o país.

### 3.3 Os antecedentes da revolução comunista: a Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Como forma de auxiliar o processo revolucionário brasileiro, foram enviados para o Brasil os seguintes estrangeiros: os argentinos Rodolfo Ghioldi<sup>137</sup> e sua esposa Carmen Alfaia de Ghioldi; os alemães Arthur Ernst Ewert<sup>138</sup> e sua mulher

---

<sup>136</sup> Queiroz era um dos vários codinomes utilizados por Miranda em sua atuação como dirigente do PCB.

<sup>137</sup> Rodolfo Ghioldi (1897-1985) foi um político argentino, dirigente do Partido Comunista da Argentina e representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Durante décadas foi um dos principais articuladores comunistas na América Latina.

<sup>138</sup> Arthur Ernest Ewert nasceu na Prússia Oriental em 1890. Militou no Partido Comunista Alemão entre os anos de 1923 e 1927 e desde o começo fez carreira na Internacional Comunista. Em 1927,



Elise; os que se diziam belgas, Leon-Jules Vallée<sup>139</sup> e sua mulher, Alphosine; os alemães Franz Paul Gruber e sua mulher, Erika; o estadunidense Victor Allem Barron; e a alemã Olga Benário, que ficou responsável pela segurança de Luiz Carlos Prestes.

Há uma densa discussão historiográfica no Brasil sobre o papel dos soviéticos na construção do ambiente revolucionário brasileiro, que se desdobraram nos levantes de 1935. Para alguns historiadores, é inegável que a chamada “Intentona comunista” foi fruto de ordens de Moscou; para outros tantos historiadores, a ação revolucionária surgiu do próprio PCB. Ângela Meirelles de Oliveira (2015) assim define essa divisão na historiografia:

De maneira geral, as reflexões dividem-se entre aqueles que analisam a partir de uma articulação com Moscou, e de outro lado, aquele que privilegiam ‘os fatores internos’, que teriam desencadeados os movimentos armados de novembro de 1935. Entre estes últimos, cabe mencionar Nelson Werneck Sodré e Marly Vianna (1995, p.15-21), que classificaram a revolta armada como “a última manifestação dos movimentos tenentistas no Brasil” (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

Entre os biógrafos, Anita Leocadia Prestes (2015) é aquela que mais reflete sobre esta questão e defende uma posição clara. Para a biógrafa, “já é truísmo dizer que os levantes armados de novembro de 1935 resultaram de ordens expedidas de Moscou ou, melhor, de decisões tomadas pela Internacional Comunista” (PRESTES, 2015, p. 148)<sup>140</sup>.

Aarão Reis (2014) procura ir por outro caminho interpretativo, compreendendo que mesmo que se admita que fizesse parte das práticas da Internacional Comunista deslocar militantes especiais como assessores para processos

---

dirigiu a comissão encarregada da América, tendo morado em seguida na América Latina e depois na China, onde atuou com a esposa junto ao Partido Comunista Chinês. Em 1934, ambos foram chamados de volta à Rússia e depois enviados para os Estados Unidos, onde Ewert adotou o nome de Harry Berger. Em seguida, o casal veio para o Brasil; Ewert atuou como secretário de organização do comitê central do PCB até 1935, quando foi preso pela participação no levante de 1935.

<sup>139</sup> *Pavel Vladimirovitch Stuchevski*, conhecido como Leon Jules Vallée (1890 -?). Militante político, foi agente da Internacional Comunista desde os anos 1920. Veio para o Brasil em 1935, juntamente com sua esposa, Semionova, também agente da IC. O casal entrou no país como comerciantes belgas, utilizando passaportes falsos com os nomes de Leon Jules Vallée e Alphonsine Vallée.

<sup>140</sup> A autora escreveu que historiadores como John Dulles compreenderam que os planos da revolta foram traçados em Moscou, em 1934; Ronald Chilcote afirmou que a maioria dos autores concorda que Moscou esteve envolvida através do envio de agentes do Comintern ao Brasil; Jacob Gorender afirmou que houve uma recomendação de uma insurreição por parte da Comintern; Paulo Sérgio Pinheiro apresenta que há uma explicação mais convencional que reconhece a mão de Moscou nos levantes, porém adverte que não há como atribuir a revolta de 1935 simplesmente a uma experimentação decidida em Moscou.

revolucionários, “a equipe referida é, de algum modo, expressiva e atesta um nível alto de comprometimento e investimento – e de confiança política no projeto e nos resultados esperados. O mesmo se poderia dizer da ajuda financeira, comprovada e relativamente substancial, canalizada ao longo de 1935” (REIS FILHO, 2014, p. 169).

Em contraposição, Aarão Reis (2014) é o único dos biógrafos a destacar o amadorismo dos revolucionários que vieram auxiliar o PC brasileiro. O historiador procura desmitificar o que chama de “aura de mistério e perfeito profissionalismo”, criada por certas narrativas, sem citá-las. Segundo ele:

Alguns nem conheciam o português, outros o dominavam mal. Nenhum tinha conhecimento prévio do país, de sua história ou costumes, nem recebeu nenhum tipo de informação sistemática sobre sua missão, o que os deixava à mercê das análises e propostas – ou de miragens – dos nativos (REIS FILHO, 2014, p. 169-170).

O historiador salienta, portanto, a todo o momento o desprezo pelas normas elementares de segurança, como o descuido de ambos no ingresso no país, quando os casais moravam perto uns dos outros, partilhavam funcionários e quando acumulavam documentos políticos sem nenhuma reserva.

Especificamente sobre Olga Benário, Aarão Reis (2014) também não poupou críticas a respeito deste critério: “apesar de suas qualidades e treinamento, Olga não tinha grande experiência de luta na clandestinidade” (REIS FILHO, 2014, p. 170). Assim chegamos, então, em um dos pontos mais polêmicos na biografia de Aarão Reis (2014), visto que, para ele, Olga Benário, na época que veio servir no Brasil, era casada e tinha um filho na União Soviética, “sua missão, de seis meses, era oferecer as melhores condições de segurança para que Prestes pudesse ir para o Brasil e aí iniciar o trabalho revolucionário. Depois, missão cumprida, retornaria à URSS” (REIS FILHO, 2014, p. 171).

Quando o livro de Aarão Reis veio a público, Anita Leocadia Prestes reagiu publicando um artigo bastante agressivo, desqualificando o historiador pela construção da biografia do revolucionário comunista. Um dos pontos que mais a incomodou foi justamente a acusação de que Olga, sua mãe, abandonou um filho na União Soviética<sup>141</sup>.

---

<sup>141</sup> Anita Leocadia Prestes chegou a afirmar que o livro de Daniel Aarão Reis “trata-se de um livro anticomunista, cujo objetivo é a desqualificação de Prestes, da sua mãe, de suas irmãs e também da

Chegamos, então, ao ponto central deste capítulo, a Aliança Nacional Libertadora, conhecida como ANL, entidade fundada em 30 de março de 1934 por um grupo de militares, que entusiasmou imensos setores da população. Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna (2011), os tenentes o criaram e definiram como uma entidade nacional-libertadora, que lutava pelo povo com uma finalidade nacional, porém “jamais tendo pensado em um regime comunista para o país” (VIANA, 2011, p. 158). Entretanto, segundo a mesma autora, “a identificação que os tenentes faziam dos inimigos a combater – o imperialismo e o latifúndio – coincidia com a do PCB” (VIANA, 2011, p. 159).

A ANL teve um crescimento considerável, em menos de três meses e meio de vida foram fundados 1.500 núcleos aliancistas em todo o Brasil. O “Cavaleiro da Esperança” foi indicado a Presidente de Honra da instituição, o que causou uma mobilização ainda maior em todo o Brasil devido à sua popularidade.

Entre as biografias, a narrativa de Jorge Amado (2011), participante da ANL, transforma-se em uma espécie de memória de defesa da instituição

Fundada, amiga, em março em 1935, o seu manifesto assinado por um grupo de tenentes e de homens de esquerda, a Aliança Nacional Libertadora vai ter uma vida legal brevíssima, mas de uma intensidade antes desconhecida na história política brasileira (AMADO, 2011, p. 241).

Jorge Amado (2011) defende o teor popular da ANL, chamando-a, inclusive, de “o tenentismo evoluído” (AMADO, 2011, p. 248), e reivindica na instituição uma herança revolucionária brasileira, citando nomes que surgiram em outros momentos da mesma narrativa: “e com eles vão, amiga, os heróis do passado. Os que durante os anos de Colônia, de Império e de República lutaram pelo povo, contra a opressão” (AMADO, 2011, p. 225). Menciona Filipe dos Santos<sup>142</sup>, Tiradentes<sup>143</sup>,

---

sua esposa, Olga Benário Prestes; a desqualificação dos comunistas em geral” (PRESTES, 2014, s/p). Em outro trecho, a mesma autora afirmou: “o autor tem a canalhice de tentar desmoralizar minha mãe, ao afirmar que ela teria abandonado um filho em Moscou (p. 171, 205, 495), como se Olga fosse capaz de semelhante gesto. Os documentos citados – e pior ainda, o autor não cita documento algum, mas apenas o ‘Fundo PCB no AIC’ – não são verdadeiros, pois conheço a documentação da Internacional Comunista, inclusive a pasta referente à Olga. Se alguém, em algum lugar, afirmou tal coisa a respeito de Olga, é mentira; conheci muitos amigos e amigas da minha mãe da época em que ela viveu em Moscou e a afirmação do autor é mentirosa” (PRESTES, 2014, s/p). Um detalhe importante é que durante a entrevista com Aarão Reis, o autor afirmou que descobriu em uma pasta de Olga Benário uma nota que fazia referência ao filho dela residente em Moscou. Entretanto, durante a biografia não encontramos qualquer referência à pasta.

<sup>142</sup> Filipe dos Santos Freire (1680-1720) foi um tropeiro português, representante das camadas populares de Vila Rica, que instigou a Revolta de Vila Rica, em 1720. Por sua participação no movimento, foi morto e esquartejado, tendo tido as partes de seu corpo colocadas em pedaços de

Frei Caneca<sup>144</sup>, Pedro Ivo<sup>145</sup>, Constant e Floriano Peixoto<sup>146</sup>. “Na frente vai Prestes. Luís Carlos, o Cavaleiro da Esperança” (AMADO, 2011, p. 225).

Quanto à interpretação de Boris Koval (2007), temos um biógrafo que mais uma vez procura realizar uma avaliação moral do seu biografado e dos acontecimentos políticos que envolvem a ANL. Sobre a entidade política, afirma que analisou a experiência da instituição como uma forma brasileira de frente popular que teve quatro etapas<sup>147</sup>. Além disso, o historiador russo compreende que os levantes de novembro de 1935 foram desdobramentos da ANL. Outro ponto é que assim como Jorge Amado (2011), a ANL e Prestes se assemelhavam, visto que, para o historiador russo, foram “os prestistas [que] tomaram a iniciativa de criar a Aliança” (KOVAL, 2007, p. 212).

Nesta lógica, Boris Koval (2007) compreende que pela segunda vez em sua trajetória política, Prestes teve o seu prestígio alargado, tornando-se mais uma vez uma figura de “envergadura nacional”. O biógrafo avalia, então, as críticas que seu personagem sofreu por parte dos comunistas e como isso não trouxe impacto em sua imagem pública no Brasil, pelo contrário:

Eu penso que, talvez, não deveriam ter anunciado a ligação de Prestes como o Komintern. Mas o barulho levantado na imprensa comunista, a propósito da essência pequeno-burguesa do prestismo, não apenas não diminuiu, mas, ao contrário, aumentou o interesse da sociedade pelo próprio Prestes, dando ao seu nome uma aureola da excepcionalidade mística.

---

madeira e espalhadas pela cidade para mostrar o que acontecia com as pessoas que iam contra o reinado português.

<sup>143</sup> Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), foi um dentista, tropeiro, minerador, comerciante, militar e ativista político que atuou no Brasil, mais especificamente nas capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Tornou-se uma espécie de mito político, sendo um personagem símbolo da conspiração denominada de Inconfidência Mineira. Assim como Filipe dos Santos, teve partes do seu corpo esquartejadas e colocadas em vários locais para servir como exemplo.

<sup>144</sup> Joaquim da Silva Rabelo, depois Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, mais popularmente conhecido apenas como Frei Caneca (1779-1825), foi um religioso e político brasileiro. Esteve implicado na Revolução Pernambucana e foi líder e mártir da Confederação do Equador. Foi fuzilado no Recife devido às suas atividades políticas.

<sup>145</sup> Pedro Ivo (1811-1852) foi um militar e revolucionário brasileiro. Líder da Revolução Praieira em Pernambuco, juntamente com Borges da Fonseca e Nunes Machado, tentou conquistar a capital da Província, Recife, sem, contudo, lograr sucesso. Marchou em seguida sobre a Paraíba, tentando ocupá-la, tendo sido batido pelas forças imperiais. Após a derrota do movimento em abril de 1850, ainda resistiu por dois anos, num sistema de guerrilhas que ficou conhecido como “guerra das matas” (por ocorrer nas matas de Água Preta), até se entregar. Morreu em alto mar.

<sup>146</sup> Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, Benjamin Constant e Floriano Peixoto aparecem bastante nos primeiros capítulos da biografia de Jorge Amado.

<sup>147</sup> As quatro etapas são descritas pelo autor, sendo a primeira de setembro de 1934 a março de 1935, etapa de surgimento e elaboração dos documentos estatutários; de 30 de março a 12 de junho de 1935, etapa da atividade legal e preparação para a revolta; novembro de 1935, etapa da luta armada; e novembro de 1935 a novembro de 1937, etapas dos combates guerrilheiros defensivos e derrota da Aliança.

Quanto mais os 'ortodoxos' do comunismo criticavam o tenentismo, tanto mais depressa crescia o carisma de Prestes (KOVAL, 2007, p. 212).

Boris Koval (2007) é um crítico severo do programa político da ANL, que pregava, entre outras coisas, a suspensão das dívidas externas, nacionalização das empresas imperialistas, defesa de pequenos e médios proprietários, liberdades democráticas e formação de um governo de interesse popular. Para Koval, “esse programa tão radical não era mais do que uma coleção de lemas populistas. A alguns ele atraía, a outros assustava (...). Nada foi dito sobre a ameaça de fascismo” (KOVAL, 2007, p. 214).

Boris Koval (2007) não é o único crítico das consequências do programa político da ANL; Aarão Reis (2014) segue uma linha semelhante, entretanto, este último busca compreender as aproximações e distanciamentos dos comunistas com os aliancistas. Para Aarão Reis (2014), o PCB possuía, a rigor, uma visão instrumental da ANL, marcada por um entendimento de que o partido não tinha sido influenciado pelas diretrizes do VII Congresso, do qual as propostas de frente única foram revogadas em proveito de um programa radical de enfrentamento aberto com o capitalismo internacional.

O manifesto de 05 de julho de 1935, assinado por Prestes<sup>148</sup>, pregava que a população deveria pegar em armas, com a formação de um governo nacional revolucionário. A proposta é vista por Aarão Reis (2014) como radical. O governo, então, usaria a radicalidade do documento como pretexto para pôr a ANL na ilegalidade,

Razão pela qual Prestes seria crucificado por muitos sob uma dupla acusação: personalista, teria escrito o texto sem consultar ninguém; imprudente e “esquerdista”, avançara palavras de ordem demasiadamente radicais, sem respaldo social, ensejando a eliminação da ANL do quadro político legal do país (REIS FILHO, 2014, p. 177)<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> “A consigna de ‘todo o poder à ANL’ foi lançada a 05 de julho, em manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes e lido por Carlos Lacerda no ato comemorativo à data dos levantes tenentistas” (REIS FILHO, 2014, p. 173-174).

<sup>149</sup> O historiador Aarão Reis (2014) procurou defender Prestes neste momento: afirmou que muitos outros textos semelhantes já foram formulados por várias forças políticas; Berger e Ghioldi aprovaram as declarações do mesmo. Tais críticas ocorreriam apenas depois do decreto de Vargas. Esclarece ainda: “se o ‘radicalismo’ de Prestes tivesse sido assim tão extraordinário, como aparece em grande parte da historiografia, o governo teria reagido imediatamente – e no dia seguinte – e definitivamente – fechando para sempre a organização” (REIS FILHO, 2014, p. 178). E conclui: “não foi o que aconteceu. A repressão esperou quase uma semana para se abater e mesmo assim tomou o cuidado de fazê-lo de modo provisório” (Idem).

Sobre a ANL, Anita Leocadia Prestes (2015) procurou defender o atrelamento da figura do revolucionário gaúcho à Aliança desde o início da instituição. Isso porque desde no final de 1934, segundo a autora, já se falava abertamente da criação da ANL e de um possível regresso de Prestes ao Brasil para chefiar a entidade. De todo caso, realmente, com a cassação da ANL, a legenda passava a ser associada de forma mais firme ao “Cavaleiro da Esperança”.

Anita Leocadia Prestes (2015) dedica-se a compreender como as ideias dos programas políticos da ANL foram sendo domesticados pelos comunistas. Se inicialmente, através de um documento intitulado *A luta pela revolução agrária e anti-imperialista e a posição do partido perante a ANL*, os comunistas deixaram claro suas discordâncias com a entidade, a partir da adoção no VII Congresso da IC da política de Frentes Populares em maio houve a alteração do conceito dos comunistas em relação à instituição. Temos aqui, então, uma estratégia partidária bastante clara.

Semelhante a Boris Koval (2007), Anita Leocadia Prestes (2015) tece várias críticas à ANL, como a ausência de uma consciência dos dirigentes e das entidades progressistas que não se davam conta do nível incipiente de organização do movimento aliancista e popular, e, desta maneira, não percebiam que o movimento em si era incapaz de enfrentar com êxito o golpe que as forças reacionárias estavam a criar.

### 3.4 Os levantes comunistas de 1935: motivações dos fracassos

Para Paulo Sérgio Pinheiro (1992), as revoltas de 1935<sup>150</sup> foram imersas em “lendas”, permanecendo como um enigma às gerações seguintes. Além disso,

---

<sup>150</sup> Sobre a denominação utilizada pelos biógrafos sobre os levantes de 1935, nenhuma das quatro biografias utiliza-se do termo “intentona”, demonstrando que os autores procuraram não se utilizar da noção dos anticomunistas da época ou mesmo de uma historiografia da mesma tendência. Assim como a maior parte da historiografia da área, tratam os acontecimentos comunistas de novembro de 1935 com termos como “levantes”, “revoltas”, “insurreições”. Porém, é necessário compreendermos que a denominação “intentona comunista” foi uma das mais utilizadas durante anos. Segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2002), a utilização do termo intentona não se deu de forma imediata. “Alguns políticos e jornalistas utilizaram a expressão nos dias seguintes à revolta, mas a generalização e a oficialização de ‘Intentona Comunista’ para designar o levante de novembro de 1935 só se consolidou muitos anos depois” (MOTTA, 2002, p. 76). Para o mesmo historiador, a adoção daquela expressão pela memória oficial decorreu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a tentativa revolucionária de 1935. Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a ideia que comumente se pretende associar ao evento, representado desde então como “um capítulo negro” da história brasileira.

segundo o autor, “em torno das lutas, teceram-se versões e interpretações que mais confundem que esclarecem” (PINHEIRO, 1992, p. 297). A motivação passaria, segundo Pinheiro, pelos próprios protagonistas que deixaram muitas perguntas sem respostas ao longo do tempo. Por outro lado, acreditamos que é limitador acusar, por exemplo, Luiz Carlos Prestes como alguém que se omitiu em falar sobre o tema. Pelo contrário, o líder comunista acabou por ser uma das principais fontes dos registros sobre os acontecimentos de 1935, quase sempre com certa coerência nas versões construídas pela historiografia.

Para Marly Vianna (2011), os movimentos armados de novembro de 1935 foram a última manifestação de rebeldia tenentista, tendo encerrado o ciclo iniciado em 1922, com a revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana. Porém, tal premissa não é uma unanimidade na historiografia. O próprio Paulo Sérgio Pinheiro (1992) afirmou que as rebeliões podem ser consideradas a última revolta tenentista, se reduzida a seu caráter propriamente militar do golpe de estado, porém “o modelo da rebelião de 1935 decorre diretamente daquele colocado em prática em 1917, na Rússia, pelos bolcheviques: a revolução entendida fundamentalmente como uma operação militar” (PINHEIRO, 1992, p. 296).

Ao nos debruçarmos sobre as narrativas biográficas de Luiz Carlos Prestes, percebemos um enfoque sobre os levantes comunistas, que vão de um olhar *simplificador*, como Jorge Amado (2011) e Boris Koval (2007), em parte pelos limites dos dois biógrafos em virtude da ausência de fontes ou de contato com uma bibliografia mais atual, até uma perspectiva mais *ampla e detalhada*, como as de Daniel Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015), baseada em depoimentos de Prestes e outros militantes que protagonizaram as revoltas, além de um diálogo permanente com uma produção bibliográfica mais recente e atualizada, a exemplo das obras de Paulo Sérgio Pinheiro (1992) e Marly Viana (2011).

Na ausência de dados, Jorge Amado (2011) simplificou bastante os acontecimentos revolucionários em Natal e Recife. Sobre Natal, o caráter popular da revolta foi destacado: “os operários de Natal se encontraram em greve geral. Culminando seu terrorismo, o governo reacionário do estado do Rio Grande do Norte demite toda a guarda civil, democrática e amiga da população. (...) O povo então toma armas e se levanta na revolução de novembro” (AMADO, 2011, p. 248). Sobre Recife afirmou: “dois dias depois de iniciado o movimento de Natal, Silo Meireles levanta a bandeira da revolução em Recife. O povo de Pernambuco

acompanha os revolucionários, luta-se nas ruas do Recife” (AMADO, 2011, p. 249). Em poucas páginas, o biógrafo também definiu o movimento no Rio de Janeiro:

Com todas as dificuldades, amiga, os aliancistas saem em defesa dos homens do Nordeste que lutavam pelo governo popular-revolucionário. A precipitação do movimento revolucionário iria sem dúvida, como realmente o fez, dar, com o seu fracasso, uma nova força à reação (AMADO, 2011, p. 249).

Como o livro produzido por Boris Koval foi primeiramente para o público russo, o historiador acabou caindo em uma visão estereotipada e bem pouco informada sobre o Nordeste, chamando-o inclusive de “Sibéria Tropical”: “a região mais pobre e atrasada. Seu enorme território até agora não é totalmente explorado” (KOVAL, 2007, p. 235). O foco do biógrafo russo é quase sempre nos erros da revolta: “a má preparação da revolta, a falta de um centro único de direção, a disciplina muito baixa, as divergências internas, os sérios erros de cálculo político-militares foram a causa principal da derrota” (KOVAL, 2007, p. 239).

Sobre o Recife, de acordo com Koval (2007), os acontecimentos tiveram um desenvolvimento similar ao de Natal: “o batalhão sublevado, que contava com 1.200 combatentes, foi cercado pelas unidades contra-revolucionárias, com 10 mil soldados. Fracassaram as tentativas dos revolucionários de armar a população local e formar corpos de voluntários” (KOVAL, 2007, p. 242) (*sic*). Por fim, o biógrafo também criticou os erros do PCB no Rio de Janeiro àquele momento, visto que diante das notícias das revoltas no Nordeste, o partido acabou por lançar uma carta de apelo ao povo, que pregava: “viva o governo popular revolucionário e seu glorioso dirigente Luiz Carlos Prestes! Por pão, terra e liberdade! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!” (KOVAL, 2007, p. 248).

O historiador russo tocou em um dos pontos mais polêmicos da revolta, o possível assassinato de soldados que estavam dormindo no 3º Regimento da Infantaria. Koval explica, baseado no depoimento de Agildo Barata, que foi um dos líderes da revolta carioca, que foram efetuados 118 disparos contra o quartel do



Regimento de Infantaria por ordem de Eurico Gaspar Dutra<sup>151</sup>, e que no dia seguinte, acusaram os amotinados da morte dos soldados fiéis a Getúlio Vargas<sup>152</sup>.

Já a abordagem de Daniel Aarão Reis (2014) seguiu um caminho interpretativo amparado em uma bibliografia recente e atualizada e em fontes documentais pouco explorados, mesmo que muitas vezes não citadas devidamente, visto que o autor peca por não deixar claro suas origens. Seu olhar privilegia os chamados “bastidores” da revolta, dando visibilidade aos limites e aos erros do PCB naquele momento. Ao estudar com afinco a documentação do Partido, o historiador debruçou-se sobre a preparação das revoltas.

Seu olhar sobre as revoltas em Natal e Recife se deu a partir da documentação do PCB do Rio de Janeiro. Sobre isso, a insurreição popular em Natal, ocorrida 23 de novembro de 1935, caiu como “uma bomba”, e mesmo sem saber os detalhes da natureza da revolta, os comunistas a apoiaram, tendo mobilizado as bases para mais insurreições de apoio. Concentrado nos contratempos, o biógrafo resumiu os acontecimentos depois das notícias das revoltas ocorridas em Pernambuco:

Na noite de 24, as coisas começaram a ficar claras para Prestes. Havia uma insurreição popular em Natal e se iniciara um levante no Recife. Marcou-se então, na correria, pois Miranda só fora localizado à tarde, uma reunião das principais lideranças na noite do dia seguinte, segunda-feira, no apartamento de Ghioldi (REIS FILHO, 2014, p. 185).

Seguindo a documentação destas reuniões, o historiador explica que “Prestes defendeu com empenho a alternativa de passar à ação. Fundamentou-a numa série de argumentos articulados, acionando referências compartilhadas por todos” (REIS FILHO, 2014, p. 185). Em outro trecho, evidencia o tipo de documentação utilizada: “graças aos relatórios dos que escaparam, até hoje guardados nos arquivos de Moscou, é possível rastrear, com alguma precisão, o que aconteceu naquelas pouco

---

<sup>151</sup> Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi um militar e político mato-grossense. Foi o 16º presidente do Brasil, tendo governado entre 1946 e 1951. Antes, atuou em diversas frentes militares e políticas durante o governo Getúlio Vargas.

<sup>152</sup> Segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2002), determinadas versões sobre assassinatos de oficiais que dormiam no momento da insurreição foram ressignificadas: “é interessante notar que, nos dias imediatamente subsequentes aos acontecimentos, a maioria dos relatos publicados acerca da insurreição não menciona o assunto. Raras referências apareceram na imprensa, como se houvesse dúvida quanto à veracidade da versão” (MOTTA, 2002, p. 80). Os relatos inspirados no anticomunismo deturpam os fatos. No inquérito não há nenhuma menção a assassinatos em massa, menos ainda a vítimas trucidadas em pleno sono. As romarias cívicas começaram em 1936. Em 1938, o Governo decidiu investir na celebração anticomunista; o mausoléu foi inaugurado em 1940.

mais de 24 horas que separaram a tomada de decisão e o início da insurreição” (REIS FILHO, 2014, p. 186).

Sobre os erros de Prestes e do PCB, Aarão Reis (2014) entende que “estavam todos intoxicados pelas próprias informações e avaliações, elaboradas ao longo de meses” (REIS FILHO, 2014), ou seja, a ideia fixa de uma revolução social iminente no Brasil. Por fim, para o historiador, “houve aqui e ali gestos de audácia e coragem. No conjunto, entretanto, uma sucessão de desconchavos, evidenciando a imensa fragilidade – real – do Partido Comunista, de suas lideranças e dos dispositivos em que se apoiavam e nos quais acreditavam” (REIS FILHO, 2014, p. 186).

Por fim, Aarão Reis (2014) conclui sua avaliação sobre os acontecimentos de 1935, escolhendo metáforas que exploram os significados de luzes e sombras: “as expectativas luminosas da revolução dariam lugar, agora, à sombria repressão desencadeada pelo governo. Vencido o assalto aos céus começava a descida aos infernos” (REIS FILHO, 2014, p. 188).

Anita Leocadia Prestes (2015) é outra dos biógrafos que recompõe com minúcias os dois primeiros levantes, ocorridos em Natal (RN) e Recife (PE), respectivamente, nos dias 23 e 24 de novembro de 1935. Neste resumo, amparada em Marly Vianna (2011 apud PRESTES, 2015), a historiadora afirma que os comunistas acreditavam que os dois movimentos eram o início de uma revolução nacional-libertadora, mas que não passaram de quarteladas. Quanto ao Rio de Janeiro, a biógrafa compreende que havia o preparativo para a revolta e credita suas informações aos depoimentos de Prestes em entrevistas realizadas por ela.

A historiadora Anita Leocadia Prestes (2015) procura mais do que explicar em detalhes os acontecimentos de 1935, elucida os erros cometidos pelos comunistas, sejam estrangeiros ou brasileiros, optando mais uma vez em defender seu biografado de possíveis falhas diante do processo político que envolveu os levantes comunistas de 1935. A historiadora condensa a complexidade do que foram os levantes de 1935, optando mais uma vez por um teor defensivo. Para a biógrafa, “não se tratava, portanto, de uma insurreição para estabelecer o comunismo no Brasil, conforme a história oficial sempre difundiu – consagrando a pejorativa designação de ‘Intentona Comunista’ para os levantes de novembro de 1935” (PRESTES, 2015, p. 176).

O expediente utilizado para inocentar Prestes foi, primeiro, deixar claro que seu biografado não esteve à frente em nenhum momento na condução dos levantes, segundo que a mesma revolta estaria sendo conduzida por Miranda, este sim responsável por todos os erros. Presidente de honra da ANL e líder máximo da projetada insurreição nacional, Prestes foi compelido a assumir a direção de um movimento cujo controle não lhe pertencia.

Ainda sobre a preparação da revolta no Rio de Janeiro, há um entrecruzamento de fontes bastante interessante feito pela autora. Nesta lógica, Anita Leocadia Prestes (2015) defende a ideia de que os levantes de novembro não resultaram de supostas ordens de Moscou. A autora usa como argumento um telegrama do Secretariado da IC ao Bureau da América Latina e ao Comitê Central (CC) do PCB, de 27 de novembro de 1935, que afirma: “a questão da ação geral, decidam por vocês mesmos, quando julgarem necessário. Procurem garantir o apoio à ação do Exército pelo movimento operário e camponês. Tomem todas as medidas contra a prisão de Prestes” (SECRETARIADO DA IC, 1935 apud PRESTES, 2015, p. 184). Desta forma, concluiu sua interpretação: “se a orientação da IC foi inadequada às condições brasileiras, a responsabilidade por tal situação coube fundamentalmente aos dirigentes do próprio PCB” (PRESTES, 2015, p. 184).

Boris Koval (2007) levanta a hipótese de que as revoltas possam ter sido provocadas pelo próprio Getúlio Vargas, uma tese questionável, mas que, segundo ele, o próprio Prestes afirmou esta possibilidade: “o próprio Prestes, reiteradas vezes, salientou a ideia de que a revolta acelerada artificialmente por agentes de Vargas, que ela começou inesperada e prematuramente, que a polícia tomou antecipadamente uma série de medidas punitivas” (KOVAL, 2007, p. 285). Tal versão, segundo Koval (2007), também foi evidenciada por autores como Leôncio Basbaum e Abguar Bastos em livros, *a posteriori* ao acontecimento.

Sobre os impactos da derrota na trajetória do seu biografado, Boris Koval (2007) aposta em um dos aspectos da personalidade de Prestes: o rigor e a frieza.

Eu tenho a impressão de que a derrota de 1935 exerceu influência indelével sobre o próprio Prestes, sua mente e consciência, sobre todo o trabalho partidário posterior. Ele sentiu um complexo de culpa pelo fracasso durante toda sua vida. Isto não era visível de fora: ele sempre foi moderado, otimista e determinado. Parecia um homem sem nervos, tão bem ele sabia controlar suas emoções (KOVAL, 2007, p. 261).

Por fim, resumiu a sucessão de autocríticas do mesmo:

Em seus artigos e discursos, Prestes muitas vezes referiu-se à experiência de 1935. Ele “batia no peito” analisando os erros golpistas, criticava a tática do PCB, mas nunca pôs em dúvida a estratégia geral do Komintern e a própria ideia da revolta armada, seus objetivos e caráter (KOVAL, 2007, p. 261).

O fato é que pouco a pouco os comunistas foram presos, sejam os estrangeiros, sejam o núcleo principal do Partido. Um dos primeiros a ir para a cadeia foi Arthur Ernst Ewert e sua mulher Elise; logo depois foram detidos Rodolfo Ghioldi, Leon-Jules Vallée, Franz Paul Gruber e Victor Allem Barron; e por último, Olga Benário e Luiz Carlos Prestes. Desencadeou-se, neste contexto, uma das mais violentas perseguições políticas da história do Brasil, com a prisão de milhares de comunistas, democratas ou opositores ao governo Vargas.

Aarão Reis (2014), baseado em documentos e depoimentos, mais uma vez se dedicou a compreender a derrota de 1935 através dos bastidores do acontecimento. Nesta lógica, o historiador compreendeu que mesmo com as derrotas dos levantes, Prestes ainda era otimista com os acontecimentos, visto que acreditava em uma segunda onda de revoltas: “o otimismo fundamentava-se em avaliações que vinham sendo feitas havia quase dois anos. Custaria tempo para que certas realidades – como a inexistência de um movimento camponês e a inapetência revolucionária da classe operária – fossem admitidas” (REIS FILHO, 2014, p. 189). O biógrafo detalha mais uma vez em sua abordagem a ausência de competência dos principais líderes comunistas, destacando que ambos não possuíam alternativas de emergência, mantendo o contato diário e nada fazendo para livrar-se de “papéis potencialmente incriminadores acumulados nas respectivas residências” (REIS FILHO, 2014, p. 190).

Se compararmos a forma como Luiz Carlos Prestes é apresentado na experiência da Coluna Miguel Costa-Prestes nas biografias com as experiências das revoltas comunistas de 1935, observaremos o aparecimento pela primeira vez do que chamo de *fracasso do herói*. Mais uma vez apresentado como principal liderança de uma revolta, a política da memória sobre os fatos de 1935 o coloca biograficamente em outro status, de um derrotado, em que os fracassos são evidenciados, demonstrando os limites para as possibilidades de uma revolução comunista no Brasil.

Enquanto Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015) procuraram indicar outros culpados pelas derrotas ocorridas nas revoltas de 1935 – os chamados *traidores* –, Boris Koval (2007) interpretou quase psicologicamente o seu biografado, vendo mais uma etapa de sua constituição enquanto comunista, além de levantar hipóteses questionáveis de como a revolta seria causada pelo próprio Getúlio Vargas. Em outra perspectiva, Daniel Aarão Reis (2014) procurou destacar justamente as limitações dos responsáveis pelas revoltas, indicando os limites técnicos e os diversos erros cometidos, não apenas por parte de Prestes, mas de todo o grupo dos estrangeiros e a própria cúpula do PCB.

### 3.5 Traições e torturas: em busca de bodes expiatórios

No processo de narração dos acontecimentos sobre as revoltas de 1935, alguns personagens ganharam, nas narrativas biográficas aqui analisadas, a configuração de traidores ou responsáveis principais pelos fracassos dos comunistas. São eles: Johnny de Graaf, Rodolfo Ghioldi, Miranda e, por fim, Elza Fernandes, que configura como um dos pontos mais polêmicos na trajetória de Prestes.

Johnny de Graaf, hoje considerado espião, foi um dos vários estrangeiros que vieram a mando da Internacional Comunista para auxiliar na revolução brasileira. Agente duplo, cedia informações sobre os preparativos da revolta e supostamente teve papel fundamental na indicação do aparelho<sup>153</sup> onde moravam Ewert e Sabo.

Anita Leocadia Prestes (2015), à semelhança de Aarão Reis (2014), cita o papel primordial no desastre das revoltas comunistas a partir das ações de Johann de Graaf<sup>154</sup>:

A instalar o dispositivo que deveria garantir a explosão do cofre existente na residência de Prestes, caso esse fosse violado, fez de tal maneira que, quando a polícia invadiu a casa e o arrombou, o efeito esperado não aconteceu, e um número considerável de documentos caiu nas mãos dos órgãos de repressão. Johann de Graaf não só realizou atos de sabotagem

<sup>153</sup> Aparelho é o nome dado pelos comunistas ao local onde se escondem os membros do partido.

<sup>154</sup> O historiador estadunidense R. S. Rose e o escritor Gordon Scoot (2010) publicaram o livro *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*, uma biografia que revelou que “a comunidade de inteligência britânica selecionava, então, as informações e as entregava ao ministro do Exterior, Osvaldo Aranha, no Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Por sua vez, o Itamaraty informava Vargas e Felinto Muller, chefe da Polícia Civil e diretor da DEOPS (Delegacia Especial de Segurança Política e Social)” (ROSE; SCOOT, 2010, p. 270).

contra a atividade dos comunistas, como delatou a preparação da insurreição, informando sua data ao governo brasileiro, história hoje devidamente esclarecida (PRESTES, 2015, p. 185).

Entre os biógrafos, Boris Koval (2007) também destaca a figura de Johann de Graaf, também conhecido como Jan Valtin (Paulo Gruber):

No início dos anos 30 ele ingressou nas fileiras do Partido Comunista alemão, mas em breve foi aliciado pela Gestapo. Em 1934, o provocador apareceu no Brasil e lá começou a cumprir ordens de Felinto Muller. Gruber conseguiu conquistar a confiança de Miranda e transformou-se em informante extremamente valioso para a polícia (KOVAL, 2007, p. 259).

Na verdade, como R. S. Rose e Gordon Scoot (2010) bem revelaram, Johnny era um agente duplo, um espião a serviço do governo britânico, não dos alemães.

O segundo *traidor* que é apresentado pelos biógrafos com recorrência, porém de maneira menos enfática, é o comunista argentino Rodolfo Ghioldi. Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015) se baseiam no próprio depoimento do mesmo, registrado em 13 de fevereiro de 1936. Para Anita Leocadia Prestes (2015), por exemplo, a descoberta do aparelho de Prestes se deu devido ao depoimento de Ghioldi:

Efetivamente, o Tribunal de Segurança Nacional foi generoso com Ghioldi, condenando-o a quatro anos e quatro meses de reclusão. Contratando com essa medida, Berger, barbaramente torturado, ficou louco e, mesmo assim, permaneceu preso durante nove anos. Como já foi dito, Barron, submetido a torturas, foi assassinado. Olga e Elise – esta também torturada com crueldade – foram entregues à Gestapo, sabendo-se que seriam assassinadas. E Prestes foi condenado a mais de 46 anos de prisão (PRESTES, 2015, p. 189).

Quando afirmamos que a acusação de Anita Leocadia Prestes é menos enfática, digo se compararmos a outros personagens acusados de traição ao longo das biografias. Por ser membro do alto escalão comunista na América Latina e manter certo contato com Prestes e o PCB nos anos seguintes, compreendemos que houve uma tentativa de apagamento destas questões polêmicas e constrangedoras, porém, assim como Anita Prestes, Aarão Reis (2014) deixa claro que Ghioldi acabou colaborando com informações sobre os dirigentes do IC, Olga e Prestes, tendo afirmado a respeito do bairro onde o casal se escondera.

Quando falamos em tentativa de apagamento, estamos remetendo principalmente à obra de Jorge Amado, que se utiliza dos depoimentos de Ghioldi na

elaboração da biografia do Cavaleiro da Esperança e parece desconhecer a colaboração do argentino no processo de prisão de Prestes e Olga, mesmo que ameaçado de tortura, além de prisão<sup>155</sup>.

Porém, aquele que é mais indicado como traidor nas narrativas é indiscutivelmente Miranda. É possível identificar nos livros de Jorge Amado (2011), Boris Koval (2007) e Anita Leocadia Prestes (2015), a figura de Miranda como o maior culpado pela derrota dos comunistas em 1935, sendo acusado pelos erros e omissões do PCB naquele momento. Miranda assumiu, assim, a figura do *bode expiatório*.

Jorge Ferreira (2002), em seu estudo sobre o imaginário comunista no Brasil do século XX, chama a atenção como a forma integradora dos comunistas passava pelo que ele chama de *síndrome de traição ou complexo da dívida*. Tal mecanismo, observado pelo historiador através das memórias dos comunistas, pode ser aplicado como um dos principais pontos abordados pelos biógrafos de Prestes, pois baseado no próprio depoimento de Prestes e de outros comunistas, Miranda foi enfaticamente caracterizado como um traidor e o principal culpado por qualquer erro cometido, no que levou à derrota em 1935.

De todos os biógrafos, Anita Leocadia Prestes (2015) é aquela que deixa mais claro este processo, acusando Miranda de principal culpado de todos os fracassos de 1935. Sua abordagem sobre o personagem se alinha perfeitamente com a memória oficial elaborada no campo da esquerda, em especial do PCB, que o caracteriza como uma espécie de “supervilão” ou “megatraidor”. Compreendemos que o próprio Prestes ajudou a cristalizar essa narrativa, em diversos momentos caracterizando o dirigente quase sempre de oportunista, inconsequente e irresponsável. Entre seus biógrafos, a própria Anita Leocadia Prestes, em diversos momentos de seus estudos, tece uma série de nomes como “parlapatão”, aventureiro, vaidoso e falante.

Aarão Reis (2014) problematiza a questão compreendendo que houve uma campanha de difamação, do qual ele nunca teve chance de reagir ou reverter:

---

<sup>155</sup> Entre os biógrafos, Jorge Amado recebeu a colaboração efetiva de Rodolfo Ghioldi. Para o escritor baiano, o argentino chamado de Índio é considerado um herói e dentro de suas adjetivações: “te direi apenas que ninguém foi mais amado nas prisões do Brasil que esse argentino de olhos puros e penetrantes e de voz mansa e amiga” (AMADO, 2011, p. 207). O capítulo sobre as torturas sofridas por Berger foi elaborado por Amado devido à colaboração de Rodolfo Ghioldi: “as palavras de Berger que foram reconstruídas por mim à base das recordações de Rodolfo Ghioldi. Pode ser que as palavras de Berger não sejam as mesmas que transcrevo, mas o seu sentido era exatamente esse” (AMADO, 2011, p. 362-363).

Miranda foi bastante torturado. Depois, perderia um rim como seqüela dos espancamentos e maus-tratos sofridos. Considerando o que sabia, e o fato de que os demais dirigentes só se deram conta de sua prisão passado quase um dia e meio, resistiu um bocado. Entretanto, um veneno espalhado por Jonny de Graaf antes de partir, comprometendo Miranda, desqualificando-o como covarde e delator, iria encontrar terreno fértil na antipatia de Prestes e de outros pelo Secretário-Geral do Partido (REIS FILHO, 2014, p. 193).

O fato é que houve a construção de contínua memória ressentida por parte de Prestes em relação à Miranda em diversas entrevistas e depoimentos. Um ressentimento que, segundo o historiador Raimundo Pereira (2016), é anterior aos acontecimentos de 1935<sup>156</sup>, mas que se consolidou exatamente neste ano, quando a liderança de Miranda foi questionada pelo ex-líder tenentista. A derrota dos comunistas, com a prisão de ambos, fez o ressentimento aumentar ainda mais, com um sentido de culpabilizar Miranda pelos erros da revolta.

O entendimento de Miranda como um bode expiatório pode ser compreendido como uma discussão a partir dos estudos do historiador René Girard (2004), que definiu no jogo mimético a forma comum nas narrativas de obedecer a certo extravasamento da violência, quando ocorre o que ele chama de “assassinato coletivo” ou expulsão daquele que, de súbito, transfigurou-se em culpado para todos. Desta forma, o “todos contra todos” gerado pela “armadilha da circularidade mimética” (GIRARD, 2004) – o círculo vicioso – se converte no “todos contra um”. É justamente o que ocorreu no caso Miranda. Diante de tantos erros e omissões cometidas, houve um processo contínuo de indicação de um culpado.

Nesta lógica, observando o PCB como uma espécie de microcosmo social, ou uma comunidade de culto, se usarmos o conceito de Carlota Alicia Casalino Sen (2008), a paz só poderia ser restaurada no plano individual e também no coletivo, se o grupo, finalmente, se visse unido em prol de uma causa em comum. E esta causa estaria justamente na ideia de definição de um culpado pela derrota. René Girard (2004) atribui a esse mecanismo de polarização da violência um caráter fundador por entender que por meio dele, a ordem social, outrora sob ameaça, é afirmada. Nesta lógica, os membros da comunidade se harmonizam, consolidam-se como grupo, ao definir o chamado bode expiatório.

---

<sup>156</sup> A origem da rivalidade de ambos, de acordo com Raimundo Pereira (2016), remete ao ano anterior, quando Miranda foi à União Soviética durante o VII Congresso da Internacional Comunista e elaborou uma narrativa de que o Brasil possuía condições de uma revolução comunista. Para o historiador, a partir daí houve um clima de rivalidade e desconfiança entre os dois.



Desta forma, simbolicamente surge a ideia de inimigo comum, que acaba por agregar aquele grupo desconstituído, em frangalhos, como foi o caso do PCB em 1935. Assim, seguindo os passos do historiador francês:

O melhor meio de fazer amigos, em um universo não amigável, é desposar as inimizadas, é adotar os inimigos dos outros. O que dizemos a esses outros, nesse caso, nunca varia muito: “somos todos do mesmo clã, formamos apenas um só e mesmo grupo, pois temos o mesmo bode expiatório” (GIRARD, 2004, p. 203).

Interessante observar que, seguindo as ideias de René Girard (2004), a paz só reinará se a canalização da agressividade contra a vítima expiatória for unânime. No caso de Miranda, realmente houve esta unanimidade. Para o historiador francês, na escolha do “bode expiatório”, um dos aspectos relevantes a se atentar é a vulnerabilidade do imolado, pois, para que o ciclo de violência realmente se interrompa, é necessário que não exista ninguém disposto a vingar a vítima. Nesta lógica, o caráter inconsciente da unidade dos perseguidores é também essencial ao sucesso do “mecanismo vitimário”, uma vez que cada membro da multidão deve crer na culpabilidade do “bode expiatório” para ceder aos impulsos de se lançar contra ele; entretanto, paradoxalmente, a mesma unidade inconsciente tem seu aspecto racional, pois é através do consenso quanto à culpa da vítima que ela é diferenciada dos indiferenciados. Isolada, sozinha, ninguém pode salvá-la porque todos estão unidos contra ela, e a violência se extinguirá com sua destruição ou expulsão, quando não haverá vingança. A teoria, portanto, do bode expiatório, se aplica perfeitamente no caso de Miranda, como é possível observar principalmente no caso das biografias produzidas por Jorge Amado (2011) e Anita Leocadia Prestes (2015).

Relacionado à Miranda, temos o caso Elza Fernandes, assassinada a mando do Partido, mas conhecida como *A Garota*<sup>157</sup> – um dos pontos mais polêmicos da trajetória de Prestes. A jovem, companheira do dirigente comunista, foi presa juntamente com ele. As lideranças do PCB, entre elas Prestes, começaram a desconfiar que ela estivesse colaborando com as forças policiais.

Boris Koval (2007) levanta a hipótese de que Miranda era um agente varguista, justamente quando

---

<sup>157</sup> Há poucas informações sobre quem seria Elza Fernandes, cujo nome verdadeiro era Elvira Cupello Calônio. Nascida em Sorocaba (SP), foi namorada de Miranda nos anos 1930, Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil. A moça foi estrangulada com uma corda de varal e enterrada num saco nos fundos de uma casa no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro.

Em relação à Elza Fernandes, sua culpa foi constatada inteiramente, apesar de não ter ficado claro qual era à base desta – medo, interesse ou simplesmente negligência imperdoável. No entanto, é amplamente difundida a opinião de que Elza não foi culpada de nada, e o traidor foi o próprio Miranda. Às vezes encontramos a afirmação de que o Secretário-Geral do PCB era quase que agente pago da polícia. Affonso Henriques escreve que a detenção de Miranda teria sido *pro forma*. Se ele ficasse em liberdade, considera Henriques, Miranda estaria ameaçado como agente de Vargas, mas na prisão ele estava sob a proteção da polícia (KOVAL, 2007, p. 275).

Jorge Amado (2011), em seu relato, feito no calor da hora, em nenhum momento problematiza a questão, explicando as condições que possibilitaram o assassinato da jovem pelo Partido. Para o escritor, o caso Elza foi mais uma tentativa de acusar injustamente Prestes de um crime que não cometeu: “um dia a polícia anunciou ao povo que Luís Carlos Prestes era responsável por um assassinato. O povo riu na cara da polícia, riu dos ‘documentos’ apresentados” (AMADO, 2011, p. 306). O biógrafo procurou omitir as acusações e o processo, na época bastante divulgados pela imprensa: “acusavam Luís Carlos Prestes de ser o mandante intelectual da morte de Elza Fernandes, uma jovem que fora detida em 35. Ninguém soube como morreu Elza Fernandes. Soube-se, sim, que ela foi presa em 1935 e que desapareceu na polícia” (AMADO, 2011, p. 306).

Boris Koval (2007) dedica vários parágrafos sobre o caso, oscilando bastante em sua abordagem, em parte defendendo Prestes das acusações, em outro procurando justificar o ocorrido. Para o historiador, “o chamado ‘caso de Elza Fernandes’, com o qual foi ligado Luiz Carlos Prestes, é bastante banal, pelo conteúdo, mas ele, na minha opinião, é importante do ponto de vista de que ajuda a revelar algumas colisões éticas da prática revolucionária” (KOVAL, 2007, p. 270). Debruçado em documentos de Polícia do Rio de Janeiro, publicados em 1938, afirma que sua análise permite desfazer as numerosas invencionices e especulações em relação ao assassinato de Elza Fernandes.

A documentação, segundo Koval (2007), permite compreender que “Prestes formulou claramente seu ponto de vista a respeito da própria Elza, deixando a decisão do caso na dependência de sua culpa perante o Partido” (KOVAL, 2007, p. 272). O assassinato, portanto, possui uma lógica:

Para defender o Partido, na opinião dele, eram necessárias medidas rigorosas, inclusive liquidação, em casos excepcionais, dos provocadores e traidores descobertos. Se o fato de traição foi estabelecido, suponha Prestes – a organização revolucionária tem o pleno direito moral de punir o traidor (KOVAL, 2007, p. 274).

Isso corroboraria com a figura mitológica do sacrifício da moça, em nome de um bem maior. Por fim, o biógrafo expõe como sua interpretação sobre o caso foi sendo moldada de acordo com a documentação que teve acesso, o que se caracteriza como uma fórmula pendular, oscilando de acordo com as circunstâncias da pesquisa:

Como avaliar em geral toda a história de Elza Fernandes? Inicialmente, eu estava inteiramente do lado de Prestes, mas depois comecei a duvidar inteiramente do lado de Prestes, mas depois comecei a duvidar do direito de quem quer que seja de privar alguém da vida, mesmo por decisão coletiva e revolucionária. A vida política prática, entretanto, obriga com frequência a atuar de forma amoral (KOVAL, 2007, p. 276).

Assim, com sua forma de biografar, tendendo para um julgamento moral a todo momento, afirma: “eis por que eu condeno, e ao mesmo tempo justifico, a decisão de Prestes, ou melhor, não justifico, procuro entender e explicar” (KOVAL, 2007, p. 276). A citação em questão possibilita uma boa reflexão sobre o papel do historiador-biógrafo, em seu desafio biográfico no processo de compreensão e julgamento dos seus biografados.

As terminologias utilizadas – condenar, justificar, entender e explicar –, estão no campo das opções de um biógrafo, como de um historiador, no processo de construção biográfica. A difícil missão de reconstituir minimamente a vida de um sujeito acaba por levar o historiador, como no caso de Boris Koval (2007), a um debate ético, sobre como inserir seu personagem nos dilemas do seu tempo. Koval opta por visibilizar ao seu leitor este seu dilema, suas dúvidas de como tratar o tema do assassinato de Elza, o que reforça a falsa ideia de apologia, por exemplo, que se encontra no próprio título de sua obra, *o heroísmo trágico*. O historiador russo, na verdade, procura um caminho próprio, oscilatório de biografar, ora condenando, ora exaltando o seu biografado.

Sobre o caso Elza Fernandes, Aarão Reis (2014) procurou explicar com detalhes os desdobramentos do caso, desde o momento em que a *garota* apareceu livre. Tendo tomado por base as lacunas das biografias anteriores, o autor tentou resgatar os fatos de forma objetiva, alternando entre sua própria opinião e as evidências encontradas nas fontes. Desta forma, o biógrafo é claro e direto em sua interpretação sobre o caso, compreendendo que houve um consenso para a eliminação de Elza.

O historiador destaca que houve uma tentativa de atribuir a Prestes a principal ou única responsabilidade pela execução, fazendo-o, segundo o autor, uma espécie de bode expiatório da ação, o que para ele não é justificável tendo em vista os fatos.

Dentro desse processo, Aarão Reis (2014) procura explicar a origem de ações de “justiçamento” na prática política dos comunistas na época:

Preliminarmente, é preciso sublinhar a cultura política em que estavam imersos os dirigentes políticos da IC e do PCB. Qualquer colaboração com a polícia era na época encarada como crime de traição à revolução e ao Partido, sujeita à pena de morte, ou ao “justiçamento”, segundo o jargão comunista. Além disso, deve-se recuperar a atmosfera de “caça acuada” em que se encontrava o PCB, cujos dirigentes estavam sendo presos, muitos torturados e mortos pela polícia política, numa ciranda que parecia não ter fim e que se pretendia, a todo custo, estancar (REIS FILHO, 2014, p. 195).

O autor se utiliza de um relatório extenso de autoria de Pavel Strucheveski, conhecido como Leon Jules Vallée, de 1936. Nele se reconhece que Prestes assumiu uma posição favorável à execução da jovem.

Num bilhete, que se tornou famoso, ele de fato concita os dirigentes a passar à ação: “ou bem vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deveriam resolutamente ter posto em prática, ou então discordam. Assim, não se pode dirigir o partido do proletariado, da classe revolucionária” (REIS FILHO, 2014, p. 196).

Por fim, Aarão Reis (2014) explica a decisão de Prestes dentro da cosmovisão do Partido, trazendo mais uma vez o que seria um dos pontos principais da personalidade do seu biografado, a frieza:

O Prestes incisivo – homem íntegro, o ‘anjo vingador’ – puro e duro, aparece aqui em toda a sua dramaticidade. Mas o que ele está fazendo é urgir a aplicação de uma decisão – coletiva – já tomada. E não decidindo, individualmente, um assunto, ou fazendo cumprir uma decisão em nome de sua reconhecida autoridade (REIS FILHO, 2014, p. 196).

E como Anita Leocadia Prestes (2015) analisa o caso de Elza Fernandes? Mais uma vez a atitude da historiadora é de defesa do seu *biografado*. Começa deixando clara a sua suspeita de que ela estaria a serviço da repressão diante de sua liberdade. Para a historiadora, tanto para a direção nacional do Partido quanto para Prestes, era difícil acreditar que Miranda pudesse ter fornecido informações à polícia. De toda forma, Anita Leocadia Prestes (2015), dentro do seu rigor como historiadora, não maquia a documentação que comprova o envolvimento direto de

Prestes na prática do *justiçamento* de Elza. A historiadora traz as cartas que comprovariam seu envolvimento no caso. Em uma delas Prestes fala em medidas enérgicas e extremas:

Estou inteiramente de acordo com as conclusões a que chegou o SN (Secretaria Nacional): precisamos tomar medidas enérgicas e extremas, porque se já nos fez mal, pode ainda nos fazer pior, comprometendo e servindo de testemunha contra uma infinidade de pessoas. Não podemos, portanto, vacilar nessa questão (PRESTES, L. C., 1936 apud PRESTES, A. L., 2015, p. 190).

Porém, na interpretação de Anita Leocadia Prestes, a atitude do Partido foi equivocada:

Da mesma forma como fora falsa a avaliação feita pelo PCB da situação política do país, caracterizada então como supostamente 'revolucionária', foi errônea, desnecessária e inaceitável, nas condições então existentes, a solução adotada para o caso de Elvira Cupello Caloni (PRESTES, 2015, p. 192).

Por fim, resta-nos também discutir minimamente o tema da tortura como uma memória em evidência nas biografias de Prestes, com destaque para a de autoria de Jorge Amado (2011) nos últimos capítulos da narrativa. O capítulo final da narrativa acaba por assumir um teor iminente de denúncia, tendo se dedicado aos presos, aos exiliados, aos torturados, aos assassinados pelo regime do Estado Novo. O teor heroico sobressai não apenas a Prestes, mas a tantas outras vítimas do regime naquele momento: "homens que sofreram as torturas pelo bem do seu povo" (AMADO, 2011, p. 255).

Para Jorge Amado (2011, p. 264), "o que havia de melhor no Brasil estava preso": nas letras, nas ciências, no Exército e na Marinha –, os mais brilhantes professores universitários, os escritores de larga polaridade. Neste ponto, constatamos que nas biografias de Boris Koval (2007), Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015), a denúncia da tortura é um elemento secundário na narrativa; já para Jorge Amado (2011), várias páginas são dedicadas aos eventos, detalhando com sensibilidade e revolta, as torturas sofridas, principalmente de Ewert e Sabo.

Nesta lógica, um dos pontos principais de uma política da memória empreendida por Jorge Amado (2011) em sua narrativa biográfica é a sua influência não apenas na divulgação da imagem pública de Luiz Carlos Prestes em toda a

América Latina, mas principalmente na realidade de sua soltura, no ano de 1942, tendo denunciado os maus tratos dos opositores ao regime do Estado Novo.

### 3.6 O herói martirizado: da prisão à liberdade

Um dos pontos mais evidenciados das narrativas biográficas dedicadas a Luiz Carlos Prestes é o período em que ele esteve preso entre os anos de 1936 a 1945. Nestes quase dez anos Prestes perdeu a sua esposa, Olga Benário (assassinada em um campo de concentração em 1942) e sua mãe, Leocadia Prestes (morta no exílio no México em 1943).

Contraditoriamente, é o período em que ficou mais conhecido em todo o mundo, em grande parte pela Campanha Prestes, como ficou distinguida a campanha internacional de sua libertação. Nesta mesma lógica surgiu a sua biografia mais conhecida, pelas mãos do escritor Jorge Amado.

Quando procuramos ligar a biografia produzida por Jorge Amado (2011), entre 1941 e 1942, à Campanha Prestes é por entendermos que sua elaboração envolveu na verdade uma coletividade comunista, em especial latino-americana, que pode ser encontrada, inclusive, em toda a narrativa, desde as epígrafes dos capítulos, até mesmo na própria narrativa em si. São escritores, poetas, juristas, artistas, que em algum momento produziram textos em periódicos pregando a libertação de Luiz Carlos Prestes<sup>158</sup>.

Este período é justamente o que Jorge Ferreira (2002) chama de o *tempo do martírio*, quando Prestes se encontrava afastado do povo e aprisionado pelos inimigos. Um preso político confinado nos cárceres do governo autoritário de Getúlio

---

<sup>158</sup> Nicola Mira Gonzaga da Silva (2016), em sua dissertação de mestrado, intitulada *O Cavaleiro biografado e outros ecos*, lista os chamados ecos coletivos nesta obra biográfica. A pesquisadora encontrou no arquivo perdido de Jorge Amado (que serviu de base para elaboração do livro), textos e poemas de Mirta Aguirre (escritora, periodista e militante política cubana); Sofia Arzarello (poetisa e professora uruguaia); Otto Benitez (escritor, político e ex-ministro colombiano); Felipe Novoa (poeta uruguaio de origem argentina); Alejandro Laureiro (militante comunista uruguaio); Gisleno Aguirre (militante uruguaio e presidente do Círculo El Progreso); Julio J. Casal (escritor uruguaio, autor de diversos livros de poemas); Adelmo Botto Aparício (escritor uruguaio), além de outros de autoria não identificada. Além disso, nos documentos guardados, Jorge Amado colecionou também recortes de jornais relacionados a Prestes, todos do ano de 1941. Segundo Silva (2016), é possível identificar o nome de alguns jornais populares: “*Diario Popular* (Rio grande do Sul), *La razón* (Montevideú), *La voz de Tafí Viejo* (Tafí Viejo, província de Tucumán, Argentina) e *La hora* – Diario de los trabajadores (Buenos Aires). O Comitê Pró-Luiz Carlos Prestes, também de Buenos Aires, traz uma publicação – um resumo das forças democráticas de diversos países da América Latina que se mostravam a favor de Prestes. Os demais documentos impressos levam à identificação da gráfica SUR S. A (Tall. Gráf. SUR S. A)” (SILVA, N., 2016, p. 130).

Vargas. O herói épico, lembrado pelo *tempo da presença* da Coluna Miguel Costa-Prestes, tornou-se um herói trágico diante da derrota, na tentativa da revolução comunista, da perda da liberdade, além da sua esposa e da sua mãe.

Depois de preso, Prestes assumiu toda a responsabilidade política pelas revoltas ocorridas no Rio de Janeiro e no Nordeste. Para Jorge Amado (2011), “ia começar o seu longo martírio. Ia começar também a mais impressionante fase da sua vida, aquela que o coloca ao lado das maiores figuras da humanidade” (AMADO, 2011, p. 271). O autor, imbuído do caráter de denúncia, relaciona detalhadamente os períodos de incomunicabilidade com a família e amigos, o isolamento, as condições precárias nos presídios, a tortura psicológica sofrida nos anos entre 1936 e 1942.

Boris Koval (2007) traz em minúcias o que ele chama de “heroísmo trágico”: “logo após a detenção levaram Prestes para o interrogatório. Espancado, torturado, ele se recusou a responder às perguntas. Novamente o espancaram e lançaram-no na solitária” (KOVAL, 2007, p. 278).

Para Koval (2007), Prestes seguiu o exemplo do herói brasileiro Tiradentes, pois ao “assumir toda a culpa só podia um homem forte de espírito e resoluto” (KOVAL, 2007, p. 279). Ao referir-se a Tiradentes, Koval (2007) se aproximou de Jorge Amado e Abguar Bastos (1986), que, nos anos 1940, procuraram comparar o líder da Coluna com outros heróis internacionais e nacionais<sup>159</sup>.

Tiradentes, nome de Joaquim da Silva Xavier, uma das lideranças da chamada “Inconfidência Mineira”, ocorrida em 1789, em Minas Gerais, que buscava, dentre outras motivações, a autonomia de Portugal, foi morto de maneira violenta pelo governo português e representa até hoje, para diversas esferas civis e militares, um símbolo de liberdade e civismo.

Para Flávio Kothe (2000), “o herói trágico é a dominante do sistema constituído pela tragédia. Ele vai aparecendo como trágico à medida que se desenrola a tragédia que ele mesmo desenvolve com a força do destino” (KOTHE, 2000, p. 13). Esta força do destino é que o possibilita as narrativas biográficas, como as de Jorge Amado (2011) e Boris Koval (2007), que salientam o que Kothe chama

---

<sup>159</sup> Amado (2011) aproxima o seu biografado ao que ele chama de heróis do passado, como Filipe dos Santos, Tiradentes, Frei Caneca, Pedro Ivo, Constant e Floriano Peixoto. Abguar Bastos (1986) o compara ainda com Carlos Magno, Merlin, Lancelote, Girard de Roussilon e Símon Bolívar.

de “a grandeza da queda”, ou seja, quando até mesmo na derrota há uma implicação positiva:

Todo grande personagem é uma união de contrários: ele é o alto cuja grandeza está na baixeza, ou é o alto que cai e readquire grandeza na queda, ou então é o baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares. Quanto maior a sua desgraça, tanto maior a sua grandeza. A sua desgraça não é mera choradeira, mas duro aprendizado da “condição humana”, transcendendo a doutrinação que lhe é inerente. À medida que a expiação da culpa originária aponta para uma solução de conflito trágico, leva também a uma reconciliação interior (KOTHE, 2000, p. 13).

Porém, mais do que louvar as grandezas de Luiz Carlos Prestes, Jorge Amado (2011) assume uma postura de denúncia em seu texto, que vai além do próprio biografado, mas de um grupo de homens que sofreram com as perseguições do governo de Getúlio Vargas: “os processos contra ele eram feitos em meio a documentos falsificados, a testemunhas compradas, a depoimentos de traidores, com a cumplicidade dos juízes de um tribunal vergonhoso, o Tribunal de Segurança” (AMADO, 2011, p. 273). Baseado na documentação cedida por Sobral Pinto<sup>160</sup>, que assumiu a defesa de Prestes, Amado (2011) critica ainda o fato de Prestes não ter conseguido conversar com seu advogado, e mais, denuncia as várias arbitrariedades cometidas pelo estado ditatorial de Vargas, com trechos que exemplificam o “estado de exceção” ali construído, que sustentou, inclusive, a implantação do Estado Novo.

Sem o teor de denúncia, os historiadores Daniel Aarão Reis (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015) procuraram documentar a forma como Prestes foi sendo tratado na experiência de prisão no Rio de Janeiro. Segundo Aarão Reis (2014), o primeiro ano, o de 1936, foi o mais difícil. Prestes sofria com um regime de completa incomunicabilidade, sendo vigiado dia e noite e, pior, à noite escutava as sessões de torturas. O mesmo reagia gritando. Porém, “Prestes não foi fisicamente torturado. Entretanto, sofreu tortura moral e psicológica por parte de diversas autoridades e diferentes alcoses, de início ao fim do período de encarceramento, quase sem interrupção” (REIS FILHO, 2014, p. 198-199). Relato semelhante nós encontramos em Anita Leocadia Prestes (2015):

---

<sup>160</sup> Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) foi um jurista brasileiro. Foi ferrenho defensor dos direitos humanos, especialmente durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar que foi instaurada após o golpe de 1964.



Se não foi torturado fisicamente, como aconteceu com centenas de outros presos, Prestes foi submetido à tortura psicológica, pois, além do isolamento, não podia receber notícias da família nem da situação de Olga. Ele sofreu o impacto da notícia da extradição dela para a Alemanha pela leitura de um jornal (PRESTES, 2015, p. 195).

Sobre os julgamentos de Prestes no Supremo Tribunal Militar, Jorge Amado (2011) destaca a leitura de uma carta de Prestes que acusa que as provas foram forjadas. Denuncia a imprensa e a polícia de lançarem acusações de ser um vendido, um louco, na produção de uma verdadeira campanha de difamação. Prestes delata que o local onde se encontrava era um “antro de torturas e assassinatos” e caracteriza o governo Vargas enquanto um regime de exceção. Suas palavras, segundo o biógrafo,

Vibram no tribunal. Saem pelas frestas das janelas fechadas, lavam do corpo imenso do Brasil a lama com que o cobrem. É todo um povo, pela voz do seu herói que rasga com o bisturi da verdade a carne podre de um governo, que expõe nu e fétido perante a opinião mundial (AMADO, 2011, p. 288).

Homem estoico, rígido, frio nos sentimentos, espartano; em diferentes momentos de sua narrativa, Aarão Reis (2014) procura caracterizar a personalidade do seu biografado, preso a certo racionalismo e pragmatismo de sua posição enquanto secretário do PCB, como também na vida pessoal. É o único dos biógrafos a procurar compreender a personalidade do seu biografado a partir dos impactos provenientes da trajetória política e pessoal de Prestes:

Em sua formação, regida por D. Leocadia, tais virtudes eram normas de vida aperfeiçoadas nas escolas militares, na existência de escassez e de pobreza diga que sempre fora a da família, e consolidada nos anos da Coluna, em meio a asperezas, perigos, tensões e duríssimas condições. Os anos dos sucessivos exílios, entre 1927 e 1934, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai e mesmo na União Soviética, tinham sido igualmente árduos, espartanos (REIS FILHO, 2014, p. 210).

Um dos pontos mais destacados pelos biógrafos é justamente a campanha internacional que mobilizou diversos países na libertação de vítimas de governos fascistas pelo mundo, processo no qual Prestes foi uma das figuras mais destacadas. Entre eles, Anita Leocadia Prestes foi aquela que mais detalhou a experiência, tendo produzido, inclusive, um capítulo específico em sua biografia de 2015 e publicado anteriormente um livro sobre o tema, a *Campanha Prestes*. Sobre

o tema, a própria autora credencia a sua vida ao movimento internacional, visto que a notícia da extradição de Olga Benário mobilizou grupos comunistas em todo o mundo no sentido de salvar a companheira e a filha de Luiz Carlos Prestes.

Entretanto, mesmo com toda a repercussão internacional, “a partir de 1938, após os avanços alcançados, o movimento encabeçado por Leocadia Prestes sofreu um acentuado refluxo, que teve lugar na conjuntura de crescente ameaça de guerra no continente europeu”. Com o asilo político no México de Leocadia e a filha, segundo a biógrafa, “a Campanha Prestes demorou a deslanchar novamente” (PRESTES, 2015, p. 201).

Interessante observar como Daniel Aarão Reis (2014) vê com outros olhos a Campanha Prestes. Ainda que saliente as qualidades de campanha internacional, quando a imprensa comunista, bem como partidos e intelectuais, mobilizaram-se de forma organizada em uma Europa pós-guerra, o historiador não deixou de tecer críticas à condução da Campanha por parte da mãe de Prestes: “D. Leocadia era dotada de gênio e vontade fortes, determinação e capacidade de trabalho, mas nenhuma experiência política, muito menos talento para articular forças e interesses diferentes em torno de um objetivo comum” (REIS FILHO, 2014, p. 204).

Neste ponto, verificamos como Aarão Reis (2014) opina muito mais do que analisa a questão, visto que não indica com quais fontes comprova esta fragilidade política de Leocadia Prestes em conduzir a Campanha Prestes. O que o aproxima de Boris Koval (2007), em sua construção biográfica pautada na opinião e no julgamento moral. Assim como no caso da equipe estrangeira que veio auxiliar no processo revolucionário de 1935, taxados pelo historiador de amadores e inexperientes, Aarão Reis (2014) vê indícios da ausência de talento e experimento na condução política.

Sobre a tentativa de Leocadia conseguir libertar a menina das mãos dos nazistas, Aarão Reis (2014) problematizou a questão de Prestes e Olga não serem casados, argumento que facilitaria a liberação da menina, tocando mais uma vez no fato de que Olga Benário era casada e de que teria outro filho na União Soviética:

Eles não eram de fato casados, mas os nazistas exigiam o documento para liberar Anita. Os soviéticos poderiam em nome de razões políticas e humanitárias ter fornecido uma atestação falsa, mas não o fizeram, a despeito dos apelos de D. Leocadia. O fato de que Olga era casada com outro homem na União Soviética, tendo inclusive um filho lá, não seria

impedido para um Estado acostumado a não poucas transgressões (REIS FILHO, 2014, p. 205).

Voltando sobre a Campanha Prestes em si, o historiador afirma que ela diminuiu sua intensidade de mobilização na Europa devido à Guerra, mas continuou na América Latina, principalmente onde havia fortes partidos comunistas, como no Chile e no Uruguai. Nesta mesma lógica, Aarão Reis destaca o pouco ou nenhum interesse dos soviéticos em libertar comunistas presos na Alemanha na mesma época. “Ao contrário, como testemunhou Margareth Buber-Neuman, chegaram a entregar dezenas de comunistas alemães, presos na URSS por motivos de divergências política, à Gestapo e à morte” (REIS FILHO, 2014, p. 206).

Jorge Amado – como já salientamos no primeiro capítulo desta tese –, assim como constrói uma ideia heroica do seu biografado, elabora um movimento semelhante com a mãe de seu biografado:

Essa velha de quase setenta anos é hoje, amiga, uma das grandes figuras da América. No futuro, quando se falar das mulheres que honraram e dignificaram o Novo Mundo não se poderá esquecer essa magnífica e esplêndida figura de uma mãe avó, clamando pela liberdade do filho, da nora e da neta (AMADO, 2011, p. 312).

Por fim, Jorge Amado conclui o livro sonhando com dias melhores:

UM DIA, AMIGA, TE NARRAREI O RESTO DESTA HISTÓRIA. No dia da liberdade, quando o herói partir novamente no seio do povo para a festa da democracia. Te falei dele nos dias de luta, de triunfo, de exílio e de sofrimento. Te disse da sua grandeza, do seu gênio, do seu heroísmo (AMADO, 2011, p. 321).

E prega, enfim, a liberdade do seu personagem, utilizando-se de *uma poética mobilizadora*:

Quando amanhã ele partir novamente no seio do povo, amiga, as noites serão doces noites de amor, nas areias do cais os ais serão suspiros de amantes. Nas noites de hoje, de tristeza e de dor, gritemos pela sua liberdade. Levanta a tua voz, amiga, clama comigo, com toda a gente do cais, com todos os povos livres do mundo, clama até que teu grito seja ouvido: – LIBERDADE PARA LUÍS CARLOS PRESTES! Buenos Aires, 03 de janeiro de 1942 (no dia do 44º aniversário de Prestes) (AMADO, 2011, p. 322).

Depois de um fracasso na revolta de 1935, do qual Prestes arcou com grande parte da responsabilidade, temos, assim, diante das narrativas biográficas

apresentadas, um personagem que acabou por expressar um modelo trágico, no qual o sofrimento da prisão, deportação e depois morte trágica da sua companheira na Alemanha nazista, e de sua mãe por morte natural, reforçam ainda mais esse aspecto.

Mesmo com todo esse aspecto trágico, chama atenção a ausência de maior personalidade, ou seja, a exploração íntima dos sofrimentos do biografado. Fechado na prisão e porque não em si mesmo, Prestes trocou centenas de cartas não apenas com sua mãe, esposa e irmãs, mas também com lideranças políticas. A abordagem deste ponto é bastante insignificante por parte dos biógrafos, o que reforça em grande parte a tendência a privilegiar o Prestes político e militar.

### *3.7 Ascensão e queda do Partido Comunista Brasileiro (1942-1948)*

A partir de 1942, ainda na prisão, a vida de Luiz Carlos Prestes transformou-se intensamente diante da situação política nacional e internacional. Neste contexto, as biografias dedicaram-se a explorar a relação do biografado com o PCB, quando, de certa maneira, ambos (partido e personagem) se confundem diante mesmo da campanha ocorrida a partir de 1945, quando conquistou a legalidade momentânea, no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial.

Dos biógrafos, Jorge Amado (2011) é aquele que, contaminado pelas condições de produção da biografia, escrita entre os meses finais de 1941 e os meses iniciais de 1942, no exílio, é o que se aproxima de uma maior crítica ao regime do Estado Novo. Podemos compreender, inclusive, que a obra é ao mesmo tempo um libelo que pretende mobilizar internacionalmente para a liberdade de Luiz Carlos Prestes, como também um manifesto contra o governo Vargas. Ambas as funções estão implicadas.

Enquanto vítima, visto que foi preso duas vezes durante o governo Vargas, Jorge Amado (2011) construiu uma imagem profundamente negativa do Estado Novo e de seu líder, Getúlio Vargas. Para o biógrafo,

A preparação do golpe de 10 de novembro começou em 1935, quando o governo criou a palavra “comunismo” a mais ampla acepção. Comunista era todo aquele, democrata, liberal ou socialista, homem de esquerda ou homem de centro, que se opunha aos desmandos do poder (AMADO, 2011, p. 293-294).

Ao defender a ideia de aproximação de Getúlio Vargas com o integralismo e o fascismo, o escritor compreende que

O Estado Novo se caracteriza pelo desejo de arrancar do brasileiro todas as suas qualidades de caráter. É o regime do suborno, da absoluta e cínica despreocupação pelos interesses do país e do povo, é o regime da servilidade, da bajulação e da torpeza no seu máximo. Tirania na América. Degradante e criminosa (AMADO, 2011, p. 297).

Jorge Amado (2011), no contexto do conflito da Segunda Guerra Mundial, analisou as contradições de Getúlio Vargas, tendo abordado os sinais da mudança em seu comportamento devido ao contexto internacional, quando o autor escreveu a narrativa biográfica de Prestes:

Getúlio Vargas se encontrou numa difícil encruzilhada. As forças comprometidas com o nazismo queriam arrastar o Brasil a uma posição internacional à qual o povo se opunha violentamente. No primeiro momento Vargas pareceu acreditar na vitória alemã e se inclinar para o Eixo. (...). Vargas, com todo o tato político que o caracteriza, soube compreender perfeitamente que o povo do Brasil nunca embarcaria na aventura nazista (AMADO, 2011, p. 317).

A questão principal de Jorge Amado (2011) é dar visibilidade à contradição entre a manutenção de um regime político autoritário e, ao mesmo tempo, apoiar os Aliados, defensores da “liberdade e da democracia”. Internamente, Vargas continuava perseguindo opositores e mantendo preso justamente a figura de Prestes, além de ter, em seu governo, figuras que representavam uma afinidade ideológica com o Eixo. Em determinado momento, Jorge Amado escreveu: “não se pode combater o fascismo tolerando-o em casa” (AMADO, 2011, p. 318) e, mais à frente, na mesma reflexão se pergunta: “como ter preso Luís Carlos Prestes no momento em que a pátria corre perigo?” (AMADO, 2011, p. 318).

De todos os biógrafos, nenhum dos quatro escreveu tantas laudas dedicadas à compressão do regime do Estado Novo e o seu líder Getúlio Vargas, como o historiador Boris Koval (2007). Isso se deve, imaginamos, devido ao desconhecimento pelos leitores russos da história do Brasil. O autor traz minúcias sobre a história política brasileira, dedicando-se a compreender, através de uma historiografia já clássica, o período varguista, entendendo, desta forma, o Estado Novo como afirmação do sistema corporativo-nacionalista. Em determinado

momento da biografia, a impressão é que o autor esquece o seu biografado para refletir sobre o quadro político brasileiro dos anos 1930 e 1940.

A partir do ano de 1938, Boris Koval (2007) analisou como Prestes, diante do cenário nacional e internacional, foi mudando a sua compressão do governo de Getúlio Vargas, tendo como ponto de reflexão justamente o crescimento do nazifascismo pelo mundo, inclusive no Brasil, antes mesmo do início da Segunda Grande Guerra. A ameaça principal era o integralismo: “em suas anotações na prisão, ele escreveu que em face da ameaça integralista, as forças de esquerda devem apoiar a linha nacionalista de Vargas, apesar de um plano mais amplo e luta pelo restabelecimento da democracia” (KOVAL, 2007, p. 308).

À semelhança de Anita Leocadia Prestes (2015), Boris Koval (2007) vê nas cartas trocadas entre Luiz Carlos Prestes e o integralista Severo Fornier<sup>161</sup> na prisão, uma clara documentação que exemplifica a noção racional e pragmática do ponto de vista político, de como a mentalidade de Prestes foi mudando em relação a Getúlio Vargas: sobre os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, quando os soviéticos tiveram um papel fundamental na vitória contra os aliados. Boris Koval (2007) compreende que “nos anos de guerra, Prestes continuou na prisão. (...) No entanto, (...) conseguiu entender corretamente a situação internacional” (KOVAL, 2007, p. 318). Isso se deve ao fato de que no jogo maior da guerra, o Brasil de Vargas foi pressionado a aderir à luta contra o nazismo, houve o seu alinhamento com os Estados Unidos.

Os três biógrafos se dedicaram a analisar em detalhes as transformações internas do Partido Comunista por meio das correntes que foram se formando no partido nos anos 1940. Seriam três correntes neste momento. No primeiro grupo tinham “os liquidacionistas”, liderados pelo carioca Fernando de Lacerda<sup>162</sup>, que pregavam a dissolução do Partido naquele contexto. O segundo grupo, liderado pelos paulistas, que considerava impossível apoiar Getúlio Vargas. O terceiro seria justamente o grupo majoritário, liderado pelos nordestinos, notadamente baianos, que pregavam a ideia de união com Vargas, que recebeu o nome de CNOP

---

<sup>161</sup> Severo Fornier (1906-1946) foi um dos líderes do levante integralista ocorrido em maio de 1938, que visava atacar o Palácio Guanabara, então residência presidencial, e derrubar o governo de Getúlio Vargas.

<sup>162</sup> Fernando Lacerda (1891-1957) foi um médico e importante militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro nos anos 20 e 30. Foi seu Secretário-Geral entre 1931 e 1932 e delegado no VII Congresso da Internacional Comunista (Comintern), ocorrido em 1935.

(Comissão Nacional de Organização Provisória) durante a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943. Segundo Anita Leocadia Prestes:

Nessa ocasião, Prestes foi efeito, pela primeira vez, Secretário-Geral do PCB *in absentia*. A orientação por ele defendida de “União Nacional” contra o inimigo externo, mas emprestando apoio ao governo Vargas, coincidia com as diretrizes aprovadas na Conferência (PRESTES, 2015, p. 232).

Anita Leocadia Prestes (2015) aponta um aspecto que pode ajudar na compreensão do apoio de Prestes a Vargas naqueles primeiros anos da década de 1940: “se Prestes era crítico ao ‘apoio incondicional’ ao governo, tampouco aceitaria os argumentos das ‘pretensas forças democráticas’, que não se solidarizavam com o governo, pois ‘se não apoiam o governo em guerra contra o nazismo, ficam de fato ao lado do nazismo’ (PRESTES, 2015, p. 234).

Aarão Reis (2014) buscou assumir em sua biografia uma tentativa de explicação do que chama de atitude paradoxal: “parecia um paradoxo, desses que a luta política, às vezes, impõe, segundo as circunstâncias: lutar contra o nazismo em torno de uma ditadura que, até pouco antes, não escondera disposições favoráveis aos regimes liderados por Hitler e Mussolini” (REIS FILHO, 2014, p. 217).

Sobre a questão da União Nacional em si, Aarão Reis (2014), comenta acerca de um possível acordo entre Vargas e Prestes, e como as mudanças impactaram a realidade do comunista na prisão:

As repercussões desses acontecimentos na vida de Prestes foram imediatas. Embora reservado numa primeira fase, passara, logo depois de o Brasil entrar na guerra, a defender a “União nacional” com o governo na luta contra as potências do Eixo. Falou-se muito que houvera um acordo – secreto – entre Getúlio Vargas e Prestes, mas isso nunca ficou provado. Em junho, ele recebeu, pelos canais oficiais, carta de Agildo Barata, oficial comunista, preso, um dos dirigentes do movimento de 1935. No mês seguinte, Leite Ribeiro apareceu na companhia do líder comunista cubano, Blas Roca, que fazia um périplo pelas Américas a favor da guerra contra o nazifascismo. Só o fato de sua presença em território brasileiro ter sido autorizada legalmente pelo governo já era simbólico (REIS FILHO, 2014, p. 215).

Segundo Boris Koval (2007), Getúlio Vargas estabeleceu contatos políticos com os comunistas. Orlando Leite Ribeiro<sup>163</sup> foi encarregado por manter

<sup>163</sup> Orlando Leite Ribeiro (1889-1962), militar e diplomata carioca. Em abril de 1927, quando o movimento rebelde da Coluna Miguel Costa-Prestes congregou os movimentos tenentistas anteriores, foi obrigado pelas tropas legais a internar-se no Paraguai (sob o comando de Antônio de Siqueira Campos) e na Bolívia (sob o comando de Luís Carlos Prestes), Orlando Leite Ribeiro, então exilado

conversações secretas com Prestes em sua cela para alcançar um compromisso político. O apoio passava pela exigência da legalização do PCB:

As conversações políticas entre o líder dos comunistas e emissários de Vargas adquiriram configurações práticas apenas depois que, em 02 de abril de 1945, o governo do Brasil anunciou o estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética (KOVAL, 2007, p. 324).

O fato é que, “nas brechas, os comunistas brasileiros rearticulavam-se, propagando também as teses de união nacional contra o nazifascismo, em torno do governo Vargas, apoiadas por Prestes” (REIS FILHO, 2014, p. 215-216), porém, houve resistência não só entre os liberais, como também entre os comunistas, segundo o historiador. Os comunistas “consideravam impossível aliar-se ao ditador, o homem que deportara Olga e que autorizava a tortura de centenas de revolucionários” (REIS FILHO, 2014, p. 216).

Anita Leocadia Prestes (2015), entre os biógrafos, é que mais se aprofunda sobre as articulações políticas construídas pelo PCB entre os anos 1940, que desdobraram em sua legalização em 1945, o que passa pela formulação de uma política de União Nacional. Segundo a historiadora, havia por parte de Prestes uma troca de bilhetes clandestinos com o Secretariado Nacional (SN) do PCB. Segundo ela:

Nessa troca de bilhetes com o SN, se esboçava cada vez maior clareza o repúdio de Prestes ao apoio incondicional a Vargas, posição assumida desde então pela direção do PCB e mantida até o final do seu governo, apesar de insistentemente combatida por Prestes (PRESTES, 2015, p. 218).

Para comprovar, cita cartas de membros do PCB: “diante da correlação de forças presente no cenário nacional, Prestes entendia a justeza de apoiar a ala americanófila dentro do governo, liderada por Osvaldo Aranha, contra a ala fascista, liderada pelos generais Dutra e Góis Monteiro” (PRESTES, 2015, p. 219).

Nesta lógica, na percepção de Anita Leocadia Prestes (2015), Getúlio Vargas começou a mudar sua estratégia política, vendo em Prestes um possível aliado para

---

em Buenos Aires, atuou ativamente como elemento de ligação entre esses dois comandantes tenentistas. Em fevereiro de 1928, foi condenado a um ano e quatro meses de prisão por sentença do juiz Sá e Albuquerque devido à sua participação na Revolta de 05 de julho de 1922. Com a vitória da Revolução de 1930 em outubro, que levou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, foi designado no novembro seguinte para servir junto à interventoria federal em São Paulo, onde colaborou na organização do Departamento das Municipalidades desse estado.



se manter no poder, o que possibilitou sim uma aproximação diante do contexto político internacional e das necessidades pragmáticas do PCB naquele momento. Segundo a autora, “as condições carcerárias de Prestes permaneceriam sem alterações significativas, embora, a partir de 1941 e do início de 1942, lhe tivesse sido permitido corresponder-se com alguns poucos amigos, que lhe escreviam da Argentina e do Uruguai” (PRESTES, 2015, p. 226). Houve uma melhoria da prisão: sala ampla, banheiro com aquecedor, algum conforto material.

É curioso analisar como a autora demonstra o processo de mudança de Prestes em relação a Vargas:

A partir de 1944, contando com a aprovação do presidente, as visitas de Orlando Leite Ribeiro a Prestes tornar-se-iam mais frequentes. Havia o intuito deliberado, da parte de Vargas, de tentar um “entendimento” com Prestes, de forma a fortalecer a política de “União Nacional” no esforço de guerra (PRESTES, 2015, p. 231).

Anita Leocadia Prestes (2015) ainda é aquela que esmiúça a Conferência da Mantiqueira, quando Luiz Carlos Prestes, mesmo preso, assumiu a Secretaria Geral do Partido, tendo se tornado a liderança de um novo grupo dirigente do PCB. A conferência realizada clandestinamente em algum lugar do vale do Paraíba, em agosto de 1943, contou com 43 militantes. A partir daí a defesa da União Nacional foi oficializada pelo PCB<sup>164</sup>.

Nesta lógica, a autora dá a entender que o revolucionário comunista não cometeu erros, mas sim que o colocaram em situações difíceis. Nesta mesma lógica, assim como o culpado pela derrota em 1935 para as revoltas comunistas foi Miranda, Secretário-Geral do PCB, desta vez, o bode expiatório foi Diógenes de Arruda Câmara. Nas palavras da historiadora, ele tomou de assalto a direção do Partido.

Para a autora, o ponto-chave das mudanças no seio do Partido foi a denúncia dos comunistas contra o golpe da direita contra Getúlio Vargas. Segundo a autora, “documentos da época revelam que em momento nenhum o PCB ou Prestes defenderam a palavra de ordem de ‘Constituinte com Getúlio’, bandeira do movimento queremista” (PRESTES, 2015, p. 249). Desta forma,

---

<sup>164</sup> Na ocasião foi nomeado um Comitê Central provisório, que se consolidaria com o apoio de Prestes, então eleito Secretário-Geral do Partido. O novo grupo dirigente do PCB foi constituído por Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Mário Alves, Amarílio Vasconcelos, Ivan Ramos Ribeiro, Giocondo Dias e Álvaro Ventura.

Diferentemente do que foi difundido por seus detratores – e, mais tarde, consagrado em grande parte dos escritos existentes sobre o assunto –, os dirigentes comunistas jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder. Pelo contrário, lutaram por eleições presidenciais efetivamente democráticas, entendendo que, para tal, era necessário que as mesmas se realizassem numa nova situação institucional, livre do autoritarismo da Carta Estado-Novista de 1937 (PRESTES, 2015, p. 249).

A historiadora então justifica acerca da postura do PCB naquele momento:

Para o PCB, apoiar Vargas, exigindo concomitantemente a convocação da Assembleia Constituinte, era o meio de evitar o golpe das forças mais conservadoras – aquelas que desejavam impedir a aproximação de Getúlio com as massas e deter o processo de democratização por ele promovido, apesar das vacilações e das limitações evidenciadas. Para os comunistas, trata-se de dar sustentação ao governo existente, que vinha tomando medidas de “abertura” do regime, e pressioná-lo no sentido da realização de eleições livres para a Constituinte, em que fosse elaborada e promulgada uma nova Lei Magna, representante da correlação de forças presentes no país (PRESTES, 2015, p. 250).

Na verdade, a afirmação de Anita Leocadia Prestes (2015) de que os comunistas jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder, bem como que os comunistas praticaram a colaboração de classes nos anos 1940, soa estranha.

Nesta lógica, a interpretação dos mesmos fatos é diferente no que se refere à biografia de autoria de Aarão Reis (2014), que, dentro do tema da aliança com Vargas, Prestes justificaria: “um pouco por toda parte, havia sapos a engolir. O inimigo principal precisava a ser abatido, defendia Prestes. Disso dependia a sorte da União Soviética, e do conjunto do movimento comunista internacional” (REIS FILHO, 2014, p. 216). O fato é, segundo o biógrafo, que “entre os comunistas, e na cela onde se encontrava Prestes, as esperanças renasciam. O Partido, esfacelado pela repressão da ditadura de Vargas, começara a se reorganizar” (REIS FILHO, 2014, p. 217).

Entre os biógrafos, baseado nas memórias de Affonso Henriques, Boris Koval (2007) traz a seguinte reflexão: “Prestes, o grande estrategista militar – na opinião do conhecido jornalista Affonso Henriques – continuava, pois, se revelando um medíocre estrategista político” (KOVAL, 2007, p. 333). Koval transcreve um longo trecho de Henriques questionando como justificar o fato do “Cavaleiro da Esperança”, depois de tudo, se pronunciar publicamente a favor do ditador. O que sugere, por parte do autor, dúvidas sobre a decisão do Partido e do próprio Prestes naquele momento.

Falando agora da popularidade de Prestes, no contexto de sua libertação, em 1945, para Aarão Reis (2014), o comunista caiu nos braços do povo logo depois de sua saída da prisão:

Prestes saiu da cadeia para entrar num redemoinho. Da solidão do cárcere, tempo de espera, à vida pública, tempo de decisões. Um cavaleiro da esperança ou agente de Moscou? Fosse como fosse, tornar-se um dos atores mais relevantes da cena política, todos queriam ouvi-lo, saber como avaliava o momento, o que iria dizer e propor, o que faria (REIS FILHO, 2014, p. 221).

Dentro de uma percepção de que havia um clima de euforia no ar com a aproximação do fim da guerra, “o Brasil fervilhava de debates e esperanças” (p. REIS FILHO, 2014, p. 221), a partir, por exemplo, do fim da censura à imprensa. Sobre os últimos meses do governo Vargas, informa que “reagindo às pressões, Getúlio Vargas manobrava” (REIS FILHO, 2014, p. 222), além de ter anunciado a convocatória de eleições num prazo de 90 dias e reestabelecido as relações diplomáticas com a URSS.

A partir daí o quadro político foi tomado pelas biografias no sentido de melhor compreender, primeiro, a derrubada de Getúlio Vargas do poder e, depois, a disputa para as eleições nacionais, seja para Presidência da República, ou para o Congresso Federal. Essas eleições assistiram ao protagonismo de, além dos partidos recém-fundados em 1945, a exemplo da UDN (União Democrática Nacional), opositor do governo Vargas, PDS (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criados na órbita do getulismo, o PCB, enfim legalizado e que tinha o “Cavaleiro da Esperança” como principal figura política.

Diante da eleição para Presidente da República, dois candidatos fortes se apresentaram: Eurico Gaspar Dutra, do PDS, ex-ministro militar do governo Vargas; e o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, também militar, porém forte opositor de Vargas. O PCB lançou o engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, Yedo Fiúza.

Como resultado, Eurico Gaspar Dutra acabou eleito presidente, com maioria no Parlamento; e o PCB tornou-se a quarta força partidária nacional, tendo elegido 15 comunistas, sendo 14 deputados federais e um senador, justamente Luiz Carlos

Prestes<sup>165</sup>. Yedo Fiúza surpreendeu, tendo obtido cerca de 10% dos votos válidos na eleição.

Aarão Reis (2014) evidencia que, do quadro de lideranças que se diziam portadores da renovação democrática, poucos eram aqueles que poderiam afirmar não ter vínculos políticos com o getulismo:

Prestes era um desses poucos. Daí o brilho moral que circundava. Difícil recuperar e estimar seu carisma. A admiração que o cercava. O preso, enquanto os demais usufruíram da liberdade. O que resistia aos apelos do poder e do adesismo. O que se mantivera firme em suas convicções. O mártir (REIS FILHO, 2014, p. 222).

Por submeter à orientação política do CNOP naquele momento, Aarão Reis (2004) crítica Prestes, observando as suas limitações. Opção diferente dos biógrafos Anita Leocadia Prestes e Boris Koval, que abordaram tal temporalidade em outra perspectiva. Para Aarão Reis:

Chefe político incontestável, Prestes não tinha, porém, nenhuma experiência de militância partidária. Infundia respeito, admiração, culto. Mas não possuía os truques e os traquejos da luta e da organização clandestinas. Era o dirigente máximo, sem dúvida, mas, em grande medida, parte de uma máquina que não dominava, e de sua ideologia, de seus princípios e mitos. E assim por longos anos (REIS FILHO, 2014, p. 223).

Um caso trabalhado pelos biógrafos e relacionado à cassação do PCB é sobre a sessão na Câmara dos Deputados, em que Prestes acabou por cair em um embaraço. Perguntado sobre qual a posição dos comunistas diante de um conflito entre as nações imperialistas e a União Soviética, o Senador comunista respondeu que o Partido combateria qualquer guerra imperialista contra a URSS. O fato é que Juracy Magalhães, dias depois, provocou Prestes perguntando qual a posição dos comunistas em caso de uma guerra do Brasil com a URSS. A resposta do Secretário-Geral em apoio à segunda nação acabou causando muita confusão. O fato é que dois deputados, Honorato Himalaia e Edmundo Barreto, em denúncias separadas, pediram o cancelamento do registro do Partido, tendo acusado o PCB de ações antipatrióticas.

---

<sup>165</sup> Foram eleitos deputados federais nesta ocasião: Jorge Amado, Carlos Marighella, Maurício Grabois, João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro Oest, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva. Luiz Carlos Prestes foi eleito Senador da República com expressivos 157.297 votos para um total de 496 mil eleitores.

Sobre a consequente cassação do PCB, ocorrida a partir de 1946, dos três biógrafos, Boris Koval (2007) é o que mais simplifica a questão. Apenas informa que em setembro de 1946, foi colocada, pela primeira vez abertamente no Congresso, a questão da cassação dos mandatos de deputados comunistas e que em 07 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral, por representação de Dutra e sob o pretexto do caráter antidemocrático do PCB, aprovou a resolução de considerar o PCB fora da lei. E concluiu:

Na situação de ofensiva em massa contra o Partido, o CC do PCB ainda antes, em maio de 1947, tomou a decisão sobre a passagem de Prestes para a clandestinidade novamente. Terminaram os dois anos de liberdade e o ascenso da democracia (KOVAL, 2007, p. 341).

Aarão Reis (2014) identificou que houve várias solicitações de cassação do registro do Partido Comunista. O historiador também analisou o papel do governo Dutra neste processo, dentro de uma política anticomunista. Ainda em 1946, segundo o biógrafo: “em maio, outro autorizaria o cancelamento de partidos que não respeitassem a democracia ou recebessem orientações do exterior” (REIS FILHO, 2014, p. 238).

Aqui cabe uma análise sobre a política da União Nacional. Segundo Aarão Reis (2014), “a ideia de União Nacional, nas novas condições, não colava mais. Das classes médias para cima, predominava o anticomunismo” (REIS FILHO, 2014, p. 238). Desta forma, “o fato é que os comunistas se encontravam sob fogo cruzado, da polícia, do governo, da grande imprensa, das Forças Armadas, dos partidos conservadores, dos trabalhistas e das esquerdas não comunistas” (REIS FILHO, 2014, p. 240).

Outra questão é que houve as eleições em janeiro de 1947, em que foram eleitos governadores e deputados estaduais comunistas, e a demonstração da força relativa do Partido Comunista, sobretudo nos seus principais redutos: as cidades grandes e de médio porte. Porém, segundo Aarão Reis (2014), não houve ganhos em relação às votações de 1945, mas sim perdas leves. Foram eleitos mais 46 deputados estaduais. No Rio de Janeiro, os comunistas elegeram a maior bancada. “Um grande sucesso, com repercussão nacional. Em vários estados, contudo, o Partido fizera alianças consideradas ‘espúrias’ pelas esquerdas não comunistas”

(REIS FILHO, 2014, p. 241). O que o historiador chama de “alianças espúrias” foi o apoio a Ademar de Barros e a aliança com Otávio Mangabeira, da UDN, na Bahia.

Anita Leocadia Prestes (2015), dentro de sua posição sobre a cassação, discordou daqueles que afirmaram que não houve resistência por parte dos comunistas naquele contexto. Porém, segundo a mesma historiadora, o PCB foi pego de surpresa quanto à sua cassação: “a 07 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por três votos a favor e dois contra. Decisão inesperada para os comunistas, que ainda acreditavam no avanço da democracia no Brasil” (PRESTES, 2015, p. 273).

Desta forma, ficam visíveis as diversas diferenças, principalmente nas biografias produzidas por Daniel Aarão Reis (2014) e por Anita Leocadia Prestes (2015). Sobre a cassação, o historiador entende que parte da culpa foi dos próprios comunistas, fiéis à ditadura soviética, donos de discursos cheios de citações de Stalin. Ambos não esperavam ser cassados e não conseguiram reagir a tempo. Já para a segunda, a perseguição resultava de uma campanha internacional anticomunista em decorrência da Guerra Fria, com o PCB fazendo uma ampla mobilização para impedir a cassação. Contudo, isso não bastou.

### 3.8 Prestes e o quadro de fracassos

Ao analisarmos a forma como os biógrafos conduziram a trajetória de Luiz Carlos Prestes no período de 1931 a 1948, é perceptível uma oscilação quanto aos conflitos políticos que o mesmo se envolveu. Cada autor salientou, de forma diferente, uma série de questões que vão desde sua ida ao URSS até o fim da curta era de legalidade do PCB no ano de 1948.

Da sua adesão ao comunismo até sua tensa filiação ao PCB em 1934, percebemos como as narrativas evidenciaram em camadas a sua formação cada vez mais densa na realidade comunista, o que passou por todo um aprendizado na chamada “pátria do proletariado”. Temos, então, a constituição de um “sujeito comunista” em Prestes, em que os biógrafos deram vazão ao *tempo da esperança* como também *do martírio*.

A vinda de Prestes para o Brasil em 1934, em meio a um possível contexto revolucionário, transformou as narrativas biográficas em intérpretes deste mesmo processo, destacando com maior ou menor grau as críticas sobre os acontecimentos

envoltos na atuação da Aliança Nacional Libertadora (1935) e nas revoltas comunistas ocorridas no Nordeste e no Rio de Janeiro no mesmo ano.

Com o fim trágico deste mesmo processo revolucionário, observamos como os biógrafos enfatizaram quase sempre a ótica do fracasso, em especial devido à incompetência dos seus protagonistas, entre eles os estrangeiros aqui vindos em missão para auxiliar a revolução, o próprio Luiz Carlos Prestes, ou nomes como Miranda, principal dirigente brasileiro do PCB. Com relação a este, inclusive, destacamos a sua constituição como uma espécie de bode expiatório.

Jorge Amado (2011), dentro de um paradigma romântico, no dizer de Daniel Madelénat (1984), marcado pela busca da emoção, manipulou sua narrativa, apagando muitas vezes os diversos conflitos em que seu personagem se envolveu, na busca por convencer o leitor de que Prestes expressava as esperanças coletivas naquele momento. A narrativa biográfica ainda, em seus capítulos finais, aspira um teor de manifesto e dura denúncia contra as arbitrariedades do governo Vargas. Neste processo, temos aqui, claramente, a afirmação daquilo que chamamos do tempo do martírio, quando Prestes foi biografado dentro de uma política da memória marcada pela comoção e pela mobilização da população diante da campanha internacional chamada de Campanha Prestes.

Boris Koval (2007), dentro de certo teor pendular, procurou explicar os fatos históricos destes mesmos contextos, optando quase sempre por um julgamento moral de Luiz Carlos Prestes, como no caso “Elza”. O heroísmo trágico é evidenciado, principalmente quando o historiador se depara com o período de prisão do seu biografado, porém sua perspectiva acaba por se perder principalmente em seu demasiado foco na interpretação da Era Vargas.

Assim como nos capítulos que abordamos anteriormente, o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014) priorizou uma visão crítica, até certo ponto desmisficadora e bastante polêmica sobre os fatos abordados, realçando as contradições do seu biografado ou dos fatos envolvidos por ele. Destaque para a abordagem sobre os comunistas estrangeiros, quando o historiador procurou visibilizar as “graves fraquezas e limites” da missão comunista no Brasil na década de 1930.

A prática biográfica de Anita Leocadia Prestes (2015), dentro de um recorte que foi de 1931 a 1948, permanece bem amparada em documentos, em uma lógica firme e bem contextualizada, porém que oscila entre a compreensão dos fatos e a defesa incontestada do seu biografado. A historiadora empreende uma rica articulação

de interpretação sobre os processos históricos, absorvendo os dados advindos principalmente de uma rica pesquisa documental, porém ainda em uma lógica de exaltação e defesa de Luiz Carlos Prestes.

Desta forma, dentro de uma política da memória construída pelos biógrafos, o personagem épico se transforma em um personagem trágico, passando do tempo da esperança (1930-1935), para um tempo do martírio (1935-1945), voltando para o da esperança (1945-1947) e novamente para um tempo do martírio (1947-1948).



## 4 TEMPO DA MEMÓRIA E DO RESENTIMENTO: BATALHAS FAMILIARES E NEGOCIAÇÕES BIOGRÁFICAS (1990-2015)

### 4.1 Quarta incursão

Depois de realizar, nos capítulos anteriores, uma análise comparativa sobre como os biógrafos construíram as imagens de Prestes, circunscrito ao período entre 1898 e 1948, procuraremos, neste último capítulo, entender o processo de negociações e batalhas familiares que envolveram a construção biográfica do líder comunista. O aparecimento de Luiz Carlos Prestes em sua dimensão privada, por exemplo, foge das dimensões apresentadas prioritariamente nas biografias, concentradas quase sempre no homem público, representado como rigoroso comunista, que se confunde com seu partido, o PCB.

Poucas vezes divulgados de forma transparente pelos autores<sup>166</sup>, os bastidores do fazer biográfico envolvem o entendimento do circuito de relações estabelecidas entre o biógrafo e as fontes. Este circuito passa pelas chamadas *negociações biográficas*, que envolvem tanto pessoas (parentes, amigos, agentes literários), como também instituições políticas e culturais (como partidos políticos ou editoras, por exemplo), mantenedoras de certa herança simbólica do biografado. No caso específico de Prestes, encontramos no seio destas *negociações biográficas* um conjunto de relações que envolvem alguns parentes, como veremos ao longo deste capítulo.

Para cumprir o objetivo proposto, realizamos uma incursão sobre o universo de *tensões* presentes nos dois núcleos familiares que se formaram ao longo da segunda metade do século XX, concentrados atualmente na historiadora Anita Leocadia Prestes, filha do relacionamento de Prestes com Olga Benário, e na segunda esposa de Prestes, Maria do Carmo Ribeiro Prestes. Compreendemos que tais tensões também envolvem o enfoque na publicidade das dimensões privadas do mesmo personagem ocorridas nas narrativas biográficas aqui analisadas.

Assim como nos capítulos anteriores, realizamos um recorte temático na abordagem de análise, observando o seguinte caminho de compreensão: a) a

---

<sup>166</sup> Sérgio Vilas Boas (2008) critica os biógrafos que pecam pela ausência de transparência, não apresentando aos seus leitores os processos criativos e perceptivos escolhidos na construção de uma biografia. O autor defende que a única maneira prática de dizer ao público o quanto sabemos é revelar o máximo possível sobre fontes e métodos. É a chamada regra da transparência.

batalha da memória familiar (origens e desdobramentos públicos dos conflitos); b) a centralidade de Anita Leocadia Prestes na construção de uma memória oficial sobre o biografado; c) as dimensões da vida privada de Prestes e sua repercussão nas narrativas biográficas; e, d) o processo de negociação biográfica da memória do mesmo, dentro das relações construídas pelos biógrafos com os dois núcleos familiares.

Intitulamos este capítulo de *Tempo da memória e do ressentimento* como sendo o período de agenciamento e disputa pública pela memória de Luiz Carlos Prestes, que se intensificou no âmbito familiar a partir da morte do revolucionário gaúcho em 1990, tendo ganhado destaque na imprensa nestes últimos 30 anos. Tais disputas envolveram também uma série de ressentimentos, sejam eles individuais ou coletivos; também foi o momento em que houve uma maior visibilidade biográfica sobre o mesmo por meio de diversos lançamentos culturais (filmes e livros), com destaque exatamente para as biografias aqui analisadas.

A ideia de batalha da memória foi retirada das reflexões de Michel Pollak (1989), que identifica a memória como um campo de disputa entre uma *memória oficial ou enquadrada* e as chamadas *memórias subterrâneas ou marginais*. No caso de Luiz Carlos Prestes, mesmo que não desenvolvamos a ideia tão profundamente ao longo de nossa tese, partimos da compreensão de que ele foi enquadrado como um “monumento” partidário elaborado pelo PCB entre os anos 1940 e 1970, processo que ganhou reforço pelo papel da historiadora Anita Leocadia Prestes, principalmente nos anos 1990, em um arrojado projeto historiográfico e biográfico<sup>167</sup>.

Na mesma década, houve a publicização de outras facetas de Luiz Carlos Prestes, pouco ou nada apresentadas anteriormente, empreendidas pelo outro eixo familiar do revolucionário. Protagonizado por Maria do Carmo Ribeiro Prestes e seus filhos, o núcleo produziu suas próprias versões sobre a vida do revolucionário, por meio do livro *Meu Companheiro* (1992a).

Desta forma, compreendemos a memória da sua esposa e filhos como uma *memória subterrânea e clandestina*, seguindo os parâmetros de Michel Pollak (1989) e Alessandro Portelli (2006). As memórias apresentam fatos emergidos nos anos 1990 e provocaram tensões e fissuras nas versões oficiais e enquadradas que o

---

<sup>167</sup> Quando afirmamos que Luiz Carlos Prestes se tornou “um monumento partidário” estamos seguindo o rastro de pesquisadores que estudaram a ascensão do comunista à maior liderança do PCB, a partir de 1945, a exemplo de Berenice Cavalcante (1986) e Rodrigo Patto Sá Motta (2004).

PCB e Anita Leocadia Prestes haviam produzido ao longo da segunda metade do século XX.

Nesta lógica, a memória empreendida pelo eixo familiar de Maria Prestes subverteu certo silêncio, tendo aflorado e entrado em disputa com memórias oficiais, colocando no seio da questão um conflito e uma competição entre memórias. Michel Pollak (1989) apresenta o conceito de *não-dito* como a existência de lembranças que estão em zonas de sombras, silenciadas, porém que vivem em “um perpétuo deslocamento”. Nesta lógica,

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p. 07).

Assim, constatamos que as memórias de Prestes, de marido, pai e avô, apresentadas pela sua companheira e seus descendentes, trouxeram à tona o *homem privado*, o que se chocou com o *homem monumento e público*, criado pela memória oficial do líder comunista.

Tal separação, portanto, se encontra relacionada à emergência de outra memória, que foge do homem público, rígido, monumentalizado como herói, marcado pelo enquadramento institucional e partidário do PCB; em detrimento da memória privada, de pai, avô, que envelheceu junto aos filhos e netos. Tal visibilidade das memórias produzidas por Maria Prestes rompeu com certa marginalidade e subalternidade anterior, como veremos a seguir.

Por último, entre as categorias que utilizaremos ao longo deste capítulo, temos a noção de *negociação biográfica*, a partir da qual o biografado ou a família do biografado estabelece um processo de *transação do passado*, mediado pelo biógrafo. Tal negociação é em alguns casos permeada por liberações, censuras e cerceamentos, o que envolve, portanto, tensões, conflitos, silenciamentos, facilitando, ou não, por exemplo, a autorização e o contato com fontes documentais.

#### 4.2 A batalha da memória familiar: origens e desdobramentos públicos dos conflitos

Ao analisarmos as narrativas biográficas de Luiz Carlos Prestes, verificamos que os conflitos existentes entre os dois eixos familiares, simbolizados pelos núcleos já aqui citados, possuem um papel fundamental na construção narrativa do revolucionário gaúcho. De uma *tensão silenciada*, reconhecida apenas no ambiente familiar, a partir da morte do líder comunista em 1990, houve os primeiros confrontos expostos publicamente em matérias jornalísticas.

Antes de realizarmos um mapeamento sobre estes confrontos, vamos primeiramente discutir teoricamente sobre as relações entre *memória e ressentimento*, para depois circunscrever as possíveis origens dos conflitos entre Anita Leocadia Prestes e Maria Prestes.

A psicanalista Maria Rita Kehl (2020) conceitua o ressentimento a partir de quatro pontos de vista: o da clínica psicanalítica, o da filosofia de Nietzsche e Espinosa, o da produção literária e o do campo político. Neste caso, nos interessa principalmente o último ponto de vista, quando a narrativa sobre Prestes foi disputada no campo político, inclusive em sua dimensão familiar.

Em um caminho semelhante ao de Maria Rita Kehl (2020), o historiador Marc Ferro (2009) procurou detectar as manifestações de ressentimentos em seus efeitos através da história, levando em conta as contribuições de Nietzsche, Max Scheler e de escritores que se aproximaram do fenômeno, como Rousseau, Dostoiévski, Camus e Céline, observando os impactos dos ressentimentos coletivos para a sociedade europeia ao longo do século XX.

Tanto em Kehl como em Ferro temos uma ideia de ressentimento principalmente como uma experiência coletiva, que envolve, portanto, uma memória coletiva, mas interligado às memórias individuais. É o que trata Pierre Ansart (2004), que compreende o ressentimento como um conjunto de atitudes que

Atravessam ao mesmo tempo a memória individual e as memórias coletivas, que poderíamos assim formular: a tentação do esquecimento, a tentação da repetição, a tentação da revisão e, enfim, a tentação da reiteração, da exasperação da memória dos ressentimentos (ANSART, 2004, p. 30-31).

David Konstan (2004), a partir de Max Schler, constrói a ideia de *uma memória ressentida*. Contudo, antes compreende o ressentimento como uma noção complexa e de difícil precisão. Scheler mesmo assim a define como

Uma atitude mental duradoura, causada pela repressão sistemática de certas emoções e afetos que são componentes normais da natureza humana. A repressão dessas emoções leva a uma tendência constante de se permitir atribuir valores incorretos e juízos de valor correspondentes. As emoções e afetos primordialmente referidos são vingança, ódio, malícia, inveja, o impulso a diminuir e desprezar (SCHELER, 1998, p.29 apud KONSTAN, 2004, p. 62).

Ainda de acordo com David Konstan (2004), existem três amplas conotações para o termo ressentimento: a psicológica, a social e a existencial. “O sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita” (KONSTAN, 2004, p. 61). O sentido social remete a uma emoção que deriva da percepção de que um grupo ao qual se pertence está em posição injustamente subordinada em uma hierarquia de status. O ressentimento existencial, que tem suas raízes na tradição especulativa e filosófica de nomes como Dostoiévski e Nietzsche, seria um adiantamento e sublimação do ressentimento comum.

Diante de tais reflexões iniciais sobre a relação memória e ressentimento, qual seria a origem dos conflitos entre Anita Leocadia Prestes e Maria Prestes? E como tal tensão entre ambas influenciou na produção biográfica de Luiz Carlos Prestes nestes últimos anos? Antes de tentarmos resolver tais perguntas, vamos fazer outra: qual a origem do conflito entre a primeira filha e a última esposa do biografado? Por que podemos afirmar que tal conflito familiar se encontra relacionado ao ressentimento? Vejamos estas duas últimas questões.

Em 1958, Prestes vivia em um aparelho do Partido no Rio de Janeiro afastado da sua primeira filha, a jovem Anita Leocadia Prestes, na época com 22 anos de idade, que morava com sua tia, Lygia Prestes. No aparelho, localizado no subúrbio carioca, o revolucionário comunista vivia com uma moça identificada como Maria do Carmo Ribeiro, mas que, na verdade, se chamava Altamira Rodrigues Sobral, e mais três filhos. Anita Leocadia Prestes relembra em suas memórias a descoberta de seu pai ter uma nova família:

Ainda no início de 1958, meu pai comunicara às irmãs e a mim a existência de sua nova família: a companheira Maria do Carmo Ribeiro e os filhos ainda pequenos Antônio João (de quatro anos de idade), Rosa (três anos) e Ermelinda (um ano e meio). Eles viviam em um sítio, aparelho do Partido, localizado num subúrbio carioca – uma vez que, dada a instabilidade política ainda existente no país, havia o risco de Prestes ter de voltar à clandestinidade. Logo depois Lygia e eu fomos convidadas por ele a visitar o sítio para conhecer os novos membros da família, a respeito dos quais

não nos pudera falar antes por motivos de segurança (PRESTES, 2019, p. 88).

No mesmo relato encontram-se diversos momentos em que Anita Leocadia Prestes acusa Maria Prestes de hostilidade não apenas com ela, mas com as tias: “embora existisse de minha parte e da parte de minhas tias, dona Maria mostrou-se hostil conosco desde o primeiro encontro. Já as crianças eram encantadoras, e logo estabeleci um ótimo relacionamento com elas” (PRESTES, 2019, p. 88).

No livro *Viver é Tomar Partido* (2019), Anita Leocadia Prestes define o período em que viveu junto à nova família do pai, no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro, no ano de 1960, como um período em que a hostilidade de ambas só aumentou. A historiadora então procura justificar tal hostilidade da parte de Maria Prestes:

Havia a inveja de Olga, minha mãe, e também de mim, por ter me tornado famosa devido às circunstâncias trágicas do meu nascimento e à repercussão da Campanha Prestes pela minha libertação. Isso, no entanto, não era percebido pelo meu pai, pois a esposa sabia disfarçar seus sentimentos diante dele. Um grande amigo de Prestes falou certa vez que dona Maria “até calada agredia” (PRESTES, 2019, p. 88).

Anita Leocadia Prestes buscou, segundo ela, em respeito à memória do pai, evitar relatar “os numerosos episódios relevadores da permanente hostilidade de dona Maria [a ela] e a Lygia e às outras tias” (PRESTES, 2019, p. 88). A historiadora ainda acusou Maria Prestes de tentar afastar o pai do convívio dela e de suas irmãs Eloyisa e Lygia, entretanto, segundo a historiadora “os laços existentes entre nós eram suficientemente sólidos para resistir a essas investidas” (PRESTES, 2019, p. 88).

No entanto, a própria Anita Leocadia Prestes ao justificar os motivos que levaram Maria Prestes a ser tornar a esposa do seu pai, acabou por recair em uma armadilha que não esconde certos ressentimentos:

Minhas tias contribuíram decisivamente para que eu compreendesse as circunstâncias que se dera o casamento do meu pai. Após cinco anos de vida clandestina, durante a qual Prestes fora mantido emparedado num aparelho e isolado até mesmo da direção do PCB, Arruda Câmara resolveu encaminhar uma jovem militante para cuidar do lugar. Maria do Carmo Ribeiro, que assumiu a tarefa em dezembro de 1952, era filha de um antigo dirigente do PCB, falecido havia pouco tempo. Para meu pai, na situação em que ele se encontrava não houve possibilidade de escolha (PRESTES, 2019, p. 88-89).

Anita Leocadia Prestes, desta forma, justifica que o contato de Maria do Carmo Ribeiro com Prestes seria uma espécie de *armadilha*, da qual o comunista não podia se desvencilhar, diante de sua limitação imposta pelo Partido, na época através de Arruda Câmara<sup>168</sup>. Nesta lógica, Anita Leocadia Prestes defende a ideia de que o casal se estabeleceu a partir de um interesse firmado por circunstâncias, que não envolvem sentimentos como a paixão ou o amor, mas sim interesses momentâneos.

Ao longo das últimos três décadas, é possível identificar em diversos jornais e sites acusações e ressentimentos mútuos. Um exemplo é a entrevista de Anita Leocadia Prestes ao jornalista Pedro Venceslau, do jornal *O Estado de São Paulo*, de 18 de janeiro de 2015, afirmando que Maria Prestes é "uma pessoa complexada, que sempre teve inveja da minha mãe e de mim. Ela sempre hostilizou a mim e minhas tias" (PRESTES, 2015 apud VENCESLAU, 2015, p. 08). E coloca um marco temporal para definir o momento exato em que houve o rompimento definitivo entre os dois núcleos: "há muitos anos, desde 1984, ela e os seus filhos romperam qualquer tipo de relação comigo e com minhas tias" (PRESTES, 2015 apud VENCESLAU, 2015, p. 08).

De acordo com Daniel Aarão Reis (2018), Anita Leocadia Prestes nunca suportou Maria Prestes e seus irmãos. Segundo ele: "isso causou um desconforto muito grande no Prestes. Ele amava muito à filha e as irmãs, assim como amava sua mulher" (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal). Segundo o mesmo historiador, durante os anos de 1958 a 1990, Anita Leocadia Prestes foi forçada a conviver com a segunda esposa do pai, porém com a morte deste, ocorrida em 07 de março de 1990, ela não teve mais esse compromisso, o que colabora com a afirmação da historiadora no seu livro de memórias.

Segundo Aarão Reis (2014), as duas só uniram forças uma única vez. Foi em agosto de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, quando a Polícia do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, bateu à porta da casa onde a família morava (Maria, seis filhos, Anita e uma das irmãs de Prestes, Lígia) na Rua 19 de Fevereiro, em Botafogo. Na época, Prestes vivia com a família na clandestinidade.

---

<sup>168</sup> Diógenes Alves de Arruda Câmara (1914-1979) foi um político pernambucano. Diretor durante anos do PCB e fundador do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Foi deputado federal pelo estado de São Paulo entre os anos de 1946 e 1951.

Segundo o biógrafo, as duas, juntas, com dedo em riste, impediram que os soldados entrassem<sup>169</sup>.

Em 1992, portanto, dois anos após a morte do “Cavaleiro da Esperança”, Maria Prestes publicou um livro de memórias, chamado *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, prefaciado pelo dramaturgo Dias Gomes e lançado pela Editora Rocco<sup>170</sup>. Apesar de contar detalhes sobre sua vida de militante antes de conviver com o revolucionário gaúcho, o foco principal do texto se dá no relacionamento com o “companheiro”, destacando quase sempre o ambiente íntimo do casal e dos filhos. Detalharemos tal aspecto mais à frente, ainda neste capítulo.

Neste livro, Maria Prestes (1992a) procura dar sua versão sobre o seu tumultuoso relacionamento com Anita Prestes, informando quando a conheceu, em 29 de março de 1958:

Em 58 conheci a Anita. Ela chegou de carro com o Velho, muito bem vestida. Parecia um pouco mais adulta do que seus 12 anos. Tinha traços fortes, da Olga Benário. Era alta e tinha uma postura ereta. Apreciei a beleza dos seus olhos, eles impressionavam pela força da expressão. Anita cumprimentou a mim e os meninos, marcando certa distância. Isso era natural. Afinal existia muita diferença entre nossos estilos de vida. Ficou admirada com a riqueza da chácara, e observou com atenção as jaqueiras, as bananeiras, as laranjeiras e muitos outros pés de frutas espalhados pelo terreno. Ela tinha na cabeça o nome de todos os seus irmãos. Disse que eram queridos e belos. A Clotilde, que chegou a frequentar com regularidade essa chácara, contou para mim que a Anita teve que fazer um esforço sobrenatural para aceitar o segundo casamento do pai. A notícia tinha lhe deixado triste. Pois não era só um novo casamento, era também o surgimento de cinco irmãos com quem ela deveria começar a dividir o pai (PRESTES, M., 1992a, p. 102).

No relato, é possível observar as origens de um ressentimento mútuo, além de um erro cometido por Maria Prestes em seu relato, visto que Anita Prestes não poderia ter 12 anos de idade, visto ter nascido em 1936 (em 1958 ela teria 22 anos de idade). A imagem construída pela primeira é a de uma garota educada, bem-vestida, que contrastaria com os seus irmãos, pobres. Além disso, Maria Prestes faz

<sup>169</sup> A historiadora contou da seguinte maneira, a partir de suas memórias, o fato, ocorrido na madrugada de 26 de maio de 1961: “no recinto da casa estávamos apenas dona Maria, Lygia, eu e as crianças. Recusamo-nos a abrir as portas, que eram várias, e a partir de uma varanda situada no segundo andar passamos a gritar que estávamos sendo atacadas e éramos apenas um grupo de mulheres e crianças. Conseguimos despertar a vizinhança, que convocou a imprensa. O escândalo estava montado e foi noticiado nos jornais do dia seguinte. Os militares armados conseguiram entrar na casa arrobando uma das portas, e percorreram todos os cômodos de metralhadoras em punho tentando nos intimidar. Os jornalistas, entretanto, começaram a chegar, e assim os assaltantes recuaram e se retiraram” (PRESTES, 2019, p. 102).

<sup>170</sup> Em 2012, Maria Prestes lançou uma segunda edição do livro pela Editora Anita Garibaldi, do PC do B e teve a contracapa assinada pela Presidente da República à época, Dilma Rousseff.



questão de edificar a ideia de que Anita Leocadia Prestes disputava a atenção e carinho do pai, bem como demarca que havia uma diferença social entre ambos.

No mesmo relato, depois que Anita foi morar com a nova família, Maria Prestes (1992a) investiu na demonstração de certo mal-estar diante do comportamento da menina:

A Anita poucas vezes nos acompanhava, ficava normalmente em casa lendo ou escrevendo. Sua vida era o estudo. Muito inteligente, conhecia o que havia de melhor na literatura, e sabia corretamente qual era a orientação política do nosso Partido. Eu não me importava, mas o Velho achava mau não insistir no sentido de solicitar com mais frequência a presença dela nos afazeres domésticos (PRESTES, M., 1992a, p. 113).

Maria Prestes (1992a), em outro momento, procura relatar que Prestes teve pouco contato com a sua primeira filha:

Com a filha Anita Prestes também não pôde ter uma vida tranquila. Conhece-a em 1945, quando ela já estava com nove anos. A campanha para o Senado e a atividade parlamentar após a eleição impediram a aproximação. Com a guerra fria, a partir de 47, aconteceu à volta à ilegalidade. Por medida de segurança, Anita viajou para estudar em Moscou (PRESTES, M., 1992a, p. 65).

Tal distanciamento do pai, segundo Maria Prestes (1992a), produziu uma imagem idealizada de Luiz Carlos Prestes, que teria como culpada a criação das irmãs de Prestes, que cultuavam Prestes como um semideus: “isso mexeria com a formação da menina. O *Velho* sentiu que estavam formando Anita para ser dirigente do PCB, futuro membro do CC e quem sabe a secretária geral” (PRESTES, M., 1992a, p. 66).

Entretanto, Maria Prestes (1992a) vai além, pois cita a biografia de Jorge Amado como uma responsável também por tal comportamento de Anita Leocadia Prestes. Ela escreve nas seguintes palavras: “conhecer o pai através do livro *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, é conhecer um homem que nunca existiu. Idealizado, o que Prestes desse livro se parece mais com a visão acadêmica e infalível que o autor tem do marxismo” (PRESTES, M., 1992a, p. 66).

A afirmação de Maria Prestes permite observar em parte a recepção da obra de Jorge Amado a partir do olhar de Anita Leocadia Prestes, entretanto, as alusões da historiadora sobre o livro não indicam tal relevância, visto que para a autora de *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, o livro *O Cavaleiro da Esperança* foi

uma arma que teve o seu papel na libertação do comunista durante o Estado Novo<sup>171</sup>. Porém, em posfácio à edição de 2011, publicada pela Companhia das Letras, a autora evidencia o privilégio de ser presenteada por Jorge Amado com o exemplar número um da edição brasileira, chamada de histórica. Nela, o escritor baiano escreveu que recomendava a aprender com a vida do pai, um exemplo de dignidade humana<sup>172</sup>.

Anita Leocadia Prestes (2018) em diversos momentos afirmou que as divergências com Maria Prestes e os irmãos realmente aumentaram a partir da morte do pai, ocorrida em 1990. O motivo é que a outra parte da família iniciou um processo de se pronunciar publicamente sobre o pai: “depois da morte do meu pai (...) apareceram as divergências políticas (...), ela passou a se pronunciar politicamente. Antes ela não se pronunciava politicamente. Ela estava quieta lá, dona de casa, mãe de família. Era isso que ela fazia” (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

Dois pontos chamam a atenção neste discurso de Anita Leocadia Prestes (2018) sobre Maria Prestes e seus irmãos: as divergências políticas que se intensificaram depois da morte de Prestes e o incômodo diante dos pronunciamentos públicos de Maria Prestes. Observemos a expressão usada pela historiadora: *dona de casa*. Ou seja, enquanto Maria Prestes era aquela que auxiliava o seu pai tomando conta da casa e dos filhos, no ambiente privado, estava tudo bem, mas como protagonista ativa de suas ideias sobre Prestes, surgiam as divergências. Tal afirmativa não esconde um ressentimento e, de certo modo, um preconceito social.

Notificamos aqui realmente um ponto que exemplifica certos preconceitos produzidos em relação à companheira do pai e seus irmãos: a origem humilde e simples do segundo casamento do pai. Em entrevista já citada ao jornalista Pedro Venceslau, do jornal *O Estado de São Paulo*, de 18 de janeiro de 2015, Ana Prestes, neta de Maria e Prestes, afirmou: “sempre percebi isso como um preconceito por

---

<sup>171</sup> Quando entrevistada, apenas enfatizou que Jorge Amado elaborou o livro contando com a ajuda de sua avó e irmã, quando estavam no México, que enviaram uma documentação sobre a infância e que elaborou uma biografia romanceada, a estilo dele, a exemplo da que ele tinha elaborado a respeito de Castro Alves (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

<sup>172</sup> Em determinado trecho do posfácio da edição de 2011, a historiadora afirma: “sou testemunha de que várias gerações de jovens brasileiros, e também estrangeiros, tornaram-se revolucionários e aderiram ao comunismo, ingressando muitas vezes nos partidos comunistas dos seus países, sob o impacto provocado da leitura da biografia de Luiz Carlos Prestes, escrita por Jorge Amado” (PRESTES, 2011, p. 374).

minha avó ser uma mulher humilde, nordestina, sem formação escolar. Como se ela fosse apenas a cuidadora de Prestes, dos filhos e da casa" (PRESTES, A., 2015 apud VENCESLAU, 2015, p. 08).

Além disso, Maria Prestes, desde que começou a se expressar publicamente, parece não concordar com a mesma linha política de esquerda do marido e também de Anita Leocadia Prestes (2018). Ligada atualmente ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), suas posições eram bastante heterodoxas se comparada às posições políticas do ex-secretário do PCB entre as décadas de 1930 a 1980. Seu olhar sobre o comunismo, bastante crítico, pode ser comprovado nas suas próprias memórias<sup>173</sup>.

Apesar da companheira de Prestes afirmar que seu livro foi escrito sem rancor, não minimiza as tensões presentes no que se refere às suas memórias, como já vimos nos trechos anteriores. Evidencia os preconceitos que sofreu e as duras situações que vivenciou ao lado do líder comunista. "O que conto nestas páginas nunca foi de conhecimento nem dos parentes mais próximos. Durante 40 anos a luta revolucionária envolveu numa mesma neblina a história da minha família" (PRESTES, M., 1992a, p. 13). Essa neblina que envolveu o lado de sua família fica mais clara quando escreveu: "sou conhecida como a 'segunda mulher de Luiz Carlos Prestes', mas não me considero numa situação subalterna" (PRESTES, M., 1992a, p. 13).

Percebemos que a publicação do livro é uma tentativa de visibilizar uma *memória subterrânea*, pouco ou nada conhecida do grande público na época, daqueles que apreciavam a história política de Prestes. Pela primeira vez, "o outro lado" da família de Prestes procurou construir versões sobre fatos históricos e mais, dar visibilidade a outro Prestes: o pai, o marido, o avô, o cuidador de rosas... Isso incomodou bastante as irmãs de Prestes e principalmente a filha historiadora.

---

<sup>173</sup> A leitura de Maria Prestes permite uma desconstrução dos ideais do comunismo. A autora procura mostrar que a experiência soviética não deu certo. Ao lembrar-se da URSS, procura enfatizar as experiências em que havia banquetes que esbanjavam poder e dinheiro, como, por exemplo: "fiquei impressionada com o banquete oferecido pelo governo soviético no Salão de São Jorge. Uma multidão de comunistas parecia ter se transformado em príncipes e tzares. Desfilavam satisfeitos, comemorando o êxito da conferência" (PRESTES, M., 1992a, p. 131). Em certo momento, a autora afirma: "vários de nossos camaradas chegavam comunistas e voltavam para o Brasil verdadeiros anticomunistas. Eles não aceitavam de forma alguma a baixa qualidade de vida do cidadão no país dos soviéticos. Não conseguiam entender como uma potência internacional não podia oferecer à sua população um liquidificador, uma máquina de lavar roupa, um automóvel ou um freezer" (PRESTES, M., 1992a, p. 154-155). E fechando em outro trecho afirma: "o que os dirigentes soviéticos nos davam de bandeja eram mordomias que os cidadãos comuns de seu país nem sequer imaginavam existir" (PRESTES, M., 1992a, p. 159).

A ideia de vencer tal subalternidade permeia toda a narrativa de Maria Prestes:

Descobri quanta gente preconceituosa nos cercava. Queriam arrancar de mim conhecimentos sobre Marx, Engels e Lenin, achavam um absurdo eu não ler no original Pablo Neruda ou Romain Rolland. Quantas vezes ouvi às minhas costas sussurros de mulheres surpresas com o lamentável casamento de Prestes. Afinal, eu era uma pessoa pobre, do povo, não estava à altura da luta teórica pelo comunismo. (...) ficavam decepcionados ao perceber que a minha relação com o Velho não tinha nada de épico, como a relação que Prestes teve com Olga Benário (PRESTES, M., 1992, p. 112).

No próprio prefácio da obra assinado pelo dramaturgo Dias Gomes, é possível observar o que preocupa na apresentação de uma figura como o “Cavaleiro da Esperança”: “a princípio, temi que a revelação desse lado humano, em cenário doméstico, importando uma inevitável desmitificação, apequenasse o herói, reduzindo-o à estatura de um indivíduo comum” (GOMES, 1992, p. 10). Mais à frente, na mesma reflexão assinala: “Maria soube matizar sua narrativa com certo fatalismo romântico, substituindo o mítico pelo místico” (GOMES, 1992, p. 10). Dias Gomes, formado nos quadros do Partido Comunista Brasileira, compreendeu bem o olhar da narrativa em privilegiar um Prestes comum, algo que parecia não interessar à Anita Leocádia Prestes.

Dias Gomes (1992) não esconde a sua perplexidade sobre a intimidade do comunista, um sujeito reservado, sendo relevado em sua intimidade cotidiana: “foi mesmo um enorme prazer ‘descobrir’ o comportamento íntimo, caseiro, de um homem que, em nossa deformada visão, apareceria sempre desligado de qualquer relação familiar, dedicado em tempo integral à causa da revolução” (GOMES, 1992, p. 11). E completa: “Maria soube trazê-lo a nós com carinho de esposa e amante” (GOMES, 1992, p. 11).

O fato do revolucionário comunista, um líder máximo de um partido, ter sido casado com uma mulher, ao mesmo tempo simples, pobre, nordestina, do povo, foi um ponto guardado durante muitos anos pelo PCB. Esse tema inclui não apenas uma memória familiar, como também uma memória partidária (PCB).

Maria Prestes (1992a) não esconde que muitos membros da direção do Partido foram contra o relacionamento de Prestes, combatendo e tentando silenciar qualquer tentativa de trazer a público o ocorrido. O próprio Prestes, segundo Daniel Aarão Reis (2018) (Informação Verbal), “ocultou a existência da Maria [Prestes]”.

Havia um pacto do qual seus próprios filhos o tinham como tio, uma estratégia de preservá-los contra as perseguições e violências. De fato, o Secretário-Geral do PCB “ao casar-se” com Maria Ribeiro, causou alguns desacordos não apenas com o Partido, mas também com parte da sua família, como vimos anteriormente, através dos relatos da filha.

No livro de Maria Prestes, a revolucionária Olga Benário aparece como uma comparação ou como uma contraposição dela mesma, percebendo-se, desta forma, a questão da memória atrelada a certos ressentimentos não apenas sociais como também individuais. Podemos citar um exemplo emblemático quando estava grávida e nas primeiras horas do golpe civil-militar de 1964 sua casa fora invadida pela polícia. Sua família foi apresentada ao delegado da repressão, Boncristiano. A autora comparou a sua situação com a de Olga Benário: “que não se repetiria a violência ocorrida com Olga Benário em 1936” (PRESTES, M., 1992a, p. 29). E prossegue:

Sabia que qualquer coisa que acontecesse comigo e a futura criança o marcaria para sempre. Sabia que podia passar para a história como um mero clichê dos fascistas dos anos 30, que friamente levaram Olga Benário à morte. A situação no mundo era outra, mas ele entendia que era melhor não mexer com a mulher de Luiz Carlos Prestes grávida de oito meses (PRESTES, M., 1992a, p. 29).

Em certo momento da narrativa, a companheira do líder comunista procura evidenciar as diferenças entre ela e Olga, o que comprova certa obsessão ou ressentimento com relação à primeira companheira de Prestes:

Uma das coisas que ele fez questão de frisar muitas vezes era que Olga não tinha muitas prendas domésticas como eu. Não sabia fazer tantos pratos, costurar, muito menos arrumar o aparelho clandestino com feminilidade. Olga, dizia o Velho, era inteligente, gostava de estudar, mas do prazer do cotidiano ela abriu mão muito cedo. Nesse sentido, o pouco que os dois viveram juntos foi o tempo difícil. A disciplina militar do Velho criou obstáculos e quase impediu a aproximação dos dois (PRESTES, M., 1992a, p. 64).

Acreditamos que essa necessidade recorrente de comparar as situações em que envolvem Olga Benário é uma tentativa de se colocar em situações de heroísmo, do qual foi marcada a relação de Olga com Prestes nos anos 1930. Uma necessidade de afirmação de alguém que nunca teve a oportunidade de revelar sua própria história, que agora tece, do subterrâneo, obscurecido pelas circunstâncias,

um olhar diferenciado, procurando dar um teor nobre a sua função de companheira do Secretário-Geral do PCB.

Como afirma Marc Ferro (2009), na origem do ressentimento, tanto no indivíduo quanto no grupo social, encontramos sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma:

Aquele que se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina sua vingança que não pode executar e o atormenta sem trégua, até explodir. (...) A revivescência da ferida passada é mais forte do que toda vontade de esquecimento. A existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente (...). E a história oferece diversos testemunhos disso (FERRO, 2009, p. 14).

De toda forma, é fato que Anita Leocadia Prestes minimiza a importância da segunda esposa para a trajetória de Luiz Carlos Prestes. Nas duas biografias que fez do pai, Maria aparece pouquíssimas vezes. No caso da narrativa biográfica de maior fôlego, *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, centrado na vida política, a companheira do pai aparece apenas na página 281 como uma jovem militante responsável por cuidar do esconderijo de Prestes. Anita Leocadia Prestes (2015) procura justificar mais uma vez o motivo do pai ter escolhido Maria, utilizando-se de um documento oficial, produzido por Dimitri Diakonov<sup>174</sup>:

Prestes contaria ao funcionário do PCUS, responsável pelas relações com o PCB que, após o desaparecimento de Olga, “durante muito tempo ele não pensou nem tentou criar uma nova família”. Entretanto, gostava muito de crianças e “sempre quis ter muitos filhos. Em 1953, casou-se pela segunda vez com uma mulher que o havia ajudado muito durante o período em que permaneceu na clandestinidade”. Segundo o relato de Dimitri Diakonov, Prestes chegou a dizer brincando que gostaria de ter não menos de dez filhos. Teve sete com Maria (PRESTES, 2015, p. 281).

A ausência de Maria Prestes, bem como a vida privada e familiar na biografia escrita por Anita Leocadia Prestes (2015), parece reforçar a ideia de Prestes como um homem unicamente focado em sua trajetória política de comunista, de um sujeito dedicado exclusivamente à revolução social no Brasil. Aspecto já salientado, por exemplo, pelo historiador Jorge Ferreira (2002), quando ao abordar a trajetória do líder comunista fez uma série de perguntas:

---

<sup>174</sup> Funcionário soviético responsável por um relatório dedicado a Luiz Carlos Prestes, chamado *Algumas impressões pessoais sobre Luiz Carlos Prestes*, de 20 de janeiro de 1961.

Com suas preocupações voltadas exclusivamente para a política, qual o significado, para um comunista, do casamento e da vida conjugal? Com seus objetivos e perspectivas dirigidos unicamente para a revolução, e herdeiros que foram da tradição puritana, seriam os revolucionários modernos repressores da vida instintiva, rejeitando os desejos pelos prazeres do mundo em nome da autodisciplina ascética? Uma vida, portanto, negadora dos prazeres da relação à dois? Nem os puritanos e muito menos os comunistas chegaram a este grau de renúncia. A concepção afirmadora do mundo está presente, por exemplo, nos episódios que culminaram na união de Maria e Luiz Carlos Prestes (FERREIRA, 2002, p. 135-136).

Temos aqui a ideia recorrente quando se fala na personalidade de Prestes, de um homem rígido, disciplinado, racional, do qual a renúncia dos prazeres e da vida pessoal é tangenciada em sua trajetória. Foi justamente esta ideia que é produzida por Anita Leocadia Prestes (2015) na biografia, o que justifica em sua abordagem o apagamento do que chamamos de “homem comum”. O que é prezado pela historiadora é um “homem político”, o revolucionário comunista, protagonista das lutas sociais no século XX.

Em reportagem já citada neste mesmo tópico, da autoria de Pedro Venceslau (2015), Maria e seus filhos questionaram a ausência de depoimentos de membros da família no livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. Anita respondeu na reportagem: “meu livro é uma biografia política, baseada em vasta documentação. Portanto, não cabiam depoimentos sobre assuntos pessoais. Ainda por cima, dona Maria e filhos mentem constantemente nos depoimentos públicos” (VENCESLAU, 2015, p. 08).

A contradição fica evidente quando Anita Leocadia Prestes (2015) desconsidera o foro particular do pai, a pretexto de confeccionar uma biografia política, contudo, não deixa de recorrer com grande frequência a entrevistas realizadas com suas tias. Ou seja, para Anita Leocadia Prestes, existe o que ela considera como fontes confiáveis e fontes inconfiáveis. As primeiras seriam justamente aquelas que estão em sintonia com seus ideais políticos.

Anita Leocadia Prestes, por diversas vezes, em livros e entrevistas, acusou a viúva de seu pai e seus irmãos de mentirosos e desonestos no que se refere à memória do pai. Tal postura se deve à discordância da historiadora na forma como o pai é apresentado – como um derrotado, domesticado e banalizado, em todos os produtos culturais e historiográficos, sejam filmes, livros ou entrevistas, em que Maria e seus irmãos colaboraram ao longo das últimas três décadas, como observaremos mais à frente nos próximos tópicos deste mesmo capítulo.

O historiador Daniel Aarão Reis (2014) foi o único dos biógrafos de Prestes a detalhar aspectos desta tensão familiar, dissecando com curiosidade os conflitos entre os dois eixos familiares. Diferentemente dos outros três, Aarão Reis (2014) procurou ir a fundo sobre a vida íntima do seu personagem, chegando a alguns detalhes sobre os ressentimentos que envolviam a família Prestes. Nesta lógica, é significativa a maneira como conseguiu captar o cenário tenso ocorrido durante o velório do líder comunista, chamado por ele de “incompatibilidades familiares”:

Nem morto deixava de suscitar paixões. Outros conflitos também sobreviveram a Prestes, como as incompatibilidades familiares, que tanto o haviam desgostado. Separadas pelo caixão, de um lado, Anita e Lígia, a única irmã ainda viva, já com 76 anos, hieráticas e severas. De outro, Maria, os filhos e os netos. Quando Teresa Cartaxo chegou. Anita se permitiu perguntar: “é mais uma filha de meu pai?”. Zoia respondeu, constrangida: “é minha cunhada”. Lígia fizera saber que “não reconhecia os filhos de Maria como seus parentes”. A atmosfera pesada surpreendeu até mesmo o experiente Leonel Brizola, atônito diante da força daquele ressentimento (REIS FILHO, 2014, p. 480).

O velório de Prestes, assim transcrito por Aarão Reis (2014), torna-se emblemático, e demonstra *a batalha pelo morto*, uma história dividida em dois eixos, que não disputam uma herança material, mas simbólica, que a partir daquele acontecimento se intensificou no correr daquela década que se iniciava. O historiador conseguiu captar tal cenário por meio dos depoimentos que colheu de alguns dos presentes no caso.

Ao contrário de Aarão Reis (2014), a historiadora Anita Leocadia Prestes (2015) não abordou estas tensões familiares ocorridas durante o velório do pai em março de 1990. Entretanto, mais uma vez, quando escreveu as suas memórias, optou por abordar o tema e não mede as palavras sobre a atitude da viúva e seus irmãos.

Anita Leocadia Prestes (2019) começa por situar os dias finais do pai no hospital: “recordo que junto à tia Lygia e na companhia de alguns amigos, permaneci todas as noites ao lado do meu pai no hospital. Em seus momentos finais, o médico que o assistia nos informou que sua vida estava se extinguindo” (PRESTES, 2019, p. 255). No mesmo contexto, condena a postura dos seus irmãos no mesmo hospital: “foram horas de grande aflição e intensa emoção. No sofá do quarto dormiam meus meio-irmãos Mariana e Yuri. Foi preciso que Lygia os sacudisse e



dissesse: ‘seu pai está morrendo’. Mais tarde chegou dona Maria” (PRESTES, 2019, p. 256).

Ao relatar a morte do pai, Anita Leocadia Prestes (2019) não expressou apenas sua tristeza pelo fim do revolucionário, mas o que chama de comportamento lamentável da agora viúva e de seus “meio-irmãos” durante a despedida:

Para mim, as tias Lygia e Eloysa e os companheiros e amigos mais próximos de Prestes, os seus últimos dias foram marcados pela tristeza com sua perda irreparável e também pelo comportamento lamentável de dona Maria e seus filhos. Tirando proveito do fato de que meu pai entrara em coma, passaram a fazer declarações públicas aos jornalistas que acorreram ao hospital, dizendo que Prestes estaria consciente e em condições de pronunciar-se. Utilizavam o nome dele para se promover e, principalmente no caso do meu meio-irmão Luiz Carlos, para se apresentar como herdeiros políticos do pai. Enquanto Prestes esteve consciente, mantiveram-se discretos ou calados; com sua morte, passaram a atribuir ao meu pai opiniões e atitudes que em vida ele sempre condenara – um exemplo disso é o livro publicado por dona Maria, repleto de inverdades e invencionices (PRESTES, 2019, p. 256).

Verificamos como a historiadora se utiliza do termo “herdeiros políticos de Luiz Carlos Prestes” e indica no eixo familiar a sua principal desavença entre os irmãos, o cineasta Luiz Carlos Prestes Filho: “diante de tal situação, fui obrigada, muitas vezes, durante a internação hospitalar, a comparecer diante da imprensa para desmentir declarações que desvirtuavam o pensamento do meu pai” (PRESTES, 2019, p. 256).

Houve, portanto, uma intensificação dos confrontos familiares, que acabaram sendo expostos publicamente em matérias de jornais e revistas. Um dos periódicos que mais destacou esses confrontos na década de 1990 foi o jornal carioca *Jornal do Brasil*. Em suas memórias, assim Anita Prestes (2019) se apresentou com relação a estes confrontos públicos:

A divulgação de inverdades a respeito de Prestes teve prosseguimento nos anos seguintes, o que não pude deixar de combater através de entrevistas e cartas aos jornais, contando sempre com o apoio das tias Lygia e Eloiza, assim como de companheiros e amigos (PRESTES, 2019, p. 157).

As principais motivações dos confrontos públicos entre Anita Leocadia Prestes e Maria Prestes envolveram o pedido de promoção do comunista de Capitão para Coronel e o conseqüente pedido de pensão realizado por Maria. Também apareceram as homenagens propostas por Maria Prestes na construção de um

memorial que seria inaugurado no ano do centenário do “Cavaleiro da Esperança”, em 1998.

No Diário Oficial de 27 de junho de 1991 foi publicada a promoção de Luiz Carlos Prestes do posto de Capitão para Coronel, com efeito retroativo a 15 de abril de 1943. Além de anistiá-lo, o decreto o colocava na Reserva a contar do ano de 1958, quando atingia a idade-limite para permanecer na função. Anita Leocadia Prestes renega a promoção e rebela-se através de nota no *Jornal do Brasil*, de 28 de junho de 1991:

‘Imagina ele ser promovido a coronel do Exército, uma entidade à qual ele sempre recusou se integrar; logo ele que foi general da Coluna Prestes’, desabafou ontem a historiadora Anita Leocadia Prestes, 54 anos, primeira filha do líder comunista Luiz Carlos Prestes, promovido a coronel do Exército através de portaria publicada no Diário Oficial de ontem. Em seu nome e no de suas tias Heloisa, 91 e Lygia, 77, Anita repudiou o ato póstumo do Exército, considerado “um desrespeito à sua memória”, e fez questão de enfatizar. “Se estivesse vivo, meu pai ficaria indignado com este ato”. Anita, única filha de Prestes com Olga Benário, encarou a atitude do Exército como uma “brincadeira de mau gosto, uma tentativa de apresentá-lo de uma forma diferente da que ele era. Meu pai nunca foi um homem acomodado. Ele era um lutador, um combatente, ‘um comunista” (JORNAL DO BRASIL, 28 jun. 1991, p. 03).

A rejeição pública à portaria do Ministério do Exército relembra que Prestes, ainda em 1924, ou seja, antes do início da Marcha da Coluna, havia se demitido duas vezes do Exército, tendo sido expulso das fileiras das Forças Armadas pelo governo de Arthur Bernardes, recusado à anistia de 1930, assim como as decretadas posteriormente. A historiadora lembra em suas memórias que condenou o seu meio-irmão sobre o caso, visto que ele elogiou a atitude do Exército, declarando que compartilhava da mesma opinião da mãe e dos seus irmãos, que apoiavam a referida portaria, acrescentando: “a partir de agora meu pai pode ser um novo patrono do Exército, ao lado de Duque de Caxias (PRESTES, 2019, p. 258).

Nas palavras de Anita Leocadia Prestes, seis anos depois, no mesmo *Jornal do Brasil*, do dia 17 de agosto de 1996, a historiadora explicou como Maria conquistou, juntamente com todas as suas filhas mulheres, uma pensão do Exército, diante da promoção ocorrida em 1991. Anita Leocadia Prestes a recusou<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> Em 2006, sabemos por meio do jornal *O Estado de São Paulo*, de 18 de agosto, que Maria Prestes conseguiu transferir para o regime de anistiado político o ex-líder comunista Luiz Carlos Prestes. Em portaria publicada no Diário Oficial da mesma data da matéria no jornal, o Comando do Exército reconheceu a Prestes o direito às promoções da carreira militar ao posto de Coronel, tendo direito aos vencimentos de General de Brigada, o que permitiu à viúva, Maria do Carmo Prestes, e às

Anita Leocadia Prestes (2019), em suas memórias, relatou ainda alguns antecedentes da questão das pensões, desdobrando nos casos mais recentes já indicados acima:

Cabe lembrar que, logo após o falecimento do meu pai, dona Maria solicitou à prefeitura do Rio de Janeiro a pensão que fora concedida a Prestes em 1987 pelo prefeito Saturnino Braga, por ele recusada. Em junho de 1990, a viúva passou a receber essa pensão de dez vezes o piso nacional de salário. A partir de 2005, a pedido de dona Maria, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça autorizou a revisão do valor de sua pensão militar e das suas quatro filhas; ela havia solicitado pensão de general de Exército, mas foi-lhe concedida pensão de general de brigada (PRESTES, 2019, p. 259).

As homenagens póstumas a Luiz Carlos Prestes, ocorridas ao longo da década de 1990, também causavam indignação em Anita Leocadia Prestes. Ao aproximar-se o ano do centenário do revolucionário comunista, comemorado em 03 de janeiro de 1998, Maria Prestes e seus filhos iniciaram um processo de mobilização de ações para criar uma série de eventos comemorativos, entre elas a concepção de um memorial a ser dedicado ao revolucionário gaúcho.

Em 08 de julho de 1992, Maria Prestes lançou uma *Carta à Nação*, com o intuito de lançar o projeto do memorial: “neste momento de perplexidade, quando o nosso país está mergulhado na maior crise política e econômica de sua história, é fundamental se voltar para a vida de Luiz Carlos Prestes”, que segundo ela, “corporificou a imagem do Tiradentes do século XX” (PRESTES, M., 1992b, p. 01)<sup>176</sup>.

---

quatro filhas do segundo casamento, o direito a uma pensão militar de R\$ 9.204,48, valor a ser dividido entre as cinco. Segundo a matéria, “Anita Leocadia, filha de Prestes com sua primeira mulher, Olga Benário, não foi relacionada entre as beneficiárias da pensão” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 ago. 2006, s/p). Na verdade, dois anos antes, em 2004, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça indenizou com 100 mil reais Anita Leocadia Prestes, considerada perseguida e condenada a quatro anos de prisão pelo regime militar. A historiadora doou a quantia à Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, ligada ao Instituto Nacional do Câncer (Inca).

<sup>176</sup> Ela propôs ainda a entrega de uma vasta documentação existente no Governo Federal (Ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica, Cultura, Exterior, etc.) sobre Luiz Carlos Prestes; o reconhecimento oficial “do vulto militar e político de Luiz Carlos Prestes no seio das Forças Armadas” (PRESTES, M., 1992b, p. 01); a criação na Secretaria de Cultura do Governo Federal de uma comissão extraordinária para os preparativos da comemoração dos 95 anos de Luiz Carlos Prestes no dia 03 de janeiro de 1993. Neste tópico, sugere nomes para formação desta composição: ela, Oscar Niemeyer, Carlos Scliar, Darcy Ribeiro, Miguel Costa Filho, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, entre outros. No final da carta, Maria sugeriu: “o Memorial seria um centro de referência das lutas populares no Brasil e abrigaria o acervo do Grupo Tortura Nunca Mais, que no atual momento continua o trabalho de investigação dos crimes cometidos pela Ditadura Militar que tomou o poder com o golpe de 1964” (PRESTES, M., 1992b, p. 02).

Entre os que nomes que assinaram a carta, não há na lista o de Anita Leocadia Prestes. A proposta de Memorial de Luiz Carlos Prestes teve, segundo Maria Prestes (1992b), a pesquisa histórica de Nelson Werneck Sodré e concepção arquitetônica de Oscar Niemeyer, planejamento visual de Carlos Scliar, monumental do recém-falecido Honório Peçanha, e cultural de Ricardo Cravo Albin.

Durante o processo de mobilização, em carta enviada ao historiador Nelson Werneck Sodré em 31 de março de 1992, Anita Leocadia Prestes deixou claro o universo de tensão entre os familiares. O historiador teria enviado uma carta procurando auxiliar em um diálogo entre os dois núcleos da família. A resposta da historiadora é enfática:

Não estou interessada em encontrar-me com Luiz Carlos Ribeiro Prestes, pois tanto ele quanto a mãe e os irmãos cortaram relações comigo e as minhas tias há muitos anos. Aliás, sempre nos hostilizaram. Para citar apenas um exemplo: além de não me terem dado nenhuma lembrança de meu pai, após a sua morte – prática habitual nas famílias normais –, recusaram-se também a entregar-me qualquer manuscrito dele, embora, em troca dos documentos, eu tivesse desistido, em juízo, da minha parte no espólio do falecido. A procuração do meu pai, sendo que estes fatos poderão ser confirmados pelo Dr. José Aguiar Dias, advogado (PRESTES, 1992, p. 01).

Anita Leocadia Prestes, além disso, mobilizou-se contra a busca de recursos públicos por parte de Maria e os filhos para a construção do Memorial, dizendo que “meu pai jamais aceitaria homenagens obtidas através de pedidos dirigidos a governos que ele sempre combateu” (PRESTES, 1992 apud JORNAL DO BRASIL, 17 jul. 1992, p. 10).

A recusa de Anita Leocadia Prestes fez com que o seu irmão, Luiz Carlos Prestes Filho, ironizasse a postura da historiadora nas páginas do mesmo *Jornal do Brasil*, de 21 de julho de 1992, destacando um anticomunista conhecido na época da ditadura, o colunista social Ibrahim Sued<sup>177</sup>, como outro crítico da construção de um memorial dedicado ao revolucionário gaúcho:

Somente duas pessoas se declararam contra a construção do Memorial Prestes: o jornalista Ibrahim Sued e minha irmã, Anita Leocadia Prestes. A posição do jornalista não surpreende a sociedade brasileira. (...) Mas a posição de Anita é pouco generosa. (...) Se o maior amigo de nosso pai, o arquiteto Oscar Niemeyer é o autor do projeto, acreditamos não ser necessário questionar a participação dos governos federal, estadual e

---

<sup>177</sup> Ibrahim Sued foi um jornalista e colunista social carioca que ficou famoso por sua coluna no jornal *O Globo*. De postura reacionária, foi a favor do golpe civil-militar de 1964 e, durante o período, bajulou as principais lideranças militares em sua coluna social.

municipal na construção do Memorial Prestes (PRESTES FILHO, 1992, apud JORNAL DO BRASIL, 21 jul. 1992, p. 10).

Luiz Carlos Prestes Filho, além disso, no mesmo artigo, questionou a postura da historiadora Anita Leocadia Prestes quanto ao caso da aproximação do PCB a Getúlio Vargas em 1954<sup>178</sup>:

O mais impressionante é que Anita, doutorada em História, cometa o erro de afirmar que Prestes, em 1954, não tenha entendido a necessidade do Partido Comunista se aproximar de Getúlio Vargas. No livro “Prestes, lutas e autocríticas”, de Dênis de Moraes e Francisco Viana (Vozes, 1982), Luiz Carlos Prestes afirma à página 124: “...15 dias antes do golpe, passamos a discutir o apoio a Getúlio no caso de um golpe (...)” Luiz Carlos Prestes Filho – Rio de Janeiro (PRESTES FILHO apud JORNAL DO BRASIL, 21 jul. 1992, p. 10).

Mais qual será o grande motivo de Anita Leocadia Prestes ser contra a construção de um memorial dedicada a Luiz Carlos Prestes no contexto dos primeiros anos da década de 1990? A historiadora justifica relacionando o Memorial ao governo Fernando Collor de Mello:

Devo salientar que, no momento em que o governo Collor se encontra politicamente isolado e desmoralizado, sendo alvo de crescente condenação da opinião pública, o anúncio do patrocínio federal à construção de um monumento em homenagem a Luiz Carlos Prestes só pode ser interpretado como uma manobra visando a ampliação desse governo. Meu pai lutou, durante setenta anos de sua vida, contra os governos comprometidos com os interesses do grande capital nacional e internacional e morreu combatendo abertamente a eleição do Sr. Collor de

---

<sup>178</sup> Um ano antes, Anita Leocadia Prestes, já havia discutido com o irmão na ocasião em que este escreveu um artigo no mesmo *Jornal do Brasil*, de 01 de setembro de 1991, intitulado *A Cruel desilusão de Prestes*, dando a crer que Prestes morreu desiludido com o regime soviético. A historiadora reivindica o seu lugar de filha e colaboradora para expressar sua discordância e indignação. Nas palavras de Anita Leocadia Prestes: “todos aqueles que conheceram de perto meu pai sabem que uns dos traços mais marcantes do seu caráter eram o senso de dignidade pessoa e a firmeza ideológica. Prestes jamais admitia que fossem tornadas públicas opiniões suas, porventura externadas em conversas particulares, especialmente se desabonadoras em relação à União Soviética e aos comunistas soviéticos. Embora reconhecesse que a URSS e os dirigentes do PCUS cometeram inúmeros e graves erros, sempre pareceu incorreto atacá-los publicamente. Para meu pai, a URSS foi a maior conquista dos trabalhadores no mundo inteiro, durante este século, constituindo-se na única força capaz de deter o imperialismo norte-americano. A existência da URSS era a garantia da paz. Por essa razão, ele sempre defendeu com entusiasmo o socialismo real, ainda que soubesse, de longa data, de suas deficiências, em particular das perseguições do tempo de Stalin, que chegaram a atingir amigos pessoais seus. Prestes considerava, além disso, que tinha uma dívida de gratidão para com a URSS pela solidariedade que o seu povo e governo lhe prestaram, assim como a sua família e a todos os democratas e antifascistas brasileiros, sempre que perseguidos pelas forças de reação do Brasil. Desta forma, jamais concordaria em tornar públicas suas possíveis ‘decepções’ ou ‘desilusões’, como é feito no referido artigo. Sua integridade moral não admitiria semelhante atitude. – Anita Leocadia Prestes, Rio de Janeiro” (PRESTES, 1991 apud JORNAL DO BRASIL, 01 set. 1991, s/p).

Mello. Jamais aceitaria, portanto, homenagens desse governo (PRESTES, 1992 apud JORNAL DO BRASIL, 21 jul. 1992, p. 10).

Ao se aproximar o centenário de Luiz Carlos Prestes, no ano de 1998, os ânimos ficaram ainda mais exaltados, visto que Anita Leocadia Prestes cada vez mais se indignava diante dos responsáveis por algumas das homenagens. Um exemplo foram os governadores dos estados do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos (PFL, hoje DEM), e do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), além do prefeito de Niterói (RJ), José Roberto Silveira (PDT). Foi nesta lógica que a viúva Maria Prestes escreveu uma carta tocando em um ponto-chave: a herança simbólica de Luiz Carlos Prestes:

Nenhuma pessoa tem autoridade afetiva ou ideológica para falar em nome de Prestes, até porque durante toda a sua vida ele nunca fez uso de um porta-voz para expressar suas ideias. E quando faleceu, não nomeou nenhum dos parentes como o seu sucessor político ou moral. O herdeiro de Luiz Carlos Prestes é o povo brasileiro e a nação que sonhamos livre e socialista (JORNAL DO BRASIL, 15 nov. 1997, p. 08).

Anos depois, em maio de 2013, o líder comunista foi homenageado no Senado Brasileiro, tendo recebido através de seus familiares o cargo de Senador, que perdeu em 1948, quando o registro do PCB foi cassado<sup>179</sup>. O fato desencadeou mais uma vez a revolta de Anita Leocadia Prestes (2018), com o mesmo argumento da tendência de tentar integrar o “Cavaleiro da Esperança” ao sistema:

Eu protestei (...) cassaram (...) em janeiro de 1948, passaram-se todos esses anos e ninguém se preocupou em devolver o cargo de senador a ele. Nem aos demais cassados comunistas. Foi uma quantidade muito grande (...) de deputados, de vereadores, pelo Brasil todo. E isso aí vem com um discurso que é para justificar (...), o novo poder agora é muito democrático. Quer dizer, agora o Prestes está morto, não pode mais protestar. Se ele tivesse vivo, ele protestava. Tem uma parte da família que se presta a esse papel de apoiar. Inclusive a viúva. E fica fazendo discursos e dizendo coisas que o Prestes repudiaria de toda maneira e apresentando como se o Prestes fosse integrado ao sistema bonzinho. Você vê o Renan Calheiros elogiando o Prestes. Isso é um escândalo. É um escândalo, né?! Parte da família lá apertando mão e dando beijinhos e abraços no Renan Calheiros. O que é isso? Eu fui convidada pra ir pra essa cerimônia, repudiei, disse que não ia (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

Somado a isso, Anita Leocadia Prestes relembra as dificuldades para a publicação dos três volumes das cartas do pai devido aos problemas familiares com Maria. A obra seria publicada pela Editora Vozes. Entretanto, a mesma editora não

---

<sup>179</sup> Cf.: Bortoni (2013).

aceitou apenas a concessão dos direitos autorais de Anita Leocadia Prestes e Lygia Prestes, exigindo também a da viúva. Segundo a historiadora, Maria Prestes não concedeu a autorização.

Somente a partir de 2000, contando com a compreensão da professora Jessie Jane Vieira de Sousa, então diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), e de Fernando Gasparian, proprietário da Editora Paz e Terra, que decidiram não consultar dona Maria, tornou-se possível a publicação em três volumes dessa obra, que permitiu ao público brasileiro conhecer melhor a personalidade de Luiz Carlos Prestes, isenta das falsificações amplamente difundidas por seus detratores (PRESTES, 2019, p. 262).

Vemos que Anita Leocadia Prestes disputou a memória do pai, entendendo este papel como um “dever moral”, já que tal memória estaria sendo, “atacada e desvirtuada pelos nossos inimigos de classe – contando para tal, lamentavelmente, com a colaboração consciente ou inconsciente de parte da família” (PRESTES, 2019, p. 262). Pudemos observar que esta disputa se deu publicamente por meio de jornais, em uma *memória dividida*, com duas esferas *concorrentes*, que disputam a “versão oficial”. Vamos compreender agora a questão da centralidade de Anita Leocadia Prestes na construção de uma memória oficial sobre Luiz Carlos Prestes, investigando a sua colaboração à historiografia que interliga a história do seu pai ao Partido Comunista Brasileiro.

#### 4.3 Anita Leocadia Prestes em defesa da memória de Luiz Carlos Prestes

Muito da memória oficial de Luiz Carlos Prestes foi produzida pela historiadora Anita Leocadia Prestes. Formada inicialmente pela Escola Nacional de Química da UFRJ, em 1964, no mesmo ano do golpe civil-militar, ela iniciava um mestrado na própria instituição da graduação, concluído em 1966.

Já nesta época a atividade política era intensa e, havendo perseguição diante do endurecimento do regime a partir de 1968, com o AI-5, Anita Leocadia Prestes era um alvo em potencial devido ao seu histórico de militância e principalmente sua filiação. Seu pai, Secretário-Geral do PCB, foi um dos primeiros a perder os direitos políticos com o golpe de 1964, e em pouco tempo teve que exilar-se. O exílio político na União Soviética foi o caminho para os dois.

Na URSS, Anita Leocadia Prestes deu continuidade aos seus estudos, desta vez realizando um doutorado em Economia Política, pelo Instituto de Ciências Sociais, tendo apresentado em 1975 a tese *O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas Particularidades*. Atuando como secretária do pai e membro ativo do PCB no exílio, Anita Leocadia Prestes voltou ao Brasil no contexto de redemocratização, em 1979.

O retorno ao Brasil possibilitou que Anita Leocadia Prestes tenha se dedicado a secretariar o pai e a colocar em prática um projeto de pesquisa possível apenas na “normalidade democrática”: um estudo sobre a atividade política de Luiz Carlos Prestes ao longo do século XX. A historiadora iniciou, juntamente com Marly Vianna, uma série de entrevistas com o revolucionário comunista, que foram gravadas entre os anos de 1981 e 1983.

Anita Leocadia Prestes apresentou a sua tese de doutorado, em 1989, iniciada em 1985, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), orientada por Maria Yedda Linhares, tendo ainda na banca: Ciro Flamarion Cardoso (UFF), Carlos Guilherme Motta (USP), Francisco Iglesias (UFMG) e Hamilton de Mattos Monteiro (UFF). Antes havia passado no doutorado em 1985, pela Universidade de São Paulo (USP), porém, segundo depoimento, preferiu realizar no Rio de Janeiro, onde residia e cuidava de suas tias (PRESTES, 2018) (Informação Verbal). A apresentação da tese teve a presença do personagem principal e contou com a divulgação de boa parte da imprensa carioca da época<sup>180</sup>.

Em outubro de 1991, Anita Leocadia Prestes foi aprovada em concurso público pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, tendo tomado posse em 1992. Dois anos depois, conseguiu transferir-se para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro, dedicando-se a uma série de pesquisas das quais seu pai e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) são os

---

<sup>180</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, de 30 de novembro de 1989: “envolvidos pelo tema, os componentes da banca examinadora elogiaram incontinentemente a tese de Anita Leocadia Prestes. O trabalho acabou, entretanto, instigando-os a querer saber mais detalhes sobre o movimento, que a tese, de 800 páginas, divididas em três volumes, não poderia comportar. O professor Francisco Iglesias, da UFMG, gostaria de ver, por exemplo, referências à memória coletiva do movimento, provavelmente encontrável em literatura de cordel, no Nordeste, por onde a Coluna passou. Ele acabou concordando que esse seria um outro trabalho. O professor Carlos Guilherme Motta, da USP, procurou explicações para o caráter inédito do movimento. Anita explicou que houve influência da guerra dos maragatos, no Rio Grande do Sul, onde a tática da guerra em movimento já era feita intuitivamente, ‘essa tática surgiu na luta, sua origem foi prática’, explicou Anita. Motta e demais examinadores destacaram o valor da história oral do trabalho e foram unânimes ao afirmar que a tese recupera o valor da Coluna Prestes ‘de maneira notável’ (JORNAL DO BRASIL, 30 nov. 1989, p. 12).



temas principais. De 1994 até maio de 2019, foram 20 vinte livros publicados por algumas das principais editoras brasileiras, como *Vozes, Brasiliense, Paz e Terra*<sup>181</sup>.

Além dos livros, Anita Leocadia Prestes, mesmo aposentada desde 2007, continuou colaborando ativamente com revistas acadêmicas, além de outros suportes mais amplos, como sites, jornais e revistas de circulação, apresentando suas ideias, além de viajar lançando os seus livros, em universidades, sindicatos e associações sociais e culturais pelo país.

A centralidade de Anita Leocadia Prestes na construção de uma memória oficial sobre Luiz Carlos Prestes é alicerçada em uma ideia de defesa de um legado do revolucionário gaúcho. A autora defende que a relevância de Prestes é indiscutível, e que, desde que começou suas ações, ele vem sendo “caluniado ou silenciado pelos donos do poder enquanto viveu, após seu falecimento Prestes teve sua história falsificada por quem pretende legitimar interesses políticos que ele mesmo combateu” (PRESTES, 2015, p. 15).

Em resenha do livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, publicada na revista *Crítica Marxista*, o historiador Carlos Zacarias Sena Júnior (2016) defende a ideia de que “é absolutamente legítimo que Anita Prestes assuma o seu lugar de biógrafa que vai além de sua posição de historiadora, pois tem relação com suas escolhas, paixões e opções políticas” (SENA JÚNIOR, 2016, p. 189).

Concordamos em parte com a avaliação do historiador, entretanto, não podemos deixar de destacar que tal paixão filial e militante acaba por impor, muitas vezes, certas interpretações, como já vimos em outros momentos de nossa análise. Suas escolhas privilegiam determinados olhares, não explorando outras perspectivas possíveis, a partir justamente desta paixão filial.

---

<sup>181</sup> Por ordem de publicação e edição: *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo* (1994, Vozes); *Uma Epopeia Brasileira* (1995, Moderna); *A Coluna Prestes* (1997, Paz e Terra); *Luiz Carlos Prestes e Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)* (1997, Vozes); *Tenentismo pós-30: continuidade e ruptura* (1999, Paz e Terra); *Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945)* (Paz e Terra, 2001); *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista* (Expressão Popular, 2006); *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/1958): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB* (Brasiliense, 2010); *Luiz Carlos Prestes: um combate por um partido revolucionário (1958-1990)* (Expressão Popular, 2012); *Campanha Prestes pela Libertação de Presos Políticos no Brasil (1936-1945)* (2013, Expressão Popular); *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (2015, Boitempo); *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo* (2017, Boitempo); *Viver é Tomar Partido* (2019, Boitempo). Alguns destes livros tiveram mais de uma edição, inclusive por editoras diferentes. Soma-se a isso também a organização de correspondência e de outros escritos do pai em outros volumes, com destaque para os livros *Os Anos Tormentosos* (2000, 2002 e 2002, Paz e Terra; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

Tal paixão filial aparece muitas vezes em segundo plano na produção historiográfica da autora, contudo, em suas lembranças surgem momentos em que isso fica latente. Um trecho, por exemplo, tocante neste sentido se encontra em seu livro de memórias:

Episódios da vida de ambos me eram narrados; cresci ouvindo falar neles o tempo todo e me orgulhando muito de ser sua filha. Esperava que chegasse logo o dia em que seriam libertados e eu poderia conviver com eles. Todas as noites, antes de dormir, me despedia deles enviando um beijo para cada um (PRESTES, 2019, p. 35).

Em outro momento, Anita Leocadia Prestes rememora o contato com seu pai já na velhice, quando se tornou uma interlocutora, momento, inclusive, em que surgiu a vontade de elaborar uma história sobre a atuação política do líder comunista: “minha admiração pelo pai era enorme (...). Pouco a pouco, tornei-me uma interlocutora de confiança do meu pai e posteriormente uma espécie de sua assessora, em especial nos últimos quinze anos da vida dele” (PRESTES, 2019, p. 85).

Desta forma, a relação da historiadora/filha Anita Leocadia Prestes com seu pai/biografado/objeto, tornou-se impossível de não se confundir com uma prática historiadora e biográfica, com essa vivência relatada. Mesmo tentando um distanciamento, quase impossível é verdade, no nosso ponto de vista, a autora acabou por recair muitas vezes em uma visão limitada de construção biográfica, assumindo, na maior dos casos, um caráter de advogada da trajetória de Luiz Carlos Prestes.

Por exemplo, Anita Leocadia Prestes procura listar em suas entrevistas e em suas memórias quem são os “inimigos” responsáveis pelas calúnias, silenciamentos e falsificações a respeito do pai: o jurista Saulo Ramos, os jornalistas João Batista Natali, William Waack, Toni Venturi e Eliane Brum, além do historiador Daniel Aarão Reis.

No primeiro caso, o jurista Saulo Ramos<sup>182</sup>, em entrevista à revista *Exame*, de 02 de outubro de 1991, acusou Prestes de ter denunciado à polícia inúmeros companheiros e amigos (RAMOS, 1991 apud EXAME, 02 out. 1991). Segundo a própria Anita Leocadia Prestes (1997), “semelhante calúnia – desprovida de

---

<sup>182</sup> José Saulo Pereira Ramos (1929-2013) foi um advogado, político, jurista e escritor brasileiro. Dentre outros cargos importantes, foi Consultor-Geral da República e Ministro da Justiça no governo Sarney. Publicou diversos livros, entre eles o livro de memórias *O Código da Vida*.

qualquer possibilidade de comprovação – não havia sido, até então, levantada sequer pelos mais ferrenhos inimigos de Prestes” (PRESTES, 1997, p. 08).

No segundo caso, em dezembro de 1992, o jornalista João Batista Natali<sup>183</sup> publicou na *Folha de São Paulo*, segundo Anita Prestes, um artigo “ofensivo” a partir de “revelações sórdidas” da viúva de Prestes divulgadas em livro de sua autoria, ou seja, o livro de memórias da viúva Maria Prestes. A historiadora encaminhou uma carta à *Folha de São Paulo* protestando contra o teor do artigo publicado no caderno *Mais!* do jornal, entretanto, a carta não foi publicada na íntegra<sup>184</sup>.

No terceiro caso, já salientado aqui no capítulo 3, temos o do jornalista William Waack, que publicou em 1993, pela Editora Companhia das Letras, o livro *Camaradas*, em que afirma que o ex-secretário do PCB teria comprado seu ingresso na Internacional Comunista com o dinheiro recebido de Getúlio Vargas para realizar a Revolução de 30. Anita Leocádia Prestes (1997) assim reagiu:

Outra calúnia, lançada sem nenhuma prova, a respeito de episódio que o próprio Prestes tornara público, durante seu julgamento no Superior Tribunal Militar, em setembro de 1937. Naquela oportunidade, ele demonstrara com documentos que o dinheiro utilizado na preparação dos levantes de novembro de 35 não viera de Moscou, mas lhe fora entregue, em 1930, por Vargas, que o obtivera como resultado da venda à Light, pelo governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de uma usina elétrica de Belo Horizonte. Prestes, ao romper com os “tenentes”, em maio de 30, e ao denunciar o caráter oligárquico e antipopular do movimento liderado por Vargas, decidira destinar esses recursos à realização do que ele considerava a verdadeira revolução brasileira – a “revolução agrária e anti-imperialista”, defendida pelo Partido Comunista. A afirmação difamante de W. Waack, além de mentirosa, constitui uma deturpação grosseira das práticas vigentes na Internacional Comunista, pois é amplamente sabido que a escolha dos dirigentes dessa organização era feita de acordo com critérios de mérito revolucionário e jamais a partir de uma suposta “compra” de ingresso (PRESTES, 1997, s/p).

No quarto caso, a escritora e jornalista Eliane Brum publicou, em 1994, o livro reportagem *O Aveso da Lenda*, lançado na Editora Artes e Ofícios, de Porto Alegre. A autora percorreu 70 anos depois os 25 mil quilômetros da famosa Coluna Prestes

<sup>183</sup> João Batista Natali é graduado em Jornalismo pela USP e em Filosofia pela Universidade de Paris-VIII. Fez mestrado (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris) e doutorado (Universidade de Paris-XIII), ambos em Semiologia. O jornalista atuou principalmente na *Folha de São Paulo*. Publicou alguns livros, com destaque para: *Jornalismo Internacional* e *O Brasil no Contexto 1987-2007*.

<sup>184</sup> Infelizmente, não tivemos acesso ao artigo de autoria de João Batista Natali, intitulado *Perfil amoroso do mito Prestes*, publicado na *Folha de São Paulo* em 13 de dezembro de 1992 e nem à Carta de Anita Leocádia Prestes para o mesmo jornal, não publicada na íntegra. Também não tivemos acesso ao artigo da autora: *Prestes e a URSS*, publicado na *Folha de São Paulo*, em 24 de dezembro de 1992.

entre os meses de janeiro e fevereiro de 1993, recuperando a memória de testemunhas da passagem dos comandantes tenentistas, em lugares quase esquecidos no interior do Brasil. “A Coluna Prestes tinha deixado marcas em todos os lugares por onde passou. E eram marcas profundas” (BRUM, 1994, p. 07). Segundo a jornalista, a trilha da Coluna foi marcada por saques, estupros, torturas, destruição e medo.

No quinto caso, o cineasta Toni Venturi, lançou em 1997, o documentário *O Velho Anita Leocadia Prestes* (1997) desde o início colocou-se contra a realização cinematográfica. Segundo a própria historiadora e suas tias, o filme “deturpava a imagem pública de Luiz Carlos Prestes” (PRESTES, 1997, p. 52).

Quando o filme foi lançado, Anita Leocadia Prestes (1997) empreendeu uma série de críticas publicadas em alguns dos principais órgãos de comunicação da época, como o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo*. Neste último, por exemplo, a historiadora foi enfática:

Consideramos que sua realização seria prejudicial à imagem de Luiz Carlos Prestes, distorcendo e deturbando fatos históricos de maior importância. Um dos argumentos que apresentamos na ocasião foi o de que os principais depoimentos sobre a vida política de meu pai seriam por inimigos ou adversários seus, como William Waack, João Amazonas, Roberto Freire e Jacob Gorender? (PRESTES, 1997, p. 13).

Em entrevista a Cristina Grillo (1997), no mesmo jornal *Folha de São Paulo*, Anita Leocadia Prestes acusa o filme de ser claramente anticomunista, com uma postura contra Prestes e Olga, mostrando uma “visão sempre repetida pela direita no Brasil de que os comunistas, e Prestes em particular, não passam de meros agentes de Moscou” (PRESTES, 1997 apud GRILLO, 1997, p. 07). Porém, as críticas de Anita Leocadia Prestes foram sintetizadas em um artigo publicado na *Revista Vozes*, no mesmo ano do lançamento oficial da cinebiografia. Em um longo artigo, acusou de desonestidade intelectual não apenas o cineasta Toni Venturi (responsável pelo filme), mas outros pesquisadores, bem como seus irmãos e a viúva do líder comunista.

Para Anita Leocadia Prestes (1997), no contexto da globalização e do neoliberalismo, a direita empreendeu uma estratégia de acabar com os mitos da esquerda, entre eles Luiz Carlos Prestes. Tais estratégias vão desde o silenciamento, passando pela descaracterização, chegando à deturpação da

história. A historiadora acusa Toni Venturi de representar um Prestes “domesticado, inofensivo e pausterizado (...), uma personalidade que merece muito mais compaixão pelos sofrimentos pelo que passou do que admiração pelo seu heroísmo” (PRESTES, 1997, p. 52). Além disso, descreve os erros factuais da obra, chamado de grosseiros, contendo ainda “graves deturpações em relação ao período histórico”, trazendo “calúnias e inverdades” (PRESTES, 1997, p. 52). Entre os problemas, a historiadora seleciona:

O célebre Manifesto de Maio de 1930, lançado por Prestes em Buenos Aires, foi parar no mês de julho. A foto de Clotilde Prestes é mostrada como sendo de sua mãe, Leocadia Prestes. O filme mostra cenas da mãe de Prestes recebendo cartas supostamente por ele enviadas durante a Marcha da Coluna, algo totalmente impossível de ter acontecido, pois os rebeldes, ao marcharem pelo interior do Brasil, careciam de qualquer meio de comunicação com as grandes cidades e a capital do país (PRESTES, 1997, p. 52).

Para o diretor do filme *O Velho*, Anita Leocadia Prestes negou-se a colaborar (VENTURI, 2018) (Informação Verbal)<sup>185</sup>. Por outro lado, identificamos a participação efetiva dos outros filhos de Prestes, frutos do seu relacionamento com Maria Prestes. Uma memória familiar é apresentada na parte final da película, mostrando dados sobre a vida privada do revolucionário, com fotos, vídeos e depoimentos sobre o lado do personagem como pai, esposo e avô<sup>186</sup>.

Realmente, se analisarmos devidamente o filme *O Velho*, diferentemente de outras narrativas sobre o revolucionário comunista, sejam elas biográficas ou não, pela primeira vez é apresentado em formato audiovisual o lado da vida privada de Prestes. A viúva aparece na narrativa de Toni Venturi (1997) relatando primeiramente como conheceu Prestes no aparelho clandestino na cidade de São Paulo. Relata, então, que era rigorosa e atenciosa com o secretário do PCB e por isso ele a escolheu como companheira. Em certo momento de seu depoimento,

<sup>185</sup> VENTURI, Toni. *Entrevista 1*. [25 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. São Paulo-SP, 1 arquivo. mp3 (2h 36 min).

<sup>186</sup> Segundo Anita Leocadia Prestes (1997, p. 52), houve “a lamentável colaboração de uma parte da família de Prestes”, ligada à viúva, Maria Prestes, que colaborou para acabar com o suposto mito da esquerda, visto que Prestes é visto como uma figura inofensiva e captada pelo sistema dominante. Tal situação revelada por Anita Leocadia Prestes combina com os planos do filme em representá-lo como “um homem ‘puro e ingênuo’, indiscutivelmente honesto (é difícil duvidar de sua honestidade), um bom pai de família, até mesmo um amante das flores e cultivador de roseiras, mas um militar rígido (...), incapaz de compreender as nuances da política. Sua vida política, portanto, não teria passado de uma lamentável sucessão de erros e fracassos – um exemplo desastroso, que não merece ser seguido pelos jovens de hoje” (PRESTES, 1997, p. 52).

Maria relata que Prestes costumava plantar rosas vermelhas ou amarelas nos terrenos em que se encontravam os aparelhos do Partido. Nesta lógica, o cineasta se utiliza das rosas como eixos das sessões em que o filme foi dividido. Vejamos que um detalhe aparentemente despercebido ou banal na trajetória do revolucionário ganha outra dimensão no corpo e estrutura no documentário. É como se as rosas simbolizassem muito mais do que as fases da vida do comunista (o nascimento, o crescimento, a destruição, a morte), mas remete a um Prestes desconhecido, humano, delicado, fora dos padrões rígidos que foram formatados sobre ele e por ele ao longo de sua trajetória.

Além de Toni Venturi (1997), a escritora e jornalista Eliane Brum (1994) procurou Anita Leocadia Prestes. Na apresentação da obra, ela mesma conta como se deu o contato e como é possível observar como a historiadora procurou de certa maneira *controlar* os sentidos sobre o tema da “Grande Marcha”:

Comecei a ler tudo que tinha sido escrito sobre a Coluna Prestes. Liguei para a filha de Luiz Carlos Prestes, a historiadora Anita Leocadia, expliquei a pauta e pedi ajuda. Ela me atendeu com simpática, mas foi enfática: “o Brasil que a Coluna percorreu já não existe mais. As pessoas daquela época que ainda vivem estão gagás. Seu jornal vai perder tempo e dinheiro. Meu pai e eu chegamos a pensar em refazer a rota, mas vimos que seria bobagem. Se você quiser, vem para o Rio de Janeiro que eu te dou uma entrevista exclusiva sobre o Prestes”. Eu agradei, e desliguei (BRUM, 1994, p. 05).

Um procedimento semelhante ocorreu com o autor desta tese, quando em janeiro de 2014, enviei um e-mail para Anita Leocadia Prestes perguntando sobre um projeto que pretendia analisar as narrativas biográficas dedicadas a Luiz Carlos Prestes. A autora então respondeu: “para falar-lhe com toda franqueza, no meu entender não existe uma biografia de Prestes que tenha um mínimo de seriedade” (PRESTES, 2014b, s/p). Naquele momento nem Anita Leocadia Prestes, nem Daniel Aarão Reis haviam publicado os livros sobre a vida do revolucionário gaúcho. Foi quando revelou:

Não existe, portanto, nenhum trabalho feito com seriedade a respeito de Luiz Carlos Prestes. Exatamente, por isso, como historiadora, estou no momento escrevendo sua biografia política, pois considero muito importante que as novas gerações conheçam quem realmente foi Prestes. Além da convivência estreita com ele, tenho a vantagem de ter conseguido acumular uma grande quantidade de documentos a respeito da sua atividade política, muitos dos quais inéditos (PRESTES, 2014b, s/p).

O jornalista Chico Otávio (2012), em matéria jornalística, destaca a questão da legitimidade não apenas de Anita Leocadia Prestes, como também de Maria Prestes e seus filhos, no que refere ao que ele chama de zelar a memória de Luiz Carlos Prestes, evidenciando um aspecto muito relevante: *a ausência do cerceamento da imprensa e da produção acadêmica escrita por parte de Anita Leocadia Prestes*:

Este estilo, duro e inflexível, não tira dela a legitimidade de zelar pela memória do pai-herói. Sua importância é tão grande quanto a de Maria e seus filhos. Apesar do jeito irascível e arredio, além da vida recatada que faz os colegas de magistério a compararem a uma freira, não se conhece um gesto de Anita que tivesse cerceado a imprensa ou obstruído uma pesquisa acadêmica (OTÁVIO, 2012, p. 08).

Porém, se nunca houve cerceamento por parte de Anita Leocadia Prestes, podemos compreender que ao longo das últimas três décadas a historiadora procurou “controlar” certas interpretações sobre o pai, não concordando com algumas versões ou caminhos de abordagem. Algo que é evidentemente legítimo, mas que deixa marcas neste processo que chamamos aqui de negociação biográfica.

O historiador Daniel Aarão Reis (2014) procurou obter uma entrevista e, portanto, a colaboração de Anita Leocadia Prestes na elaboração de sua biografia do “Cavaleiro da Esperança”, convite que foi negado a partir do argumento de que ela mesma estava escrevendo uma biografia do pai. Porém, logo que o livro *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos* foi lançado em novembro de 2014, Anita Leocadia Prestes produziu um texto ácido e crítico, que foi repassado por e-mail e reproduzido em diversos sites e blogs, principalmente vinculados ao tema da esquerda brasileira. Para a historiadora, Daniel Aarão Reis (2014) foi um incompetente e irresponsável, sendo a biografia um veículo de reprodução e difusão de informações falsas, interpretações errôneas e parciais.

Entre inúmeros erros, constantes da obra de D. A. Reis, para citar apenas alguns – se fossem listados todos, seria necessário escrever outro livro –, pode-se apontar, por exemplo, o de antecipar o episódio da campanha da “Reação Republicana” de Nilo Peçanha de 1921-1922 para o ano de 1919 (p. 26), quando foi eleito Presidente da República Epitácio Pessoa. Outro exemplo: o autor afirma que os dirigentes comunistas Ramiro Luchesi e Fragmon Carlos Borges foram assassinados (p. 347), no início dos anos 1970, quando na realidade faleceram de morte natural; da mesma maneira, escreve que o general Miguel Costa já teria falecido em março de 1958

(p.279), sem indicar quando, o que só veio a ocorrer em dezembro de 1959; também afirma que, em março de 1990, entre as quatro irmãs de Prestes, só Lygia restara viva (p. 480), enquanto, na realidade, Lúcia faleceu em 1996 e Eloiza em 1998. Em diversos pontos da obra, o autor cita documentos constantes dos anexos no livro *A Coluna Prestes*, de A. L. Prestes, mas a referência incluída na bibliografia é de outro livro da mesma autora (*Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*) (PRESTES, 2014c, s/p).

Além disso, Anita Leocadia Prestes (2014c) questionou sua eficiência como historiador, visto que, para ela, Daniel Aarão Reis prestou um desserviço à prática da profissão já que não havia trabalhado corretamente com as fontes: “no seu livro, não se apresentam as fontes documentais das afirmações veiculadas” (PRESTES, 2014c, s/p).

Em notas, presentes no final da obra, são citados livros ou arquivos de maneira genérica (por exemplo, “Fundo PCB no Arquivo da Internacional Comunista”, no qual existem milhares de documentos), deixando, portanto, o leitor privado da possibilidade de consultar o documento ao qual o autor se refere. Dessa forma, o leitor é induzido a aceitar como verdades indiscutíveis afirmações cuja origem dificilmente poderia ser comprovada. Tal metodologia adotada por D. A. Reis, marcada pela incompetência e a irresponsabilidade do pesquisador, contribui para que nos encontremos diante de um texto repleto de erros factuais e de informações falsas, assim como de análises supostamente psicológicas de Prestes e dos demais personagens retratados no livro, embora não conste que o autor possua formação de psicólogo (PRESTES, 2014c, s/p).

Anita Leocadia Prestes (2014c) mais uma vez revela seus problemas com parte da sua família, bem como os discursos e as memórias divergentes relacionados à Prestes, quando afirma que “estamos diante de um texto eivado de fofocas, mexericos, intrigas e mentiras, em que reproduzem as invencionices da viúva de Prestes, assim como de antigos dirigentes do PCB e de comandantes da Coluna Prestes, que viraram inimigos de Prestes” (PRESTES, 2014c, s/p). Temos aqui em apenas uma frase todas as divergências de Anita Leocadia Prestes no que se refere à memória do pai. Desde Maria Prestes, que compreendemos como produtora de uma memória divergente, como também aqueles que questionaram Prestes em algum momento de sua trajetória política, como João Alberto Lins de Barros e Jacob Gorender, por exemplo.

Todavia, como já vimos no capítulo anterior, de tudo o que mais incomodou a historiadora foi a acusação de que Olga Benário teria deixado um filho na União Soviética, antes de vir servir à militância comunista com Luiz Carlos Prestes no Brasil. Anita Prestes acusa Daniel Aarão Reis de mentir e não indicar documentos



que comprovem o que ela chama de acusação. O historiador respondeu: “eu tenho documentos disso e é corroborado por inúmeros depoimentos de velhos militantes do Partido. Isso era algo que circulava em Moscou entre os militantes do Partido” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal).

Daniel Aarão Reis preferiu não responder às críticas de Anita Leocadia Prestes. Em depoimento, afirmou que alguns dados seriam ajustados na biografia, em uma segunda edição, caso a Editora Companhia das Letras pretendesse republicar a obra. Apesar das críticas consideradas por ele violentas e insultuosas, preferiu o silêncio, reação que considerou a mais sensata:

Eu anotei isso desde o primeiro livrinho que eu fiz, no início dos anos 1980. Eu fiz um livrinho sobre a revolução chinesa que saiu pela Brasiliense (...). Eu adotei desde o início essa posição. Não comentar críticas positivas ou negativas. Não me envolver em polêmicas (...), o livro tá nas ruas, muitos criticam, outros elogiam. Deixa a discussão correr. Eu discuto ideias, eu discuto temas, mas não faço defesa dos meus livros. Eles se defendam (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal).

De todo modo, houve sim uma polêmica pública entre Daniel Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes, que pode ser inserida na controvérsia duradoura sobre o revisionismo da esquerda no campo historiográfico desde a década de 1980. Ambos se apresentam em campos opostos: Daniel Aarão Reis, se colocando como uma espécie de revisionista, e Anita Leocadia Prestes, representando certa tradição ortodoxa da historiografia da esquerda brasileira.

Aarão Reis surgiu publicamente enquanto historiador na década de 1980 dentro de uma perspectiva revisionista, obedecendo a um programa crítico e defendendo a proposta da ineficiência da esquerda em compreender verdadeiramente os problemas da sociedade brasileira, faltando, inclusive, ao encontro, se utilizarmos a sua metáfora estabelecida no livro *A Revolução que faltou ao encontro*, lançado em 1990. Seus pressupostos já dialogavam com certa tradição cultural, que se tornou a partir da década de 1990 como predominante na historiografia brasileira, a Nova História Cultural e seus desdobramentos na chamada Nova História Política.

Na mesma década de 1980, encontramos Anita Leocadia Prestes, amparada à outra tradição teórica, esta mais estabelecida no campo historiográfico da época, do marxismo-leninismo e do método do materialismo dialético e que a partir da década de 1990 entrou em choque no campo acadêmico da História. Anita Leocadia

Prestes, portanto, procura sempre basear suas reflexões teóricas e historiográficas em autores marxistas, a exemplo de Pierre Vilar, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson.

Desta forma, defendemos que muito além de uma divergência pessoal, visto que a biografia escrita por Daniel Aarão Reis (2014) contou com a colaboração da viúva e seus filhos, o desacordo de Anita Leocadia Prestes e Daniel Aarão Reis contém aspectos de tensões acadêmicas e institucionais, e, principalmente, ideológicas e políticas. Nos depoimentos dos dois historiadores é possível encontrar indícios neste sentido.

Segundo Anita Leocadia Prestes, Daniel Aarão Reis, graças às suas posições políticas, se enquadraria no campo ideológico da direita:

Ele é muito desprestigiado. Aí na UFF, já vários colegas dele me encontraram por acaso, me felicitaram por ter escrito aquele artigo combatendo o livro dele. Ele é muito mal visto na UFF. Muito. Agora realmente a direita e as classes dominantes têm interesse em glorificá-lo. Não por acaso, ele é colunista do Globo e não é qualquer um que é colunista do Globo. Ele escreve pelo menos uma vez por mês no Globo, um artigo grande, não é pequeno não (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

Anita Leocadia Prestes primeiramente sugere uma crítica que o historiador Daniel Aarão Reis vem sofrendo na sua própria instituição (UFF) e depois evidencia a ocupação de espaços midiáticos e editoriais considerados conservadores, como é o caso do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. Em mais um trecho da entrevista ela afirma:

Eu acho que hoje em dia ele é uma pessoa de direita. E muito interessante para a direita porque ele tem uma aparência, uma máscara de esquerda. Ele conserva uma máscara de esquerda. Mas na verdade defende posições de direita. As análises que fez sobre 64 é o que interessa à direita. (...) Ele é politicamente bastante perigoso por causa disso (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

“Máscara de esquerda” provavelmente refere-se ao fato de Daniel Aarão Reis ter sido preso político na época da ditadura militar nos anos 1970, tendo participado de grupos de resistência de luta armada, como a Dissidência da Guanabara (DIGB), que posteriormente nomeou-se Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e ocupado cargos partidários nos anos 1980 e 1990, como no Partido dos Trabalhadores (PT). Nos anos 2000, tornou-se um crítico da política do mesmo partido.

Desde os anos 1990, Daniel Aarão Reis Filho procurou reescrever a história do período militar, problematizando as benfeitorias dos militantes na parte econômica e problematizando o marco histórico do período (1964-1988), sendo um dos principais defensores da participação dos civis no golpe e na manutenção do poder dos militares, se utilizando da noção de cultura política circunscrita no campo conceitual da Nova História Política<sup>187</sup>.

Voltando à entrevista, Anita Leocadia Prestes mistura questões pessoais, que exemplificam o cotidiano acadêmico com suas relações institucionais:

Para você ver ele nunca se deu bem comigo. Por sinal, era antipático comigo lá na UFF. Porque teve um período que eu trabalhei na UFF. Eu fiz concurso para lá e passei. Ele nunca mostrou nenhuma simpatia para o meu lado. E de repente ele me manda um e-mail dizendo que vai escrever a biografia do meu pai e eu respondi para ele: “olha, eu também estou escrevendo uma biografia do Prestes e eu não estou dando entrevista para ninguém”. Eu não vou (...)... dar o ouro para o bandido. Se eu estou escrevendo a biografia. (...) Ele ficou muito zangado (...). Mas eu não posso fazer nada, ainda mais eu sabia quais posições ele assume. As posições dele são muito ruins (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

O relato destaca que Daniel Aarão Reis ainda tentou entrevistar Anita Leocadia Prestes para a composição de sua biografia de Prestes. Mesmo procurando convencer que seriam narrativas diferentes, em perspectivas diferentes, não houve argumentos para que Anita Leocadia Prestes colaborasse no projeto do historiador.

---

<sup>187</sup> Sendo um dos principais historiadores a compreender novas perspectivas sobre o período do regime militar, Daniel Aarão Reis Filho vem sendo alvo de críticas de outros historiadores resistentes ao centralismo da Nova História Cultural e da Nova História Política, a exemplo de Marcelo Badaró (2014), que problematiza o que chama de abandono explícito, ou a diluição eclética, do referencial materialista, que vem sempre acompanhado da substituição de conceitos, a exemplo de ideologia, luta de classes, consciência de classe (ou mesmo classe social) por outros conceitos de clara matriz culturalista. Especificamente sobre Reis afirma: “há, no entanto, utilizações bem menos preocupadas com as dimensões polêmicas de uso de ‘cultura política’ no interior do mesmo polo do debate historiográfico sobre o período. Daniel Aarão Reis, por exemplo, recorre ao conceito de cultura política para definir a proposta ‘nacional-estatista’ (numa perspectiva mais próxima da noção de Berstein de várias culturas políticas), equivalente ao trabalhismo, em sua intenção de crítica aos usos do conceito de populismo” (BADARÓ, 2014, p. 87-88). Marcelo Badaró (2014) retrata ainda a abordagem de Reis sobre a ditadura militar, observando que ele se utiliza do mesmo conceito de cultura política para defender o regime instaurado de golpe civil-militar de 64. Em outro momento assevera: “ao defender que a sociedade (sem vagamente apresentada de forma homogeneizadora) convergiu para o apoio ao regime e, a partir de meados dos anos 1970, convergiu novamente para uma transição pactuada – construindo uma memória que apagava tanto os elementos revolucionários das propostas de esquerda, que agora se apresentavam como democráticas, quanto silenciava sobre a ação repressiva mais violenta dos torturadores e assassinos do regime –, o autor recorre à ideia de fôlego da cultura política nacional-estatista” (BADARÓ, 2014, p. 88-89). Desta forma, assim como Anita Leocadia Prestes em entrevista, Marcelo Badaró acusou Daniel Aarão Reis de ser útil para desqualificar referências da política de esquerda na América Latina contemporânea, citando, por exemplo, um texto sobre Che Guevara, que é igualado a Bin Ladin em seu fundamentalismo.

Dentro deste processo de controvérsias entre os dois historiadores, sobre a construção biográfica de Luiz Carlos Prestes, entendemos que mais do que um embate pessoal (no qual Daniel Aarão Reis foi envolvido, pois foi assistido pela viúva do revolucionário) com Anita Leocadia Prestes, existe uma batalha do fazer historiográfico. Um embate entre certa tradição e o revisionismo, ou seja, uma *tensão essencial* (KUHN, 2011)<sup>188</sup> entre “a inovação” da Nova História Política (formatada no Brasil a partir dos anos 1980) e a tradição consensual (presente na historiografia marxista como hegemônica até os anos 1980).

As diferenças de visões dos biógrafos sobre a trajetória de Luiz Carlos Prestes, como já detectamos nos capítulos anteriores, vão além da forma como o Luís/Luiz foi escrito na obra, com S ou Z. Daniel Aarão Reis optou por Luís pelo fato do registro de nascimento de Prestes se encontrar assim; já Anita Leocadia Prestes preferiu o Luiz, visto que era assim que seu pai mais gostava de registrar seu nome. Entendo que essa diferença seja bastante simbólica. Ao ler as duas biografias é possível identificarmos diferenças consideráveis. *Dois Luiz Carlos Prestes* são construídos. Daniel Aarão Reis opta por mostrar um Prestes que oscila entre o heroísmo e o derrotismo, procurando desconstruir determinados mitos sobre o personagem. Já Anita Leocadia Prestes assume um lugar de uma maior defesa de Prestes, argumentando a respeito dos dotes éticos e coerentes ao longo da trajetória deste.

Alguns temas já exemplificados aqui deixam claras as diferenças de abordagens dos dois biógrafos. Um dos mais evidentes é o da Coluna Miguel Costa-Prestes. Para Daniel Aarão Reis (2014), os revoltosos “desprezavam” a população, sendo comum ocorrer fugas antes da chegada da marcha. Em alguns casos, devido aos saques, lugarejos se viam em completa miséria. Para a historiadora, os combatentes da Coluna respeitavam a população, ocorrendo punição para abusos e a apropriação de bens pagos com recibos de reembolso futuro (PRESTES, 2015).

Entretanto, o que mais parece incomodar Anita Leocadia Prestes em várias das biografias, filmes e pesquisas produzidas sobre o comunista gaúcho, pode ser resumido em um trecho final de seu perfil *Luiz Carlos Prestes: patriota,*

---

<sup>188</sup> Thomas Kuhn (2011) chamou de *tensão essencial* essa dialética entre *pensamento divergente x pensamento convergente*, dentro do processo de criação de paradigmas científicos, chegando a afirmar que “na maioria das vezes, o cientista bem-sucedido possui as características do tradicionalista e do iconoclasta” (KUHN, 2011, p. 244), dando vazão a certo rompimento com a tradição e inventando o consenso.

*revolucionário, comunista*: “o herói, o revolucionário, o patriota, o comunista convicto são silenciados, para se criar a imagem de um Prestes inofensivo para os dominadores e exploradores de hoje” (PRESTES, 2011, p. 71).

Desta forma, o Prestes construído por Anita Leocadia Prestes é aquele permeado por uma única imagem, idealizado e historicamente datado. Toda ou qualquer divergência deste modelo heroico deve ser combatida, em uma luta por uma memória oficial construída pela esquerda principalmente na década de 1940.

#### 4.4 O processo de negociações biográficas: colaborações e críticas por parte dos parentes

A elaboração biográfica necessita das memórias cedidas pelo próprio biografado (quando este é vivo) e/ou por amigos e familiares, que muitas vezes são detentores de informações sobre o biografado, além de serem responsáveis legalmente pelos espólios. O biógrafo, portanto, negocia com estes agentes, geralmente viúvo(a)s e filho(a)s, responsáveis por acervos privados (como bibliotecas, arquivos fotográficos, etc.) e principalmente por versões sobre a memória do biografado.

Chamamos esse processo de *negociação biográfica*. Tal processo envolve, portanto, como já verificamos nos tópicos anteriores, um conjunto de conflitos e tensões, principalmente quando há “uma batalha familiar”, carregada muitas vezes de ressentimentos, que interferem em alguns casos no contato com as fontes necessárias para a compreensão do personagem.

Neste sentido, Janet Malcolm (1995), em uma mistura de ensaio e reportagem sobre as biografias e os biógrafos de Sylvia Plath, poeta norte-americana, analisou as condições que possibilitaram quatro delas, observando os dilemas e limites do fazer biográfico. Segundo a autora,

A biografia é o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos famosos lhe são tomados e expostos à vista de todo mundo. Em seu trabalho, de fato, o biógrafo se assemelha a um arrombador profissional que invade uma casa, revira as gavetas que possam conter joias ou dinheiro e finalmente foge, exibindo em triunfo o produto de sua pilhagem (MALCOLM, 1995, p. 16).

Essa alcunha de *arrombador profissional*, precisa muitas vezes de acordos, que procuram moldar certas imagens do biografado, quando a lembrança e o

esquecimento são apresentados como alternativas para aquele que escreve a biografia. Alguns segredos podem colocar em risco certas imagens públicas e a família procura, dentro de suas possibilidades, em vários casos, controlar determinadas memórias sobre o personagem.

Alguns destes segredos são difíceis de extrair e outros, ciosamente guardados pelos familiares, até impossíveis. Os familiares são os inimigos naturais dos biógrafos; são como as tribos hostis que o explorador encontra e precisa submeter sem piedade a fim de se apossar de seu território. Se os familiares se comportam como nativos amigáveis, o que ocasionalmente ocorre – quando se propõem a cooperar com o biógrafo, chegando às vezes ao ponto de tornar-se “oficial” ou “autorizado” – ainda assim ele precisa fazer valer sua autoridade e pavonear-se à frente deles para demonstrar que é o poderoso homem branco e eles não passam de selvagens nus (MALCOLM, 1995, p. 18).

Sérgio Vilas Boas (2002), ao analisar o que ele chama de contratos das biografias, os agrupou em quatro categorias: a) *autorizadas*, escritas e publicadas com o aval e, eventualmente, com a cooperação do biografado e/ou de seus familiares e amigos; b) *independentes* (também conhecidas como não autorizadas), em que o biógrafo realiza sua investigação sem o consentimento formal do biografado ou de seus descendentes; c) *encomendadas* (por editores, familiares ou pelo próprio personagem central); e, d) *ditadas*, em que o autor da biografia escreve uma autobiografia ou memórias em nome do personagem central, no papel de *ghostwriter*<sup>189</sup>.

Jorge Amado (2011), para elaborar a biografia *O Cavaleiro da Esperança*, contou com a colaboração da mãe do seu biografado, Leocadia Prestes e das irmãs. Além disso, uma série de outros colaboradores e amigos, que participaram com ele de suas lutas revolucionárias durante a Coluna Miguel Costa-Prestes e as frentes populares, na década de 1930, também colaboraram com o escritor baiano por meio de correspondências. Preso, Luiz Carlos Prestes não teve como ser entrevistado ou enviar correspondências, porém teve conhecimento e aprovou o relato em entrevistas ocorridas em liberdade. Portanto, o livro escrito por Jorge Amado pode ser considerado como uma *biografia autorizada* e, mais do que isso, como uma *memória oficial* do personagem durante décadas.

---

<sup>189</sup> Termo em inglês que significa *escritor fantasma* de uma obra ou um texto, porém que não recebe os créditos de autoria, ficando estes com aquele que o contrata ou compra o respectivo trabalho.

A biografia *Heroísmo trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, de Boris Koval (2007), contou com o apoio do próprio revolucionário comunista nos anos 1970, período em que estava exilado na União Soviética. Entretanto, as entrevistas realizadas aparentemente não tinham intenções claras de elaborar uma biografia de Prestes, visto que seu autor realiza outras pesquisas dedicadas à história política brasileira. De toda forma, Boris Koval (2007) escreveu o livro entre os anos de 1973 e 1975 e o publicou na Rússia, em 2005, e no Brasil, dois anos depois.

As entrevistas foram descritas da seguinte maneira:

Na preparação da biografia de Luiz Carlos Prestes, eu tive a rara possibilidade de não apenas usar quase todos os documentos publicados, mas o que é importante, ter longas e sinceras conversas com o próprio Prestes. Durante 3 meses seguidos fui à sua casa 2 a 3 vezes por semana e gravei seus relatos (KOVAL, 2007, p. XXIII).

Além do próprio biografado, Boris Koval (2007) contou com o auxílio de comunistas brasileiros exilados e residentes na União Soviética, como Gregório Bezerra, as filhas de Otávio Brandão (Satva e Volná Brandão), além de J. A. Gomes, amigo de Prestes “que nos anos 30 trabalhou com Prestes no Komintern, com A. M. Zorina que também se encontrou com Prestes naqueles anos” (KOVAL, 2007, p. XXIV), além da irmã, Clotilde Prestes, e a filha, Anita Leocadia Prestes. Todavia, segundo esta última, as conversas não possuíam intuídos propriamente científicos. Anita Leocadia Prestes (2018), em entrevista, acusou Boris Koval de “picareta e mentiroso” e considera a biografia *Heroísmo trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes* absurdamente cheia de erros factuais:

Esse cara eu o conheci bastante. Ele lá na União Soviética, inclusive. É muito picareta. Lamentável. Na União Soviética, tinha picareta também e ele era um. Um cara oportunista que entendia sobre tudo e escrevia sobre tudo, muito irresponsável. E nessa biografia, ele diz maiores barbaridades. (...) Mentiras, assim, que ele não sabe a verdade e aí chuta. Já não falo nem na parte política, é na parte dos fatos, assim, concretos (PRESTES, 2018) (Informação Verbal).

Em suas memórias, a historiadora praticamente repete estas críticas, mas acrescenta um dado ocorrido em um evento na União Soviética no ano de 1975, quando Prestes e boa parte da direção do PCB estava em Moscou fugindo da política repressora dos militares no Brasil. Assim a historiadora lembra o fato:

Em novembro daquele ano completavam-se quarenta anos dos levantes antifascistas de 1935 no Brasil (...). Para pronunciar conferência sobre o tema foi convidado Boris I. Koval, professor do nosso instituto, diretor do Instituto do Movimento Operário Mundial, colaborador do Instituto da América Latina e de outras entidades científicas da União Soviética, considerado na época grande especialista em movimento operário brasileiro e, de uma maneira geral, em história do Brasil. Suas obras, entretanto, desmentem o renome por ele adquirido, relevando a falta de seriedade que imperava em certos círculos dedicados aos estudos das ciências sociais na União Soviética – fruto, em grande medida, da mediocridade resultante das restrições impostas à liberdade de pensamento e de pesquisa no período do chamado stalinismo. A conferência de Koval foi um desastre, repleta de desinformação e de afirmações absurdas. Sonia e eu não conseguimos conter uma estrondosa gargalhada, quando o conferencista citou Cordeiro de Farias como dirigente da ANL e dos levantes de novembro de 1935 (PRESTES, 2019, p. 180).

Podemos afirmar que o livro de Boris Koval (2007) pode ser considerado uma biografia autorizada, pois contou com o aval do próprio biografado e seus familiares na década de 1970, porém, ao mesmo tempo, uma biografia independente, pois graças aos 20 anos de diferença do momento em que foi escrito, e o momento em que foi publicado, não passou pelo crivo de Anita Leocadia Prestes, nem de Maria Prestes, para possíveis ajustes.

*Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, de Daniel Aarão Reis (2014), pode ser considerado a narrativa que mais demonstrou o processo de negociação. Aarão Reis (2014) procurou contar com os dois elos familiares, historicamente em confronto. Procurou Anita Leocadia Prestes, que o negou qualquer tipo de auxílio. O historiador assim explicou sua tentativa frustrada com a historiadora: “eu queria muito entrevistar a Anita, mas ela sempre se recusou. Ela também estava empenhada em fazer uma biografia de Prestes e eu cheguei a conversar por e-mail com ela, mostrando que as biografias seriam muito diferentes, mas ela não quis” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal). Aarão Reis lamentou não apenas pela ausência de seu depoimento, mas também porque “ela guarda arquivos muito importantes” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal).

O historiador acusa Anita Leocadia Prestes de querer ser a única intérprete única do pai. “Ela realmente sempre insultou as pessoas que tivessem se aproximado do Prestes (...) Ela sempre quis ser intérprete única do Prestes. Brigou até com as velhas amigas em função disso” (REIS FILHO, 2018) (Informação Verbal).

Daniel Aarão Reis (2018), como sabemos, contou com o auxílio familiar da viúva, que providenciou um contato com os arquivos pessoais, bem como



depoimentos, que serviram de suporte para seus propósitos. Segundo o historiador, “eles me receberam, deram entrevista e tal. Uns menos e outros mais, mas porque todos eles são muito reservados” (REIS FILHO, 2014) (Informação Verbal).

Desta forma, podemos afirmar que a narrativa de Daniel Aarão Reis (2014) é uma biografia autorizada, pois contou com o aval de parte da família Prestes (Maria e seus filhos), porém com todas as características de uma biografia independente, pois não sofreu interferências dos que o auxiliaram.

Como sabemos, uma biografia autorizada possui algumas facilidades, pois há um “acesso aos documentos pessoais, às correspondências e aos diários da persona. O biógrafo tem trânsito livre para entrevistar familiares, amigos, profissionais e quem mais houver e estiver disposto a oferecer um testemunho, se necessário” (BOAS, 2002, p. 48). Por outro lado, é possível observamos também alguns aspectos negativos, “mas é possível que a maioria das melhores e mais bem-sucedidas biografias seja independente e trate de personalidades mortas já no começo da captação” (BOAS, 2002, p. 48).

Na mesma lógica, como afirma Sérgio Vilas Boas (2002, p. 49):

Acredita-se que as biografias independentes ou não autorizadas sejam mais acuradas por não haver interferência direta dos guardiões do personagem. Por outro lado, eventuais resistências de familiares, amigos, instituições ou do próprio biografado podem comprometer o equilíbrio da história.

Podemos constatar a complexidade dos processos de construção destas narrativas biográficas, visto que as relações entre os biógrafos e os dois lados da família Prestes evidenciam as negociações, tensões, ajustes, controles, censuras, bem como parcerias, em um jogo de liberdade e prisões simbólicas.

#### *4.5 Sobre o tempo da política da memória familiar*

De acordo com o historiador Mateus Pontes (2008, p. 22), “hoje, nenhum partido político institucionalizado no Brasil reivindica a imagem de Prestes como exemplo a ser seguido pela sua militância”. Se antes o Secretário-Geral era visto como sinônimo do PCB, depois de sua saída em 1980 e conseqüente esvaziamento

e dissolução ocorridos, respectivamente, nas décadas de 1980 e 1990<sup>190</sup>, Luiz Carlos Prestes chegou ainda a ser Presidente de Honra do PDT, na mesma década de 1980, todavia, o título foi-lhe tomado após a morte de Leonel Brizola.

Diante disso, acreditamos que a memória do revolucionário comunista desde sua morte ficou subordinada aos dois eixos familiares, concentrados nas figuras de Anita Leocádia Prestes e Maria do Carmo Ribeiro Prestes. Um exemplo desta disputa por uma memória pode ser exemplificado além da colaboração ou não em projetos biográficos dedicados ao “Cavaleiro da Esperança”, na formação de lugares de memória, entre museus e acervos<sup>191</sup>.

De um lado, a construção do Memorial Luiz Carlos Prestes, localizado no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, construído com o apoio da família de Maria Prestes e inaugurado em 2017<sup>192</sup>; do outro, a criação do Instituto Luiz Carlos Prestes, por Anita Leocádia Prestes, atualmente um espaço virtual, porém com o intuito, enquanto entidade, de ser um espaço de preservação do acervo documental relacionado a Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes (ILCP, s/d).

Além disso, temos o caso da viúva que doou ao Arquivo Nacional uma série de documentos pertencentes a Prestes. Através de um documento público, chamado *Fundo Luiz Carlos Prestes: instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos*, publicado em janeiro de 2012, é possível identificarmos quais documentos foram doados. Na descrição do conteúdo, tem-se documentos textuais e iconográficos, e datam de 1930 a 2011, produzidos ou reunidos por Luiz Carlos Prestes, além da viúva, filhos, netos, parentes e amigos, com destaque para a correspondência do revolucionário com Maria Prestes, os filhos e amigos. São cartas, manifestos, periódicos, panfletos, discursos, entrevistas, etc.

---

<sup>190</sup> O PCB, fundado em 1922, deixou de existir em 1992, tendo dado origem ao PPS. Em 1996, a sigla voltou a existir, porém sem o histórico e representatividade anterior. Luiz Carlos Prestes deixou o PCB em 1980, tendo evidenciado os motivos através de carta pública: “o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma série crise já flagrante e de conhecimento público, que sendo habilmente aproveitada pela reação no sentido de tentar transformá-lo num partido reformista, desprovido do seu caráter revolucionário e dócil aos objetivos do regime ditatorial” (PRESTES, 1980, p. 11).

<sup>191</sup> Isso remete à ideia de Pierre Nora (1993) de *lugar de memória* como espaço de ritualização de uma memória-história, responsável por uma série de lembranças. Os lugares de memória estão, portanto, definidos por este critério: “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (...), só entra na categoria se for objeto de um ritual” (NORA, 1993, p. 21).

<sup>192</sup> Apesar do apoio da família de Maria Prestes, foi Anita Leocádia Prestes quem doou as fotografias que constituem o espiral que deu forma às ideias de Oscar Niemeyer, responsável pelo projeto.

O acervo compreende documentos de 2 origens, ambas a título de doação. A primeira delas constituiu-se de 3 documentos (cópias) doados pelo governo da Federação da Rússia ao governo brasileiro, conforme termo de doação assinado em 08 de outubro de 2010, de cuja guarda e promoção do acesso foi incumbido o Arquivo Nacional, em ato em Brasília, que contou com a presença de representantes diplomáticos de ambos os países. Os originais das cópias encaminhadas encontram-se sob a custódia do Arquivo Russo de História Política e Social (AERHPS) (FUNDO LUIZ CARLOS PRESTES, 2012, p. 07-08).

No mesmo documento ainda é possível perceber a necessidade da viúva incluir-se nesta história, dando um lado pessoal à construção da trajetória de Luiz Carlos Prestes:

A segunda origem que, inclusive, justificou a alteração de status do acervo, de coleção para o fundo, foi a família representada pela sra. Maria do Carmo Ribeiro Prestes, viúva do titular, tendo uma primeira remessa ocorrida em 15 de dezembro de 2011. A celebração da referida doação ocorreu em 03 de janeiro de 2012 (FUNDO LUIZ CARLOS PRESTES, 2012, p. 08).

Sobre isso, Anita Leocadia Prestes, em entrevista afirmou: “é uma coisa ridícula chamar de acervo (...), não tem acervo algum” (PRESTES, 2018) (Informação Verbal). Segundo a historiadora, são apenas três documentos, um deles não sendo documento novo, visto que já se encontra em outros centros documentais. Ou seja, ela desqualificou a doação ao Arquivo Nacional e invisibilizou a grande parte do acervo referente à vida familiar de Maria Prestes, constituído pelo lado pessoal de Luiz Carlos Prestes<sup>193</sup>.

Anita Leocadia Prestes (2018), na mesma entrevista, revela que seu acervo dedicado ao pai foi doado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), constituído por centenas de textos, imagens e objetos que pertenceram ao comunista gaúcho e que estavam sob a guarda da própria historiadora e de Lygia Prestes. Tal documentação, sobre a trajetória política do comunista gaúcho, foi a base para a constituição da biografia *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, lançada em 2015.

---

<sup>193</sup> Observando o acervo doado, podemos compreender o teor dos documentos: grande parte são fotografias e principalmente correspondências pessoais trocadas com os nove filhos de sua família com Maria Prestes. São eles: Pedro e Paulo (do primeiro casamento de Maria), além de Antônio João, Rosa, Ermelinda, Mariana, Zoia, Luiz Carlos e Yuri. Porém, é possível encontrar documentos que surpreendem pelo caráter confidencial, como cópias de relatos secretos da Embaixada da União Soviética do Brasil e cartas endereçadas a Fidel Castro.

Desta forma, ao analisarmos o processo de negociações e batalhas sobre a memória biográfica de Luiz Carlos Prestes, no recorte que chamamos de *tempo da memória e do ressentimento*, podemos compreender melhor as origens e os desdobramentos dos confrontos dos eixos familiares do revolucionário comunista, centralizados nas figuras de Anita Leocadia Prestes e Maria Prestes.

Dessa forma, entendemos que os confrontos entre os dois eixos familiares influenciaram de forma determinante na composição das narrativas biográficas sobre Luiz Carlos Prestes nas últimas décadas, principalmente no que se refere à visibilidade e à omissão de informações e fontes documentais.

Outra questão são as origens dos confrontos e ressentimentos entre Anita Leocadia Prestes e Maria Prestes, que remetem aos anos 1950, mas que foram intensificadas logo após a morte do revolucionário comunista, ocorrida em 07 de março de 1990, e que ganhou uma amplitude pública por meio de jornais, com destaque para o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro.

Sobre a batalha da memória familiar, compreendemos que ela acabou por se tornar uma *memória concorrente* na construção de uma memória oficial sobre Luiz Carlos Prestes, no sentido de que determinados aspectos da trajetória do revolucionário gaúcho são enfatizados ou não, de acordo com o poder de influência de um dos dois eixos de disputa. Um exemplo é sua vida íntima e os últimos anos da sua vida, o convívio de filhos e netos do segundo casamento.

Apontamos também o papel de centralidade de Anita Leocadia Prestes, seja como filha e historiadora, não apenas como defensora de uma memória oficial de Luiz Carlos Prestes, presente em artigos de jornais e revistas, como também em uma produção historiográfica e biográfica.

Por fim, nos últimos anos, a constituição de acervos (fundos documentais) e monumentos sobre o “Cavaleiro da Esperança”, bem como lugares de memória, foram impulsionados pelas ações familiares e não-partidárias, o que deixa claro que a memória oficial de Prestes não é reivindicada politicamente do ponto de vista partidário.

Assim, o que chamamos de o *tempo da memória e do ressentimento* é marcado por diversos confrontos que exemplificam o papel familiar na constituição da memória biográfica de Luiz Carlos Prestes nestes últimos 30 anos no Brasil.

## CONCLUSÕES

O narrador do conto *O Apocalipse Privado do Tio Gueguê*, presente na coletânea *Cada Homem é uma Raça*, do ficcionista moçambicano Mia Couto (2013), afirma em certo trecho que “a história de um homem é sempre mal contada. Porque a pessoa é, em todo tempo, ainda nascente. Ninguém segue uma única vida, todos se multiplicam em diversos e transmutáveis homens” (COUTO, 2013, p. 29). A rica e bela declaração dialoga, mesmo que inconscientemente, com a concepção da ficcionista inglesa Virginia Woolf (2012), que garante que uma biografia só pode ser considerada completa, se explicar seis ou sete “eus” de uma mesma pessoa.

Essa busca por estes diversos “eus”, tão pregada por muitos biógrafos, em diferentes tempos e espaços, se coloca como um desafio para muitos, inclusive por diversos pesquisadores do fazer biográfico. Pierre Bourdieu (2006) chama *de ilusão biográfica* a ideia de uma trajetória contada como uma história coerente e totalizante, com começo, meio e fim, formulada linearmente, recriada para compor um sujeito homogêneo.

Preso a uma “lógica fechada”, na qual a exposição íntima de suas subjetividades era vista como um defeito ou limitação de caráter para um militante comunista, Luiz Carlos Prestes é um caso típico de um sujeito preso a uma mitologia política própria, quase sempre homogênea. Nesta homogeneidade revelada, a vida privada acabou por tornar-se, para seus biógrafos, um desafio vencido.

Nesta lógica, ao tentarmos compreender a política da memória produzida pelos quatro biógrafos de Luiz Carlos Prestes, os autores escolhidos optaram por traduzir em suas narrativas, mesmo em diferentes formatos e contextos, uma trajetória eminentemente única e extraordinária, porém aprisionada às escolhas do mundo político do início do século XX.

A biografia romanceada *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, do escritor Jorge Amado, é uma narrativa que serviu de referência obrigatória para quase todos os livros posteriores sobre o revolucionário gaúcho, tendo se tornado, assim, ponto de partida, ou marco fundador, no enquadramento de uma memória sobre o biografado, principalmente no que se refere aos dados sobre sua infância e adolescência.

Jorge Amado, amparado em uma narrativa construída pelo auxílio dos familiares (mãe e irmã), bem como membros que protagonizaram nos anos 1930

acontecimentos políticos como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e os levantes comunistas de 1935, muitos deles exilados na Argentina como ele, fez do livro uma memória oficial e mobilizadora para o PCB nos anos 1940, primeiramente enquanto luta pela libertação dos presos político durante o Estado Novo; e depois como estratégia política heroica para as campanhas eleitorais ocorridas entre os anos 1945 e 1947.

Desta forma, dentro de uma política da memória, compreendemos que Jorge Amado (2011) fabricou uma visão monumentalizante do seu biografado, tendo no revolucionário um detentor das esperanças coletivas de liberdade, não só brasileira como também sul-americana. Temos, portanto, a biografia como uma memória coletiva, cuja tentativa foi consolidar Prestes como o “Cavaleiro da Esperança”.

Na biografia, um herói é fabricado, elaborando-se a ideia de um grande homem (gênio militar, nunca derrotado e modelo de filho, irmão e marido), sem defeitos, vocacionado para a excepcionalidade política, homogêneo em suas características humanas extraordinárias. Nesta lógica, Jorge Amado (2011) acabou por realizar um processo biográfico de apagamento dos possíveis conflitos e contradições, afastando-se de todos os confrontos que possibilitassem questionar a “grandeza” moral e militar do seu biografado.

Enquanto uma composição poética, ou seja, mais próximo da literatura do que da historiografia, *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes* é uma biografia de um nítido teor literário, pois utilizou em toda a sua dimensão elementos da ficção, como elaboração de diálogos, construção de cenários, mas também oferece elementos para a compressão histórica a partir das fontes e documentos disponíveis quando foi elaborada. Aliás, há diversas marcas deste processo, como os próprios documentos, a exemplo de poemas e cartas que o escritor utilizou enquanto fontes, que se encontram no corpo do texto ou nas notas de fim de página.

*Heroísmo trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*, do historiador russo Boris Koval, procurou sistematizar a trajetória do seu biografado em uma lógica de pesquisa bibliográfica, porém recaindo quase sempre em um julgamento moral não só do seu personagem, como também dos acontecimentos políticos do qual trata, opinando sobre os limites, os erros, os acertos, procurando demonstrar como as situações históricas acabaram por punir Luiz Carlos Prestes.

O teor analítico e os usos das fontes documentais de Boris Koval (2007) por vezes são descuidados, sendo tangenciados por diversos erros e omissões de

informações pontuais, como datas, nomes, profissões, além de assumir em determinados momentos um teor antissoviético, em que o biógrafo questiona os valores impostos pelo stalinismo, a exemplo da formação da Internacional Comunista.

A concepção de *heroísmo trágico*, trazida no título da biografia construída por Boris Koval (2007), é sutil se comparada com a abordagem de Jorge Amado (2011), visto que não encontramos trechos no biógrafo que enfatizassem propriamente a ideia de Luiz Carlos Prestes como um mito político revolucionário brasileiro. Na verdade, sua abordagem é por vezes questionadora, por outras exaltantes das posições políticas do personagem. Em alguns momentos, Koval muda de posição ao longo da análise, deixando evidentes as oscilações e dúvidas diante do processo de elaboração biográfica. No mais, a ideia da narrativa biográfica do historiador russo pode ser confundida com a produção de uma história do Brasil revisada ou revisionista feita através da trajetória de Luiz Carlos Prestes.

A biografia *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, do historiador Daniel Aarão Reis Filho, é uma das muitas narrativas biográficas produzidas por historiadores nas duas últimas décadas. Premiada, possui inegáveis méritos historiográficos, trazendo uma visão ampla e questionadora do seu biografado.

Entre os méritos do texto, a captação de uma gama ampla de depoimentos que enriquecem a diversidade de vozes sobre o biografado. São utilizadas entrevistas e documentos de pessoas próximas ou admiradores do legado do líder comunista, mas também de críticos e desafetos históricos, permitindo uma análise do percurso de Prestes no interior da máquina partidária; entrevistas realizadas com familiares, que possibilitaram vislumbrar os aspectos pessoais dessa trajetória; fontes do regime soviético e da Internacional Comunista pesquisadas em Moscou e, por fim, mas não menos relevantes, gravações em áudio de reuniões do Comitê Central do PCB realizadas no exílio.

A perspectiva biográfica e historiográfica de Daniel Aarão Reis é desmistificadora, crítica e revisionista. Sua postura está amparada em um processo de desconstrução de certos dogmas sobre Prestes, apontando, através de fontes documentais, dúvidas e erros cometidos por ele. Devido a isso, em diversos momentos assume uma postura polêmica e controversa, desafiando formalmente os limites e as condições que possibilitaram a emergência do mito político Luiz Carlos

Prestes, teoricamente amparado na chamada Nova História Política, cujo conceito principal de cultura política comunista foi bastante utilizado pelo autor.

Por vezes Daniel Aarão Reis não cita devidamente as fontes que utilizou em sua pesquisa, principalmente as orais, o que dificulta e coloca em xeque certas assertivas que escreveu e hipóteses que levantou, a exemplo da polêmica acusação de que Olga Benário teria abandonado um filho na União Soviética antes de vir ao Brasil em missão revolucionária. Além disso, podemos observar que as notas, além de poucas, parecem imprecisas, se reportando, de forma genérica, a parágrafos longos e cansativos. Tal inconsistência, mesmo que justificada por critérios editoriais, não deixa de pesar contra o biógrafo, especialmente quando a mesma editora, a Companhia das Letras, responsável pela publicação, lançou biografias de Carlos Marighella e Getúlio Vargas, ambas escritas por jornalistas (respectivamente Mário Magalhães e Lira Neto), cujo zelo com as referências e notas são impressionantes.

A postura de Aarão Reis também se utiliza bastante de contraposições, com destaque para o “mas” e o “entretanto”, uma forma de procurar as diversas facetas de uma mesma questão. Versões diferentes de um mesmo fato são apresentadas como forma de problematizar as questões, abrindo margem para dúvidas do leitor ao longo da narrativa.

Se Luiz Carlos Prestes é tomado por uma abordagem eminentemente política, o que chamamos de “prisioneiro do contexto político”, em que o lado humano é pouco captado nas narrativas biográficas, Daniel Aarão Reis procura, mesmo que nem sempre consiga, enfatizar alguns aspectos pessoais e íntimos do seu biografado. Isso se explica em parte por sua tentativa de evidenciar o lado mais humano, fora dos recortes mitológicos.

Isso incide na interpretação apresentada, inclusive, no próprio subtítulo da obra – *um revolucionário entre dois mundos* –, que pode carregar diversos significados, desde a ideia de dois mundos (Brasil e União Soviética), como também a ideia do mundo humano e o mundo mítico, o qual Daniel Aarão Reis procura desconstruir.

Daniel Aarão Reis por certo não esconde uma tese que permeia toda a biografia, sugerindo que as opções de Luiz Carlos Prestes teriam sido apostas em um sonho impossível: a realização de uma revolução socialista no Brasil, o que



deixa evidente certo mal-estar com as ideias comunistas, já destacada por críticos como a própria Anita Leocadia Prestes.

Por último, temos *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, da historiadora Anita Leocadia Prestes, filha do biografado. Uma acalentada biografia, profunda em sua abordagem dos fatos e sustentada em uma boa base documental. Rigorosa em seu fazer historiográfico, a autora produziu uma biografia que possui o mérito do bom trabalho com as fontes documentais, algumas, inclusive, inéditas, graças aos mais de 30 anos de pesquisa nos temas que cercam o personagem, facilitada pelo convívio com seu biografado durante seus últimos anos de vida. Porém, apesar das qualidades, Anita Leocadia Prestes (2015) recai em certo proselitismo, ou seja, em zelar no convencimento acerca de suas ideias sobre seu pai e o comunismo.

Além disso, a historiadora opta quase sempre por dar voz ao seu biografado, compreendido como uma espécie de “dono da verdade”, através de entrevistas que fez com ele na década de 1980, escolhendo aquelas fontes documentais que considera mais legítimas para sustentar as suas teses, que procuraram defender o revolucionário comunista. No caso das entrevistas, entendemos que são privilegiadas na narrativa, inclusive em detrimento de outras realizadas por pesquisadores ou biógrafos em diferentes momentos.

Nesta lógica, a postura de Anita Leocadia Prestes (2015) é quase sempre a de defesa de Luiz Carlos Prestes, na maioria das situações apresentadas. Em temas polêmicos ou controvérsias, como os levantes de 1935, indica outros nomes como os possíveis “culpados”, criando, assim, bodes expiatórios pelos erros ou omissões ocorridas. O exemplo maior é Miranda, Secretário-Geral do PCB na época das revoltas de 1935; ou Diógenes de Arruda Câmara, que nos anos 1940, segundo a historiadora, controlou as ações do Partido, mesmo quando Prestes conquistou a liberdade, em 1945.

Quando não defende Luiz Carlos Prestes, aproxima-se da visão monumental de Jorge Amado, em sua produção dos anos 1940, reforçando a ideia de um mito político revolucionário, a exemplo da abordagem que fez sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes. Para Anita Leocadia Prestes (2015), houve uma positividade em todas as ações de Prestes no comando da chamada “Grande Marcha”, sendo ele um pioneiro nas relações mais próximas com os subordinados, além de criador de uma nova moral.

Neste sentido, a opção de Anita Leocadia Prestes (2015) em fazer um recorte político da biografia do pai, não esconde a necessidade da autora em ocultar aspectos polêmicos da vida pessoal ao longo das décadas, o que reforça a centralidade de um Prestes preso ao estigma político-militar, disciplinado e rigoroso, quase não circunscrito ao universo pessoal, perdendo, de certa maneira, a complexidade da dimensão humana. O foco no seu personagem é no campo da batalha política, seja nos conflitos das revoltas, seja na gerência do PCB.

Temos, portanto, em Anita Leocadia Prestes (2015), a manutenção de uma memória heroica do “Cavaleiro da Esperança”, construída e reconstruída em diversos momentos, como nos anos 1920 e 1940, tendo se tornado, desde os anos 1990, uma espécie de “historiadora oficial” dos temas que envolveram e envolvem a trajetória de Prestes e Olga Benário.

Por último, na nossa tentativa de compreender como as batalhas familiares e os processos de negociação biográfica, ocorridos principalmente após a morte do biografado, em 1990, até o ano de 2015, influenciaram as fabricações biográficas de Luiz Carlos Prestes, foi possível confirmar as diversas tensões entre os dois eixos familiares: de um lado, a viúva Maria Prestes e seus filhos; e de outro, Anita Leocadia Prestes e suas tias.

Podemos historicizar as origens dos conflitos de ambos os eixos familiares aqui citados acima, bem como cartografar minimamente as tensões públicas divulgadas em periódicos entre os filhos de Maria Prestes com Anita Leocadia Prestes, observando as consequências na manutenção da memória e a profusão de ressentimentos expostos até à atualidade. Assim como confirmamos a postura defensiva de Anita Leocadia Prestes em relação ao pai no confronto não só com seus irmãos, como também com outros intelectuais de sua época, tendo se colocado muitas vezes como uma espécie de representante dos valores políticos e ideológicos de Luiz Carlos Prestes na atualidade.

Analisamos como as versões desmistificadoras de Luiz Carlos Prestes foram elaboradas em grande parte com o aval da viúva e seus outros filhos, a exemplo da própria biografia de Daniel Aarão Reis (2015), como também outras produções questionadas por Anita Leocadia Prestes, a exemplo do livro do jornalista William Waack, *Camaradas* (1993), e o documentário do cineasta Toni Venturi, *O Velho: a vida de Luiz Carlos Prestes* (1997).

Defendemos ao longo deste trabalho que Luiz Carlos Prestes confundiu-se em vários aspectos com a vida e a memória partidária do PCB, e, de certa maneira, com a história da esquerda brasileira no século XX. A vida do comunista foi sendo construída em fórmulas biográficas das quais o silenciamento de temas, os conflitos ideológicos, familiares e políticos, foram se estabelecendo de forma que uma melhor compreensão acerca de sua trajetória só seria possível a partir do confronto entre testemunhas. Algo que só foi possível mais recentemente, por meio das biografias produzidas por historiadores, a exemplo de Daniel Aarão Reis Filho (2014) e Anita Leocadia Prestes (2015).

Desta forma, a política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes constata um homem enredado de maneiras díspares, por quatro biógrafos diferentes, porém preso ainda numa mesma unidade de sentido: a dedicação aos mesmos ideais políticos a partir do final dos anos 1920.

Diferentemente de tantas biografias que procuram demonstrar as diversas identidades e facetas de um biografado, as narrativas de Luiz Carlos Prestes, aqui analisadas, parecem manter o rigor e a solidez do personagem preso a uma memória coerente e pouco diversa, elaborada de forma linear e sustentada em um nítido processo de manutenção política, mesmo que demarcada por diversos conflitos já indicados e problematizados ao longo deste trabalho.

Assim, as quatro narrativas biográficas quase sempre reforçam a centralidade de um Prestes preso ao estigma político-militar, disciplinado e rigoroso, e quase não circunscrito ao universo pessoal, perdendo, de certa maneira, a pluralidade da dimensão humana. A exceção talvez tenha sido a tentativa do historiador Aarão Reis em visibilizar aspectos íntimos da trajetória do personagem, mesmo assim os limites impostos pelas fontes e as inúmeras reservas pessoais do biografado não permitiram avanços consideráveis neste sentido.

Podemos compreender este itinerário de tempos por nós recortados em camadas através dos quatro capítulos apresentados, entre o tempo da espera e da convocação, o tempo da presença e do apelo, o tempo da esperança e do martírio e, por fim, o tempo da memória e do ressentimento, os diversos limites do fazer biográfico, que se coloca muitas vezes como um desafio considerável para os historiadores.

Desta forma, comprovamos nesta incursão que o crescente interesse por trajetórias individuais veio acompanhado de importantes desafios à historiografia. A

maior de todas é a crença de que o relato do seu biografado se situa o mais próximo possível do vivido, da experiência real do passado. Tal ambição pode ser percebida desde o momento da pesquisa documental, passando pela elaboração explicativa até se consolidar na construção textual, se utilizarmos a noção tripartite de Paul Ricoeur (2010), em sua operação historiográfica.

Essa sensação de poder com base nos protocolos consagrados de pesquisa com o objetivo de controlar o curso da vida de seu biografado é, ao mesmo tempo, a força que dá sentido ao trabalho de construção do texto biográfico e seu maior risco, uma vez que, convencido de sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, o biógrafo se vê, em diversas situações, numa encruzilhada narrativa ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem resposta.

Jorge Amado, Boris Koval, Daniel Aarão Reis e Anita Leocadia Prestes, cada qual de uma forma, venceram este desafio, expondo as suas qualidades e limitações, em diferentes tempos, construindo, assim, nas narrativas aqui analisadas, uma política da memória de Luiz Carlos Prestes, ainda permeada por certa individualidade fixa, unitária e coerente.

Enquadrado em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos razoavelmente preestabelecidos, os vários aspectos da vida de Luiz Carlos Prestes foram formatados a partir de uma narração linear nos quatro casos. Ao construir biografias do líder comunista, os biógrafos, principalmente os historiadores, mesmo atentos aos perigos de formatar seus personagens de modo a induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências, acabaram, cada um à sua maneira, por apontar caminhos quase sempre únicos de interpretação de um personagem preso a uma mitologia política, a uma vida partidária, não se aprofundando de maneira densa nas bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades do/no fazer biográfico.

## FONTES

### NARRATIVAS BIOGRÁFICAS<sup>194</sup>

AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes: el caballero de la esperanza*. Buenos Aires: Editora Claridad, 1942.

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Martins Fontes, 1945.

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KOVAL, Boris. *Heroísmo Trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*. Tradução: Clarice Lima. São Paulo: Alfa-Ômega, 2007.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

### OUTRAS FONTES

#### *Fundo Documental*

Fundo Luiz Carlos Prestes: instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos. *Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2012.

#### *Periódicos (Jornais e Revistas)*

*Exame*, São Paulo, 02 out. 1991

*Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1992

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 set. 1991

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1997

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1996

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1992

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1992

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1991

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1989

*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2006

*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2015

---

<sup>194</sup> Colocamos três diferentes edições do livro *O Cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes* como fonte, visto que em alguns momentos referenciamos as respectivas edições.

GRILLO, Cristina. Filha de Prestes aponta erros em filme. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1997.

OTÁVIO, Chico. As delicadas relações entre os herdeiros de Prestes. *O Globo*, São Paulo, 15 jan. 2012.

SALIBA, Elias Thomé. As grandezas e as contradições de um revolucionário. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 829, 16 dez. 2014.

VENCESLAU, Pedro. Biografias azedam clã do ‘velho’ comunista. *O Estadão*, São Paulo, 18 jan. 2015.

### Sites

BORTONI, Larissa. Senado envolve mandato do ex-Senador Luiz Carlos Prestes. *Rádio Senado*, 22 mai. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/senado-devolve-mandato-do-ex-senador-luiz-carlos-prestes>. Acesso em: 16 mai. 2019.

ILCP – Instituto Luiz Carlos Prestes. [s/d]. Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PRESTES, Anita Leocadia. Daniel Aarão Reis e a biografia de Luiz Carlos Prestes: a falsificação da história por um historiador. *Instituto Luiz Carlos Prestes*, 19 dez. 2014a. Disponível em: <http://prestesaressurgir.blogspot.com/2014/12/daniel-aarao-reis-e-biografia-de-luiz.html>. Acesso em: 27 fev. 2016.

VILELA, Amanda. Pio Borges de Castro. *Dicionário de verbetes AGCRJ*, [s/d]. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/castro-pio-borges-de/>. Acesso em: 02 mai. 2021.

### Correspondências

PRESTES, Anita Leocadia. *Carta a Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, 31 mar. 1992.

PRESTES, Maria Ribeiro. *Carta à Nação*. Brasília, 08 jul. 1992[b].

### E-mails

PRESTES, Anita Leocadia. *Biografias de Luiz Carlos Prestes*. Mensagem recebida por Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio em 26 jan. 2014[b].

PRESTES, Anita Leocadia. *Biografias de Luiz Carlos Prestes*. Mensagem recebida por Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio em 28 jan. 2014[c].

### *Entrevistas*

PRESTES, Anita Leocadia. *Entrevista 1*. [14 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. Rio de Janeiro-RJ, 1 arquivo. mp3 (2h 09 min).

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entrevista 1*. [14 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. Rio de Janeiro-RJ, 1 arquivo. mp3 (1h 44 min).

VENTURI, Toni. *Entrevista 1*. [25 mai. 2018]. Entrevistador: Bruno Rafael de A. Gaudêncio. São Paulo-SP, 1 arquivo. mp3 (2h 36 min).

### *Documentários*

ALENCAR JÚNIOR, Milton. *Perfil: Luiz Carlos Prestes*. São Paulo: CEDUC; Governo do Estado de São Paulo, 1992. (150 min.).

MAIA, Maria. *Prestes: o cavaleiro da esperança*. Brasília: TV Senado, 2014. (36 min.).

VENTURI, Toni. *O Velho: a história de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Funarte, Decine, CTAV, 1997. (1h 44 min).

### *Acervos Pesquisados*

Acervo da Biblioteca ECA/USP

Acervo da Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP

Acervo da Biblioteca José Mindlin – Coleção Brasileira, USP

Arquivo Edgard Leuernroth, UNICAMP

Arquivo Edgar Carone – Museu da República, USP

Arquivo Nacional – Fundo Luiz Carlos Prestes

Fundo Astrogildo Pereira, UNESP

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de Abreu; CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. *In: \_\_\_\_\_*. [et al] (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. Rio de Janeiro: FGV; Faperj, 2001. (p. 4769-4787).
- AGUIAR, Josélia. *Jorge Amado: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2018.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *O Fim do Homem Soviético*. Tradução: Lucas Simone. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura – um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- ALMEIDA, Giuliana Teixeira de. *Pelo Prisma Biográfico: Joseph Frank e Dostoiévski*. São Paulo: Desconcertos, 2020.
- AMADO, Jorge. *A Agonia da Noite*. Rio de Janeiro: Record, 1982a.
- AMADO, Jorge. *A Luz do Túnel*. Rio de Janeiro: Record, 1982b.
- AMADO, Jorge. *ABC de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- AMADO, Jorge. *Mundo da Paz*. Rio de Janeiro: Vitória, 1951.
- AMADO, Jorge. O bacharel feroz. *In: LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. (p. 07-09).
- AMADO, Jorge. *Os Ásperos Tempos*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. *Anel Encarnado: Biografia & História em Raimundo Magalhães Júnior*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. (p. 15-36).
- ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Infância e da Família*. Tradução: Dora Klaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- ARISTÓTELES. *Poética/Organon/Política*. São Paulo: Abril Cultural, 2004.
- ARVON, Henri. *La Estética Marxista*. Madri: Amorrortu, 1972.



ASSIS, Luciara Lourdes Silva de. Retratos biográficos de Olga Benário: uma vida escrita. 2011. *Dissertação* (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ASSUNÇÃO, Moacir. *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli, 2007.

ASSUNÇÃO, Moacir. *São Paulo Deve Ser Destruída: a história do bombardeio à capital da revolta de 1924*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

AZEVEDO, Guilherme. Luís Carlos Prestes. In: JANCSO, Istvan [et al] (Orgs.). *Rebeldes brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*. São Paulo: Caros Amigos, 1998. (p. 450-467).

BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginários Sociales: memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BADARÓ, Marcelo. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. (p. 67-98).

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BARROS, José de Assunção de. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em Seis Tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BELLOCCHIO, Mario. *Luminoso Boedo: la aventura de Antonio Zamora y su editorial Claridad*. Buenos Aires: Ediciones Cicais, 2016.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RICOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. (p. 349-363).

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (02 vols.).

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. A sedução da história: tempo e mudança nas concepções políticas de Luiz Carlos Prestes. 2003. *Dissertação* (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOAS, Sergio Vilas. *Biografismo: reflexões sobre as escritas de vida*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

BOAS, Sergio Vilas. *Biografias & Biógrafos: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

BONAZZI, Tiziano. Mito político. In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. 13. ed. Tradução: Carmem Variale [et al]. Brasília: Editora UnB, 2010. (v. 02). (p. 754-762).

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du Pantheon: essai sur le culte des grands*. Paris: Fayard, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. (p. 07-18).

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (p. 183-191).

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. São Paulo: Artes e Ofícios, 1994.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XVI*. Tradução: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BYRNE, David. Somos todos Tom Zé. In: SCARAMUZZO, Pietro. *Tom Zé: o último tropicalista*. São Paulo: Edições Sesc, 2020. (p. 17-21).

CALVILLO, Ana Luísa. *Manual de Géneros Biográficos*. México: Universidad Autónoma de Chihuahua, 2015.

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix, 1992.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: Burity, 1965.

CARONE, Edgard. *PCB – 1922 a 1943*. São Paulo: DIFEL, 1982. (v. 01).

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira III: o Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p. 181-284).

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CASCUDO, Luís Câmara. *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1983.

CASTRO, Maria Clara Spada de. Além da Marcha: a (re)formação da Coluna Miguel Costa-Prestes. 2016. *Dissertação* (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: EDUFF; Tempo Brasileiro, 1986.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu Conto como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (p. 65-119).

CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e Outras Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

CHICOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Tradução: Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMITÊ LUIZ CARLOS PRESTES. *Luís Carlos Prestes: 90 anos de vida, 60 anos de lutas*. Rio de Janeiro: [s/e], 1988.

CORREA, Ana Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

CORREA, Mariza. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 05, p. 109-130, 1995.

COSTA, Yuri Abayaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

COUTO, Mia. *Cada Homem é uma Raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CUSTÓDIO, Paulo. *Luís Carlos Prestes*. Porto Alegre: Tchê, 1985.

DAVIDOV, V. M. Sobre o autor, o livro e seu herói. In: KOVAL, Boris (Org.). *Heroísmo Trágico do século XX: o destino de Luiz Carlos Prestes*. Tradução: Clarice Lima. São Paulo: Alfa-Ômega, 2007. (p. XI-XV).

DELGADO, Andréa Ferreira. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DRUMMOND, José Augusto. *Revisitando a Coluna Prestes*. Brasília, maio de 2013. (Palestra).

DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Tradução: César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DULLES, John W. *O comunismo no Brasil*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 6. ed. Tradução: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FAORO, Raymundo. Prefácio. In: MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco Viana. *Prestes: críticas e autocríticas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. (p. 09-20).

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Suruma Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (v. 01) (p. 387-415).

FERREIRA, S. Dias; MACHADO, Sady Valle. *A Marcha da Columna Prestes*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1928.

FERRO, Marc. *O Ressentimento na História*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FORJAZ, Maria. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

FORJAZ, Maria. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Notas sobre os estudos biográficos na historiografia brasileira contemporânea. In: \_\_\_\_\_. *Biografismos: leituras interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEFG, 2018. (p. 38-52).

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Cotia, 2009.

GIRARD, René. *O Bode Expiatório*. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Dias. Prefácio. In: PRESTES, Maria. *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. (p. 09-12).

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em Terreno Movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. rev. amp. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2012.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. Tradução: Maria da Penha Vilalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.

HIGGITT, Rebekah. *Recreating Newton: Newtonian Biography and the Making of Nineteenth-Century History of Science*. Londres: Pickering & Chatto, 2007.

HILLMAN, James. *O Código do Ser*. Tradução: Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política Brasileira – 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KEHL, Maria Rita. *O Ressentimento no Brasil*. São Paulo: Cadernos Ultramares, 2020.

KOCKA, Jungen. Para além da comparação. Tradução de Maurício Pereira Gomes. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, 2014.

KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. (p. 59-80).

KOTHE, Flávio. *O Herói*. São Paulo: Ática, 2000.

KOVAL, Boris. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro, 1867-1967*. Tradução: Clarice Lima. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

KUHN, Thomas. *A Tensão Essencial*. Tradução: Leonor Fidalgo. São Paulo: UNESP, 2011.

LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (p. 167-182).

LEVILLAIN, Phelipe. Os protagonistas. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. (p. 141-184).

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LUKÁCS, John. *O Hitler na história*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Representações sociais e *ethos*: algumas reflexões em torno de textos biográficos. In: GOMES, Maria Carmen; MELO, Mônica; CALTADI, Cristiane (Orgs.). *Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade*. Viçosa: UFV; Arca, 2009. (p.15-22).

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*. Tradução: Flora Machman. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

MALCOLM, Janet. *A Mulher Calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia*. Tradução: Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: UNESP; São Paulo: Boitempo, 1999.

MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MELO, Demian Bezerra de. Introdução: revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. (p. 17-52).

MIGUEL, Luís Felipe. *Mito e Discurso Político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2000.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco Viana. *Prestes: críticas e autocríticas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

MORAES, Dênis de (Org). *Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORAIS, Fernando. *Olga*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MORAIS, Fernando. Texto de contracapa. In: PRESTES, Anita Leocadia Prestes. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREL, Edmar. *A Marcha da Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Cultura política comunista. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (p. 15-38).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH - Revista de História*, Mariana, n. 06, p. 92-100, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 34, p. 91-115, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. (p. 13-37).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MUNIZ JÚNIOR, João. *Biografia e História: panteonização e iconoclastia em Raimundo Magalhães Júnior*. São Paulo: UNESP, 2018.

NEDEL, Letícia Borges. Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

NETO, Lira. *Getúlio Vargas: 1882-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (v. 01).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aum Houry. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28. 1993.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. *Palavras como Balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever Vidas, Narrar História: a biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

OSÓRIO, Lací. *Aniversário de Prestes*. Rio de Janeiro: [s/e], [s/d].

PANDOLFI, Dulce. A Trajetória de Luiz Carlos Prestes. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (p. 223-259). (v. 03).

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: história e memórias do PCB*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995.

PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard. *Sujet communiste: identités militante et laboratoires du “moi”*. Rennes: Press Universitaires Rennes, 2014.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

PEREIRA, Raimundo. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 173-194, 2016.

PEREZ, Octávio. *Le Général Prestes: le héros de la Liberté du Brésil*. Paris: Bureau d'editions, 1936.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 24, n. 03, p. 55-63, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 03-15, 1989.

PONTES, Matheus de Mesquita. Luiz Carlos Prestes e Olga Benário: construções Identitárias através da história e da literatura. 2008. *Dissertação* (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.



PORTELLI, Alessandro. *História Oral como Arte da Escuta*. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (p. 103-130).

PRESTES, Anita Leocadia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PRESTES, Anita Leocadia; PRESTES, Lygia. *Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes – Correspondência da Prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000. (v. 01).

PRESTES, Anita Leocadia; PRESTES, Lygia. *Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes – Correspondência da Prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2002a. (v. 02).

PRESTES, Anita Leocadia; PRESTES, Lygia. *Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes. Correspondência da Prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2002b. (v. 03).

PRESTES, Anita Leocadia. *Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRESTES, Anita Leocadia. *Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos do Brasil (1936-1945)*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRESTES, Anita Leocadia. *Da Insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: um combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Anita Leocadia. *O Tenentismo Pós-1930: continuidade ou ruptura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

PRESTES, Anita Leocadia. *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRESTES, Anita Leocadia. *Os Comunistas Brasileiros: (1945-1956/58) Luiz Carlos Prestes e a Política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PRESTES, Anita Leocadia. Uma Estratégia da Direita: acabar com os “mitos” da esquerda. *Revista Vozes*, Petrópolis, v. 91, n. 04, p. 51-62, 1997.

PRESTES, Anita Leocadia. *Viver é Tomar Partido – Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos Comunistas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

PRESTES, Lygia. *Leocadia Prestes: mãe coragem*. Rio de Janeiro: [s/e], 2006.

PRESTES, Maria. *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992a.

PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 07-16, 2009.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Fragmentos para uma história ainda não escrita: Jorge Amado e o Partido Comunista no exílio (1941-1942). *Navegações*, Porto Alegre, v. 05, n. 02, p. 156-161, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução que Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RICCI, Magda. *Assombrações de um Padre Regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

RICOUER, Paul. *Memória, História, Esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas: UNICAMP, 2010.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiros, 1994. (03 vols.).

ROBIN, Régina. *Le Réalisme Socialiste: une esthétique impossible*. Paris, Peyot, 1986.

ROBIN, Régina. *A Memória Saturada*. Tradução: Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

ROCHA, Everaldo. *O que é Mito*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, José. *Luiz Carlos Prestes: sua passagem pela escola militar*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1927.

ROSA, Virgílio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ROSE, R. S.; SCOTT, Gordon D. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Tradução: Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ROSE, R. S. *O Homem mais Perigoso do País: biografia de Filinto Muller*. Tradução: Renato Rezende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (p. 65-92).

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

SANTOS, Davino Francisco dos. *A Coluna Miguel Costa e não Coluna Prestes*. São Paulo: Edicon, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: AGUIAR, Ana Lígia Leite e [et al] (Orgs.). *O Espaço Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (p. 49-70).

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGATTO, José Antônio [et al]. *PCB: Memória fotográfica – 1922-1982*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1982.

SEN, Carlota Alicia Casalino. *Los Héroes Patrios y la Construcción del Estado-Nación en el Perú (siglos XIX y XX)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 43, p. 187-189, 2016.

SILVA, Hélio. *1922: Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964a.

SILVA, Hélio. *1926: a Grande Marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.

SILVA, Marcos. *Uma viagem à esquerda: Jorge Amado sem (o Mundo) da Paz*. *Projeto História*, São Paulo, n. 58, p. 240-269, 2017.

SILVA, Nicola Mira Gonzaga da. *O cavaleiro biografado e outros ecos*. 2016. *Dissertação* (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Wilton C. L. *A construção biográfica de Clóvis Beviláqua*. São Paulo: Alameda, 2016.

SISSON, Roberto. *La revolución democrática progresista brasileña*. Buenos Aires: Ediciones Rio-Buenos Aires, 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SOREL, Jean. *Reflexões sobre a Violência*. Tradução: Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOUTO MAIOR, Laércio. *Luiz Carlos Prestes na Poesia*. Curitiba: Travessa das Editoras, 2006.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, José Augusto de. *A Coluna Prestes em Discursos*. 2005. *Dissertação* (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas Biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. 2008. *Tese* (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. (v. 01).

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. (v. 02).

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. (v. 03).

TEIXEIRA, Eduardo Perez. *A Coluna Prestes vista por O Paíz e pelo Correio da Manhã (1924-1927)*. 2018. *Dissertação* (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

VASCONCELOS, Claudio Beserra de. *As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 65-84, 2009.

VIANNA, Marly de Almeida. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIVIANI, Aglasia. *Strange Spirits and Even Stranger Bodies: L'icona di Elizabeth I nelle biografie di tre modernisti inglesi*. Firenze: Firenze University Press, 2003.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor: estrutura mítica para escritores*. Tradução: Petê Rissatti. São Paulo: Aleph, 2015.

WAAK, William. *Camaradas – nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WERNECK, Maria Helena. *O Homem Encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

WOOLF, Virgínia. A Arte da Biografia. Tradução: Norida Teotônio de Castro. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 01, n. 02, p. 200-207, 2012; 2013.

ZALLA, Jocelio. *O Centauro e a Pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.